

OS DIFERENTES
MATIZES DA
EDUCAÇÃO AMBIENTAL
NO BRASIL

1997/2007

2^a. Edição

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental
Departamento de Educação Ambiental

OS DIFERENTES MATIZES DA
EDUCAÇÃO AMBIENTAL
NO BRASIL

1997 - 2007

2ª. Edição

BRASÍLIA

2009

República Federativa do Brasil

Presidente:

Luiz Inácio Lula da Silva

Vice-Presidente:

José Alencar Gomes da Silva

Ministério do Meio Ambiente

Ministro:

Carlos Minc

Secretária Executiva:

Izabella Mônica Vieira Teixeira

Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental

Secretária:

Samyra Brollo de Serpa Crespo

Departamento de Educação Ambiental

Diretor:

Claudison Rodrigues de Vasconcelos

Gerente de Projetos

Renata Rozendo Maranhão

Departamento de Educação Ambiental

Esplanada dos Ministérios Bloco B – 9º andar, sala 953

70.068-900 – Brasília – DF

Tel: 55+61 3317-1207 Fax – 55+61 3317 1757

e-mail: educambiental@mma.gov.br

<http://www.mma.gov.br/ea>

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental
Departamento de Educação Ambiental

OS DIFERENTES MATIZES DA
EDUCAÇÃO AMBIENTAL
NO BRASIL
1997 - 2007

Texto: Silvia Czapski

Série: Desafios da Educação Ambiental

2ª. Edição

BRASÍLIA
2009

Arte e diagramação:

Ricardo Veronezi Ferrão

Arthur Armando da Costa Ferreira

Revisão de texto:

Ana Carolina Lopes Carneiro

Fabiana Mauro

Francisco de Assis Morais da Costa

Neila Cristina de Resende

Philippe Layrargues

Fotografias:

Nelson Yoneda

Agradecimentos equipe técnica do Departamento de Educação Ambiental

Apoio: **Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental**

Distribuição dirigida: 3 mil exemplares

Catálogo na fonte:

Centro de Informação e Documentação-CID Ambiental /MMA

B823d

Brasil. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. Departamento de Educação Ambiental.

Os diferentes matizes da educação ambiental no Brasil: 1997-2007. -- Brasília, DF: MMA, 2008. (Série Desafios da Educação Ambiental)

290 p.; 21 cm.

Texto: Silvia Czapski.

ISBN: 978-85-7738-113-5

I. Título. II. Série. III. Educação ambiental.

CDU 37:504

PREFÁCIO

Este livro nos apresenta a educação ambiental no Brasil, com sua história tão recente e tumultuada quanto sua importância e urgência para conseguirmos revolucionar as precárias relações entre nós, seres humanos, e as bases de sustentação da vida no nosso planeta.

Lembramos que o tempo e os múltiplos olhares nos processos da educação e da política re-significam o passado, fazem emergir as contradições e conflitos do presente, sem que percamos nossa capacidade de constituirmos nossa memória de futuro.

Reiteramos assim a idéia inicial do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (Rio-92), “este Tratado, assim como a educação, é um processo dinâmico em permanente construção. Deve, portanto, propiciar a reflexão e o debate” para que juntos possamos criar sociedades sustentáveis, eqüitativas e com justiça socioambiental.

Órgão Gestor da Política Nacional do Meio Ambiente



APRESENTAÇÃO

A comemoração dos 10 anos de promulgação da Lei 9795/99, que dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA, retrata uma conquista da sociedade brasileira e do Ministério do Meio Ambiente. Nesses 10 anos muito trabalhamos para que, de fato, a Educação Ambiental se torne uma política pública e proporcione a consolidação da cidadania ambiental, com influência direta na democratização da gestão ambiental pública. O processo brasileiro está articulado com o cenário internacional, que desde a realização da Rio 92 nos alçou, enquanto nação, como liderança.

Um dos nossos principais papéis, enquanto MMA e Órgão Gestor da PNEA, é garantir suporte teórico e metodológico para apoiar a produção intelectual e pedagógica do conjunto dos educadores ambientais articulados em ONG's, Órgãos Ambientais e universidades, em todas as regiões.

Nesse contexto, contar a história dos 10 últimos anos da EA em nosso país é uma obrigação nossa para com os educadores e educadoras ambientais e mobilizadores sociais de todos os cantos do Brasil. É também uma urgência pois, os grandes temas globais, a exemplo das mudanças climáticas e o aquecimento global, exigem o envolvimento de todos para a preservação ambiental e a conservação da qualidade socioambiental do planeta. Nessa perspectiva, entendemos como estratégico o controle social da gestão ambiental pública.

A Educação Ambiental, para promover a organização social e o avanço da participação popular, deve, antes de tudo, priorizar a qualificação dos grupos sociais para que se apropriem dos instrumentos de gestão ambiental pública, capacitando-os para uma atuação cidadã em prol da melhoria da qualidade socioambiental de nosso país.

Saudações ecológicas e libertárias,

Carlos Minc
Ministro do Meio Ambiente



QUANTO SE ESPERA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL!

Ela tem que dar conta da transformação necessária à transição para uma sociedade mais sustentável, em que prevalecerão padrões de produção e consumo adequados, sem miséria, guerras e discriminações, com homens e mulheres juntos na construção dessa utopia possível, mais a universalização da produção e do acesso à informação, a aproximação sinérgica dos saberes acadêmicos e tradicionais, a recuperação da degradação provocada pelas atividades humanas e a saúde ampliada para todos (inclusive, e principalmente, a mental).

Mais poderia ser dito sobre tanto que precisa ser mudado e transformado em nós e nos outros para que, de fato, a humanidade possa alcançar um patamar mais maduro (o novo paradigma?) nesse longo processo de evolução, no qual, apesar da criatividade ininterrupta e das inovações maravilhosas obtidas, às vezes parece que mantemos um pé na barbárie, com atuações que expõem nossa precariedade psíquica e a fragilidade dos sistemas que temos criado para viabilizar a vida em sociedade.

E, nesse cenário hipercomplexo, de um mundo globalizado para o bem e o mal, agravado pela emergência de problemas planetários, como as mudanças climáticas e os terrorismos fundamentalistas, a Educação Ambiental tem que desenvolver teorias e práticas para ser crítica, transformadora e emancipatória; construir conhecimentos, habilidades, valores e atitudes, além de preparar pessoas para a participação efetiva na formulação e condução de seus destinos.

O tremendo desafio que está colocado a todos nós, em especial aos educadores ambientais, potencializado pela urgência e gravidade dos impactos decorrentes das profundas mudanças socioambientais em curso, sinaliza enfaticamente a importância de reunirmos os recursos de todas as categorias de que dispomos no enfrentamento de eventos que ameaçam a existência da vida na Terra, num prazo talvez curto demais para a implantação das medidas mitigatórias, preventivas e de adaptação recomendadas pelo melhor conhecimento científico disponível.

Todos que tem alguma contribuição a dar para o desenvolvimento da Educação Ambiental são chamados a comparecer, sejam de universidades, governos, ONGs, entidades de classe, clubes de serviços, escolas, grupos de interesses, lideranças comunitárias, grupos de aprendizagem-reflexão-ação e as muitas galeras de afinidades. Ninguém pode ficar de fora, deixar de aportar seus conhecimentos, experiências e seu capital social.

É hora de deixarmos de lado aquelas diferenças que alimentam desavenças, aprofundam dissensos, tornam cada vez mais difícil aceitar os outros e suas visões de mundo, seus projetos político-pedagógicos, suas prioridades e modos de fazer. A somatória dessas muitas e importantes diferenças fortalecerá a Educação Ambiental e o movimento por ela promovido, na direção daquilo que será o melhor a fazer para a superação da crise civilizatória em que estamos imersos.

A publicação *Os Diferentes Matizes da Educação Ambiental no Brasil* reúne diversas contribuições para a construção da história da Educação Ambiental no Brasil, mas muitas outras poderiam ser incluídas e algumas enriquecidas por pessoas que participaram de projetos e experiências relativas aos temas abordados. Acreditamos que há bastante material disponível para novas publicações, assim como melhorias nos conteúdos desta.

Para essa nova edição, consultamos diversas personalidades do campo da Educação Ambiental e recebemos críticas (poucas - mais ou menos incisivas) quanto a determinadas abordagens, a posições manifestadas e resultados apresentados em certos capítulos, o que, novamente, revelou a multiplicidade de olhares e convicções.

Não foi possível incorporar todas as sugestões (por questões de tempo e por respeito aos autores, não querendo intervir nos textos originais), mas gostaríamos muito de receber todas as contribuições possíveis para a atualização (em especial do período mais recente da Educação Ambiental no Brasil) e o enriquecimento do material disponibilizado nesse livro. Pretendemos produzir outra publicação nessa mesma linha e contamos com essas colaborações.

Claudison Rodrigues de Vasconcelos
Diretor do Departamento de Educação Ambiental



APRESENTAÇÃO

Contribuir para a revelação da história multifacetada, polissêmica e colorida da Educação Ambiental no Brasil foi o desafio que a jornalista Silvia Czapski não se furtou de enfrentar ao elaborar esta obra.

Na primeira vez que o fez, em 1997, já era uma tarefa que exigia muita coragem, dedicação e espírito público a serviço da verdade em toda a sua diversidade de manifestações. Agora, com a ampliação das demandas e dos fazeres educacionais voltados à questão ambiental nesta última década, a missão seria quase impossível, não fosse a capacidade, a coerência e a honestidade intelectual desta jornalista ambientalista e pesquisadora que nos brinda com o livro “Os diferentes matizes da Educação Ambiental no Brasil 1997 -2007”.

Quando a convidamos para atualizar o livro “A Implantação da Educação Ambiental no Brasil”, que contava a história da área até 1997, sabíamos que esta era não apenas uma obrigação do Órgão Gestor da PNEA, no sentido de produzir informações qualificadas sobre o estado de arte, mas um compromisso com a construção de uma nova política de Estado, para além dos governos, estimulando e possibilitando a manifestação de um jornalismo independente, captando as distintas compreensões sobre a EA que é realizada e pensada neste imenso e belo País.

Neste livro, temos um retrato da riqueza polifônica da área e um estímulo para os debates prospectivos sobre os caminhos a serem seguidos nos próximos anos. Caminhos que devem passar por alguns encontros já pautados pela sociedade brasileira organizada no campo da EA:

- a) Os debates para aprovação e construção do Sistema Nacional de Educação Ambiental (SisNEA), onde cada ator do campo da EA possa identificar-se e contribuir para fortalecer todo o conjunto de atores e ações na área;
- b) A continuidade da implantação e o aprimoramento da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), bem como a institucionalização do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) e dos seus subprogramas;

- c) A construção de mecanismos mais ágeis, eficientes e coordenados de aportes financeiros descentralizados, públicos e não apenas estatais, significativos e com controle social;
- d) A efetivação, com a clara definição de competências, das instâncias de diálogo e pactuação de políticas, programas, projetos e planos políticos e pedagógicos (Órgão Gestor e seu Comitê Assessor; Câmaras Técnicas de EA no Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) e nos Estaduais e Municipais de Meio Ambiente; Comissões Interinstitucionais de Educação Ambiental, as CIEAs em cada Unidade Federativa; Coletivos Educadores; COM-Vidas, as Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida nas Escolas e fora delas as Comunidades ou Círculos de Aprendizagem Participativa sobre Meio Ambiente e Qualidade de Vida), nas distintas bases territoriais onde atuam, tendo nas Redes de EA uma importante modalidade de organização da sociedade brasileira para promover o efetivo controle social e nos órgãos públicos federais, estaduais e municipais de meio ambiente, de educação e outros e nas organizações da sociedade civil, nas universidades e escolas, nas empresas e nos movimentos sociais, os lócus onde ocorrem as ações de educação ambiental;
- e) Os eventos nacionais – Conferências Nacionais de Meio Ambiente e Fóruns Brasileiros de EA – e os internacionais, como os Congressos Ibero-Americanos de EA, os eventos relacionados à Década de EA para o Desenvolvimento Sustentável e a II Jornada Internacional pelo Tratado de EA para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, bem como os processos de diálogos internacionais, tais como o Programa Latino Americano e Caribenho de Educação Ambiental (PLACEA) e o Programa de Educação Ambiental da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, em construção.
- f) O Sistema Brasileiro de Informações sobre Educação Ambiental (SIBEA), o Colecionário – fichário do e da educador ambiental –, o Centro Unificado de Informação Documental sobre Meio Ambiente e todos os mecanismos de Educomunicação Socioambiental, inclusive as publicações do OG e a democratização ao acesso a informações de EA promovida pelas Salas Verdes, pelos Centros de EA e por outros mecanismos.

A leitura da nossa própria história, além de propiciar uma arqueologia virtual do presente, como escreve Boaventura de Souza Santos, nos convida a sermos mais humildes, pois muito do que fazemos hoje é apenas desdobramento do que já foi realizado e muito é reinvenção da roda. Ajuda-nos a evitarmos

equivocos do passado e estimula-nos a procurar caminhos para o grande desafio da construção de políticas públicas para e com 184 milhões de brasileiros e brasileiras.

Desejamos a todos e todas uma boa leitura e uma postura crítica e pró-ativa de análise das informações e aprimoramento desta história.

Marcos Sorrentino



COMEÇAR PELO COMEÇO?

“Um galo sozinho, não tece a manhã.”

João Cabral de Melo Neto

Foi pelo fim da história do personagem principal, que Machado de Assis iniciou seu livro Memórias Póstumas de Brás Cubas. Uma ousadia, que fica marcada na memória de seus leitores. E que foi lembrada em 2007, nas cenas iniciais do belo filme ‘Cartola’, sobre o sambista carioca. Ao assumir o desafio de esboçar um retrato de dez anos da educação ambiental no país (ou EA, como diz quem é do ramo), buscarei a tradicional forma do começo – meio – mas sem fim, pois o tema está em constante construção. Mas pode-se começá-lo por qualquer capítulo. Pois, mesmo que o relato seja sequencial, cada parte foi concebida de modo a facilitar a leitura em separado.

Meu começo está em 1997. É quando termina o livro anterior, A Implantação da Educação Ambiental no Brasil. Produzido pela então Coordenação de Educação Ambiental do Ministério da Educação (COEA/MEC), como parte do Acordo Brasil/Unesco, ele cumpriu a tarefa de contextualizar a evolução histórica da EA no Brasil e de mostrar as principais ações institucionais na área, que poderiam servir de alavanca para novas ações de educadoras/es ambientais do país.

Num tempo em que a internet era escassa e o acesso à informação mais difícil, ele cumpria duplo papel: de historiar e dar as dicas para quem quisesse ingressar na área. Distribuída gratuitamente, principalmente para gestoras/es na área de educação, docentes, estudantes, pesquisadoras/es, a obra impressa rapidamente se esgotou. Mais tarde, ganhou versão virtual, no sítio do MEC. Hoje, faz parte do sítio dominiopublico.gov.br.

Foi durante uma reunião no final de 2006, em Brasília (DF), da qual participaram cerca de 15 pessoas ligadas ao Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, que nasceu a idéia de um novo livro, que tentasse apresentar aquilo que se fez de lá para cá. Primeiro se (im)planta, depois há o enraizamento – foi um dos comentários.

É verdade que nem sempre as raízes encontram o melhor solo para se aprofundar. Outras vezes, o clima é desfavorável, faltam regas e ela pode não se desenvolver. No caso da EA, dezenas de milhares de mãos e mentes espalhadas pelo Brasil trabalham para fazê-la crescer, dar frutos, se multiplicar. Hoje temos várias EAs – a crítica, a transformadora, a conservacionista, para o desenvolvimento sustentável, entre tantas outras classificações – que são o motor de práticas, estudos, publicações, ações e mobilizações. EA está por toda parte. É bem-vista em todos os setores.

Mas como é aplicada? De que forma é acompanhada?

O desenho institucional também mudou. O próprio Órgão Gestor, que acaba de ser mencionado, surgiu como semente na Lei 9.795, de 1999, que estabeleceu a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). Mas só começou a desabrochar em 2002, ano de regulamentação dessa lei. Apenas em 2003, ele nasceria, assim como seu Comitê Assessor. Em seguida foi a vez de lutar para fortalecer os existentes ou/e semear novos órgãos, coletivos, projetos e programas estaduais e municipais, que continuam se irradiando pelas 27 unidades da Federação.

Na esfera privada, a EA também ganhou espaço, seja em nome da consolidação da ecoeficiência (produzir mais, com menos desperdício de recursos preciosos, como água e energia), ou como “marketing verde” e a oportunidade de conquistar novos negócios, seja como ferramenta da responsabilidade social empresarial, ou ainda em consequência da aposta na sustentabilidade, que une aspectos econômicos aos sociais e ambientais. Se o interesse aumenta, a lógica indica que também se multiplicarão cursos, eventos, pesquisas em torno do tema.

Ainda está por ser estudado o novo papel das organizações não-governamentais (ongs) nesse contexto. De contestatórias ao modelo vigente – sobretudo a partir dos anos 1960, até a década de 1980 –, uma parcela significativa passou a adotar o papel e o discurso de parceria com a iniciativa privada e governo, para a consecução de objetivos comuns. É freqüente ouvir de representantes dos diferentes setores que estamos no mesmo barco. E que, juntos, devemos construir soluções que minimizarão os efeitos das grandes ameaças globais que o planeta enfrenta. EA é o remo que muitas usam.

Remo? Melhor pensar no fio que tece uma grande e forte malha, capaz de unir educadoras/es ambientais de todo o país. Essa é a figura mais utilizada quando se fala das Redes de EA, que começaram a brotar no final dos anos

1980, como uma forma nova de agregar pessoas, sejam elas de ongs, governos, ou empresas, mais ou menos experientes, jovens, de meia idade, ou idosas. Os laços são por afinidade. Não há hierarquia. Todos podem se expressar, criar, mobilizar, buscar dados, informar. Ou apenas acompanhar o movimento coletivo. Eram poucas, em 1997: além da Rede Brasileira, havia a do Rio de Janeiro, a Paulista, a Capixaba, a de São Carlos, do Pantanal, a Matogrossense, a Mineira e a da Paraíba (as duas últimas, criadas durante o IV Fórum de EA, naquele ano). Tornaram-se mais de 40, em 2007, com seus milhares de “elos” e “ nós”. Nós.

Copo meio-cheio ou meio-vazio. É assim com a EA. Um simples clique num sítio de busca na internet, com a expressão-chave “educação ambiental” levará imediatamente à indicação de mais de um milhão de links. Enorme e impenetrável floresta, pode-se pensar. É o copo tão cheio, capaz de causar a desistência, antes de começar o mergulho. Ou a impressão de que tudo está realizado, frente a tão expressivo resultado.

No outro extremo, eventualmente em conversa ou troca de correspondência com educadoras/es – especialmente se a pessoa estiver mais distante dos grandes centros econômicos e políticos – virá a sensação do copo vazio. Somos tantos, mas tanto há ainda por fazer, tanto por completar. Apoios que se buscam, recursos que faltam, indicações certas nem sempre fáceis de encontrar. Muito se fez, mas muito há por fazer.

Assim também foi com a produção deste livro. Há dez anos, o obstáculo era a dificuldade de Acesso à informação. Materiais recebidos de entrevistadas/os foram fontes inestimáveis de informação, complementadas pelos depoimentos de dezenas de pessoas, detentoras da história brasileira da EA até então. A busca foi prazerosa, pela descoberta de tanta gente desejosa de partilhar seus conhecimentos, que precisavam ser divulgados para fertilizar o caminho da EA.

Hoje, a tarefa é outra. No mar de Excesso de informação, depois da primeira busca é preciso selecionar, checar, comparar, focar, interpretar, conversar, para traduzir da forma mais completa, resumida e imparcial possível aquilo de interessante que se descobriu. Correm-se muitos riscos no processo: buscas podem ser incorretas; os recortes, injustos ou incompletos. Algumas conversas, aliás, não são mais imprescindíveis, pois a pessoa já conseguiu publicar a informação. Está lá, disponível. Basta consultar através da internet.

Se aqui muito será relatado, muito também faltará descrever. Tem mais. Quem levanta a história recente tem o prazer de poder ouvir a versão dos fatos diretamente de quem participou. Só que quem conta raramente tem a visão global que a distância proporciona. A paixão está presente, pelo menos tanto quanto a razão. Contagiante, paixão tem o dom de turvar a visão. Aí, o desafio de quem escreve é tentar manter aceso o farol da razão na análise dos dados.

Felizmente, a tecnologia nos ajuda. O livro não precisa parar por aqui. Você poderá enriquecer a obra com novos fatos e dados, por meio do Sistema Brasileiro de Informações sobre Educação Ambiental (SIBEA), plataforma virtual para a EA, reinaugurada em 2007 que ganha um espaço só para isso. Num futuro próximo, quem sabe surja outra plataforma, capaz de ajudar ainda mais nesta tarefa de escrever coletivamente esta história?

Não posso fechar esta introdução sem os tradicionais agradecimentos. Foram muitas pessoas que me ajudaram de diferentes formas. A começar pelos executivos do Órgão Gestor da Política Nacional de EA, quando da produção do texto – Marcos Sorrentino, Diretor de EA do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Rachel Trajber, Coordenadora Geral de EA do Ministério da Educação (MEC) –, que não só me provocaram para me candidatar à tarefa, como envolveram suas equipes no projeto. Militantes históricos, ainda mantêm o brilho no olhar, ao falar do tema. O mesmo brilho, percebi nas demais fontes (como se diz no jargão jornalístico), que chegaram a me conceder horas de seu precioso tempo, para me oferecer opiniões, informações e sugestões.

Entre tantos colaboradoras/es que forneceram dados e ajudaram na análise das informações, destaco Philippe Pomier Layrargues, no MMA – que, entre tantas atribuições, se propôs a acompanhar mais de perto a produção do texto e foi fundamental no encaminhamento do texto pronto; Eneida Lipai, no MEC; Vivianne Amaral, cujo trabalho conheci melhor em 2004, à época de realização do V Fórum Brasileiro de EA; Rosi Cheque e Daniela Alarcon, que colaboraram, respectivamente, com a primeira busca de informações na internet e a produção de materiais complementares ao livro; bem como minha família, pela paciência ao acompanhar o desenvolvimento do trabalho. Através da Unesco, o que era uma idéia tornou-se realidade.

Num muro, na periferia paulistana, lê-se o seguinte texto do poeta Mário Quintana: “Livros não mudam o mundo, quem muda o mundo são as pessoas. Os livros só mudam as pessoas”. No caso deste livro, o convite vai mais longe. Leia, começando por onde quiser, e contribua para enriquecer essa história, se

achar necessário. Torço para que as informações sejam úteis para que você seja protagonista da continuação desta História.

Duas outras frases inspiraram-me neste desafio de mergulhar na captura dos fatos, que agora chegam a você. O poeta Manoel de Barros escreveu que bugre não anda em estradas, pois é nos desvios que encontra as melhores surpresas e os araticuns maduros. E, num diálogo acompanhado pelo líder indígena Ailton Krenak, o conhecido ambientalista José Lutzemberger, falecido aos 75 anos em 2002, revelou o porquê de não desistir de seu caminho, sempre contra a corrente que a maioria insiste em seguir: o sentido inverso da correnteza, disse ele, é o melhor meio para chegar à nascente.

Bom percurso para você,

Silvia Czapski
Março de 2008



ÍNDICE

1.	O ANO DA EA	27
	Nas mobilizações de 1997, o prenúncio do que poderia ocorrer com a EA	
2.	RETOMANDO AS RAÍZES	33
	A realidade da EA e os sonhos, vistos em perspectiva	
3.	NOVOS PARÂMETROS	39
	PCNs e a EA “fora da escola”, evolução com gosto de “quero mais”	
4.	AÇÃO EM REDE	51
	A multiplicação de Redes de EA e mudanças de perspectivas	
5.	DIVISOR DE ÁGUAS	59
	Entra em cena a Lei da Política Nacional de EA	
6.	REFORMANDO ESTRUTURAS	67
	Reflexos na área institucional, a partir da nova Lei da EA	
7.	EA NO NOVO MILÊNIO	75
	Os movimentos em torno da EA, na virada do século	
8.	MUITO POR FAZER	85
	O que fazer na área da EA, para mudar o quadro da educação?	
9.	TECENDO PARCERIAS	91
	Fórum Social Mundial, Parâmetros em Ação, redes de EA.	
10.	A INTENÇÃO E O GESTO	101
	Um ano influenciado pela Rio+10	
11.	NOVO ANO DA EA	113
	Muda o cenário governamental, e ganha corpo o Órgão Gestor da PNEA	
12.	VAMOS CUIDAR?	125
	Duas Conferências para definir a política pública de EA	

13.	CUIDAR COM AS ESCOLAS Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas e o que está por trás do programa	135
14.	IRRADIANDO A EA Dos coletivos educadores aos municípios educadores sustentáveis	143
15.	TODOS AO V FÓRUM Milhares de pessoas acorrem ao V Fórum de EA, em Goiânia	153
16.	ASSIM CAMINHA A EA Pesquisa inédita revela dados surpreendentes e preocupantes para a EA	165
17.	PROFUSÃO DE EVENTOS Muitos eventos, fatos extremos em 2005, marcam a escalada da EA	173
18.	EA AVANÇA NAS ESCOLAS Duas pesquisas dão novos indícios da EA praticada nas instituições de ensino	185
19.	NOVOS PROGRAMAS Com apoio ministerial, estrutura-se a disseminação da EA no país	197
20.	PARA ONDE QUEREMOS IR? Temas como juventude e financiamento da EA nas decisões da II CNMA	209
21.	CRESCE A MOBILIZAÇÃO O Brasil como palco de eventos internacionais, em que não faltam polêmicas	219
22.	SONHOS E CRÍTICAS Política de EA: debatida em conferência jovem, mas criticada por especialista	229
23.	ESPALHANDO AS RAÍZES O Brasil leva para a África sua experiência de política pública de EA	243
24.	MUITAS “EAs” Como entender a profusão de novas EAs, desenvolvidas desde os anos 1990?	253

25.	ANO QUENTE	265
	Relatório coloca o aquecimento global em pauta, também para a EA	
26.	CLIMA EM DESTAQUE	275
	Novos eventos utilizam mudanças climáticas como meio de mobilização	
27.	SISTEMATIZANDO LAÇOS	283
	Como começou a construção de um Sistema Nacional para a EA	
28.	LINHA DO TEMPO DA EA	293
	Os principais fatos e seus contextos, com destaque para o período 1997-2007	
29.	45 REDES DE EA	327
	O que e quantas redes de EA temos, num levantamento com apoio da Rebea	
30.	CIEAS EM EVOLUÇÃO	333
	Uma estrutura ligada ao enraizamento da EA	
31.	SIGLAS	345
	Siglas utilizadas no livro... e por quem atua na área	
32.	GLOSSÁRIO	355
	Vocábulos e expressões que ajudam na caminhada pela EA	
33.	BIBLIOGRAFIA	377
	Publicações e sites mais utilizados na construção deste livro	

O ANO DA EA



“A RAIZ DO DILEMA AMBIENTAL ESTÁ NA FORMA COMO APRENDEMOS A PENSAR O MUNDO: DIVIDINDO-O EM PEDAÇOS.”

NOEL MELNNIS

Para muitos especialistas, 1997 foi o Ano da Educação Ambiental no Brasil.¹ Dois fatos podem ajudar a entender a ascensão do tema, que fez do ano um marco para quem estuda a história da Educação Ambiental brasileira. Por um lado, a comemoração das duas décadas de realização da Conferência de Tbilisi. Promovida pela Unesco em 1977, na capital da Geórgia, Ex-União Soviética, ela resultou num documento final que é base para a moderna visão da educação ambiental (EA, como chamaremos daqui em diante). Por outro, era momento de avaliar os cinco anos da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento. Mais conhecida como Rio 92, foi nela que se finalizou a construção do Tratado de Educação Ambiental para as Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, referência para quem quer fazer EA em qualquer parte do mundo.

Foi um período recheado de novidades, que instigaram milhares de educadoras/es a participar de diferentes eventos, nacionais e internacionais. O crescente número de pessoas interessadas no tema era, aliás, uma das boas novas para quem, dez anos antes, ouvia comentários jocosos, dos próprios ambientalistas, sobre a dificuldade de “lotar uma kombi” para mobilizações, nas quais os educadoras/es ambientais exerciam importante papel.

Dos muitos eventos, vale ressaltar quatro, especialmente importantes para compreender o contexto de então:

QUASE MIL...

- De 31 de maio a 5 de junho daquele ano, 962 educadoras/es da América Latina e Caribe foram atraídos a Guadalajara (México), para o *II Congresso Ibero-americano de EA*. Entre eles, a educadora Nana Minnini Medina. Realizado sob auspícios do Ministério do Meio Ambiente do México, Universidade de Guadalajara, Federação dos Grupos Ambientalistas, Unesco, Pnuma e Unicef, ele teve justamente as “marcas de Tbilisi” como tema central. As conclusões

dão idéia do clima que reinava não só no Brasil, mas nos outros países da região, diz ela. Entre outros, segundo Medina, reivindicou-se um marco de referência comum para a construção de estratégias educativas e materiais de comunicação na região ibero-americana, bem como a análise dos conceitos e práticas de EA com essa perspectiva regional.²

...MAIS DE MIL...

- Em agosto do mesmo ano, 1.131 brasileiras/os concentraram-se em Guarapari (ES) para aquele que foi o maior evento exclusivamente para a educação ambiental no país até então: o *IV Fórum Brasileiro de EA*, ao qual se associou o *I Encontro da Rede Brasileira de EA* (Rebea). Também aqui a pauta foi ambiciosa, recorda a educadora Cláudia Macedo, da Associação Projeto Roda Viva (RJ), ong que assumiu a coordenação do evento ao lado do Instituto de Estudos Sócio-econômicos (Inesc/DF): articular e integrar educadoras/es ambientais, divulgar as experiências regionais, atualizar os diferentes segmentos da sociedade atuantes no setor, avaliar aspectos filosófico-metodológicos que

Memória

O IV Fórum de EA, em 1997, foi o primeiro grande evento organizado por educadoras/es ambientais do Brasil que extrapolou o eixo Rio – São Paulo. Foi também o primeiro assumido pela Rebea. Nos anteriores – em 1989, 1991 e 1994 – essa fora uma tarefa da Coordenadoria Executiva de Cooperação Universitária e de Atividades Especiais da Universidade de São Paulo (CECAE/USP). Foi no segundo, aliás, que, sob a efervescência do período prévio à Rio-92, a Rebea germinou.⁵ Mas a consolidação se deu durante a *1ª Jornada Internacional de Educação Ambiental*, um dos encontros do Fórum Global, nome dado à constelação de eventos paralelos realizados na Praia do Flamengo.⁶

Em 1997, a mobilização, que superou todas as expectativas, levou à decisão arrojada de eleger a Ecopantanal, do Mato Grosso, representada por Heitor Medeiros, para a secretaria executiva da Rebea. Essa rede fora criada no ambiente do segundo fórum de EA, realizado em São Paulo, mas formatada no interior do no Grupo de Trabalho de EA do Fórum Brasileiro de Ongs e Movimentos Sociais. Vale lembrar que internet era um instrumento ainda raro e caro, portanto impensável na época como suporte de comunicação entre todos os elos. Num histórico que faz dessa Rede, Vivianne Amaral, da Bioconexão, que dois anos depois assumiria a secretaria-executiva, define essa mudança de eixo como o ingresso de uma segunda fase da rede brasileira, que conseguiu naquele momento estender seus fios para todas as regiões do país.⁷

fundamentam a ação nesta área, debater políticas públicas e fazer o balanço não só dos cinco anos pós Rio-92 e como dos 20 anos da *Conferência de Tbilisi*³. Todas as lideranças consultadas são unânimes em recordar esse Fórum, como um momento rico, que resultou na consolidação da rede nacional, na ampliação do conhecimento e na difusão de metodologias e práticas de EA. Na verdade, referem-se ao processo de cinco meses, de março a julho de 1997, em que houve oito pré-fóruns nas cinco regiões do país, realizados com o envolvimento direto de 39 organizações atuantes no campo da EA. Todos eles contaram com recursos do Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA/MMA), que também apoiou a impressão e distribuição gratuita dos “*Cadernos do IV Fórum e I Encontro da Rede Brasileira de EA*”⁴. Foi o auge da primeira “onda” das redes de EA, como veremos adiante.

...MILHARES

- A mobilização não parava de crescer. De acordo com as estatísticas oficiais, a 1ª *Conferência Nacional de EA* (CNEA), realizada em Brasília (DF), de 7 a 10 de outubro de 1997, atraiu 2.868 participantes. Pouco mais da metade, representantes de instituições governamentais, entre os quais, 354 delegados regionais. Das muitas atividades paralelas, uma exposição de projetos de EA mostrou detalhes de 413 experiências, que revelaram a diversidade de práticas de EA promovidas pelos vários atores sociais, em todo país. Como lembra o livro *A Implantação da Educação Ambiental no Brasil*, o documento final, *Declaração de Brasília para a Educação Ambiental*⁸, abordou cinco áreas temáticas: 1-Educação ambiental e as vertentes do desenvolvimento sustentável; 2-Educação ambiental formal: papel, desafios, metodologias e capacitação; 3-Educação no processo de gestão ambiental: metodologia e capacitação; 4-Educação ambiental e as políticas públicas: Programa Nacional de EA, políticas de recursos hídricos, urbanas, agricultura, ciência e tecnologia; e 5-EA, ética, formação da cidadania, educação, comunicação e informação da sociedade. Foi esse o documento brasileiro apresentado na Grécia.⁹

...EM DEZEMBRO, NA GRÉCIA

- Para coroar o ano, em Thessaloniki (Grécia), de 8 a 12 de dezembro, aconteceria a *Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Consciência Pública para a Sustentabilidade*, organizada pela Unesco e o governo

grego. Para o evento, que avaliou os 20 anos de Tbilisi, afluíram representantes de 83 países, de organizações governamentais, não governamentais e intergovernamentais. Também aqui, a articulação foi palavra-chave. O que se queria? Ações de EA baseadas nos conceitos de ética e sustentabilidade, identidade cultural e diversidade, mobilização e participação, além de práticas interdisciplinares. Se a mobilização era grande, os participantes notaram que havia muito a avançar, pois o desenvolvimento do setor fora insuficiente, nos cinco anos pós-Rio 92. Participantes do evento internacional recomendaram a mudança dos currículos escolares para as premissas básicas que norteiam uma educação “em prol da sustentabilidade”, bem como reforçar a motivação ética, dar ênfase em ações cooperativas e às novas concepções de enfoques diversificados.¹⁰

ENQUANTO ISSO, NA ESFERA VIRTUAL...

- Em 1997 também foram marcantes no Brasil as Teleconferências de Educação Ambiental: uma nacional, em junho, e cinco regionais, entre agosto e dezembro. Transmitidas por satélite, a melhor tecnologia disponível na época, os debates chegavam ao vivo a telecentros em vários pontos do país, para onde acorreram milhares de educadoras/es, para ver, ouvir e interagir com debatedoras/es. E houve retransmissão para a TV a cabo e a TV Escola. Em pauta, o estado da arte da EA do MEC e a discussão de práticas no meio escolar. Para aquecer o debate, dezenas de experiências de EA foram selecionadas, transformando-se em reportagens que entremearam as falas. A demanda por recursos financeiros para EA, a necessidade de mais cursos universitários que incorporassem a dimensão ambiental em seus currículos e a concepção metodológica que priorizasse a EA como processo que lida com atitudes e valores, não como disciplina à parte (exceto em alguns cursos universitários e de especialização), foram temas que se repetiram em todas as teleconferências.¹¹

Eventos são mobilizadores, como se verá adiante, no detalhamento desta história. Mas seu sucesso ou insucesso é reflexo do contexto em que ocorrem. Portanto, vale saber mais sobre esse ano de 1997, para entender o que aconteceu a partir de então.

Notas

- 1 O livro “A implantação da Educação Ambiental no Brasil” detalha os principais acontecimentos do “ano da EA”, em especial no capítulo “20 anos de Tbilisi”.
- 2 *Dois publicações da série Documentos Técnicos (DT) do OG-PNEA dão detalhes: DT n°5 (Programa Latino-americano e Caribe-nho de EA, 2005 e o n°7 (Portfólio do Órgão Gestor da Política Nacional de EA de 2006), disponíveis no sítio do MMA.*
- 3 “A implantação da Educação Ambiental no Brasil”, 1997.
- 4 Informações do sítio www.rebea.org.br (pesquisa no início de 2007) e depoimentos de facilitadoras/es da rede.
- 5 Artigos “Rede Brasileira de Educação Ambiental”, de Vivianne Amaral, na Revista Brasileira de EA n. 03, de 12/12/2002 (<http://www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=75&class=02>) e “Breve História da Educação Ambiental”, por Nana Mininni Medina (http://paginas.terra.com.br/educacao/cepambiental/hist_ea1.html).
- 6 A criação oficial da Rebea, portanto, se dá no mesmo evento em que se firmou o “Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global”, que se tornou referência para educadoras/es ambientais, como frisa o livro “A implantação da Educação Ambiental no Brasil”.
- 7 Além da consulta a documentos impressos e eletrônicos, muitas informações contidas neste livro provêm do depoimento de pessoas “do ramo” da EA. Em alguns casos, decorrem da vivência da própria autora.
- 8 Íntegra disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001871.pdf>
- 9 Vale ressaltar a diferenciação, muito usada na década de 1990, entre ensino formal, nas escolas; não-formal, fora do âmbito escolar (tais como cursos para gestores ambientais), e a informal, realizada através de campanhas nos veículos de comunicação e outros meios.
- 10 Documento de Thessaloniki (<http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/deds/pdfs/declthessaloniki.pdf>).
- 11 O livro “A implantação da Educação Ambiental no Brasil” descreve as teleconferências de EA, em 1997.

RETOMANDO AS RAÍZES



PAULO LEMINSKI

Se a semente é de abacate, nascerá um abacateiro. Na seção *Fichário*, do já mencionado livro *A Implantação da Educação Ambiental no Brasil*¹², há a descrição de como era a estrutura institucional e os principais programas federais, no que se refere à EA, em 1997. Eram peças decisivas no jogo da mobilização em torno desse tema no país. Ao rememorar o que existia então, entende-se melhor o que ocorreria em seguida.

Desde 1994, as ações públicas nesse setor eram orientadas pela primeira versão do Programa Nacional de EA (PRONEA), instituído pela Presidência da República por instrução ministerial. Nele, constava a missão da Coordenação de EA do Ministério da Educação, ou COEA/MEC – cuja origem fora um Grupo de Trabalho para a EA estabelecido em 1991 –, de se voltar mais para a “educação ambiental formal”, isto é, vinculada ao sistema de ensino, em todos os níveis. Néli Gonçalves de Melo coordenou essa área até 1998.

Para os demais públicos, que não o escolar, a execução caberia aos setores correspondentes do MMA/Ibama, focando-se em especial a educação no processo de Gestão Ambiental. Em 1997, o MMA possuía um Grupo de Trabalho de EA, criado no ano anterior, já de olho na operacionalização da Conferência Nacional de EA, realizada em 1997. Era dirigido por Fani Mamede Carvalho. Bem mais antiga, a Divisão de EA do Ibama fora criada em 1991 dentro do Departamento de Divulgação Técnico-Científica e de Educação Ambiental, sob a coordenação de José Silva Quintas. Ganhou músculos em 1993, com a criação de 33 Núcleos de Educação Ambiental (NEAs) em suas 27 superintendências estaduais e seis centros de pesquisa que, juntos, contavam com 160 profissionais. O planejamento das ações era participativo, gerado em encontros técnicos anuais.

PARA O ENSINO FORMAL...

- Em 1997, a COEA/MEC colecionava, entre suas atividades, a promoção de eventos locais, regionais e nacionais de EA, a produção de

materiais didáticos, além do estabelecimento de parcerias para disseminar a EA junto aos mais diferentes setores. Entre estas, o destaque ficava para os Centros de Educação Ambiental (CEAs).

- Já havia dezenas de CEAs, segundo informa o livro de 1997, estruturados por iniciativa de organizações públicas e privadas a partir de projetos relativos à questão ambiental. Para dar uma idéia da variedade, basta citar três, mencionados no livro: o CEA Foz de Iguaçu, instituído pela empresa Itaipu Binacional; a Escola das Dunas, em Extremoz (RN), vinculada à universidade, e a Escola do Bosque, administrada pela prefeitura de Belém (PA), mas criada a partir da mobilização da sociedade civil pela proteção de uma área verde de 12 hectares naquele município. Por meio da mencionada parceria, o MEC poderia oferecer, por exemplo, orientação pedagógica.

Pronea 1.0

Comemorando em 2004 sua terceira versão, atualizada a partir de amplo processo de consulta pública, o Programa Nacional de EA teve sua primeira versão estabelecida pela Presidência da República em dezembro de 1994, na forma de uma exposição de motivos interministerial. Seu primeiro desenho concentrava-se no cumprimento do artigo 225 da Constituição Federal, que tornara a EA obrigatória em todos os níveis de ensino. Foi subscrito por quatro ministros: os do MMA e MEC – executores do programa – e os parceiros, da Cultura e da Ciência e Tecnologia.

O texto de 1994 já previa a parceria entre MEC (COEA) e MMA/Ibama para trazer a EA aos sistemas de ensino e de gestão ambiental. Propunha três focos principais: capacitação de gestoras/es e educadoras/es, desenvolvimento de ações educativas, de instrumentos e metodologias. A partir disto, apresentava sete linhas de ação: desde a previsível EA por meio do ensino formal e no processo de gestão ambiental, até campanhas, cooperação com meios de comunicação e articulação com outros setores. Foi por determinação desse programa nacional que, em 1997, ocorreria a Conferência Nacional de EA.

Outras parcerias utilizavam-se dos mecanismos do *Acorda Brasil* – programa do MEC que visava apoiar iniciativas que contribuíssem para tornar a educação formal prioridade de todos os setores, “acordando-os para a escola”. Essa foi a origem, por exemplo, do apoio institucional da COEA/MEC a projetos de EA de empresas privadas e estatais, facilitando a distribuição de materiais

paradidáticos nas escolas públicas. Ou da viabilização da produção de livros e vídeos sobre EA destinados a docentes e estudantes, e idealizados por ongs ou órgãos públicos, estaduais ou municipais.

Outros destaques da COEA/MEC em 1997 foram as já citadas teleconferências de EA, feitas com suporte técnico da assessoria de comunicação do MEC, e a Conferência Nacional de EA, promovida em conjunto com os setores de EA do MMA/Ibama.

...E PARA O UNIVERSO DA EA “NÃO FORMAL”

Voltado a uma ampla gama de grupos sociais, desde técnicos de órgãos executores de políticas públicas, até produtoras/es rurais, pescadoras/es e grupos comunitários afetados por riscos ambientais e tecnológicos, a Divisão de EA do Ibama criou o *Curso de Introdução à Educação no Processo de Gestão Ambiental*. Com ele, tencionava desenvolver a capacidade nos educandos de mediar conflitos de interesses entre os atores sociais na disputa pelo controle e uso de recursos ambientais. Os dois primeiros foram justamente em 1997. Também explorou temas como a EA no ecoturismo e a Agenda 21¹³, em ciclos de palestras, oficinas e seminários.¹⁴

Ainda era difícil baixar arquivos disponibilizados pela internet; outra atividade foi formar uma rede de materiais educativos sobre meio ambiente, para empréstimo.

Mas o objetivo maior, revelado em documentos dos setores de EA do MMA e Ibama, era atuar pela implantação de políticas públicas compatíveis com o desenvolvimento sustentável e disseminar tecnologias menos impactantes ao ambiente. Se possível, realizando parcerias com órgãos públicos estaduais, municipais e/ou ongs.¹⁵

EA no planejamento federal

Considerado um indicativo do fortalecimento da EA – nesta escalada para que fosse entendida enquanto política pública –, pela primeira vez o governo federal inseriu o tema entre as ações do Plano Plurianual 96-99, ou PPA¹⁷, que consiste num instrumento legal criado pela Constituição Federal de 1988, empregado pelo governo para definir as principais ações com antecedência, sempre considerando períodos de quatro anos.

LEI PARA A EA?

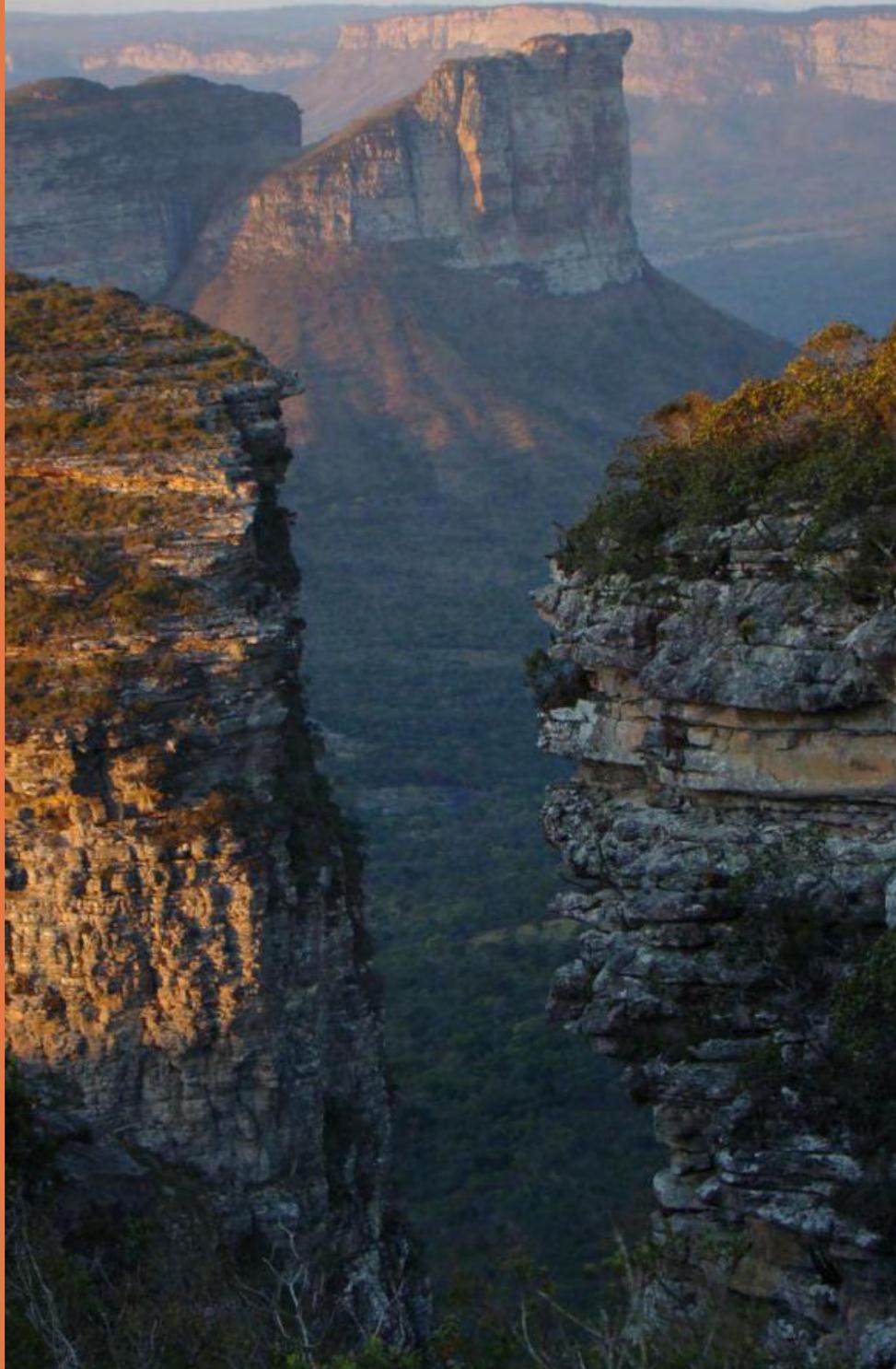
Em 1997, estavam aquecidos os debates em torno de uma futura lei para estabelecer a política nacional de EA. O projeto, com número 3.792, já tramitava desde 1993. Fora proposto pelo então deputado federal Fábio Feldman à Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias da Câmara dos Deputados. Recebera modificações no Congresso Nacional, onde o relator era José Sarney Filho, da base governista. Mas o palco das discussões para educadoras/es ambientais era a Câmara Técnica Temporária de EA do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama). Criada em 1995 por reivindicação de seus conselheiros/os, esta CT tinha 15 membros, sendo presidida pela professora Néli Gonçalves de Melo, da COEA. A primeira reunião acontecera apenas em junho de 1996. No final de 1997 haviam sido sete.

Num artigo datado de 2002, Alexandre Pedrini, do Instituto de Biologia da Universidade Estadual do Rio de Janeiro¹⁶, relembra os prós e os contras do projeto de lei para estabelecer as regras para a EA no país. Em favor, a concepção “parcialmente avançada” da EA, que propunha a aquisição de novos valores, atitudes e competências, além dos objetivos multidisciplinares, democratização da informação e uma variedade de atividades. Também elogiado o artigo que imporia a alocação de 20% do valor das multas ambientais para a EA (mais tarde vetado, como veremos). Entre as críticas, a concepção de EA com foco naturalista (considerada simplista) e a proibição da disciplina de EA em cursos de licenciatura ou graduação (seria a generalização da idéia, predominante entre educadoras/es, de uma EA transdisciplinar e interdisciplinar, e não como disciplina à parte, nos demais níveis de ensino).

Notas

- 12 “*A implantação da Educação Ambiental no Brasil*”, p. 127 a 152.
- 13 Subscrita pelos países participantes da Rio-92, trata-se de um plano de ação global, que passou a ter suas respectivas versões nacionais, regionais, locais, como veremos.
- 14 Informações do sítio do Ibama (www.ibama.gov.br/cgeam), consultado no início de 2007.
- 15 Informações do sítio do Ibama (www.ibama.gov.br/cgeam), consultado no início de 2007.
- 16 *As críticas de Alexandre Pedrini estão no paper “As Políticas Públicas Nacionais com Educação Ambiental no Brasil: evolução e perspectivas” (RJ, s/d), divulgado na época. (8 p.). Disponível em: http://www.ufmt.br/gpea/pub/pedrini_pp_ea.pdf.*
- 17 *O Plano Plurianual ganhou força de lei por meio do artigo 174 da Constituição Federal de 1988. Ele normatiza o planejamento de médio prazo e define macro-orientações do governo federal para o setor público.*

NOVOS PARÂMETROS



“FELIZ AQUELE QUE TRANSFERE O QUE SABE
E APRENDE O QUE ENSINA.”

CORA CORALINA

15 de outubro de 2007. Dia de um aniversário especial para os mais de 100 profissionais diretamente envolvidos e os 700 pareceristas, professoras/es de universidades e especialistas de todo o País, que contribuíram com críticas e sugestões. Mais que Dia do Professor, para esse grupo, é data para comemorar os dez anos da estréia da primeira série dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), oficialmente apresentada em 1997, com forte repercussão na esfera escolar, em todo o país.

Lançada depois de dois anos de construção coletiva, e da aprovação do Conselho Nacional de Educação (CNE), eles se dirigiam, nessa primeira versão, a docentes da 1ª à 4ª série do Ensino Fundamental. Em 1998, seria a vez dos PCN 5ª à 8ª série. Depois, até 2002, viriam os Referenciais Nacionais de Formação Indígena, para a Educação de Jovens e Adultos, para Educação Infantil e para a Formação de Professores, seguidos de um programa especialmente criado para estimular sua adoção no meio escolar: o *Parâmetros em Ação – Meio Ambiente*.

O QUE DE NOVO

A grande novidade dos PCN estava nos temas transversais, que permeariam todas as disciplinas, de forma a ajudar a escola a cumprir seu papel constitucional de fortalecimento da cidadania. Meio ambiente foi um dos temas, ao lado de ética, pluralidade cultural, orientação sexual, trabalho e consumo.¹⁸ “A transversalização do tema meio ambiente no currículo foi uma das melhores propostas para a definição de um campo de atuação da Educação Ambiental na escola”, resumiria, em 2002, a publicação *Políticas de Melhoria da Qualidade da Educação – Um Balanço Institucional*, do MEC.¹⁹

Num estudo que abordou os PCN com foco no ensino de matemática²⁰, Mutsu-Ko Kobashigawa retomou aspectos históricos e práticos desse conjunto de orientações. Um dos alicerces, lembra ela, estava na Lei de Diretrizes e Bases, promulgada no ano anterior (Lei 9.394/96), que mudou a concepção curricular

no ensino formal. A partir dela, União, unidades da Federação e municípios ganharam competência conjunta para nortear os currículos.

Em outras palavras, os PCN não poderiam ser impostos pela esfera federal como regra obrigatória. Mas se tornaram referência para ajudar as instituições de ensino de todo o país na dupla tarefa de enfrentar antigos problemas educacionais e encarar desafios colocados pelas novas características da sociedade. Não é à toa que, desde então, publicações didáticas e paradidáticas passaram a adotar esse novo referencial.

Como muitos analistas, Mutsu-Ko classifica como inovação importante a proposta dos conteúdos ultrapassarem a dimensão de conceitos, chegando à esfera dos procedimentos e atitudes. É aí que entraram os temas transversais, para instigar uma interpretação da realidade, através da análise crítica. Dois exemplos, citados por ela, de como chegar a isso: promoção de atividades apresentadas de forma contextualizada pelos próprios estudantes, ou tarefas estimulantes referentes ao entorno físico e social. Entre os efeitos esperados, a dissertação menciona a geração de atitudes de quem estuda, de segurança quanto à própria capacidade de construir conhecimentos, aumento da auto-estima e do respeito ao trabalho dos colegas.

SÓ QUE NA PRÁTICA...

... a teoria pode ser outra. De um lado, Mutsu-Ko confirmou que novas prescrições curriculares determinadas pelo nível político administrativo têm a força de influenciar grandes opções pedagógicas. No caso dos PCN, viram-se experiências interessantes em muitas escolas.

Mas, por outro, para incorporar as mudanças sugeridas, o corpo docente teria de saber, por exemplo, como lidar com a interdisciplinaridade. Elemento de um repertório novo, nada fácil de adotar por profissionais que frequentemente enfrentam toda sorte de obstáculos, baixos salários, rotatividade nas escolas, barreiras em sua formação, entre outros, constata a pesquisadora. Para ela, esse era um entrave para a mudança esperada.

Dados do próprio MEC sobre a condição de quem ensinava naquela época no Ensino Fundamental justificam a interpretação da pesquisadora. O Censo Escolar de 1996 revelava a existência de cerca de 1,4 milhão de docentes, dos quais mais da metade (56,1%) atuando de 1ª a 4ª séries. Mesmo que os dados informassem uma melhora em número e qualidade, com relação a 1991, as informações eram preocupantes.²¹

Quanto ao nível de formação, ainda havia quase um décimo dos docentes apenas com Ensino Fundamental completo (4%) ou incompleto (5%)! O resto dividia-se em profissionais com escolaridade de nível superior (44%) ou médio (47%). Isso sem contar o número de docentes sem habilitação na Educação Infantil, gerando um total de 225,5 mil professoras/es sem habilitação para o exercício profissional.

“Embora submetido a diversos estímulos e a múltiplos conhecimentos teóricos ou técnicos, [o professor] faz suas próprias escolhas, baseado nesse campo imenso de informações que compõem o pano de fundo de sua prática. Ele constrói consciente, ou até mesmo inconscientemente, um território que lhe é próprio e caro. Abrir as fronteiras desse espaço, construir zonas de intersecção com o outro que podem se configurar como zonas de transformações, é uma vivência muito delicada. Isso só pode ocorrer em clima de reconhecimento, segurança e afeto”, menciona Mutsu-Ko, com base num estudo de Furlanetto sobre a formação de docentes.²²

CAPACITANDO MULTIPLICADORES

Como avançar na disseminação da EA, já com o mesmo olhar transversal dos PCNs? Uma das respostas da COEA/MEC foi o programa *Capacitação de Multiplicadores em EA*, conjunto de 18 cursos criado no âmbito do Acordo Brasil/Unesco. Destinavam-se a técnicas/os das secretarias de educação, delegacias regionais do MEC, bem como a docentes em escolas técnicas federais e de cursos de pedagogia de algumas universidades. Com 100 horas, divididas em dois momentos, o curso seguia uma metodologia denominada *Proposta de Participação-Ação para a Construção do Conhecimento* (Propacc). Usavam-se matrizes sequenciais para focar desde a identificação dos problemas socioambientais, até o planejamento para a EA. Ao final, os participantes teriam condições de atuar como agentes multiplicadores para introduzir a EA no currículo.²³

AVALIAÇÃO OFICIAL

Ao avaliar o período 1991-98, a publicação “*Políticas de Melhoria da Qualidade da Educação*”²⁴, lançada pelo MEC em 2002, interpretou que a presença da EA no ministério nesse período priorizou o apoio a ações desenvolvidas no sistema do meio ambiente. Menciona, entre os exemplos, a criação dos mencionados Centros de EA, cursos de capacitação para multiplicadores,

além da divulgação dos objetivos, princípios e projetos de EA nas escolas por meio de teleconferências e vídeos. Atos que teriam garantido a sensibilização dos atores da área educacional, mas não a construção de uma identidade da EA nos sistemas de ensino, que penetrasse no universo das políticas e ações educacionais das instituições.

A mesma análise confirma que a proposta dos temas transversais no currículo (PCNs), em 1997-98, revelou-se uma prática de difícil implementação imediata, seja como política educacional ou prática pedagógica. Mas havia uma forte demanda das Secretarias de Educação, estaduais e municipais, para adotar os PCNs, como apontou um relato histórico feito para o III Congresso Ibero-americano de EA (III Ibero), na Venezuela, em 2000.²⁵

Foram motivos para idealizar os *Parâmetros em Ação – Meio Ambiente na Escola* (PAMA), que tentaria preencher duas lacunas com um único programa, como veremos adiante: 1- proporcionar ferramentas para professoras/es das diferentes regiões do país trabalharem conteúdos do PCN de forma reflexiva e 2- criar a prática de formação continuada nas Secretarias de Educação e unidades escolares.

Antes disso, ainda em 1998, a COEA, depois de cinco anos ligada Secretaria Executiva do Gabinete do Ministro, foi transferida para a Diretoria de Políticas de Educação Fundamental da Secretaria da Educação Fundamental (SEF). Com isso, ganharia o status de coordenação geral no organograma do órgão federal. Por ser a SEF uma das três secretarias do MEC, encarregada de instrumentalizar a ação prática de professoras/es, elaborar políticas de formação continuada e subsidiar as políticas públicas de educação nos estados e municípios, a nova coordenação de EA apostou que a mudança ajudaria a impulsionar a institucionalização da EA como tema transversal, a começar pelo Ensino Fundamental.²⁶

FORA DAS ESCOLAS

Também em 1998, a presidência do Ibama, anunciou a criação do Programa de EA e Divulgação Técnico Científica (PEA) como um dos 12 prioritários do órgão federal. Só que a verba prevista no Orçamento da União para esta área, que pela primeira vez ultrapassaria R\$ 1 milhão, sofreu contingenciamento. Os coordenadores dos NEAs mobilizaram-se, para definir estratégias alternativas.

A resposta foi concentrar as atividades de EA em cursos. Houve dois de *Introdução à Questão Ambiental* (40 horas/aula) no Nordeste (para o Incra/CE e o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca), e sete em Roraima, sobre *Queimadas Controladas*, em assentamentos de reforma agrária e aldeias dos índios Macuxi. Em Brasília, 74 educadoras/es participaram do *III e IV Curso de Introdução à Educação no Processo de Gestão Ambiental*, e, graças a um termo de cooperação entre o órgão federal e a Universidade de Brasília (UnB), a universidade lançou o mestrado profissionalizante em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Parte das vagas foram reservadas para servidores do próprio Ibama.

JÁ NA ESFERA DAS ONGS...

Exemplo da direção que começou a tomar a EA no segmento não governamental é o projeto “*Muda o Mundo Raimundo – Educação Ambiental no Ensino Básico do Brasil*”. Ele começou em 1995, sob as asas do WWF-Brasil, visando capacitar professoras/es para o desenvolvimento da EA no espaço escolar. Justamente no final do “ano da EA no Brasil”, graças ao apoio do MMA, MEC, Ibama, Unesco e Fundação Roberto Marinho, estruturou-se o Instituto Brasil de Educação Ambiental, ong que atuaria exclusivamente com EA.²⁷

Deste modo, ganharia vôo próprio o projeto criado pelo WWF com apoio governamental. O novo instituto prosseguiu com a mesma metodologia. Agindo a partir das escolas, inspirava “Raimundos” e “Marietas” a resgatarem a história das comunidades do entorno, compreenderem o contexto, para então criarem ações educacionais que melhorariam seus mundos. Em abril de 2002, quando a ong encerrou suas atividades, os dirigentes do Instituto contabilizaram a realização de 130 oficinas locais, 56 cursos e 500 projetos gerados por participantes. O livro “*Muda o Mundo Raimundo!*”, de apoio às atividades, foi três vezes reeditado.

Outro bom indicador da evolução da EA está nos projetos apoiados pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA). De 1989 a 2002, revela um informe desse órgão de fomento, 270 projetos de EA receberam aporte financeiro. Isso corresponderia, segundo o próprio FNMA, a quase 30% do total de propostas financiadas no período, apresentadas tanto por organizações da sociedade civil, como por instituições públicas.

A estatística inspirou outros levantamentos. O livro “*Quem faz o que pela Mata Atlântica*”, organizado por *Marussia Whately* e publicado em 2004 pelo Instituto Socioambiental, traz um mapeamento de projetos em prol da Mata Atlântica, executados por uma variedade de atores sociais: ongs, órgãos públicos, empresas privadas, instituições de ensino etc.²⁸

Dos 747 projetos avaliados, mais de um quinto (162) teve a EA como principal componente. Em número, ainda considerando os 747, o estudo destacou o FNMA como principal apoiador (180), seguido de duas organizações ligadas a empresas: Unibanco Ecologia (166) e Fundação O Boticário de Proteção à Natureza (91). Mais uma confirmação de que o suporte a projetos de EA, que antes tinham em organizações internacionais as principais fontes financeiras, migrara para apoiadores nativos.

A tendência já estava presente no diagnóstico da EA no Brasil feito em 1997 para a I Conferência Nacional de EA. Com base em 470 questionários respondidos, viu-se que a maioria dos projetos de EA tinha financiadores nacionais (48% com recursos governamentais e 19,7% de ongs). O resto, menos de um quinto do total, dividia-se em suporte de governos de outros países (9,5%), não-governamental internacional (8,7%) e outros (13,8%).

Mais dados da mesma pesquisa que ajudam a entender o momento: pouco mais da metade dos projetos avaliados (53,2%) era de órgãos governamentais. Com relação à atividade principal, a maior parcela era de materiais que visavam a sensibilização das comunidades (educação informal, 38,8%). Ações de EA no âmbito do ensino não formal viriam em seguida (32,8%), ficando a educação formal, nas escolas, com a menor fatia (27%).

Apesar dos avanços institucionais, esse quadro pouco havia mudado até 2000, segundo relato de técnicos do MMA feito três anos mais tarde no III Congresso Ibero-americano de EA, em Caracas (Venezuela). A pesquisa também localizou uma forte demanda pela capacitação em EA, o que teria motivado ações, também desse ministério, para preparar diferentes atores sociais para a EA, como veremos mais adiante.

CAPACITANDO MULTIPLICADORES

Como avançar na disseminação da EA, já com o mesmo olhar transversal dos PCNs? Uma das respostas da COEA/MEC foi o programa *Capacitação de Multiplicadores em EA*, conjunto de 18 cursos criado no âmbito do Acordo Brasil/Unesco. Destinavam-se a técnicas/os das secretarias de educação,

delegacias regionais do MEC, bem como a docentes em escolas técnicas federais e de cursos de pedagogia de algumas universidades. Com 100 horas, divididas em dois momentos, o curso seguia uma metodologia denominada *Proposta de Participação-Ação para a Construção do Conhecimento* (Propacc). Usavam-se matrizes seqüenciais para focar desde a identificação dos problemas socioambientais, até o planejamento para a EA. Ao final, os participantes teriam condições de atuar como agentes multiplicadores para introduzir a EA no currículo.²³

AVALIAÇÃO OFICIAL

Ao avaliar o período 1991-98, a publicação “*Políticas de Melhoria da Qualidade da Educação*”²⁴, lançada pelo MEC em 2002, interpretou que a presença da EA no ministério nesse período priorizou o apoio a ações desenvolvidas no sistema do meio ambiente. Menciona, entre os exemplos, a criação dos mencionados Centros de EA, cursos de capacitação para multiplicadores, além da divulgação dos objetivos, princípios e projetos de EA nas escolas por meio de teleconferências e vídeos. Atos que teriam garantido a sensibilização dos atores da área educacional, mas não a construção de uma identidade da EA nos sistemas de ensino, que penetrasse no universo das políticas e ações educacionais das instituições.

A mesma análise confirma que a proposta dos temas transversais no currículo (PCNs), em 1997-98, revelou-se uma prática de difícil implementação imediata, seja como política educacional ou prática pedagógica. Mas havia uma forte demanda das Secretarias de Educação, estaduais e municipais, para adotar os PCNs, como apontou um relato histórico feito para o III Congresso Ibero-americano de EA (III Ibero), na Venezuela, em 2000.²⁵

Foram motivos para idealizar os *Parâmetros em Ação – Meio Ambiente na Escola* (PAMA), que tentaria preencher duas lacunas com um único programa, como veremos adiante: 1- proporcionar ferramentas para professoras/es das diferentes regiões do país trabalharem conteúdos do PCN de forma reflexiva e 2- criar a prática de formação continuada nas Secretarias de Educação e unidades escolares.

Antes disso, ainda em 1998, a COEA, depois de cinco anos ligada Secretaria Executiva do Gabinete do Ministro, foi transferida para a Diretoria de Políticas de Educação Fundamental da Secretaria da Educação Fundamental

(SEF). Com isso, ganharia o status de coordenação geral no organograma do órgão federal. Por ser a SEF uma das três secretarias do MEC, encarregada de instrumentalizar a ação prática de professoras/es, elaborar políticas de formação continuada e subsidiar as políticas públicas de educação nos estados e municípios, a nova coordenação de EA apostou que a mudança ajudaria a impulsionar a institucionalização da EA como tema transversal, a começar pelo Ensino Fundamental.²⁶

FORA DAS ESCOLAS

Também em 1998, a presidência do Ibama, anunciou a criação do Programa de EA e Divulgação Técnico Científica (PEA) como um dos 12 prioritários do órgão federal. Só que a verba prevista no Orçamento da União para esta área, que pela primeira vez ultrapassaria R\$ 1 milhão, sofreu contingenciamento. Os coordenadores dos NEAs mobilizaram-se, para definir estratégias alternativas.

A resposta foi concentrar as atividades de EA em cursos. Houve dois de *Introdução à Questão Ambiental* (40 horas/aula) no Nordeste (para o Incria/CE e o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca), e sete em Roraima, sobre *Queimadas Controladas*, em assentamentos de reforma agrária e aldeias dos índios Macuxi. Em Brasília, 74 educadoras/es participaram do *III e IV Curso de Introdução à Educação no Processo de Gestão Ambiental*, e, graças a um termo de cooperação entre o órgão federal e a Universidade de Brasília (UnB), a universidade lançou o mestrado profissionalizante em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Parte das vagas foram reservadas para servidores do próprio Ibama.

JÁ NA ESFERA DAS ONGS...

Exemplo da direção que começou a tomar a EA no segmento não governamental é o projeto “*Muda o Mundo Raimundo – Educação Ambiental no Ensino Básico do Brasil?*”. Ele começou em 1995, sob as asas do WWF-Brasil, visando capacitar professoras/es para o desenvolvimento da EA no espaço escolar. Justamente no final do “ano da EA no Brasil”, graças ao apoio do MMA, MEC, Ibama, Unesco e Fundação Roberto Marinho, estruturou-se o Instituto Brasil de Educação Ambiental, ong que atuaria exclusivamente com EA.²⁷

EA nas empresas

Um fato novo abriu as portas de empresas para a EA a partir de 1996, ressalta a professora Mônica Simons, especializada nessa área. Até então, a maior parte das ações desenvolvidas por companhias tinha caráter assistencialista. Eram majoritariamente atividades para o público externo, que se confundiam com ações de Relações Públicas. A mudança começou a partir do estabelecimento, naquele ano, da série ISO 14.000. Trata-se de uma certificação voluntária de sistemas de gestão ambiental da *International Standard Organization* (daí o nome ISO), de aceitação internacional, cujo manual orientador tem, no item 4.4.2, as instruções para o treinamento e capacitação dos funcionários. Mesmo assim, a professora relata que, nos primeiros anos, prevaleceu o entendimento de que a EA direcionada ao público interno da empresa deveria ser ação pontual, para transmissão de conteúdos teóricos. O tema será detalhado mais adiante, num capítulo específico sobre EA nas empresas.

Deste modo, ganharia vôo próprio o projeto criado pelo WWF com apoio governamental. O novo instituto prosseguiu com a mesma metodologia. Agindo a partir das escolas, inspirava “Raimundos” e “Marietas” a resgatarem a história das comunidades do entorno, compreenderem o contexto, para então criarem ações educacionais que melhorariam seus mundos. Em abril de 2002, quando a ong encerrou suas atividades, os dirigentes do Instituto contabilizaram a realização de 130 oficinas locais, 56 cursos e 500 projetos gerados por participantes. O livro “Muda o Mundo Raimundo!”, de apoio às atividades, foi três vezes reeditado.

Outro bom indicador da evolução da EA está nos projetos apoiados pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA). De 1989 a 2002, revela um informe desse órgão de fomento, 270 projetos de EA receberam aporte financeiro. Isso corresponderia, segundo o próprio FNMA, a quase 30% do total de propostas financiadas no período, apresentadas tanto por organizações da sociedade civil, como por instituições públicas.

A estatística inspirou outros levantamentos. O livro *“Quem faz o que pela Mata Atlântica?”*, organizado por *Marussia Whately* e publicado em 2004 pelo Instituto Socioambiental, traz um mapeamento de projetos em prol da Mata Atlântica, executados por uma variedade de atores sociais: ongs, órgãos públicos, empresas privadas, instituições de ensino etc.²⁸

Dos 747 projetos avaliados, mais de um quinto (162) teve a EA como principal componente. Em número, ainda considerando os 747, o estudo destacou o FNMA como principal apoiador (180), seguido de duas organizações ligadas a empresas: Unibanco Ecologia (166) e Fundação O Boticário de Proteção à Natureza (91). Mais uma confirmação de que o suporte a projetos de EA, que antes tinham em organizações internacionais as principais fontes financeiras, migrara para apoiadores nativos.

A tendência já estava presente no diagnóstico da EA no Brasil feito em 1997 para a I Conferência Nacional de EA. Com base em 470 questionários respondidos, viu-se que a maioria dos projetos de EA tinha financiadores nacionais (48% com recursos governamentais e 19,7% de ongs). O resto, menos de um quinto do total, dividia-se em suporte de governos de outros países (9,5%), não-governamental internacional (8,7%) e outros (13,8%).

Mais dados da mesma pesquisa que ajudam a entender o momento: pouco mais da metade dos projetos avaliados (53,2%) era de órgãos governamentais. Com relação à atividade principal, a maior parcela era de materiais que visavam a sensibilização das comunidades (educação informal, 38,8%). Ações de EA no âmbito do ensino não formal viriam em seguida (32,8%), ficando a educação formal, nas escolas, com a menor fatia (27%).

Apesar dos avanços institucionais, esse quadro pouco havia mudado até 2000, segundo relato de técnicos do MMA feito três anos mais tarde no III Congresso Ibero-americano de EA, em Caracas (Venezuela). A pesquisa também localizou uma forte demanda pela capacitação em EA, o que teria motivado ações, também desse ministério, para preparar diferentes atores sociais para a EA, como veremos mais adiante.

Notas

- 18 A seção Fichário de “A Implantação da Educação Ambiental no Brasil” resume os PCN, na época restritos à 1.^a a 4.^a série. Na internet, é possível baixar as publicações na íntegra: <http://www.fnde.gov.br/home/index.jsp?arquivo=pcn.html> (Ensino Fundamental) e http://portal.mec.gov.br/seb/index.php?option=com_content&task=view&id=265&Itemid=255 (Ensino Médio).
- 19 O livro, de 2002, oferece uma leitura da evolução da EA (p. 13). Ele está disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/politicas.pdf>.
- 20 Tese de mestrado defendida na Pontifícia Universidade Católica em São Paulo (PUC/SP), em 2006, sobre os PCN para Ensino Fundamental, no campo da matemática. Disponível em: http://www.pucsp.br/pos/edmat/mp/dissertacao_mutsu-ko_kobashigawa.pdf.
- 21 Estatísticas do Censo Escolar disponíveis em: <http://www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/Sinopse/sinopse.asp>.
- 22 In: “Inovação, currículo e formação”, de M. do C. Roldão (2000), segundo a autora da dissertação.
Artigo de Elizabeth Conceição Santos in: “Panorama da Educação Ambiental no Ensino Fundamental” 2000 (p. 25). O assunto tem abordagem semelhante na dissertação de mestrado de Patrícia Ramos Mendonça, que atuou na COEA, defendida em 2004, na Universidade de Brasília, com o título de “Educação Ambiental como Política Pública: Avaliação dos Parâmetros em Ação –Meio Ambiente na Escola”. Disponível em: http://www.rebea.org.br/acoes/tecendo/ponto_007.pdf.
- 23 Artigo de Elizabeth Conceição Santos in: “Panorama da Educação Ambiental no Ensino Fundamental” 2000 (p. 25). O assunto tem abordagem semelhante na dissertação de mestrado de Patrícia Ramos Mendonça, que atuou na COEA, defendida em 2004, na Universidade de Brasília, com o título de “Educação Ambiental como Política Pública: Avaliação dos Parâmetros em Ação - Meio Ambiente na Escola”. Disponível em: http://www.rebea.org.br/acoes/tecendo/ponto_007.pdf.
- 24 Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/politicas.pdf>.
- 25 Dois informes do Brasil apresentados naquele evento, ocupam desde a página 44 até a 116 do documento, que está Disponível em: <http://www.medioambiente.cu/foro/documentos/Capitulo5.pdf>.
- 26 “Políticas Públicas de Melhoria da Qualidade da Educação” (p. 12 e 13).
- 27 Capítulo “Muda o mundo, Raimundo! Educação Ambiental no Ensino Básico do Brasil”, de Léa Depresbiteris, Leila Chalub Mar-tins, Marcos Reigota e Vera Rodrigues, in: “Panorama da Educação Ambiental no Ensino Fundamental” (p. 65-69).
- 28 Disponível em: <http://www.mananciais.org.br/nsa/nsa/detalhe?id=1805> (acessado em 2007).

AÇÃO EM REDE



“O HOMEM NÃO TECEU A TEIA DA VIDA: ELE É MERAMENTE UM DOS FIOS.”

CACIQUE SEATTLE

É nos desdobramentos de uma ação, que se percebe o que causou impacto real. Realizado em 1997 no Espírito Santo, o IV Fórum de EA não foi importante apenas pelo grande afluxo de participantes, ou por sua realização fora do eixo Rio-São Paulo – temas mais comentados. Outra novidade, que mudaria a forma de relacionamento de educadoras/es, foi a inédita característica de montagem no padrão organizacional em rede. “Houve uma ação descentralizada e coordenada”, relembra Vivianne Amaral, da Ong Bioconexão, num depoimento para a primeira edição da Revista Brasileira de EA, lançada no final de 2004.²⁹

Além das ongs atuantes na organização nacional - Roda Viva (RJ) e Inesc (DF), da facilitação nacional da Rebea, ela cita os cinco elos que coordenaram ações regionais: Movimento pela Vida (Movida/AL), para o Nordeste; Fórum da Amazônia Oriental (Faor/PA), para a Região Norte; Instituto Ecologista de Desenvolvimento – Bioconexão e Ecopantanal (MT), no Centro Oeste; Instituto Ecoar para a Cidadania (SP), no Sudeste, e Associação de Preservação do Meio Ambiente do Alto do Vale do Itajaí (Apremavi/SC), no sul brasileiro.

Os recursos, explica, vieram do governo estadual capixaba, da Universidade Federal de Espírito Santo (UFES) e da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES). Um efeito imediato da ação em rede, diz ela, foram os pré-fóruns regionais, importantes por dois aspectos: 1- pessoas sem condições de ir a Guarapari trouxeram antes suas propostas; 2- a própria Rebea incrementou a malha de instituições parceiras. Ampliou-se a rede.

Já Heitor Medeiros, do Ecopantanal, recorda que, durante o *I Encontro da Rebea* – paralelo ao Fórum – expôs seu receio com relação ao que viria em seguida. Não seria fácil assumir a secretaria-executiva da Rebea a partir da Chapada dos Guimarães, interior do Mato Grosso, onde estava a sede da ong. A proposta era ousada. Refletia a confiança na possibilidade de irradiar o conceito de redes, qualquer que fosse a localização geográfica.

Só que basta observar o oceano para notar que as grandes ondas, depois do ápice, sofrem um refluxo natural. Com isso, novas ondas conseguem se formar. No caso da Rebea, após esse ápice do IV Fórum, houve uma “maré-baixa” da mobilização nacional. De um lado, a falta de infra-estrutura, em tempos de comunicação eletrônica incipiente, tolhia o trabalho da secretaria-executiva. De outro, dificuldades de cunho prático frustraram a intenção de realizar o V Fórum, primeiro em Alagoas, depois em Minas Gerais.

Então teve início um fenômeno não previsto... Como uma nova onda no mar, começaram a “pipocar” em várias regiões do país novas redes regionais ou temáticas de EA. “Em sua maioria, as redes são criadas ou sua articulação tem início em encontros presenciais e têm sua efetivação em parcerias para objetivos concretos, como realização de projetos, eventos”, interpretava um relatório de apresentação do projeto Tecendo Cidadania, em 2001, ao enumerar oito novas organizações formadas sob o guarda-chuva da Rebea até então.³⁰

Segundo o relatório, até 1999, surgiram a Rede Mineira de EA (Rmea), Rede Mato-grossense de EA (Remtea), Rede de EA da Paraíba (REA/Pb), Rede de EA da Bacia do Vale do Itajaí (Reabri), Rede Paulista de EA (Repea, rearticulada naquele ano). Entre 2000 e 2001, entrou em discussão a formação das redes Pantanal, que envolveria o Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, a Amazônica e a rearticulação da do Rio de Janeiro.³¹

De que forma uma rede nacional deveria “surfear” nessa nova realidade, em que redes locais começavam a assumir a função de interconectar pessoas? “Descobrimos que não estávamos diante de um fracasso do projeto da Rebea, inicialmente pensada para articular educadores. Mas, ao contrário, lidávamos com o sucesso na expansão da cultura de trabalho em rede”, resume Vivianne, que assumiu a secretaria-executiva da Rebea em 1999, ao passo que a Ecopantanal passou a concentrar suas atividades na Rede Mato-grossense de EA. O destino da Rebea, diz, seria de uma “rede das redes”. Com dois papéis importantes: 1- fortalecer os novos elos que iam se formando e 2- difundir a cultura de redes.

ENQUANTO ISSO...

O triênio 1997-1999 foi marcado por importantes avanços na legislação ambiental, com reflexos na área educativa. Já em janeiro de 1997 foi promulgada a Lei da Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei 9433/97), que mudaria a forma de encarar esse recurso natural. Confirmando que águas são um bem

de domínio público, a lei frisou que se trata de um recurso limitado, de uso múltiplo. E previu um sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos, caracterizado pela gestão tripartite. Ou seja, todo gerenciamento se daria através do Conselho Nacional e dos Comitês de Bacia Hidrográfica, em cuja composição haveria representantes do poder público e dos usuários (até 40% de cada um) e da sociedade civil organizada (pelo menos 20%). Nos comitês, as tarefas incluiriam desde o planejamento da gestão dos recursos hídricos na área de abrangência, até a definição dos valores para a cobrança pelo uso da água (outra inovação da lei) e da aplicação do dinheiro arrecadado em obras e projetos para melhorar tanto a quantidade, como a qualidade da água. Educação ambiental poderia ser contemplada.

Vale ressaltar que essa nova configuração da gestão das águas só ficaria completa em 2000, com o anúncio da lei 9.984/00, que criou a Agência Nacional de Água (ANA). É a entidade federal responsável por implementar a Política Nacional de Recursos Hídricos e coordenar o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Voltando aos anos 90, em fevereiro de 1998, foi a vez da Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605/98, regulamentada pelo Decreto 3179/99), cujo conteúdo causou grande repercussão. A partir dela, condutas e atividades lesivas contra a fauna, a flora, o ordenamento urbano, o patrimônio cultural, ou causadoras de poluição de qualquer natureza (inclusive disseminar pragas) passaram a permitir o enquadramento civil, administrativo ou criminal, gerando sanções: de multas e perda do direito a incentivos fiscais do governo, até prisão.³² Na lista dos crimes consta, por exemplo, construir, reformar ou instalar estabelecimentos, obras ou serviços potencialmente poluidores sem a devida licença ambiental. E também a informação falsa dada num processo de licenciamento ambiental.

Não é preciso dizer que a lei foi elogiada por alguns setores, que viam na divulgação do conteúdo um meio para a conscientização ambiental. Mas também encontrou fortes resistências, que incitaram vetos presidenciais. Entre outros, foi vetado o artigo 43, que previa punição a quem ateasse fogo à floresta sem precauções para evitar sua propagação.³³

Naquele ano, o país sofria os efeitos do El Niño, fenômeno climático que aumenta a estiagem na Amazônia e gera mais chuvas no sul/sudeste do país. Em Roraima, até 30 de março, quando recomeçou a chover, alastrou-se um dos maiores incêndios já vistos. Segundo o Instituto Nacional de Pesquisas da

Pensamento latino-americano e caribenho

Como que para preparar o clima para a promulgação da Lei da Política Nacional de Educação Ambiental, que seria sancionada em abril do ano seguinte, em julho de 1998 aconteceu no Brasil a reunião “Cúpula das Américas”, de ministros da Educação.

Numa exposição sobre esse evento, um documento técnico do Órgão Gestor da PNEA³⁵, lançado em 2005, destaca o documento *Educação para um Futuro Sustentável na América Latina e Caribe*, produzido com apoio da Unesco e da Organização dos Estados Americanos (OEA), e apresentado aos participantes. O texto teria sido a primeira contribuição à promoção de um pensamento latino-americano sobre a Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS), e conteria elementos fundamentais para orientar processos educativos no marco do desenvolvimento sustentável da região.

A educadora Nana Mininni Medina, que participou desse evento, comenta o documento final, “Educação para a Sustentabilidade das Américas”. Segundo ela, tornou-se clara a disposição dos países participantes de promoverem, nas instituições escolares e fora delas, estratégias educativas voltadas à formação de valores “com especial atenção aos democráticos, os direitos humanos, a visão de gênero, a paz, a convivência tolerante, o respeito ao meio ambiente e aos recursos naturais”. Isso implicaria em buscar o apoio dos diferentes atores, das organizações sociais, bem como formar os docentes para esses propósitos.³⁶ Outro ponto forte foi a definição de um prazo, até 2002, para a revisão das políticas nacionais de educação, já com a perspectiva da EA para o desenvolvimento sustentável.

A partir dessas decisões, houve uma série de projetos e iniciativas regionais relacionados com a EDS na região, relata o documento do Órgão Gestor. Entre eles, dois eventos significativos, já em 1999: a *Reunião Internacional sobre Educação para a Sustentabilidade das Américas*, em Bogotá (Colômbia), que resultou numa proposta para direcionar a transformação dos currículos escolares da região, levando-os ao enfoque da sustentabilidade, e o Seminário *Experiências Educativas Inovadoras em EA para um Futuro Sustentável*, em que se mostraram experiências em andamento na América Latina e Caribe.

Leis nacionais para a EA

Num levantamento histórico, o Órgão Gestor da PNEA revela que a década de 1990 foi marcada por avanços legais no campo da EA, não só no Brasil. Confira:

- **Estratégias ou Políticas Nacionais de EA.** Guatemala (1990), República Dominicana (1992), México (1993), Equador (1994), Cuba (1997), Costa Rica (1998)
- **Políticas:** Colômbia (1995 – Diretrizes Gerais para uma Política Nacional de EA), Peru (1999 – Política Nacional de EA adjunta à Agenda Ambiental 2000-2002) e Brasil (1999) Política Nacional de EA (Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999).

Amazônia (INPA), o fogo teria afetado 14,7% (33 mil km²) da área total do Estado.³⁴ Mais atingidos foram o norte do Estado, o sul de Boa Vista, capital de Roraima, e a região de Apiaú, onde viviam cerca de 1,5 mil pessoas em colônias agrícolas.

Informações do Ibama indicaram que 94% dos focos originaram-se do manejo errôneo de pastagens. O fogo escapou dos campos e invadiu áreas de vegetação fechada. Arrasou 9,2 mil km² de florestas verdes intactas, além de savanas, campinas e campinaranas. Por trás dos números, milhares de tragédias pessoais. O Exército foi chamado para comandar o combate aos incêndios e a ONU chegou a propor ajuda. Pouco antes, em dezembro de 1997, já saíra a notícia de que o desmatamento da Amazônia voltara a crescer.

Foi quando, no Japão, representantes de mais de 125 países propuseram o Protocolo de Quioto, para regulamentar a Convenção das Nações Unidas de Mudanças Climáticas, um dos documentos finais da Eco-92, em 1992, também conhecido como Convenção do Clima. Foi a maior conferência sobre o tema até então. A idéia era propor mecanismos práticos para reduzir a emissão de gases causadores do aquecimento global, para evitar uma tragédia climática no futuro. O Protocolo estabeleceu os chamados Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL). Com eles, se uma empresa considerar caro investir em tecnologias mais limpas para reduzir a poluição atmosférica que ela provoca localmente, pode patrocinar projetos que resultem na despoluição do ar, não importa aonde no mundo. Pois o ar é igual para todos. A isso se chamou de comércio de “créditos de carbono”.

Um parêntese para entender o ritual dos acordos internacionais. No âmbito da ONU, não basta definir os termos de um protocolo (como o de Quioto), para que ele passe a vigorar. Antes, os parlamentos de pelo menos 50 nações precisam ratificá-lo. No caso do de Quioto, os EUA, taxados como maiores vilões do aquecimento global, questionavam as evidências das mudanças de clima causadas por atividades humanas. Isso contribuiu para que se passassem sete anos até chegar às 50 ratificações. Assim, o Protocolo de Quioto – discutido em 1997 com regras para até 2012 – passaria a vigorar só em 2005. Momento, aliás, em que vários países industrializados, sobretudo os da União Européia, já tinham suas próprias metas de redução das emissões, alimentando um promissor “mercado do carbono”.

Voltemos para o final dos anos 1990. O calor dos debates de 1998 levou o governo federal a lançar, em julho daquele ano, o Programa de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais na Amazônia Legal (Proarco), extensivo a sete estados amazônicos, onde fica o chamado “arco do desmatamento”. Também criou a Força-Tarefa para Combate a Incêndios Florestais. Não bastou: de junho a novembro de 98, houve mais de 77 mil focos de incêndio e muitos protestos dos ambientalistas.

Fechando o triênio, em abril de 1999 – após seis anos de tramitação –, seria aprovada a Lei 9.795/99 da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). Segundo o documento Educação Ambiental Legal, lançado pela COEA/MEC em 2002, essa lei regulamentou tanto o artigo 9 da lei de 1981, que criou a Política Nacional do Meio Ambiente, como o artigo 225 da Constituição Federal de 1988.

Mas, antes do detalhamento, é preciso avisar que o avanço da legislação ambiental não parou aí. Em 2000, após audiências públicas em todas as regiões do país, saiu a Lei 9.985/00, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Dividiu as áreas protegidas por lei entre UCs de proteção integral, em que até a visitação seria restrita, e as de uso sustentável. No ano seguinte, foi a vez do novo Estatuto da Cidade (Lei 10.257/01), que condicionou a expansão urbana ao bem estar de seus habitantes e disciplinou o estudo de impacto de vizinhança para empreendimentos e serviços potencialmente impactantes ao ambiente urbano e à qualidade de vida. São questões importantes para quem pratica EA.

Notas

- 29 “Rebea – Apontamentos pessoais para uma história de ação coletiva”, artigo publicado na edição zero da revista (p. 133-139). Até o início de 2008, havia três edições da Revbea (Zero, 01 e 02) disponibilizadas no endereço eletrônico.
- 30 Todos os relatórios do projeto foram reunidos em: www.rebea.org.br/acoes_tecendo.htm.
- 31 Texto Disponível em: http://www.rebea.org.br/acoes/tecendo/gestao_001.pdf.
- 32 “Educação Ambiental. Vinte anos de políticas públicas” publicado em 2003 pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente de São Paulo - Coordenadoria de Planejamento Ambiental Estratégico e Educação Ambiental.
- 33 O texto “Tabela dos Crimes Ambientais”, do promotor de justiça Gustavo Senna Miranda, do Ministério Público do Espírito Santo resume, didaticamente, infrações ambientais previstas em diferentes leis, suas penas e ações penais relacionadas. Também comenta o efeito de vetos, como o do Art. 43 da Lei dos Crimes Ambientais. Em 2007, podia ser encontrado em: http://www.mpes.gov.br/anexos/centros_apoio/arquivos/10_2096169361982008_Crimes%20ambientais%20-%20tabela%20comparativa.doc.
- 34 Na ocasião, o Senado formou uma Comissão Especial para apurar circunstâncias e causas do mega-incêndio. Relatório detalhado Disponível em: <http://webthes.senado.gov.br/sil/Comissoes/ESP/Comissoes/INCENDIO/Relatorios/RF199801.rtf>.
- 35 “Programa Latino-Americano de Educação Ambiental”, publicação do Órgão Gestor de EA, de 2005 (Série Documentos Técnicos, nº 5).
- 36 “A Formação dos professores em Educação Fundamental”, de Nana Mininni Medina, in: “Panorama da Educação Ambiental no Ensino Fundamental” (p. 19).

DIVISOR DE ÁGUAS



“É HOJE, QUE O PLANETA JÁ ESTÁ AO MESMO TEMPO UNIDO E FRAGMENTADO, COMEÇA A SE DESENVOLVER UMA ÉTICA DO GÊNERO HUMANO, PARA QUE POSSAMOS SUPERAR ESSE ESTADO DE CAOS E COMEÇAR, TALVEZ, A CIVILIZAR A TERRA.”

EDGAR MORIN

Dizem que no Brasil certas leis “pegam” e outras não. Em 27 de abril de 1999, quando o então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, sancionou a Lei 9.795/99, que “dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências”, o fato foi festejado entre educadoras/es ambientais de todo país. No entanto, sabiam que havia um longo trajeto a percorrer para garantir uma mudança efetiva no contexto brasileiro, para levar a EA ao cotidiano de brasileiras/os.

Ex-relator do projeto de lei e ministro do Meio Ambiente na época da promulgação, o então deputado José Sarney Filho lembrou, na ocasião, a mobilização da sociedade para a construção do texto. Segundo ele, mais de 300 entidades foram ouvidas no período em que o texto tramitou no Congresso Nacional. Entre elas, universidades, secretarias de meio ambiente e de educação e organizações ambientalistas de todo o país. Com isso, a lei tornou-se um divisor de águas na história brasileira da EA, ganhando a dimensão de política pública.

O Artigo 225 da Constituição Federal de 1988 atribuiu ao Governo Federal a responsabilidade de “promover a educação ambiental e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”.³⁷ Indo mais longe, a nova lei, que regulamenta esse artigo, tornou obrigatória a EA como processo educativo, formal ou não-formal, para todos os atores sociais.

Vale checar as principais determinações da lei:

- **Na escola e fora dela:** já no artigo 2, a lei propõe que “a educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal”. Logo em seguida, no artigo 3 detalha-se a EA “como parte do processo educativo mais amplo, todos têm direito à educação ambiental”.
- **Todos responsáveis pela EA:** o mesmo artigo 3 lista as responsabilidades de cada segmento para a implementação da EA. Vale lembrar:

Mandamentos da EA brasileira

Os oito princípios e sete objetivos fundamentais para a EA, propostos na Lei da PNEA, revelam a concepção moderna. Vale destacar, para aplicar:

Princípios

- enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;
- concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o sócio-econômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;
- pluralismo de idéias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;
- vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;
- garantia de continuidade e permanência do processo educativo;
- permanente avaliação crítica do processo educativo;
- abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;
- reconhecimento e respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural.

Objetivos:

- compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações (inclui aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos);
- garantia de democratização das informações ambientais;
- estímulo e fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;
- incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na conservação do equilíbrio do meio ambiente (defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania);
- estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais (para construir uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade);
- fomento e fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia;
- fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade.

(observação: o texto não reproduz literalmente o que está na lei) ⁴¹

- **Poder Público:** definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, promover a EA em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente;

- **Instituições educativas:** promover a EA de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem;
- **Órgãos do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama)³⁸:** promover ações de EA integradas aos programas de conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente;
- **Meios de comunicação de massa:** colaborar de maneira ativa e permanente na disseminação de informações e práticas educativas sobre meio ambiente e incorporar a dimensão ambiental em sua programação;
- **Empresas, entidades de classe, instituições públicas e privadas:** promover programas para capacitar trabalhadores e melhorar o ambiente de trabalho, bem como o processo produtivo quanto a questões ambientais;
- **Sociedade como um todo:** “Manter atenção permanente à formação de valores, atitudes e habilidades que propiciem a atuação individual e coletiva voltada para a prevenção, a identificação e a solução de problemas ambientais”.

VISÃO HOLÍSTICA

“Meio ambiente está no meio da gente”. Ao contrário desse slogan – cunhado por Tetê Catalão nos anos 1980 para sintetizar uma visão ampla, segundo a qual o “bicho-homem” é parte do ambiente que o cerca, ainda havia, em 1999, correntes que praticavam a EA com base na suposição de que “meio ambiente” reduzia-se ao conjunto das “entidades não-humanas”, denunciou o professor Sírio Lopez Velasco, da Fundação Universidade do Rio Grande (Furg/RS), numa análise da nova lei. Nesse sentido, ele destacou, como acerto do texto legal, a visão não-reducionista da EA exposta no artigo 4. É onde se recomenda: “a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade”³⁹, na escala local, regional, nacional e global. Vale saber que o artigo 1 da mesma lei foi dos mais criticados por militantes e pesquisadoras/es da área por caminhar na direção contrária. Lá se define a EA como: “os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade”. Destacar a conservação ambiental na definição oficial da EA seria, segundo as críticas, deixar de lado a visão consolidada na América Latina, questionadora do modo de produção e consumo, das injustiças socioambientais, causas e conseqüências

da degradação ambiental. Também permitiria delegar para outro plano as ações pela melhoria da qualidade de vida, o controle social e participação de seres humanos, entendidas como parte da EA.

QUATRO LINHAS DE AÇÃO

O capítulo II, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, propõe, através do artigo 8º, quatro linhas de atuação para a PNEA, relacionadas à educação em geral e à escolar, em especial:

1. capacitação dos recursos humanos,
2. desenvolvimento de estudos, pesquisas e experimentações,
3. produção e divulgação de material educativo, e
4. acompanhamento e avaliação.

Vale notar que, no quesito capacitação, o mesmo artigo indica a meta de incorporar a dimensão ambiental na formação, especialização e atualização, não só dos educadoras/es de todos os níveis e modalidades de ensino, como também para profissionais das demais áreas. E sugere o atendimento às demandas dos diversos segmentos da sociedade no que diz respeito à problemática ambiental.

Da mesma forma, o texto alinha, entre os desafios para os estudos e pesquisas, a busca de alternativas curriculares e metodológicas de capacitação, e a criação de instrumentos que ajudem a incorporar a dimensão ambiental de forma interdisciplinar nos diferentes níveis e modalidades de ensino. Ao mesmo tempo, a lei pede o incentivo à participação dos interessados na formulação e execução dessas pesquisas.

“MAIS QUE DISCIPLINAR” NAS ESCOLAS

“(…) a educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal”, reforça o artigo 10 da Lei da PNEA. O artigo seguinte recoloca recomendações já presentes nos Parâmetros e Diretrizes Curriculares Nacionais, sobre como isso deve acontecer: não será disciplina à parte, mas em todas, como tema transversal (ou transdisciplinar), inter e multidisciplinar. Vale conferir a definição de cada uma, recolhida pelo professor Sírio, da “Estratégia Nacional de EA” em Cuba, de 1997 ⁴⁰ :

- **Multidisciplinaridade.** Situação na qual, embora não exista coordenação entre diversas disciplinas, cada uma delas participa desde a perspectiva do seu próprio quadro teórico-metodológico no estudo e tratamento de um dado fenômeno.
- **Interdisciplinaridade.** Significa que as disciplinas em questão, apesar de partirem cada uma do seu quadro referencial teórico-metodológico, estão em situação de mútua coordenação e cooperação, engajadas num processo de construção de referenciais conceituais e metodológicos consensuais.
- **Transdisciplinaridade.** Situação na qual referenciais consensuais são construídos e propiciam a re-acomodação, com relativa desapareição, de cada “disciplina” envolvida no estudo e tratamento do fenômeno considerado. Também pode significar que a EA deve permear-ligar, como grande “tema transversal”, todos os espaços educacionais (todos os conteúdos).

EQUÍVOCO DA LEI?

Um caminhão de críticas foi despejado sobre o artigo 10 da lei que instituiu a PNEA. Em nome da boa idéia da transversalidade da EA, boa parcela de educadoras/es entendeu que houve uma “generalização equivocada”. É que, depois de dizer, no parágrafo primeiro, que “educação ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino”, o texto estabelece a única exceção: “Nos cursos de pós-graduação, quando se fizer necessário, é facultada a criação de disciplina específica” (parágrafo 2º). Houve especialistas em EA que criticaram esse parágrafo, defendendo a disciplina de EA não apenas na pós-graduação, como também em cursos de graduação e outros promovidos por instituições de ensino superior. Em sua justificativa, a idéia de que uma disciplina específica seria importante especialmente nos cursos de licenciatura, de modo que futuras/os mestres possam aprender, da melhor maneira, as práticas de EA e, a partir disso, consigam adotá-las nos demais níveis de ensino, na forma “mais-que-disciplinar”, para voltar à expressão do professor Sírio, cuja opinião mostrou-se ainda mais radical. Segundo ele, a lei deveria ter apenas aconselhado a não-criação de uma disciplina específica de EA, em vez de sumariamente vetar sua criação.

SENSIBILIZAÇÃO DA SOCIEDADE

A seara não-formal – fora das instituições de ensino – é detalhada no artigo 13, Seção III da lei. Nela, a EA é proposta como componente para sensibilizar a sociedade sobre as questões ambientais e incentivar o engajamento de cidadãs/

aos na defesa da qualidade do meio ambiente. Nesse ponto, a lei entra em detalhes sobre ações que o Poder Público deve adotar para disseminar a EA. Por exemplo, estimular a publicação do tema através dos meios de comunicação de massa; a participação das instituições de ensino e de ongs na formulação e execução de programas e atividades vinculadas à EA não-formal, e a promoção de parcerias com empresas públicas e privadas para desenvolver programas de EA. O mesmo artigo 13 cita ainda o apoio à sensibilização dos agricultores e conscientização para os temas unidades de conservação, populações tradicionais e o ecoturismo. São aspectos mais abordados entre educadoras/es focados no conservacionismo.

SEM SANÇÕES

Diferencial importante da lei, destacado na página eletrônica da COEA/MEC, é que, em vez de trazer regras e sanções, como costuma ocorrer em outras leis, a PNEA apenas descreve responsabilidades e obrigações para que se cumpra a proposta programática de promoção da EA em todos os setores da sociedade.

VETO AO FINANCIAMENTO

Quem lê a lei hoje, terá curiosidade em saber o teor do Artigo 18, onde consta a palavra “(vetado)”. Originalmente, é nesse ponto que a lei atenderia a antiga reivindicação de quem é do ramo, de criar um mecanismo para a sustentabilidade da EA. O texto vetado previa que pelo menos 20% da arrecadação de multas decorrentes do descumprimento de leis ambientais fossem direcionados a ações de EA. Segundo notícias da época, o veto – que desagradou educadoras/es e ambientalistas, atendeu argumento do Ministério da Fazenda, de que parte dos recursos das multas já iam para o MMA. Na justificativa do veto, consta que outra Lei, a dos Crimes Ambientais, já impõe que recursos de multas sigam para os fundos nacionais do Meio Ambiente e Naval, além de outros, estaduais e municipais.

ÓRGÃO GESTOR

Ponto essencial, adiado para a regulamentação da Lei, foi a definição do Órgão Gestor da PNEA, figura criada pela lei para cuidar da implementação do que o texto legal determina. Sem ele, a lei não “sairia do papel”. As disposições finais de lei previram o prazo de três meses para a regulamentação, que teria

de passar pelo crivo da Câmara Técnica de EA do Conama e do Conselho Nacional de Educação. Só que se passaram mais três anos, com muitos debates e negociações políticas, até que, em 25 de junho de 2002, o Presidente da República sancionasse o Decreto Federal 4.281/02, que regulamenta a lei da PNEA.

Os fatos mostram que, mesmo antes dessa regulamentação, o texto influenciou o avanço institucional do setor, guiando iniciativas de EA presentes e futuras. É o que veremos, em seguida.

Notas

- 37 *Na verdade, dois artigos da Constituição Federal são citados, para justificar a lei. O Art. 205 estabelece que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. E o Art. 225 reza nas primeiras linhas: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”, para então, no inciso VI estabelecer, como papel do Poder Público, “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”.*
- 38 *Ao instituir a Política Nacional do Meio Ambiente, a Lei 6.938, de 1981 enumerou, no Artigo 6, os componentes do Sisnama: “órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e Municípios, bem como as fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental”. Aí também entram, entre outros, conselhos e comissões de meio ambiente, ligados ao Executivo ou Legislativo, federais, estaduais, municipais.*
- 39 *Grifo nosso.*
- 40 *“Estrategia Nacional de Educación Ambiental, Ed. Centro de Información, Divulgación y Educación Ambiental (CIDEA)”, publicado pelo Ministerio de Ciencia, Tecnología y Medio Ambiente de Cuba (La Habana, 1997).*
- 41 *A íntegra da lei pode ser consultada em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/lei9795.pdf>.*

REFORMANDO ESTRUCTURAS



“ALGUNS PINTORES TRANSFORMAM O SOL EM MANCHA AMARELA. OUTROS TRANSFORMAM A MANCHA AMARELA EM SOL.”

PABLO PICASSO

Não foi só o MEC que institucionalizou seu setor de EA em 1998, trazendo-o para o organograma do ministério, como Coordenação Geral de EA (COEA). Sob impacto da Lei 9.597/99, que instituiu a Política Nacional de EA, também o Ministério do Meio Ambiente estabeleceu uma Diretoria de EA, vinculada à Secretaria Executiva do MMA⁴². O próprio MEC avançou em sua proposta em 1999, criando um Grupo de Trabalho com representantes de todas as suas Secretarias para discutir diretrizes da política de EA no Ministério.

A CAMINHO DA TRANSVERSALIZAÇÃO

O clima era favorável para disseminar a EA como política pública no sistema educacional, elucida Lucila Pinsard Vianna, que assumiu o comando da COEA/MEC em maio de 1999, após cerca de um ano sem titular. Baseada na confirmação, pela Lei 9.597, da transversalização do tema meio ambiente no ensino formal (nos PCNs isso era apenas recomendação), ela conta que a nova coordenação do MEC resumiu em três prioridades uma ambiciosa proposta de incorporar a EA nos diferentes níveis de ensino:

- Implementar uma política de formação continuada em serviço para o tema,
- Disseminar informações sobre EA no ensino formal, e
- Articular parcerias com sistemas de ensino, universidades e ongs nessa área⁴³.

A decisão embasou-se não só na nova Lei, mas também num diagnóstico preliminar, baseado em informações remetidas à coordenação. Primeiro, lembra Lucila, foram avaliados materiais postados espontaneamente. Então, a COEA enviou cerca de 400 ofícios a secretarias de educação, estaduais e municipais, e participantes dos 18 cursos de Capacitação de Multiplicadores em EA entre

Tipificação de projetos

Com idéia de criar um banco de dados, a COEA estabeleceu critérios para tipificar projetos de EA. Num bloco, propôs dados gerais, como título do projeto, objetivos, público-alvo, dados sobre a organização responsável (ong, docente etc.) e estratégia de implementação – se curso, campanha, inserção do tema no currículo etc. E havia 12 temas geradores, que permitiriam entender a proposta: bioma, consumo, desenvolvimento sustentável, EA, gestão ambiental, lixo, plantio, poluição, recursos hídricos, solo e vegetação.

A análise dos 71 projetos aplicados no Ensino Fundamental revelou que alguns desses temas sequer foram contemplados. Os campeões foram EA (34), lixo (13) e plantios (10). No caso dos de EA, eram sobretudo cursos para estudantes, docentes, comunidade. Nos dois outros temas, predominavam campanhas para incentivar a ação coletiva e cooperativa de alunos, docentes e comunidade para enfrentar problemas ambientais, em geral locais.

1996 a 1998. Em seis meses, havia 147 respostas, de quase todo país. Só quatro estados não retornaram: Mato Grosso do Sul, Piauí, Rondônia e Sergipe.

Perto de dois terços (90) eram projetos: 71 para o Ensino Fundamental, 14 para Ensino Médio, 4 para a comunidade e apenas um para o Ensino Superior. O resto consistia numa variedade de materiais: livros, cartazes, entre outros. A constatação de que projetos eram o principal foco das ações de EA, apesar da diversidade quanto às abordagens ou abrangência, levou a COEA a tentar entender melhor os desenvolvidos para o Ensino Fundamental. A amostragem não tinha rigor estatístico, reconhece Lucila. Mas seria um bom ponto de partida para desenhar o que chamaria de “panorama embrionário das iniciativas de EA”, e subsidiar os próximos passos da coordenação.

Lucila destaca três lacunas detectadas na análise, que foram confirmadas numa oficina de trabalho com especialistas da área de EA no ano seguinte:

- Em boa parte dos projetos de EA transpareciam problemas na elaboração, seja pela abordagem genérica, falta de clareza nos objetivos, não especificação do público-alvo, e não-articulação entre etapas. Também não previam avaliação de resultados.
- Muitas vezes, os objetivos dos projetos eram desconectados da realidade da escola e da comunidade onde estava inserida, e desarticulados com o projeto político-pedagógico da escola e/ou grade curricular. Possível

Os bastidores do processo de regulamentação

Um mês depois de se tornar coordenadora da COEA, coube a Lucila Pinsard também assumir a presidência da Câmara Técnica Temporária de EA do Conselho Nacional do Meio Ambiente - Conama. Para estreitar seu mandato de dois anos, uma tarefa em que colocaria em prática seu conhecimento de cientista social, com mestrado em antropologia e especialização em negociação de conflitos socioambientais: conduzir a primeira fase construção da regulamentação da Lei da PNEA.

Houve consultas diretas às instituições representadas no Conama, lembra ela, mas também por e-mail a órgãos como Secretarias Estaduais de Educação, e debates com educadoras/es ambientais através das Redes de EA⁴⁵. Representando a sociedade civil nessa CT, estava o Gamba, ong da Bahia que também era elo da Rebea. Ficou mais fácil acionar as redes de EA através dos elos locais e regionais. Suas sugestões foram trazidas ao debate em Brasília.

Como em todas as situações que envolvem diferentes atores sociais, cada qual com sua visão, não faltaram pontos polêmicos. Um deles, recorda a ex-presidente da CT, era consequência do vazio criado pelo veto presidencial ao artigo 18. Agora, educadoras/es pressionavam pela inclusão de instrumentos que garantissem verbas para EA na regulamentação. Não passou. Seria inviável impor esta regra num decreto regulamentador, avalia Lucila.

Também a composição do órgão gestor da PNEA despertou embates apaixonados. A grande questão era: como inserir na instância superior da Política Nacional de EA os diferentes setores que na prática promovem a EA no país? De um lado, argumentava-se que, quanto mais ampla sua composição, menos ágil seria a tomada de decisões e execução das ações. Por outro, sem o envolvimento dos variados segmentos da sociedade, como garantir o cumprimento da Lei, que justamente responsabiliza a sociedade pela implantação da EA?

Também havia detalhes que “emperravam a discussão” do ponto de vista jurídico. Se se queria a Rede Brasileira de EA como representante da sociedade civil, mas pela própria característica de rede ela não é constituída como pessoa jurídica, o que fazer?

Só se passou do impasse para o consenso, frisa Lucila, quando duas Câmaras Técnicas do Conama – a Jurídica e de EA – ficaram frente à frente, em uma longa reunião. Mas ela é crítica quanto aos resultados: “A regulamentação reflete um jogo de forças. Não se pensou no conjunto. O resultado foi uma colcha de retalhos”. Foi assim que o texto seguiu, depois de oito meses, para a aprovação da Plenária do Conama, para depois passar pelo aval das Câmaras de Ensino Básico e Ensino Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE).

A saber: no caso do Órgão Gestor da PNEA, o decreto que regulamentou a lei – que só seria assinado em 2002 – definiu um órgão enxuto, composto pelo MEC e MMA. Mas haveria um comitê assessor, com 13 assentos, onde caberia uma variada gama de representações sociais. Nesse comitê, os assentos das “organizações não-governamentais que desenvolvam ações em EA” e do “setor educacional-ambiental” ficaram, respectivamente, para organizações indicadas pela Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong) e pelas Comissões Estaduais Interinstitucionais de Educação Ambiental (CIEAs).

indicação do não envolvimento da escola num projeto coletivo para a questão ambiental.

- Faltaria preparo de professoras/es para lidar com o repertório ambiental, o que dificultaria o uso de conceitos nesta área e mesmo a concretização dos projetos⁴⁴.

Vale lembrar que, em 1999, a Secretaria de Ensino Fundamental (SEF), à qual a COEA estava vinculada, lançou um Programa de Desenvolvimento Profissional Continuado, popularizado com o nome de *Parâmetros em Ação*. Feito para atender demandas provenientes de todas as regiões sobre como implementar os PCNs, baseava-se nos *Referenciais para Formação dos Professores*. Sua metodologia explorava quatro competências profissionais de professoras/es: 1- a leitura e a escrita; 2- o trabalho compartilhado; 3- a administração da própria formação como aprendiz e formador; e 4- a reflexão da prática pedagógica.

Como estratégia, o programa estimulava a formação de grupos de estudos compostos por professoras/es. Neles ocorriam desde leituras e discussões, até simulações de formação com avaliação, ou auto-avaliação de desempenho. E havia os materiais produzidos pela SEF, para apoio e orientação aos grupos. A SEF também estabeleceu a Rede Nacional de Formadores, visando uma articulação nas duas vias, com profissionais da educação das esferas federal, dos estados e municípios. Seria o espaço para a própria SEF responder às demandas das secretarias estaduais e municipais e interagir com lideranças locais, formadas em torno do programa. O próximo passo seria a COEA formatar os *Parâmetros em Ação-Meio Ambiente na Escola* (PAMA), lançados em 2001 para o meio escolar.

E A EA AVANÇA NOS ESTADOS...

Igualmente no MMA a nova Diretoria de EA (DEA/MMA) planejou linhas de ação, em 1999, para inserir a EA na esfera não-formal:

- Implantar o Sistema Brasileiro de Informações sobre EA (SIBEA), como integrador das informações de EA no país;
- Promover a criação de Pólos de EA e Difusão de Práticas Sustentáveis, como meio de irradiar as ações de EA nas diferentes unidades da Federação;

- Fomentar a formação de Comissões Interinstitucionais de EA nos estados (CIEAs), apoiando ainda a elaboração de programas estaduais de EA;
- Implantar um curso de EA à distância, para capacitar gestoras/es, professoras/es e técnicos de meio ambiente de todos os municípios do país;

Protetores da vida⁴⁷

O primeiro programa de EA alavancado pelo Ministério do Meio Ambiente em 1999, o Protetores da Vida talvez tenha sido o que mais ficou na memória dos brasileiros como realização do governo federal nesse campo, naquela época. Proposto pelo MMA, com a supervisão pedagógica da ong Centro de Cultura, Informação e Meio Ambiente (Cima), ele teve como grande divulgadora a apresentadora de TV, Xuxa, na época conhecida como a “Rainha dos Baixinhos”.

Tudo começou em outubro daquele ano, quando 135 estudantes – cinco de cada uma das 27 unidades da Federação, escolhidos entre os mais engajados na causa ambiental – participaram do *1º Encontro Nacional dos Protetores da Vida*, em Brasília. Não demorou para que uma comissão de jovens levasse pessoalmente ao Presidente da República a “Carta de Princípios de Proteção à Vida”, documento final do evento⁴⁸. Era a semente do movimento.

Protetor/a da Vida, diziam os materiais do programa, é quem mobiliza a comunidade da qual faz parte. Inicialmente, o público alvo eram estudantes de 5ª a 8ª série da rede pública de ensino. Um dos desafios era construir a agenda ambiental da escola. Depois, também entraram outras pessoas vinculadas a projetos ambientais.

Cada protetor/a teria o direito de ver seu projeto divulgado na internet e receberia produtos elaborados para as/os participantes. Como dever, colaboraria com a coordenação nacional, repassando informações sobre o andamento de suas atividades e notícias para veiculação no sítio e no Jornal Protetores da Vida.

Havia coordenadores estaduais (docentes indicados pelas Secretarias de Educação das respectivas unidades da Federação) e orientadores locais (professoras/es indicadas/os pela direção da escola e confirmadas/os pela Coordenação Estadual). Houve também oficinas de formação de multiplicadores para professoras/es de 5ª a 8ª séries da rede oficial de ensino.

Em um ano, o projeto ultrapassou a marca de 4 mil estudantes mobilizados. Só que o programa não tinha dotação orçamentária específica no Plano Plurianual do governo federal. Perdurou até 2002, custeado por recursos provenientes de parcerias com outros programas do MMA, ou outras instituições de governo, ou ainda de empresas privadas.

- Instituir o projeto Protetores da Vida, para sensibilizar e mobilizar jovens para as questões ambientais.

Documentos oficiais da época arrolam os princípios orientadores que estavam por trás da proposta. Eles revelam uma orientação pautada na moderna concepção de EA, que veio crescendo a partir da conferência de Tbilisi, de 1977, e consta da própria legislação brasileira para a EA: 1- o enfoque holístico, democrático e participativo, 2- a descentralização e estabelecimento de parcerias, locais, nacionais e internacionais; 3- respeito à pluralidade e diversidade cultural do país; 4- multi, inter e transdisciplinaridade; 5- enfoque sistêmico; 6- construção de novos valores éticos centrados na valorização da vida.

A proposta de formar Comissões Interinstitucionais de EA (CIEAs) foi uma das primeiras a mobilizar a equipe da nova DEA/MMA. Era a única, entre as linhas de ação, exclusivamente embasada no esforço de articulação entre os diferentes atores sociais da EA nas cinco regiões do país. Ainda em 1999, houve reuniões da equipe da Diretoria de EA em todas as unidades da Federação, para incitar a articulação das secretarias estaduais de meio ambiente com representantes de entidades governamentais, não-governamentais, setor acadêmico e produtivo (patronal e laboral).

Esperava-se que, a partir de reflexões sobre a EA e, principalmente, do levantamento de demandas locais e regionais, germinassem as CIEAs. E que cada uma construísse ou atualizasse o programa de EA de seu Estado, além de indicar diretrizes e prioridades para o Programa Nacional. A DEA/MMA participaria do processo, acolhendo e encaminhando as indicações, mas também colaborando na busca de recursos humanos e financeiros necessários ao cumprimento das metas.

No balanço dos resultados, o ministério contabilizou que 17 unidades da Federação formaram suas comissões até o final de 2000. Destes, 16 delinearão os esperados programas estaduais de EA. Outro ganho, entendido como mais um sinal do fortalecimento da EA na esfera governamental, foi a inclusão do Programa Nacional de EA no Avança Brasil, programa do Governo Federal que reunia as principais ações do Plano Plurianual 2000-2003⁴⁶.

Ao mesmo tempo em que se desenvolvia esse processo de articulações nos estados, outro também começou a tomar forma: a articulação com as redes de EA.

Notas

- 42 *Sítio do Ibama: <http://www.ibama.gov.br/cgeam> (acessado no primeiro semestre de 2007; antes da divisão do Instituto, como veremos adiante, que levou à mudança do sítio eletrônico).*
- 43 *“Políticas de Melhoria da Qualidade da Educação – Um Balanço Institucional”, publicado MEC em 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/politicas.pdf>.*
- 44 *Idem.*
- 45 *Idem.*
- 46 *O PPA 2000-2003 foi instituído pela Lei 9.989/00.*
- 47 *O sítio <http://www.protetoresdavid.org.br> (acessado em janeiro de 2008) traz informações gerais.*
- 48 *Disponível em: http://www.protetoresdavid.org.br/index_carta.htm.*

EA NO NOVO MILÊNIO



“A VERDADEIRA VIAGEM DA DESCOBERTA CONSISTE NÃO EM BUSCAR NOVAS PAISAGENS, MAS EM TER OLHOS NOVOS.”

MARCEL PROUST

Somos educados para atuar em organizações hierarquizadas, em que a/o chefe toma a decisão, e as/os demais seguem as ordens. Não há o hábito de praticar a horizontalidade, típica das redes, em que cada medida será discutida pelo conjunto dos indivíduos. Numa organização horizontal, todos decidem juntos e todos terão responsabilidade igual pelas conseqüências do que se fizer.

É nos detalhes que essa explicação fica mais complexa. Por exemplo: por articular indivíduos e organizações caracterizados pela diversidade de ações e opiniões, uma rede – que é horizontal – não dará declarações em nome do time, exceto em situações especiais, em que o coletivo delega a alguém a tarefa. Postura difícil, para quem vive a cultura da hierarquia.

Ao assumir a secretaria-executiva da Rebea, ainda em 1999, Vivianne Amaral entendeu esse contexto. E sabia que seu desafio seria consolidar a malha nacional de educadoras/es ambientais “feita de ideais, sonhos, conhecimentos e objetivos que, compartilhados, tecem a cidadania necessária para a construção de uma cultura de paz e uma sociedade sustentável”, como consta numa apresentação posterior, ao Ministério do Meio Ambiente⁴⁹.

Na medida em que avançavam as tecnologias eletrônicas, lembra ela, a facilitação nacional apoiava-se mais e mais nos recursos da internet como ferramenta de comunicação. Nos anos 1990, nascera a primeira lista de discussão da Rebea, administrada por Cristina Guarnieri, do Ceca/USP. Mas as grandes decisões ainda eram presenciais. Nesse sentido, maio de 2000 foi um momento importante para a Rebea.

Em todo país, ainda ecoavam as comemorações pelos 500 Anos de Descobrimento. Na verdade, uma miríade de eventos – como feiras, mostras, manifestações, concursos e publicações alusivas – ocorreu durante todo o ano. Mas o auge foi na semana de 22 a 27 de abril de 2000, quando o governo federal transferiu sua sede para Porto Seguro (BA).

Para dar idéia do clima de então, basta lembrar alguns episódios de sábado, 22 de abril. O governo federal inaugurou o Museu Aberto do Descobrimento.

Visão sobre os índios em 2000

Sob efeito do V Centenário do Descobrimento, o Instituto Socioambiental (ISA) encomendou e o Ibope realizou pesquisa inédita, de âmbito nacional, sobre o que os brasileiros pensam sobre os índios. Os resultados comprovaram uma percepção favorável com relação aos primeiros habitantes das terras brasileiras.

Quase nove entre dez respondentes concordaram que índios conservam a natureza e vivem em harmonia com ela (88%). Também consideraram que só são violentos contra quem invade suas terras (89%) e devem continuar vivendo como tal (92%). Mais de dois terços (68%) opinaram que a extensão das suas terras seria adequada ou inferior às necessidades.

Para a maioria dos entrevistados, os mais graves problemas dos índios decorreriam da relação com os não índios. Quanto à recomendação de ações, quase metade indicou que o governo deveria priorizar a implantação de programas de saúde e de educação (48%). Muitos votos foram pela demarcação de suas terras (37%) e estímulo à produção de bens voltados para o mercado (31%).

A Unesco conferiu à Costa do Descobrimento o título de Patrimônio Mundial Natural. Cinquenta embarcações que repetiram a rota de Cabral aportaram em Santa Cruz de Cabralia (BA). Entre outros, lá estavam Amyr Klink, com seu famoso veleiro Paratii, e a Família Schürman. Às 20h, o Papa João Paulo II transmitiu ao vivo sua benção.

E houve confrontos. Decididos a ficar fora dos festejos oficiais, índios brasileiros organizaram a “Marcha Indígena 2000” com representantes de cerca de 200 etnias, que participariam de uma grande conferência também em Porto Seguro. Enfrentamento com policiais, durante a marcha, resultou em 141 pessoas detidas e o pedido de demissão de Carlos Frederico Marés, presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai). Quatro dias depois, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) promoveria uma celebração eucarística na praia de Coroa Vermelha, em Santa Cruz de Cabralia. Deu espaço ao pataxó Jerry Adriani Santos que, em nome dos povos que aqui estavam em 1500, protestou contra o “extermínio, aculturamento, estupro e devastação”. Na missa, D. Jayme Chemello, presidente da CNBB, pediu perdão aos índios e aos negros, em nome da Igreja. Foi um fato histórico de grande repercussão.

CULTURA DE REDES

Poucas semanas mais tarde, em maio, na sede do Instituto Ecoar, em São Paulo, durante reunião da facilitação nacional da Rebea, educadoras/es discutiam a multiplicação das redes regionais e temáticas, bem como o que seria o papel

Raio X das redes de EA no ano 2000

É preciso conhecer o terreno, para traçar as melhores trajetórias. Resultado enriquecedor, mas pouco comentado do encontro “Cultura de Redes”, no Rio de Janeiro, foi um esboço do estado da arte das redes de EA no país, feito na ocasião. Notou-se, entre os pontos comuns, que todas contavam com uma instância de gestão, a facilitação. E, característica desse tipo de organização, por decisão das próprias redes (também adotada pela própria Rebea), nenhuma era formalizada como pessoa jurídica. Mas a mesma diversidade que marca as práticas de EA também caracterizava as redes. Cada uma vivia um estágio diferenciado de implantação.

Três redes regionais – matogrossense, paraibana e catarinense (Remtea, REA/Pb, Reabri) – ancoravam-se em universidades federais e estaduais. Já a mineira Rmea tinha a secretaria de meio ambiente de Belo Horizonte como âncora. E a paulista Repea estruturara-se em elos, por bacias hidrográficas, contando em sua base com organizações ambientalistas, da sociedade civil.

No Espírito Santo, estava desarticulada a rede que fora tão ativa na estruturação do III Fórum de EA em 1997. Em outras regiões, Rio de Janeiro, Pantanal e Pará, instituições trabalhavam pela criação de novas redes. Quanto à forma de se comunicar, quatro redes – paulista, mato-grossense, paraibana e do Vale do Itajaí –, contavam com sítios e listas de discussão. A mineira mantinha só uma lista de discussão. Vale lembrar que o acesso à internet ainda era para poucos. No caso da Rebea, a lista de discussão moderada por Cristina Guarnieri tinha algo como dez participantes, recorda Vivianne Amaral.

Normalmente, a Rebea promovia a escolha da facilitação nacional durante Fóruns de EA. Na reunião do Rio de Janeiro houve uma ampliação: chegou-se a oito organizações facilitadoras e 16 elos, que atuavam como nós regionais e locais. Todos atuando voluntariamente, sem contrato formal. Para a secretaria-executiva, havia muitas responsabilidades. Por exemplo, manter o cadastro de entidades e facilitadores, cuidar da infra-estrutura em atividades como reuniões da facilitação, e da memória da Rebea.

O pré-levantamento sobre as redes, também evidenciou a carência por parceiros para viabilizar ações e projetos, assim como a necessidade de capacitar os facilitadores para o domínio das ferramentas eletrônicas de comunicação. A experiência da Rebea com o “ciberfórum” era um exemplo de como o meio eletrônico era sub-aproveitado, não só pela falta de conhecimento de todos os recursos do meio virtual, mas também pela estrutura insuficiente para a comunicação. As redes não tinham como arcar com os altos custos de telefonia, dos equipamentos e de profissionais remunerados que dedicassem tempo integral ao projeto.

De forma geral, cada rede buscava outros meios de comunicação, além da internet, para atender seus nós. Algumas publicavam boletins impressos, como os das redes Mineira (Caia na rede) ou a da Paraíba (Reação). Mas a maioria apostava nas reuniões presenciais como o motor do fortalecimento.

Também se constatou que, talvez para rebater a ausência de um fórum nacional, multiplicaram-se encontros estaduais de EA. No mesmo ano 2000, a Rmea realizou o seu 1º encontro. No ano seguinte, a Remtea partiria para seu segundo encontro no Mato Grosso, enquanto a REA/PB faria seu primeiro, para o Nordeste.

de uma rede nacional frente à nova realidade. Da discussão, saiu a decisão de ampliar o debate, num encontro presencial que também trouxesse os elos da Rebea. Foi assim que daí a seis meses, em setembro de 2000, no Rio de Janeiro, houve o encontro “Cultura de Redes e EA”, sediado pela Associação Roda Viva. Organizado pela secretaria executiva da Rede, com o Ecoar e Ceca/USP, ele teve suporte da Rits e do WWF Brasil.

Temas palpitantes constavam no cardápio das discussões: a implantação da nova Política Nacional de EA, a proposta de realizar o V Fórum de EA associado a um novo encontro nacional da Rebea, problemas operacionais da rede brasileira, seu relacionamento com as demais redes de todo país, e até discussões sobre dilemas e dificuldades que cada uma das redes de EA viviam naquele momento (veja no quadro Raio X das Redes no ano 2000).

De lá saiu a consolidação da Rebea como rede das redes, que “assumiu seu caráter virtual, já que ação presencial, no sentido de execução de ações localizadas, seria campo de atuação das redes locais, estaduais ou temáticas”, resumiu Vivianne. E as demandas transformaram-se em cinco pontos que direcionariam os próximos passos: 1- estruturar a secretaria-executiva; 2- fortalecer os elos regionais; 3- difundir a cultura de redes; 4- capacitar facilitadores; 5- implantar e manter projeto de comunicação, com ações *on line*, impressas e presenciais.

NOVAS TECNOLOGIAS MUDAM A CENA

Dois fenômenos interligados marcaram a entrada do século 21 e influenciariam as ações que se seguiriam no campo da EA, afetando escolas, seus entornos, governos, sociedade civil. Primeiro, a globalização, cuja reação contrária mais marcante foi uma manifestação de ativistas em Seattle (EUA), paralela à reunião da Organização Mundial do Comércio em 1999 (motivaria a criação do Fórum Social Mundial, em 2001). Segundo, o avanço das tecnologias digitais, que mudariam a forma das pessoas se relacionarem no mundo todo.

Efeito do avanço da internet, tanto MEC quanto MMA abriram áreas específicas para a EA em seus sítios no ano 2000. A COEA/MEC digitalizou suas principais publicações e, em sua nova página virtual, criou espaço para disponibilizá-las. Também passou a produzir um jornal semanal eletrônico com notícias de EA, encaminhado para funcionárias/os do MEC, redes de educadoras/es ambientais dos sistemas de ensino, e a rede de formadores do Ministério⁵⁰.

Um centro de referência virtual para a EA

Foram várias as tentativas, nos anos 1990, de reunir em bancos de dados a constelação de experiências em EA promovidas pelos diferentes atores sociais, em todas as regiões do país. Sua consolidação facilitaria a vida de educadoras/es em busca de idéias e referências para suas atividades de EA, e também de formuladoras/es de políticas públicas.

Mas foram necessários três fatores para deslanchar o *Sistema Brasileiro de Informação sobre Educação Ambiental* (SIBEA), em 2000. De um lado, o lançamento do Projeto Governo Eletrônico (eGov), que previa disponibilizar informações aos brasileiros através da internet. De outro, o estabelecimento do Programa Nacional de Educação Ambiental e da Política Nacional de EA, criada por lei em 1999, que previram a difusão de conhecimentos sobre a questão ambiental, bem como de experiências de EA locais e regionais bem sucedidas.

Por fim, e com base nisso, a previsão, no Programa Plurianual de Governo 2000-2003 (PPA), de recursos para o desenvolvimento, pelo MMA, de um abrangente banco de dados sobre o tema. Para refletir as diferentes posições políticas e culturais, bem como a diversidade dos conhecimentos locais, pensou-se num sistema compartilhado por instituições representativas de EA. Por isso, o ministério realizou reuniões com diferentes setores, em 2001 e 2002.

O primeiro resultado da interação seria a seleção de 150 palavras-chave divididas em 15 grupos, que orientariam o banco de dados. Em seguida, o Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) disponibilizou o equivalente a US\$ 500 mil para financiar projetos voltados à geração de dados. Daí nasceu, por exemplo, o projeto Tecendo Cidadania, desenvolvido pela Rebea – que se tornou parceira do SIBEA na iniciativa –, e o apoio à estruturação de novas redes de EA, como veremos adiante.

Por fim, criou-se o Grupo de Gestão do SIBEA (GGSIBEA), composto por cinco representantes do governo federal (MMA, MEC, Ibama), um do Conama, e seis da sociedade civil (indicados pela Rebea, Centro de EA do Senac, e associações nacionais de Pós-Graduação Pesquisa em Ambiente e Sociedade e de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação). Entre seus direitos, a definição de prioridades, políticas e padrões de alimentação do sistema. Mas havia o dever de atuar na co-gestão do sistema, ajudando a inserir e validar dados. Em agosto de 2002, criou-se uma lista de discussão desse grupo, para a troca de idéias.

Usando as ferramentas de interatividade disponíveis pelo padrão tecnológico da época, após o cadastro no sistema, a pessoa poderia inserir suas informações, indicando palavras-chave para auxiliar a busca posterior da/o internauta. Os dados seriam validados, antes de entrarem no ar. As informações ganhariam destaque por um tempo, sendo então substituídas por outras, mais recentes. Mas ficariam armazenadas em um banco de dados do sistema.

Na prática, foram criadas seções sobre instituições, pessoas do ramo (educadoras/es ambientais, especialistas, pesquisadoras/es), atividades (programas, cursos, projetos), materiais de apoio (bibliografia, teses, periódicos etc.), legislação, notícias e agenda. Seguiram-se padrões internacionais de organização dos dados, com várias possibilidades para realizar a consulta: por palavra-chave, matriz de assuntos, datas e/ou regiões.

Só que, com o rápido avanço das tecnologias da informação, em poucos anos o Sistema ficou defasado. Em 2005, com recursos do convênio de cooperação técnica com a Unesco, o Órgão Gestor da PNEA iniciou a reforma tecnológica, que resultaria no relançamento do SIBEA em 2007, como veremos adiante.

Retrato de um tempo em que a tecnologia ainda engatinhava, se comparada ao que viria depois, o MMA previu inicialmente a atualização mensal das notícias de sua nova seção de EA. Algum ganho de agilidade, prometiam os responsáveis pelo projeto, se daria com a reformulação da base de dados. Esta, por sua vez dependeria do andamento de outro projeto: o Sistema Brasileiro de Informação em Educação Ambiental (SIBEA), cuja estruturação começou no primeiro semestre de 2000.

Enquanto isso, nessa era “pré-blogs” e “pré-listas de discussão gratuitas”, a seção de EA do sítio do MMA passou a hospedar, a partir de julho daquele ano, a EA Latina, uma lista de discussão sobre EA criada em 1996 por um grupo de biólogas/os ambientalistas no Rio de Janeiro, que já contava com cerca de 350 membros.

Dois especialistas – Jaime Robredo, ex-professor titular da Universidade de Brasília em Ciência da Informação, e Emerson Cordeiro – foram convocados para cuidarem da implementação do SIBEA, com lançamento previsto para o ano seguinte. Um diagnóstico prévio subsidiou a previsão de Enio Rocha, diretor de EA do ministério, de que seria preciso investir no monitoramento das informações. “O controle social sobre o programa passará a ser medido quando o futuro SIBEA for avaliado”, escreveu ele, num balanço para o Avançar Brasil.

Não por acaso, no mesmo ano, o Centro de Informação e Documentação do MMA (CID Ambiental) começou a incentivar as chamadas Salas Verdes. Com isso, materiais doados pelo ministério, sem acompanhamento de seu uso posterior, iriam para espaços criados por quaisquer atores sociais (ongs, governo, empresas), visando disseminar informações ambientais⁵¹.

Associado à marca do V Centenário da Descoberta do Brasil, mas também parte do pacote de novidades virtuais nos ministérios, MMA, Ibama e MEC criaram o primeiro Curso Básico de EA a Distância, cujo piloto ocorreu justamente na região da Costa do Descobrimento. Apresentado como resposta à reivindicação por capacitação em EA, feita em 1997 na Conferência Nacional de EA, ele ganhou apoio da Unesco e do Programa de Meio Ambiente da ONU. Com 180 horas-aula, daria prioridade para participantes da Bahia e Espírito Santo, inclusive pessoas do nível médio, até então sem acesso à formação nesse campo. Não bastaram as 1,5 mil vagas inicialmente previstas para técnicos do Sisnama, professoras/es e profissionais que já lidassem com EA. A alta demanda levou à expansão para 4 mil vagas⁵².

Por uma EA ibero-americana

Promovido em outubro, pelo Ministério do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais da Venezuela, em parceria com entidades governamentais, não-governamentais, empresas e universidades, o III Congresso Ibero-Americano de EA é considerado um marco para a educação ambiental latino-americana. Participantes de 20 países ultrapassaram o âmbito estritamente acadêmico das discussões, para buscar um perfil da EA ibero-americana.

Evento paralelo, o 1º Simpósio de Países Ibero-americanos sobre Políticas e Estratégias Nacionais de EA reuniu líderes de organismos nacionais responsáveis pelas políticas de EA em seus países. Eram nove representantes oficiais de oito países da região e observadores de outros nove, que se debruçaram sobre um “Projeto Ibero-americano de EA”. Era a semente do que mais tarde se consolidaria como Programa Latino-americano e Caribenho de EA (Placea), como veremos.

Conhecido como “Declaração de Caracas”, o documento final do III Ibero foi aprovado por unanimidade pela plenária final. Reivindica a criação de um projeto regional para a EA, com mecanismos de coordenação, intercâmbio e avaliação entre países e comunidades da região. Também propõe programas e projetos que respondam às carências educativo-ambientais da pluralidade de atores e suas esferas de ação específicas, tanto para o conhecimento científico como para o tradicional. Países e redes internacionais foram conclamados a contribuir para criar uma estrutura que permitisse o aprimoramento da proposta, através do aprofundamento da discussão em toda a região latino-americana⁵⁴.

SINAIS DE CRESCIMENTO

Igualmente na Costa do Descobrimento, iniciou-se em 2000 o primeiro “Pólo de EA e Difusão de Práticas Sustentáveis”, mais um programa novo do MMA que visava otimizar as ações de EA em regiões pré-definidas. Tinha como base edificar “Núcleos de EA e Práticas Sustentáveis” e promover a construção coletiva de Agendas 21 municipais. Iniciar pela região onde navegantes portugueses aportaram em 1500 poderia dar mais visibilidade ao primeiro pólo, pela tendência da mídia de divulgar o que ocorria na região naquele momento.

Prado (BA) foi o município pioneiro, com a inauguração do primeiro Núcleo de EA e Práticas Sustentáveis do país. Ainda estava em construção, mas já foi palco de dois seminários, várias reuniões para debater a Agenda 21 local, de oficinas de horticultura orgânica, ecoturismo, artesanato, arquitetura ecológica e de formação dos Protetores da Vida, por meio da arte teatral. As notícias de então mostram que as articulações incluíram associações locais de artesãos, de agricultores e da melhor idade, envolvidos no desenvolvimento de práticas geradoras de renda caracterizadas pelo baixo impacto ambiental.

Enquanto isso, municípios vizinhos, também do sul da Bahia, como Itabela, Porto Seguro e Santa Cruz de Cabrália, foram assessorados para constituírem suas agendas 21 locais. Na seqüência, começou a articulação para instalar novos pólos em outros estados. Mesmo que muito sintético, o relato de Enio Rocha, do MMA, revela detalhes de como isso acontecia:

- Rio Grande do Norte. Definidos pela CIEA-RN os Núcleos de Natal, São Paulo do Potengi, Caicó, Mossoró, Pau dos Ferros, Assú, João Câmara e Guamaré.
- Espírito Santo. O governador baixou um decreto criando os Núcleos de Vitória, Dolores do Rio Preto, Castelo, Linhares/Sooretama, Conceição da Barra, Santa Teresa e Ibiracu.
- Alagoas. Definidos pela CIEA-AL, Núcleos de Maceió, Arapiraca, Delmiro Gouveia e Maragogi.
- Goiás. Municípios de Águas Lindas, Luziânia, Alto Paraíso, Mineiros, Caldas Novas, Iporã, Goiânia e Iruacu.
- Pará. em discussão a implantação do Pólo Pará, em Belém e Santarém.

O mesmo relatório, feito para o programa Avança Brasil, é termômetro do crescimento da EA no país. Um indicador está na lista de eventos em que a diretoria de EA participou com a apresentação de trabalhos. Enio Rocha citou 17, três dos quais com mais de mil participantes: Ecolatina, em Belo Horizonte (MG) com 3 mil inscritos; Seminário de EA e Reflorestamento em Ijuí (RS) que atraiu 1,3 mil pessoas, e X Seminário de Educação Ambiental de Goiânia (GO), com 1,1 mil.

Isso sem falar em três Teleconferências Nacionais de EA promovidas durante o ano, acompanhadas por milhares de brasileiras/os, e de dois eventos internacionais na América Latina: o I Congresso Internacional de EA de Peru, em Lima (Peru) e o III Congresso Ibero -Americano de EA, em Caracas (Venezuela). Os dois teriam atraído, respectivamente, 930 e 1,5 mil educadoras/es⁵³.

OBJETIVOS PLANETÁRIOS

O III Ibero aconteceu um mês depois da Cúpula do Milênio, evento da ONU que reuniu 2000 líderes do mundo todo para debater os grandes problemas globais, tais como a degradação ambiental e a má distribuição de renda. Foi a maior reunião de chefes de Estado e de Governo até então realizada, da qual resultou a “Declaração do Milênio das Nações Unidas”. O documento,

subscrito por 191 países, descreve oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), no Brasil mais conhecidos como Metas do Milênio.

São macro-objetivos, acompanhados de indicadores e metas específicas que as nações deveriam cumprir para enfrentar os maiores desafios globais até 2015. O ODM 2 propõe atingir o ensino universal básico, isto é, ter todas as crianças, de ambos os sexos, com o ciclo completo de ensino básico em 2015. Os indicadores para isso são taxa de alfabetização entre jovens de 15 e 24 anos, índice de matrículas na 1ª série, e de alunos na 5ª série.

A relação é direta entre esse ODM e os demais: 1- erradicar a extrema pobreza e a fome; 3- promover igualdade de gênero e a autonomia das mulheres; 4- reduzir a mortalidade infantil; 5- melhorar a saúde materna; 6- combater o HIV/Aids, malária e outras doenças; 7- garantir a sustentabilidade ambiental e 8- estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento⁵⁵.

Outro documento internacional de importância para quem lida com EA foi a nova “Carta da Terra”, igualmente lançada em 2000. Sua primeira versão fora aprovada na Rio 92, no Rio de Janeiro, como um compromisso pela busca de fundamentos para uma sociedade global sustentável. Entre estratégias para implementar mundialmente os princípios éticos, estaria o uso do documento como um recurso educativo. Os primeiros a subscrever foram governos da Costa Rica, México, Honduras, Nigéria, Unesco e diversas ongs internacionais.

Notas

- 49 *Apresentação do projeto Tecendo Cidadania. Disponível em: http://www.rebea.org.br/acoes_tecendo.htm.*
- 50 *Políticas de Melhoria da Qualidade da Educação – Um Balanço Institucional”.*
- 51 *Sítios do Ibama (www.ibama.gov.br/cgeam (acessado em 2007) e do MMA – Salas Verdes. (<http://www.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=20&idMenu=1138&idConteudo=3634>).*
- 52 *O Avança Brasil acompanhava os principais programas do governo federal listados no PPA. Seus relatórios são boa fonte de in-formação. A publicação “Educação ambiental – 20 anos de políticas públicas”, lançada em 2003 pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SMA), tem uma linha do tempo, com alguns dados do período.*
- 53 *O sítio do <http://www.mma.gov.br/ea> traz os documentos resultantes do evento.*
- 54 *Documento Técnico n. 05, do OG-PNEA, já citado, e o site do <http://www.mma.gov.br/ea> são boas fontes para pesquisa nessa área.*
- 55 *Muitos sítios na internet resumem os ODMs. Entre eles, o <http://www.pnud.org.br/odm/index.php?lay=odmi&id=odmi> (do Pro-grama de Desenvolvimento da ONU – Pnud) e o <http://www.odmbrasil.org.br/>.*

MUITO POR FAZER



“GASTO ESTE MOMENTO MÁGICO A OLHAR PARA O FUNDO DAS COISAS, ATÉ AO LIMITE DO ESPANTO.”

JOÃO APOLINÁRIO

Um relatório assinado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e Unesco, e publicado em março de 2000, denunciou que o Brasil oferecia a quarta pior remuneração aos seus docentes, entre 45 países estudados. Estávamos à frente apenas da Turquia, Hungria e Indonésia⁵⁶. No mesmo mês, realizou-se em Brasília a oficina de trabalho “Panorama da Educação Ambiental no Ensino Fundamental”⁵⁷, visando gerar dois produtos: um diagnóstico específico sobre o desenvolvimento da EA no ensino formal no país e, a partir dele, indicações de vias para levar à sua inserção como política pública no meio escolar, de forma a fortalecer, universalizar e garantir a qualidade da prática da EA no ensino formal.

Treze especialistas provenientes de ongs e universidades de todas as regiões brasileiras aceitaram o desafio da COEA/MEC. Inicialmente, cada especialista escreveu um artigo para ajudar a desvendar e contextualizar os problemas, para assim alimentar a troca de idéias. Depois, por dois dias consecutivos, dois temas foram aprofundados: 1- Projetos de EA na escola (era a forma mais usual de trabalhar a EA nas instituições de ensino); e 2- Formação de professoras/es em EA (era a estratégia para o desenvolvimento de práticas de EA definida pela PNEA e recomendada em documentos internacionais).

QUADRO DA EDUCAÇÃO

O julgamento de um dos participantes, Genebaldo Freire Dias, foi um dos mais contundentes. Técnico do Ibama e autor, entre outros, do livro *Educação Ambiental: Princípios e Práticas*, cuja popularidade inspirou sucessivas atualizações e reedições⁵⁸, ele lembrou que secretarias de educação, estaduais e municipais, estavam “sempre à deriva das oscilações políticas”, acarretando uma falta de orientações duradouras.

A baixa remuneração, mencionada no estudo internacional, associava-se a outros fatores como o difícil acesso à qualificação. Como consequência,

vaticinou Genebaldo, vivia-se o fenômeno da evasão de carreira entre docentes, com a perda de em torno de 40% de docentes qualificadas/os a cada ano.

O especialista estava entre os que deram nota baixa para os materiais didáticos de então. Quando existentes, quase sempre eram impregnados de uma “visão preservacionista exclusiva, ingênua e desatualizada cientificamente”, o que contribuiria para que docentes criassem atividades reducionistas com seus alunos. Para piorar, atividades extra-classe, como caminhadas interpretativas, sofreriam preconceito dos próprios pais dos alunos (“lugar de estudante é na escola”). E, nas universidades, a maioria dos cursos de administração, jornalismo, direito, economia e engenharia, entre outros, ainda não tinha incorporado a dimensão ambiental em seus currículos. Portanto, delas saíam profissionais despreparados, que iriam “engrossar o rol dos devastadores”.

Em outras palavras, a formação de docentes em EA, da forma como ocorria, impossibilitava, segundo Genebaldo, o exercício da mesma no ensino formal. E isso se estendia ao pessoal de direção, coordenação e de apoio dos sistemas de ensino. “Capacitar em EA significa dar às pessoas condições para fazer ligações, interconexões e buscar a visão do todo. Não temos exemplos plausíveis de esforços de capacitação sistêmica e contínua nesse sentido”.

PANORAMA DAS ESCOLAS

Investir em formação continuada é a política prioritária da SEF para garantir qualidade no ensino. E é direito das/os professoras/es, definido pela Lei das Diretrizes e Bases, de 1996⁵⁹ – foi uma das respostas da equipe da COEA, durante o debate com especialistas, sobre a EA no Ensino Fundamental. Foi nesse ponto, que o consenso da oficina apontou para uma particularidade que direcionaria as ações futuras da coordenação do MEC: seria essencial pensar essa formação no contexto da própria instituição escolar.

O aumento da preocupação em todo país em inserir a EA nas escolas era algo evidente para todas/os participantes. “Se hoje a EA tem espaço garantido no Sistema de Meio Ambiente, nas políticas, nas legislações e nos tratados internacionais ambientais, isso se deve à sua origem, e o papel político de transformação de valores e atitudes diante dos desafios da ocupação humana e sua interação com a natureza, objeto de trabalho deste sistema”, coloca o relatório do evento do MEC.

De provisória ao estatus de permanente

Em março de 2000 a Câmara Técnica Temporária de EA do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) ganhou o selo de permanente, ao lado de outras nove: Atividades minerais; Biodiversidade e recursos pesqueiros; Controle de qualidade ambiental; Florestas e atividades agropastoris; Gestão territorial e biomas; Políticas sustentáveis; Resíduos sólidos, saneamento e saúde ambiental; e Unidades de conservação e demais áreas protegidas.

Colegiado composto por 92 membros, representantes dos mais diversos setores do governo e da sociedade civil – entre os quais ongs, empresariado e trabalhadores –, o Conama foi previsto na Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, de 1981. Tornou-se modelo para a criação de outros conselhos, nas diferentes áreas e esferas de governo. Mas nem todos os órgãos posteriormente criados têm igual poder ao do Conama, que tem, entre suas funções, a de deliberar sobre normas e padrões ambientais, bem como de assessorar o Governo Federal na formulação da política ambiental brasileira.

Com o novo status, confirmaram-se os objetivos da Câmara Técnica, de discutir e propor normas de efetivação e incentivo da EA ao plenário, buscando articular e integrar os sistemas Educacional e o Nacional de Meio Ambiente. Também se confirmou a COEA na presidência dessa câmara, para o período 1999-2001⁶¹.

Mas tropeçava-se no aspecto qualitativo. Entre os problemas, apontou-se o despreparo das instituições para uma estrutura pedagógica que tratasse os conteúdos de forma interdisciplinar e transversal, e para o planejamento conjunto. A coordenação e a direção nas instituições de ensino – comentou-se – não estavam prontas para implementar os pressupostos da EA. Some-se a isso a existência de lacunas da formação inicial das/os professoras/es, e a ausência de formação continuada, para ter o quadro de dificuldades apontadas no documento que reúne as conclusões do grupo de especialistas. Essas dificuldades eram decorrentes, segundo esse ponto de vista, de fatores estruturais, inerentes às políticas públicas educacionais.

Como recomendação, o documento propõe projetos de EA pensados para concretizar a transversalidade no meio escolar. Bem aceitos nas escolas, teriam a qualidade de enfatizar a reflexão coletiva, o que, por sua vez, estimularia a reestruturação do projeto pedagógico da instituição de ensino, por meio de discussões mais amplas. Mas havia premissas a seguir: que não servissem como solução individual e promovessem a participação dos sujeitos nos processos decisórios.

A idéia era ir além da transversalidade na perspectiva metodológica, isto é, de a EA atravessar as diversas áreas de conhecimento, disciplinas ou departamentos. Participantes da oficina defenderam a dimensão política da transversalização. Quer dizer, por meio de parcerias para desenvolver a EA, atingir-se-iam diversas áreas e instituições.

As idéias foram combustível para a montagem dos Parâmetros em Ação – Meio Ambiente na Escola (PAMA), programa em gestação que seria aberto a quem já seguisse o Parâmetros em Ação do MEC⁶⁰. Até julho de 2000, eram 200 municípios de 13 unidades da Federação.

Em novembro do mesmo ano, a COEA realizou o Encontro Nacional de EA para as Secretarias Estaduais de Educação (Seducs). Em foco, a política de formação continuada de professoras/es em EA, dessa vez com órgãos estaduais da área educacional. O momento era propício. Desde o lançamento dos PCNs, que introduziram a EA de forma transversal como condição para a construção da cidadania, o interesse só crescia. Com a recém-promulgada lei da PNEA, o estímulo era ainda maior. Tanto é que apenas dois estados, Rondônia e Maranhão, não se fizeram representar no evento em Brasília⁶².

Um questionário respondido pelos participantes buscou identificar como a EA era tratada nas Seducs. Revelou-se uma dicotomia. No plano das intenções, era forte o interesse dos estados em construir políticas públicas para a EA. Só que, na prática, confirmou-se o diagnóstico do encontro com 13 especialistas em março: o tema ainda entrava de forma marginal nas políticas educacionais dos estados, ocupando um espaço classificado como frágil, seja pela estrutura institucional em geral insuficiente, ou pelos poucos recursos financeiros e humanos para a efetiva implementação de propostas.

Por exemplo, as ações de formação continuada, quando desenvolvidas pelas/os técnicas/os das Seducs, eram quase sempre com ongs, consultores contratados ou docentes da universidade. Entre parceiros que viabilizariam propostas, foram citados órgãos federais (MEC, MMA e Ibama), internacionais (como Banco Interamericano de Desenvolvimento), ongs (como WWF) e organizações empresariais, entre as quais Furnas e Eletrobrás.

Notas

- 56 *”Panorama da Educação Ambiental no Ensino Fundamental”*, p. 67-68.
- 57 *Dessa oficina, resultou a citada publicação com o mesmo nome.*
- 58 *A primeira edição foi em 1992, sempre pela editora Gaia (SP).*
- 59 *Lei 9.394/96 (<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/lei9394.pdf>). Na verdade, ao dar orientações, faz menções indiretas à EA, sugerindo, por exemplo, transmitir a “compreensão ambiental natural e social do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade” no Ensino Fundamental (art. 32).*
- 60 *Material disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/index.php?option=content&task=view&id=145&Itemid=285>.*
- 61 *O site do MMA tem uma área para o Conama (<http://www.mma.gov.br/port/conama/index.cfm>), que traz, o quem é quem, todas as resoluções, e atas de parte das reuniões. Uma de suas páginas é da Câmara Técnica Educação Ambiental (http://www.mma.gov.br/port/conama/ctgt/ct.cfm?cod_ct=209#2).*
- 62 *Publicado pela COEA/MEC, o relatório final, “Educação Ambiental: Encontro Nacional das Secretarias Estaduais de Educação”, de 41 páginas, está Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/relatorio1.pdf>.*

TECENDO PARCERIAS



“QUANTO MAIS ESTUDAMOS OS PRINCIPAIS PROBLEMAS DE NOSSA ÉPOCA, MAIS SOMOS LEVADOS A PERCEBER QUE ELES NÃO PODEM SER ENTENDIDOS ISOLADAMENTE.”

FRITJOF CAPRA

“D e um lado do Atlântico, no alto de uma montanha suíça, banqueiros e especuladores de todos os tipos, presidentes de transnacionais, políticos que querem lhes dar a mão, ou simplesmente cortejá-los, simbolizam com arrogância a subserviência das sociedades aos preceitos do lucro. Do outro, a sociedade civil, representada por sindicatos, associações, ongs e eleitos pelo sufrágio universal chegam para dizer que um outro mundo, que não aquele imposto pelo neoliberalismo dominante, é bem possível”⁶³.

Com essas palavras, Bernard Cassen, editor do lendário jornal francês *Le Monde* – que se deslocou do Velho Continente para Porto Alegre (RS) em janeiro de 2001 –, descreveu para seus leitores o clima do 1º. Fórum Social Mundial em andamento na capital gaúcha. Idealizado como uma contraposição ao Fórum Econômico Mundial, que por três décadas vinha sendo promovido em Davos, na Suíça, na mesma época do ano, o evento brasileiro atraiu dezenas de milhares de ativistas do mundo todo.

De acordo com Cassen, a mera existência do FSM já tirava a legitimidade do Fórum de Davos, que passaria a ser visto, a partir de então, como uma reunião de interesses corporativistas contra um mundo mais justo, solidário, preocupado com o futuro do planeta. Foi uma “virada”, interpretou ele, promovida por uma diversidade de movimentos que se opunham à globalização, em seu sentido neoliberal, e que teria, segundo ele, outros foros, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização Mundial do Comércio e o Banco Mundial.

Ou, como comentou José Silva Quintas, titular da Coordenação de EA do Ibama: “Era um contraponto à idéia de que, com o término da Guerra Fria e o desmoronamento do chamado socialismo real, a única possibilidade que restava seria a de um mundo regido por um pensamento único fundamentado na racionalidade do mercado, a ser melhorada”⁶⁴.

PARÂMETROS EM AÇÃO

Um mês antes, a COEA/MEC comemorara o Dia Internacional do Meio Ambiente com o lançamento oficial do Parâmetros em Ação – Meio Ambiente na Escola (PAMA). Sim, era uma continuidade do programa Parâmetros em Ação, também do MEC, mas trazia novidades para professoras/es e formadoras/es da 5ª à 8ª série. Por exemplo: a partir de provocações sobre temas atuais, como a relação entre natureza-sociedade-ser humano, docentes seriam levadas/os a refletir sobre os vários prismas de um mesmo fato, para entenderem (e depois levarem para a sala de aula) a complexidade da questão socioambiental.

A cerimônia de lançamento em Brasília atraiu cerca de 300 convidados, entre autoridades governamentais, representantes de ongs e de empresas da área ambiental. Ocasão para o MEC reafirmar a inserção do tema transversal meio ambiente na escola e na política de formação continuada de professoras/es para o Ensino Fundamental. Isto, aliás, ia ao encontro do Plano Nacional de Educação 2001-2010, aprovado no início do ano, como Lei 10.172/01. Lá estava a recomendação para desenvolver a EA no meio escolar como prática educativa integrada, contínua, permanente e transversal⁶⁵. Os convidados também conheceram os dois kits de apoio do PAMA, compostos por fitas de vídeo, cds de música e materiais impressos, com mapas e textos de apoio⁶⁶.

REDES: NOVAS PERSPECTIVAS

As novas tecnologias abriam cada vez mais possibilidades para quem quisesse testá-las. No mês em que se realizava o Fórum Social Mundial em Porto Alegre, duas educadoras – Patrícia Mousinho, do Rio de Janeiro, e Michèle Sato, do Mato Grosso – criaram uma nova lista de discussão, aberta a todas/os participantes da Rebea. Ela se somava a outros canais virtuais ocupados pela rede brasileira: já havia a lista de discussão fechada da facilitação nacional, animada por Cristina Guarnieri, da Universidade de São Paulo. Logo viriam o sítio, hospedado pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali) e um Fórum de Discussão no ambiente da Rede de Informações do Terceiro Setor (Rits), moderado por Cristina Guarnieri e Vivianne Amaral⁶⁷.

Em julho, a Rebea encaminhou um projeto à Diretoria de Educação Ambiental do MMA (DEA/MMA), que começara a ser gestado naquela reunião Cultura de Redes do ano anterior. Visava a sustentabilidade da Rebea.

Torres gêmeas e o apagão

Na manhã de 11 de setembro de 2001, menos de duas semanas após a reunião de educadoras/es em Brasília, um atentado nos EUA surpreenderia o mundo e mudaria a direção dos debates globais. Dois aviões saíram de suas rotas, para se chocaram contra o World Trade Center, em Nova Iorque. As enormes “torres gêmeas” ruíram. Houve mais de três mil mortes em terra. Também as aeronaves ficaram destruídas, matando tripulação e passageiros.

O terrorismo entraria na pauta da mídia, sobrepondo-se aos debates sobre outros assuntos no noticiário mundial. Atribuído ao grupo fundamentalista internacional Al-Qaeda, o atentado traria como consequência pelo menos duas guerras detonadas pelo governo norte-americano. Contra o Afeganistão, onde estaria o líder da Al-Qaeda, e contra o Iraque, no ano seguinte.

No Brasil, o espaço dividia-se entre o tema internacional e outra pauta, que ganhara destaque nos meses anteriores: a crise no fornecimento de energia elétrica, mais conhecida como “apagão”. Principais provedoras de energia no país, as hidrelétricas haviam entrado em colapso devido a uma prolongada seca, que baixara o nível dos reservatórios de água.

Sob pena de multas, a população reduziu em pelo menos 20% o consumo de energia. Para completar, o governo federal aprovou um programa emergencial de subsídio à construção de termoeletricas, com o argumento de evitar “apagões” nos anos seguintes. Em setembro, as chuvas voltaram, encerrando um período em que, por imposição e pressão, brasileiras/os aprenderam que boa parcela da energia que consumiam era puro desperdício de recursos naturais. Uma lição a ser citada, daí em diante, em ações de EA. Mas que outra pressão, a do consumismo, tentaria apagar nos anos que viriam, junto aos consumidores finais.

Nenhuma história pode ser contada de forma linear. No caso do apagão, os bons resultados financeiros da economia forçada estimularam empresas brasileiras a ampliarem a proposta. Multiplicaram-se programas para reduzir o consumo de água e matérias primas, através da chamada ecoeficiência, ou “fazer mais com menos”. O meio ambiente agradeceria, diziam seus defensores, e a EA seria essencial, nesse caso, para a conscientização de funcionárias/os.

E, mesmo que o “atentado das torres gêmeas” tenha desviado a atenção mundial para o tema terrorismo, em outubro de 2001, no Rio de Janeiro, a 13ª Reunião de Ministros do Meio Ambiente da América Latina e Caribe concentrou suas discussões no estabelecimento de princípios éticos para demarcar as políticas ambientais e de desenvolvimento sustentável dos países da região.

Já se pensava na Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável – Rio+10 –, programada para o ano seguinte na África do Sul, que tinha o objetivo de avaliar os avanços desde a Rio 92, sob a perspectiva da sustentabilidade, como veremos⁶⁸.

Não foi aprovado. Só que, para a surpresa das/os educadoras/es, ele abriu as portas para o diálogo com o órgão de governo, que viu na capilaridade das redes uma fonte de alimentação do seu Sistema Brasileiro de Informações sobre Educação Ambiental e Práticas Sustentáveis (SIBEA).

Foi assim que, em 29 de agosto de 2001, iniciou-se uma reunião em Brasília para negociar a construção de estratégias de integração entre as redes de EA e o SIBEA. Para dar idéia da amplitude do evento, basta relacionar as organizações participantes. Lá estavam membros da Rebea, bem como das redes de EA paulista (Repea), mineira (Rmea), mato-grossense (Remtea), da Paraíba (Rea/Pb), do Vale do Itajaí (Reabri) e de São Carlos (SP). Também estavam moderadoras/es da lista de discussão EAlatina, integrantes da Rede Mata Atlântica, Rede Cerrado e de universidades. Do governo federal, havia representantes dos setores de EA do MEC, MMA e Ibama.

Em 31 de agosto, esse conjunto de pessoas encerraria o evento com novas metas a cumprir. Criara-se um Grupo Gestor participativo para o SIBEA, um projeto piloto na Universidade Federal do Rio Grande (UFRG), além de um grupo de trabalho para elaborar um edital de demanda induzida pelo FNMA, visando a estruturação das redes de EA e a consolidação do SIBEA. Era a semente do projeto “Tecendo Cidadania”, que teria a dupla finalidade de estimular a organização de redes de EA – que produziriam um diagnóstico sobre o estado de arte da EA nas diferentes regiões do país –, e nutrir o Sistema Brasileiro de EA, com os dados levantados.

LIÇÕES QUE OS CURSOS DÃO

Em novembro de 2001, quando o apagão, que tanto afetara o dia-a-dia da população brasileira, já entrara para a História, saiu o Edital 07/2001 do Fundo Nacional do Meio Ambiente, para eleger as cinco redes de EA que participariam do ambicioso projeto desenhado pelo governo em parceria com organizações da sociedade civil. Dos projetos aprovados, dois eram de redes já existentes: a Rede Brasileira e a Rede Paulista de EA.

Outros três financiariam a estruturação de novas redes, duas das quais com caráter regional: Rede Pantanal de Educação Ambiental (Aguapé, abrangendo MT e MS), Rede Sul Brasileira de Educação Ambiental (REASul, nos estados do sul), e Rede Acreana de Educação Ambiental (ReAcre). Com isso, pela primeira vez, surgiriam redes de EA por indução (até então, elas nasciam por iniciativa espontânea). Na prática, esses projetos só começariam no ano seguinte⁶⁹.

O processo participativo que envolveu o SIBEA, diga-se de passagem, foi só uma ação, entre as desenvolvidas pela DEA/MMA em 2001. Relatório assinado pela bióloga Ana Lúcia Tostes de Aquino Leite – nova titular da área, que desde 1999 era gerente de projetos do Programa Nacional de EA – revelou que a maior demanda do ano foi por capacitação. Havia interessados dos mais variados segmentos. Desde educadoras/es no ensino formal ou não formal, e técnicas/os de órgãos de meio ambiente/ educação nas três esferas governamentais, até pessoas responsáveis por atividades impactantes ao meio ambiente. Entre estas, executores de políticas públicas (Incrá, Chesf, Petrobras, por exemplo), produtoras/es rurais, pescadores, comunidades indígenas.

O relatório contabiliza 15 mil pessoas capacitadas. Só na modalidade EA no Processo de Gestão do Meio Ambiente, desenvolvida pelo Ibama, foram 2,6 mil. E havia as ações de sensibilização e mobilização comunitária, sobretudo para a comunidade escolar. Uma intensa atividade, que permitiu chegar a algumas conclusões práticas, segundo o relatório.

Quando se quer ir além da oferta de conhecimentos, estimulando participantes a criarem atitudes compatíveis no uso ou gestão dos recursos ambientais, a melhor opção, segundo a equipe de EA do Ibama, são cursos de pelo menos 40 horas-aula. E mais: antes de iniciá-los, recomenda-se fazer um levantamento socioambiental junto às comunidades que participarão da capacitação. Isso permite adaptar os conteúdos previstos ao repertório do grupo.

A teoria, às vezes, na prática é outra. Por limitação de recursos, nem sempre foi possível garantir todos esses cuidados. E o curso de Introdução à Educação no Processo de Gestão Ambiental de 136 horas – 96 presenciais e 40 à distância – teve uma demanda muito superior à capacidade de atendimento. No período 2000-01, apenas 286 educadoras/es foram capacitadas/os.

EA AVANÇA NOS ÓRGÃOS PÚBLICOS DE ENSINO

Também em novembro de 2001, a COEA/MEC conduziu novo levantamento sobre o estado da arte da EA nos órgãos públicos de EA, estaduais e das capitais do país. Foi durante o II Encontro Nacional de Representantes das Secretarias da Educação, promovido naquele mês em Brasília⁷⁰.

Dessa vez, a maioria das Secretarias Estaduais de Educação (Seducs) já tinha responsáveis para a EA, em geral atuando no departamento (ou diretoria) de

Uma pesquisa surpreendente

Números surpreendentes sobre a EA vieram à tona, quando saíram os resultados do Censo Escolar 2001. Realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep/MEC), pela primeira vez ele introduzira duas questões sobre esta área, a pedido da COEA. Bastou para constatar uma presença da EA, acima das expectativas, nas 177 mil instituições de ensino participantes do levantamento.

A EA, descobriu-se pelo estudo, já estava na rotina de pelo menos sete entre dez jovens que estudavam no Ensino Fundamental. Esmiuçando: 71,2% dos alunos estavam em escolas que trabalhavam a temática. Para os da 5ª à 8ª série, o índice subia para 73%, somando 11,4 milhões de estudantes. Já entre os da 1ª à 4ª série, o índice caía para 70%, mas em número, eram mais alunas/os: 13,8 milhões. Era uma prova da demanda crescente, refletindo a preocupação da sociedade com o meio ambiente, interpretou Iara Prado, secretária de Educação Fundamental do MEC quando os números foram anunciados, em 2002.

A pesquisa também tipificou a EA que se praticava. Em mais de metade das escolas ela acontecia por meio da inserção temática, isto é, pelo uso do tema em diversas disciplinas. Esta abordagem alcançava 52,9% de alunos/as das séries iniciais e 55,4% dos finais. Em segundo lugar, atendendo mais de um quarto dos alunas/os (26,8% nas quatro séries iniciais, e 29,6% nas quatro finais), ficou o estudo dos problemas ambientais por meio de projetos, que no entanto nem sempre se enquadravam na proposta pedagógica da escola.

Uma curiosidade, entre os resultados, foi constatar que, apesar de especialistas no país, de diferentes linhas, condenarem a EA como disciplina à parte, 1,5% dos alunos de 1ª a 4ª série e 2,6% dos estudantes de 5ª a 8ª série ainda tinham EA dessa forma.

A preocupação com a EA mostrou-se maior justamente nas regiões mais industrializadas do País, onde a degradação ambiental era problema próximo da realidade da população, também se viu na pesquisa. Em porcentagens: nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste os índices foram, respectivamente, de 82,1%, 80% e 69,2% para alunos da 1ª à 4ª série. E de 80,3%, 79,6% e 72,2%, para os de 5ª à 8ª. No Nordeste e Norte do país, o índice caía para, respectivamente, 62,3% e 52,5%, entre estudantes das séries iniciais, e 65,3% e 57,3% para os das finais.

E havia diferenças marcantes entre os estados. Campeão nesse levantamento foi o Ceará, com 91,8% de crianças com EA em sala de aula, considerando-se só as primeiras quatro séries. Logo atrás vieram Goiás (91,3%) e Espírito Santo (90,8%). No outro extremo, ficaram Roraima e Acre, com 36,8% e 11,9%, igualmente na faixa de 1ª a 4ª série.

Apesar de faltarem perguntas que permitissem a avaliação qualitativa da EA oferecida, o Censo trouxe uma questão, de múltipla escolha, sobre destinação dos resíduos sólidos nos estabelecimentos escolares. Além de indicadora de preocupação ambiental da instituição, no entender da equipe da COEA/MEC, ela teria o dom de estimular escolas a pensarem sobre o tema e em opções para a destinação do lixo. Além disso, previam-se, os resultados poderiam subsidiar campanhas de saúde e de prevenção sanitária. Em 2001, quase metade das escolas usava simplesmente a coleta do serviço público. Mas 38,56% queimavam lixo e 23,2% jogavam em outra área. Apenas 2,5% afirmaram que reciclavam e 0,7%, que reutilizavam⁷³.

currículo ou no de estudos pedagógicos do Ensino Fundamental. Mas ainda poucas contavam com setores/divisões específicos para essa modalidade. A decisão em favor da EA era norteadas pelos PCNs e a Lei 9.795/99, da Política Nacional de EA, mesmo antes da regulamentação.

As secretarias estaduais estavam à frente das municipais, já que cerca de metade destas não tinham técnica/o para tratar de EA, que aliás, segundo o levantamento, ainda era entendida como um conteúdo a ser trabalhado com outras matérias, em vez de política a ser implementada. Tanto nos órgãos estaduais quanto nos municipais, projetos e ações em EA eram, em geral, ditados pela parceria com órgãos ambientais e ONGs ambientalistas.

Talvez sua conclusão mais importante tenha sido que, apesar dos avanços alcançados até então, havia uma longa caminhada a cumprir para enraizar a EA nesses órgãos de governo. Indicadores disso seriam o modo como a EA se inseria na estrutura organizacional dessas instituições, a constatação de uma articulação ainda fraca com as demais políticas educacionais, e a freqüente adoção da EA como projetos especiais em parceria com instituições externas.

AVALIANDO O PAMA

Lucila Pinsard Vianna, coordenadora da COEA/MEC durante todo desenvolvimento do PAMA, que se encerraria oficialmente em 2003, recorda que o maior desafio da época inicial, em 2001, era inserir a EA nas políticas de formação em serviço de educadoras/es dos sistemas de ensino. Até então, lembra, a EA inseria-se nas escolas por meio de ações esporádicas, fora da grade curricular ou da proposta pedagógica. Em outras palavras, resumia-se, em geral, a projetos temáticos, campanhas em datas comemorativas, ou iniciativas extracurriculares decorrentes do entusiasmo de um/a ou mais docentes, mas sem objetivos claros.

Não faltavam motivos para isso. Na mesma direção de outros especialistas, ela cita a carência na formação de docentes para trabalharem a EA de modo transversal e interdisciplinar, bem como de materiais didáticos que contemplassem especificidades regionais e ajudassem a contextualizar o tema. E mais: nas próprias escolas públicas, nem sempre havia infra-estrutura física e institucional para encontros e planejamentos coletivos.

Mas a coordenadora ressalta outro fator que o PAMA queria mudar: a concepção negativista por trás da EA praticada no meio escolar. Por influência da cultura da militância política, marcada pelo “dever ser / dever fazer”, segundo

ela, desconsideravam-se potencialidades da região em que a escola se inseria. Imperava a visão catastrófica do mundo, do futuro, das ações humanas.

Por outro lado, o Censo Escolar de 2001, que pela primeira vez naquele ano trouxe questões sobre EA, constatou uma “explosão” no interesse pela EA nas escolas em todo país, como veremos. Só isto, avalia ela, já justificaria a missão definida para a COEA, de fortalecer as políticas educacionais estaduais e municipais nesse campo. Mas havia mais um indicador: a grande procura pelas palestras e oficinas sobre EA realizadas no Congresso Brasileiro de Qualidade na Educação, promovido pela SEF/MEC, em outubro de 2001.

Ao detalhar o processo de introdução do PAMA, Lucila relembra encontros realizados nas Secretarias de Educação, que resultavam em convites a gestoras/es para que participassem do processo de formação e desenvolvessem políticas específicas sobre a questão ambiental. Colocado como a ação mais importante da COEA naquele momento, o programa enfrentaria o desafio do prazo curto para sua implementação nas escolas: seis meses para a formação e mais dois de acompanhamento. Sua metodologia aproveitou técnicas de ensino à distância.

Partia-se da formação de grupos de estudo interdisciplinares nas escolas, que debatiam conteúdos temáticos, construíam projetos de trabalho, refletiam sobre o espaço escolar e seu entorno, realizavam estudo do meio e seqüências didáticas/ conceituais. Além dos kits com materiais de apoio, entregues a todas/os participantes, a competência para investigação era estimulada pela indicação de livros e sítios.

Com um mínimo de 75 horas, a capacitação dividia-se em 11 módulos, sete dos quais obrigatórios. Mas só poderiam participar docentes ou técnicas/os que já tivessem acompanhado os módulos comuns do Parâmetros em Ação, integrados nos grupos interdisciplinares, compostos por pelo menos 50% de docentes da escola. Antes do início do funcionamento desses grupos, havia a fase de formação dos coordenadoras/es-gerais e coordenadoras/es de grupo. Depois, o acompanhamento pedagógico e institucional do MEC, muitas vezes, era à distância.

Os primeiros pilotos do PAMA foram em Rio Branco (AC) e Pólo Irecê (BA), em novembro de 2001, mês em que a COEA também promoveu o já citado II Encontro Nacional de Representantes das Secretarias de Educação, em Brasília, para que membros das secretarias de educação estaduais (Seducs) e municipais das capitais (Semedes) aprofundassem a discussão sobre o programa.

Implementado nas demais regiões do país entre março e novembro de 2002, ele atenderia cerca de 700 escolas, chegando diretamente a 10,8 mil docentes. Não foram os únicos beneficiados, informam relatórios da época, publicados pelo ministério. É que várias secretarias de educação replicaram a proposta como política de formação ambiental, independente da assessoria do MEC. Multiplicação que poderia se entender, segundo os mesmos documentos, como reforço do papel do professor-formador, “uma espécie de professor do professor”.

Notas

- 63 Tradução livre
- 64 O comentário de José da Silva Quintas está no paper “Educação Ambiental e Sustentabilidade Política: democracia e participação” (9 p.), apresentado no V Congresso ibero-americano de EA, em março 2006, e Disponível em: <http://www.viberoca.org.br/downloader.php?a=upload/arquivos/0017671001149511952.pdf&b=Jose+Quintas>.
- 65 “Políticas de Melhoria da Qualidade da Educação – Um Balanço Institucional”, p. 9.
- 66 *Idem*, p. 18.
- 67 O convênio de parceria com Rits foi assinado em novembro de 2002, como parte do projeto Tecendo Cidadania, informa um relatório parcial do projeto, de fevereiro de 2003 (http://www.rebea.org.br/acoes/tecendo/gestao_004.pdf).
- 68 A publicação “Programa Latino-Americano de Educação Ambiental”, lançada pelo Órgão Gestor (Série Documentos Técnicos, nº 5), relaciona os principais eventos voltados à formatação de políticas públicas de EA na América Latina.
- 69 Sítio da Rebea (www.rebea.org.br) consultado no início de 2007 (sofreu modificações, posteriormente).
- 70 O relatório final (92 p), desse evento realizado de 27 a 29 de novembro de 2001 está disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/relatorio2.pdf>.
- 71 “Políticas de Melhoria da Qualidade da Educação – Balanço Institucional”.
- 72 A publicação “Congresso Brasileiro de Qualidade na Educação. Formação de Professores - Educação Ambiental”, vol. 3, organizada por Marilda Almeida Marfan (MEC, 2002, 150 p.) está Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001974.pdf>.
- 73 “Mais de 70% dos alunos do ensino fundamental têm Educação Ambiental” foi o título de um informe para a imprensa do INEP, de 4 de julho de 2002. Disponível em: http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/censo/escolar/news02_05.htm. O livro “Políticas de Melhoria da Qualidade da Educação – Balanço Institucional”, do mesmo ano, também avaliaria a pesquisa. (o quadro que ilustra essa página está na p.17 da publicação).

A INTENÇÃO E O GESTO



“O UNIVERSO NÃO É UMA IDÉIA MINHA. A MINHA IDÉIA DO UNIVERSO É QUE É UMA IDÉIA MINHA.”

FERNANDO PESSOA

Qual a distância entre uma intenção e o gesto? Quando falamos da área socioambiental, pode ser grande, mostrou a pesquisa O que o brasileiro pensa do meio ambiente e do consumo sustentável?, promovida pelo Ministério do Meio Ambiente, Instituto Superior de Estudos da Religião (Iser). Os dados, anunciados em 2002 com grande repercussão na mídia, continuam importantes para municiar quem acredita que a EA pode transformar olhares e gestos⁷⁴.

Realizada a cada quatro ou cinco anos desde 1992, a pesquisa baseia-se num questionário aplicado a uma amostra da população de todas as regiões do país, sempre com um núcleo comum que permita a avaliação evolutiva. Assim, as respostas, coletadas em 2001, revelaram que a consciência ambiental de brasileiras/os crescera na década, assim como a intenção de defender o meio ambiente. Mas ficou clara a defasagem quanto à percepção e o gesto:

- Aumentou o índice de brasileiras/os que não consideravam a preocupação ecológica exagerada (de 42% em 1997, para 46% em 2001), julgando ser preciso mudar padrões de produção e consumo para conciliar ambiente e desenvolvimento (de 23% para 31%). Só que mais da metade continuou a entender meio ambiente como fauna e flora, excluindo elementos que são parte do ambiente, como cidades e pessoas.

- Sete de cada dez respondentes declararam simpatia por organizações ambientalistas em 2001. Porém, poucos souberam mencionar alguma espontaneamente. A mais lembrada foi o Ibama, agência ambiental do governo federal. E só 1% declarou ser efetivamente membro de alguma organização ambientalista.

- Desmatamento, contaminação dos recursos hídricos e do ar foram os problemas ambientais mais lembrados para o país. No entanto, mais de metade das/os respondentes não foi capaz de identificar os problemas ambientais de seu próprio bairro.

Como era de se esperar, o nível de escolaridade foi uma variável com a condição de fazer diferença na qualidade das respostas. Quanto maior, mais capacidade de indicar, por exemplo, problemas ambientais. Outros diferenciais foram o fato de residir em centros urbanos e a faixa etária: os mais jovens (mais próximos de 16 anos) e os mais velhos (mais de 60 anos) revelaram-se menos informados.

Tanto em 1997 quanto em 2001, três práticas ambientais fizeram parte das boas intenções das/os cidadãs/ãos: separação de recicláveis, redução do desperdício de água, e de energia. Em 2001 a pesquisa buscou se aprofundar no tema “consumo sustentável”, identificando de que modo questões ambientais e de saúde podem influenciar na decisão de compra.

E surgiram dados novos: perto de metade (46%) declarou ler rótulos dos produtos que adquire; pouco mais de um décimo (12%) afirmou ter recorrido a órgãos de defesa do consumidor no último ano, e quase dois terços (59%) informou ter cuidado com o que joga na lixeira.

Provavelmente reflexo do “apagão de 2001”, ao somarem-se os que responderam praticar sempre com os que afirmaram fazê-lo com muita frequência, viu-se que quase dois terços (59%) já compravam lâmpadas poupadoras de energia, e mais de um terço disse preferir produtos em embalagens recicláveis (44%) com características de produtos “verdes” (36%). No outro lado da moeda, mais da metade (51%) declarou que não diminuía o uso do automóvel, vilão de poluição do ar, nos 12 meses anteriores à pesquisa. Mais uma vez, a distância entre a intenção e a prática.

RIO 92 X RIO+10

A defasagem entre a intenção e o gesto também foi motor de discursos e documentos finais da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, ou Rio+10, que aconteceu entre 26 de agosto a 4 de setembro daquele ano, em Joanesburgo, capital da África do Sul, com uma pauta mais modesta que a Rio 92, a referência para sua realização.

Para lembrar: a conferência mundial de 1992 resultara em convenções internacionais – como a da biodiversidade e a das mudanças climáticas –, na Declaração do Rio, e na Agenda 21, um plano de ação global com mais de 2500 medidas práticas (e respectivos custos financeiros). Tais medidas ajudariam o mundo a alcançar o desenvolvimento sustentável, para “atender

Como se produzem os documentos oficiais

Em 26 de agosto de 2002, data de início da Rio+10, já se sabia qual seria o final. É que seus principais documentos vinham sendo alinhavados há mais de ano. Em junho, na última reunião preparatória na Indonésia, o clima era de desânimo. É que as negociações do que seria o Plano de Implementação, mais uma vez, tropeçavam em duas áreas polêmicas: 1- globalização e meio ambiente, e 2- definição de quem pagaria a conta da implantação das propostas. Países em desenvolvimento pediam prioridade para que verbas fossem destinadas ao combate à pobreza. Os da União Européia enfatizavam questões ambientais. EUA, Japão e Canadá queriam manter as resoluções da Organização Internacional do Comércio.

E a programação foi rígida nos eventos oficiais na África do Sul. Nos primeiros dias, houve meio período para debater cada um destes temas: 1- saúde, 2- biodiversidade e gerenciamento de ecossistemas; 3- agricultura e segurança alimentar; 4- água e saneamento, 5- energia. No último período agruparam-se assuntos como: educação, informação e ciência; padrões de produção e consumo, financiamentos, comércio e transferência de tecnologia. Aí, houve dois dias para temas regionais e colocações das não governamentais. Só nos três últimos aconteceram as plenárias e mesas-redondas com os chefes de Estado, que culminariam na assinatura dos documentos oficiais.

Para comparar, vale lembrar a proposta da Primeira Reunião Extraordinária do Foro de Ministros de Meio Ambiente da América Latina e Caribe, realizada antes da Rio+10, no Brasil. Lá, os cinco temas dividiam-se em: biodiversidade, gestão dos recursos hídricos, vulnerabilidade, assentamentos humanos e cidades sustentáveis, agrupando-se ainda temas sociais (como saúde, desigualdade e pobreza), e econômicos (inclusive competitividade, comércio e padrões de produção e consumo). Programas educativos seriam acoplados a cada um deles.

às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades”, como definira, cinco anos antes, o relatório Nosso Futuro Comum, produzido pela Comissão *Brundtland*, a convite da ONU.

Dez anos mais tarde, a Rio+10 limitou-se a avaliar o que se implementou (ou não) dessas convenções e, principalmente, da Agenda 21. Teria dois produtos: a Declaração de Joanesburgo, documento político, e o Plano de Implementação, com novas propostas práticas para a promoção do Desenvolvimento Sustentável. Segundo estatísticas oficiais, para lá acorreram dirigentes de 193 nações e 7,2 mil delegados, representando diferentes setores nas negociações oficiais. Também vieram milhares de pessoas para eventos paralelos.

A socióloga brasileira Lisa Gunn, do Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), que lá esteve, ficou impressionada por uma diferença marcante, segundo ela, entre as duas cúpulas mundiais. Na Rio 92, organizações da sociedade civil do mundo todo ocuparam o Aterro do Flamengo no Rio de Janeiro com seu Fórum Global das Ongs e Movimentos Sociais. Realizaram uma constelação de eventos que, repercutidos na mídia, exerceram pressão sobre as decisões intergovernamentais. Na Rio+10, a presença mais expressiva foi do empresariado, interessado em promover a sustentabilidade nos negócios.

Na abertura da Rio+10, o discurso de Kofi Annan, então secretário-geral da ONU, deu o tom do evento: “Não há como fingir que investimentos em conservação são altos demais, quando sabemos que o preço de falharmos nas ações será muito maior. Temos de parar de ser economicamente defensivos, para começarmos a ser politicamente corajosos”, desafiou ele, numa clara referência ao não cumprimento das metas expostas na Agenda 21⁷⁵.

Apresentado no encerramento, o Plano de Implementação descreveu sintomas da distância entre a intenção dos textos internacionais e os gestos das nações. Em 1972, lembra o texto, a Conferência de Estocolmo conclamara os países ao combate à deterioração ambiental. Em 1992, a Rio 92 resultou em compromissos práticos para alcançar o Desenvolvimento Sustentável. Em 2002, anunciava-se a frustração pelo que não havia sido feito:

- Desafios sem reposta: erradicação da pobreza, mudança dos padrões de produção e consumo, e manejo sustentável dos recursos naturais – listados nos documentos como base para o desenvolvimento sustentável – ainda eram sonhos.

- Barreira social: a distância entre ricos e pobres, entre o mundo desenvolvido e o em desenvolvimento, continuavam como barreiras na busca da prosperidade, segurança e estabilidade globais;

- Natureza ameaçada: a perda de biodiversidade, o aumento da desertificação, da poluição do ar, da água doce e dos oceanos, e as mudanças climáticas, que aumentam a incidência de desastres naturais, estavam cada vez mais evidentes.

- Perigos da globalização: a integração dos mercados e a mobilidade do capital, tidos como promessas para o desenvolvimento sustentável, haviam acentuado a desigualdade na repartição de custos e benefícios.

Decreto para a EA⁷⁸

E, em 25 de junho de 2002, dois meses antes da Rio+10 e após três anos de trâmites, foi promulgado pela presidência da República o tão esperado Decreto 4.281/02, que regulamenta a Lei 9.795/99. Abriu-se uma porta para que a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) “saísse do papel”. Num dos raros artigos na grande mídia a respeito, José Carlos Carvalho, então ministro do Meio Ambiente, festejou. Segundo ele, criaram-se “condições para que os diversos segmentos sociais compreendam a complexidade da questão ambiental e participem das decisões que afetam o meio ambiente e a qualidade de vida”⁷⁹.

De fato, além de propor, como referência, os Parâmetros e Diretrizes Curriculares Nacionais, bem como a criação de programas de EA integrados a todos os níveis de ensino, a regulamentação reafirmou o desenvolvimento de programas de EA como componentes de um grande leque de atividades econômicas. Por exemplo, nos processos de licenciamento e revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras; no gerenciamento de resíduos, na gestão de recursos hídricos, no manejo sustentável de recursos ambientais e ecoturismo.

A partir do decreto, a EA deveria também integrar ações de capacitação de profissionais nas empresas, entidades de classe e instituições públicas, além de ser prevista tanto em projetos financiados com recursos públicos, como nas políticas públicas, em diferentes áreas.

Mas talvez o mais esperado no texto legal fosse a definição do Órgão Gestor, elemento-chave para a operacionalização da PNEA. E ele estabelece um Órgão Gestor ágil, com apenas dois membros: os ministros da Educação e do Meio Ambiente. Outros segmentos estariam representados por meio do Comitê Assessor, composto por 13 representantes de entidades públicas e privadas – já indicadas no próprio decreto – que dariam suporte ao órgão.

Entre as onze funções listadas para o OG-PNEA estão a sistematização e divulgação de diretrizes nesta área, o estímulo a parcerias, levantamento de programas e projetos, intercâmbio de informações, divulgação de fontes de financiamento e supervisão do emprego de recursos na área. Desenvolver e indicar critérios e metodologias para avaliar programas e projetos, apontar indicadores de sustentabilidade, acompanhar projetos – contribuindo para a multiplicação dos bem sucedidos –, também entraram no cardápio previsto pelo decreto.

O polêmico tema de destinação de recursos à EA recebeu o seguinte tratamento: ao Poder Público, ficou o dever de estabelecer mecanismos de incentivo à aplicação de recursos privados em projetos de EA; ao órgão Gestor, o de estimular os fundos de meio ambiente e de educação a alocarem recursos para o desenvolvimento de projetos na área, e aos ministérios do Meio Ambiente e Educação, bem como seus órgãos vinculados, o de consignar recursos em seus orçamentos para cumprir os objetivos da PNEA.

- Democracia em risco: a credibilidade nos sistemas democráticos poderia se perder, com a manutenção das disparidades globais.

ENTRA EM CENA A “EDS”

Mais de 90 vezes, a palavra “educação” apareceu no relatório final da Cúpula de Joanesburgo, onde está o já citado Plano de Implementação. Foi destacada, por exemplo, como instrumento para ajudar a banir o subdesenvolvimento e, com isso, ampliar o acesso a bens básicos, como água limpa, saneamento adequado, energia, segurança alimentar, e proteção da biodiversidade. Ou como ferramenta para promover igualdade de gênero, desenvolvimento rural, melhorias na saúde pública e mudanças nos padrões de consumo. Também aparece entre os pedidos de recursos financeiros, para garantir a universalização do ensino básico até 2015, reforçando o que já previa a Declaração do Milênio.

Para desavisados, pode parecer detalhe, mas não é: em vez de mencionar “Educação Ambiental”, os documentos da Rio+10 adotam a expressão “Educação para o Desenvolvimento Sustentável” (EDS). Seria, como consta numa apresentação da Unesco, “um conceito dinâmico que compreende uma nova visão da educação, que busca empoderar pessoas de todas as idades para assumir a responsabilidade de criar e desfrutar um futuro sustentável”⁷⁶.

Expressões novas inspiram novos repertórios. Na mudança, velhas conquistas, atreladas a palavras “antigas”, podem se perder. Corria-se o risco, segundo os críticos, de afunilar o grande guarda-chuva da EA para o universo corporativo, em sua luta por estabelecer equilíbrio entre a racionalidade econômica e o atendimento às premências sociais e ecológicas.

Essa dicotomia mobilizou foros virtuais e presenciais, mesmo no período anterior à Cúpula de Joanesburgo, em que os documentos foram gestados. Nesse sentido, talvez a proclamação mais importante naquele momento, tenha sido o Manifesto sobre a Ética para a Sustentabilidade, cuja primeira versão foi lançada em maio de 2002, no Simpósio sobre Ética Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, realizado em Bogotá, capital da Colômbia. Também conhecido como Manifesto pela Vida, trata-se de um documento crítico à proposta de adoção ao termo EDS, que também examina os valores que deveriam servir de marco para a educação para a sustentabilidade. Ou, como expõe o penúltimo artigo: ele foi “produzido em comum para converter-se em um bem comum”, para “inspirar princípios e valores, promover razões e

sentimentos, e orientar procedimentos, ações e condutas, para a construção de sociedades sustentáveis”⁷⁷.

Fez parte do Plano de Implementação da Cúpula de Joanesburgo, a recomendação para que a Assembléia Geral da ONU aprovasse um decênio dedicado à EDS, pleito que – como relembra Celso Schenkel, da Unesco-Brasil – fora feito pelo Japão, em 2000, quando da aprovação da Declaração do Milênio, pela ONU. De fato, quatro meses após o encerramento da Rio+10, em 20 de dezembro de 2002, a Assembléia Geral das Nações Unidas aprovaria por consenso a Resolução 254, instituindo o período de 2005 a 2014 como a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável. A Unesco foi indicada como agência para liderar o processo. Mas os debates em torno da dicotomia “EA x EDS” não parariam, como vemos.

SOB EFEITO DA RIO+10

A proximidade de grandes eventos cria um ambiente favorável, que mobiliza para a ação. No ano em que ocorreu a Cúpula de Joanesburgo – ainda em março – quer dizer, cinco meses antes do evento mundial, o Ibama deu novo status ao seu setor de EA, transformando-o na Coordenação Geral de EA (CGEAM). Uma das suas novas tarefas foi estruturar um projeto político-pedagógico para o Curso de Formação dos novos Analistas Ambientais, que atenderia o Edital do 1º Concurso Público do Ibama.

Outro desafio foi trabalhar com o Conselho Consultivo do Parque Nacional da Restinga do Jurubatiba, no Rio de Janeiro, na formulação de um projeto experimental de educação e gestão participativa em Unidades de Conservação. O Instituto Brasileiro de Análises Econômicas e Sociais (Ibase), fundado por Herbert de Souza, Betinho, foi um dos parceiros nessa empreitada⁸⁰.

No âmbito do MEC, o programa Parâmetros Curriculares em Ação – Meio Ambiente deslançaria em março do mesmo ano. Até então, ele fora aplicado só como projeto piloto. Desta vez, seria levado às escolas brasileiras durante todo o ano letivo, como já mencionado.

REDES MOBILIZADAS

Em setembro de 2002, ainda sob o calor dos debates já findados na África do Sul, começaria o ambicioso projeto Tecendo Cidadania, da Rebea, e os de

criação induzida de três novas redes de EA. É que haviam chegado os aguardados recursos prometidos pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA). A meta era múltipla: promover, em dois anos, um amplo diagnóstico do setor, estruturar a secretaria-executiva e a área de comunicação da Rebea, financiar a criação de três novas redes de EA, fornecer dados ao Sistema Brasileiro de EA, estimulando ainda a difusão de informações e atividades relacionadas ao tema.

O primeiro passo da Rebea foi estabelecer o setor de comunicação, que editaria um boletim eletrônico, um sítio, cuidaria da lista de discussão aberta a todos participantes, e da dos facilitadores. A sede física ficaria no Instituto Ecoar, em São Paulo, onde funcionaria a secretaria-executiva.

Mas havia mais organizações parceiras, que também respondiam pela proposta: Associação Projeto Lagoa de Marapendi (Ecomarapendi/RJ), WWF Brasil (DF), Fundação Universidade do Vale do Itajaí (Univali/SC) e Serviço de Saneamento Ambiental de Santo André (SP)⁸².

A Rebea também promoveu vários eventos presenciais, a começar por um seminário para criar uma metodologia comum, realizado com as quatro redes que fariam o diagnóstico de EA em seus âmbitos de atuação: a Repea, em São Paulo, e as três novas: Aguapé, no Pantanal Mato-grossense; Raea, no Acre, e Reasul, no Sul Brasileiro.

Optou-se por desenvolver um questionário que seria a base comum, de forma a permitir a comparabilidade. Para complementar, cada rede realizaria pesquisas bibliográficas e entrevistas, que poderiam ser pessoais, por carta, e-mail ou outro meio.

Em outubro do mesmo ano, nova reunião da facilitação nacional deliberou por uma mudança estrutural que deixou a Rebea com nova musculatura. Passaram a integrar a Facilitação as organizações que até então eram elos da rede brasileira, bem como as novas redes. Cinco temas tornaram-se eixos da ação: 1- educação com qualidade, 2- educação para o consumo responsável, 3- inclusão digital, 4- recursos públicos para a educação ambiental e 5- implementação do PRONEA. E foram criados grupos de trabalho para temas específicos.

Até fevereiro de 2004, em processos que consumiram de dois a seis meses, dependendo da rede, aconteceria a coleta dos dados para o diagnóstico de EA. A proposta seria usá-los tanto para alimentar o SIBEA quanto para o diagnóstico do setor, que chegaria ao público apenas em novembro daquele ano, durante o V Fórum Brasileiro de EA⁸³.

A agenda 21 brasileira

Em julho de 2002, data bem próxima da Rio+10, o governo federal lançou oficialmente a Agenda 21 Brasileira. Cumpria, assim, expectativa criada pela Agenda 21 global, programa de ação subscrito pelos 179 países participantes da Rio 92, dos quais o Brasil foi primeiro signatário. No texto internacional constava o compromisso dos países de formularem documentos similares, contemplando as especificidades, para chegar aos mesmos objetivos.

O complexo percurso de elaboração da brasileira tivera início em 1997, com a instalação da Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Brasileira (CPDS). Coordenada pelo MMA e composta por 10 membros da sociedade civil e governo, essa comissão começou estabelecendo seis áreas temáticas para uma consulta nacional: 1- agricultura sustentável, 2- cidades sustentáveis, 3- infra-estrutura e integração regional, 4- gestão dos recursos naturais, 5- redução das desigualdades sociais e 6- ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável.

Num processo de planejamento participativo, durante cinco anos foram mobilizadas/os mais de 40 mil brasileiras/os através de eventos nas 27 unidades da Federação. Um documento-síntese denominado Bases para a Discussão fora lançado em 2000, para subsidiar o debate. Em maio de 2001, segundo a CPDS, já havia 5,8 mil propostas, relativas às seis áreas temáticas. Mas o documento final só sairia em 2002.

De uma plataforma de 21 ações temáticas anunciadas no lançamento, duas usavam palavras do mundo da educação: “educação permanente para o trabalho e a vida” e “pedagogia da sustentabilidade: ética e solidariedade”. Mas basta ler as demais, para ver que EA permeava tudo. Por exemplo, havia “produção e consumo sustentáveis contra a cultura do desperdício”, e “promover a Agenda 21 local e o desenvolvimento integrado e sustentável”⁸¹.

Vale adiantar que, a partir do ano seguinte, a Agenda 21 Brasileira ganharia status de Programa do Plano Plurianual 2004-2007 (PPA) e a CPDS receberia a atribuição de implementá-la. Na época, estimava-se em 700 as agendas 21 de municípios brasileiros, em processo de construção. Mas outras iniciativas foram acontecendo, nos anos seguintes.

No âmbito do Ministério do Meio Ambiente, em agosto de 2005, começaria um processo de convergência entre os programas Agenda 21 e Municípios Educadores Sustentáveis (MES), programa voluntário idealizado pela diretoria de EA para conjuntos de municípios. Com isso, cada região que abraçasse o programa MES seria estimulada a criar seu Fórum da Agenda 21, entre outras atividades conjuntas.

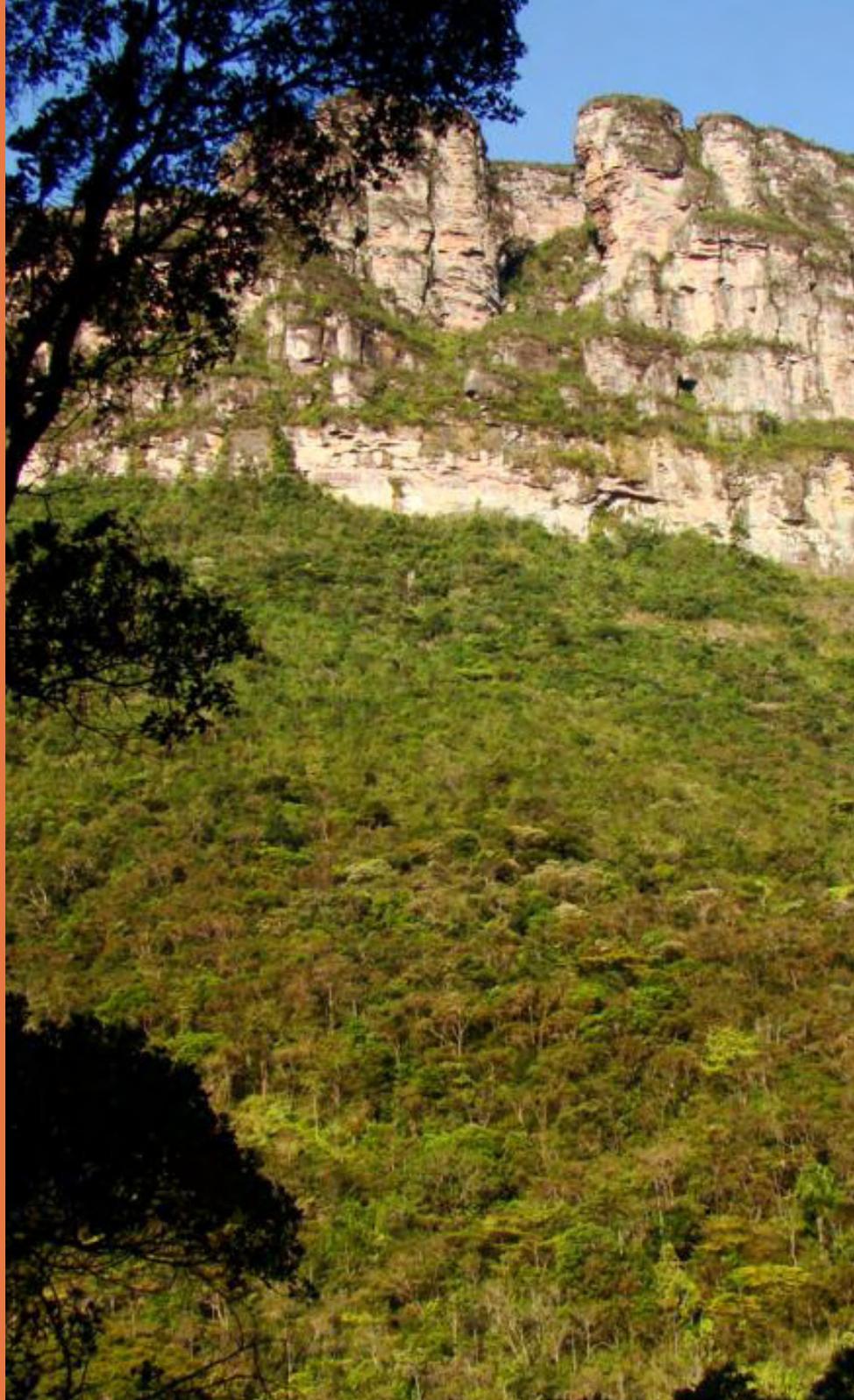
Mas qualquer instituição poderia construir sua Agenda 21. Nas escolas, segundo especialistas, viu-se que elas constituem uma ferramenta de EA capaz de envolver estudantes, corpo docente, funcionárias/os e a comunidade do entorno. A partir de 2004, elas começaram a se multiplicar na rede pública de ensino, como efeito da formação das Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola (Com-Vidas), apoiadas pela Coordenação Geral de EA do MEC. É o que veremos adiante.

Antes disso, no início de 2003, uma campanha das redes revelaria a força do ciberativismo, através dessas estruturas horizontalizadas. Foi a Campanha “Brasil Sustentável só com educação ambiental” que aconteceu quando o Ministério da Educação, no início do Governo Lula, cogitou extinguir sua Coordenação de EA (COEA/MEC). O “toró de e-mails” para o ministério e outras autoridades governamentais levou o governo a voltar atrás na decisão, como veremos em seguida.

Notas

- 74 Pesquisa coordenada por Samyra Crespo, do Iser, com acompanhamento de Eduardo Novaes, então Secretário de Qualidade Ambiental do MMA. O relatório para divulgação (janeiro de 2002, 35 p.) resume as conclusões. Pode ser consultado em: <http://www.repams.org.br/downloads/uso%20sust.%20dos%20RN.pdf>
- 75 “Report of the World Summit on Sustainable Development”, Johannesburg, South Africa, 26 August-4 September 2002 – Annex II – p. 154. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/deds/pdfs/confjohannesb.pdf> (ONU, inglês, 173 p.). A “Declaração de Joanesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável” (documento final do evento, versão em português, 6 p.) está em: http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/joanesburgo.doc.
- 76 Os principais documentos relativos à Década de EA para o Desenvolvimento Sustentável (nome adotado no Brasil) estão numa seção do site do MMA (Educação Ambiental): <http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/deds/index.html>.
- 77 Idem.
- 78 Decreto Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/decreto4281.pdf>.
- 79 Artigo publicado em 6 de agosto no jornal Folha de São Paulo (Tendências e Debates – página 3).
- 80 Processo descrito no site do Ibama (www.ibama.gov.br/cgeam), em busca realizada no início de 2007, mas também mencionado no Relatório de Atividades da Coordenação Geral de Educação Ambiental - CGEAM/DISAM 2003-2006, publicado pela CGEA/Ibama, em 2007, e disponível em: http://www.ibama.gov.br/cgeam/download.php?id_download=7.
- 81 No site do MMA há uma área dedicada à Agenda 21 Brasileira, com seu histórico e documentos. O endereço é: <http://www.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=18&idConteudo=908>.
- 82 “Laboratório de Lideranças Coletivas - Análise do Perfil dos Membros da Rede Brasileira de Educação Ambiental”, paper de Débora Olivato e Vivianne Amaral, p. 2 e , publicado em 2004 (11 p.). Inicialmente divulgado no site da Rebea (em abril de 2008, não estava mais disponível na internet).
- 83 “Uma leitura dos diagnósticos da EA em 5 estados e 1 bioma do Brasil - Relatório final”, Estudo realizado por Isabel Cristina de Moura Carvalho para a Rebea (Projeto Tecendo Cidadania / convênio FNMA 46/02), apresentado pela primeira vez em outubro de 2004, em São Paulo, e depois debatido no V Fórum Brasileiro de EA, em novembro do mesmo ano, em Goiânia. Disponível em: http://www.rebea.org.br/acoes/tecendo/diagnostico_008.pdf.

NOVO ANO DA EA



“UM FIO CRISTALINO. DISTANTE MILÊNIO PARTIU FRAGILMENTE. SEQUIOSO DE ESPAÇO EM BUSCA DE LUZ. UM RIO NASCEU.”

VINÍCIUS DE MORAES

O ano de 2003 chegou um pouco mais cedo no Brasil. Em outubro de 2002, após tenso período eleitoral, pela primeira vez na história do país o Partido dos Trabalhadores (PT) vencera as eleições presidenciais. E, já em dezembro, durante uma surpreendente viagem para os Estados Unidos, Luis Inácio Lula da Silva, futuro presidente da República, após ser recebido pelo presidente norte-americano, anunciou o primeiro nome de sua equipe ministerial: a senadora Marina Silva. Conhecida internacionalmente por sua luta em defesa da biodiversidade brasileira e pela parceria com o seringalista Chico Mendes, que fora assassinado em 1988 no Acre por defender as florestas naquele Estado, ela aceitara licenciar-se do cargo eletivo no Congresso Nacional para se tornar a titular da pasta do Meio Ambiente.

“Não acho que devemos nos render à lógica do possível. O possível é feito para não sair do lugar”, afirmou a ministra, em janeiro de 2003, ao receber o cargo de seu antecessor, José Carlos Carvalho. Para um auditório eclético – havia desde representantes de ongs até personalidades como o teólogo Leonardo Boff e os então recém-eleitos governadores Jorge Viana (Acre/PT) e Lúcio Alcântara (Ceará/PSDB) – ela defendeu a descentralização administrativa (“o poder tem de fazer um sentido público e coletivo, ou seja, de que ele é tão mais legítimo quanto mais diluído for”), prometendo criar estruturas de formulação, avaliação e decisão mais horizontalizadas.

A ministra também propôs fazer crescer a educação para o “como fazer” nas ações do Ministério, de modo a reduzir a necessidade das funções punitiva e proibitiva. E apresentou, naquele momento de sua posse, os três eixos que norteariam o trabalho no Ministério:

- Transversalidade. Tanto interna ao Ministério, como externa, permeando a construção de políticas de governo;
- Participação e controle social. Para garantir os benefícios do poder compartilhado e diluído;

Efeitos colaterais das guerras

Em 19 de março de 2003, o início dos bombardeios norte-americanos contra o Iraque se sobrepôs aos demais temas nos noticiários de todos os veículos de comunicação. Como justificativa oficial da “guerra do Iraque”, as supostas evidências de um programa nuclear do país árabe que, anos depois, provou-se serem falsas. Autoridades dos EUA associavam esse “perigo nuclear” com possíveis ataques terroristas internacionais.

Por trás desse pretexto, interesses econômicos pelo petróleo e uma conflituosa relação entre grupos étnicos e religiosos na região. Entre os principais aliados do governo norte-americano naquele momento, estavam Inglaterra, Itália, Espanha e Polónia. A promessa de uma guerra de curta duração não se cumpriu⁸⁴.

Em muitos países, inclusive Brasil, houve um crescente clamor contra a guerra, que tiraria o então presidente Saddam Hussein do poder, e a própria vida, mas instalaria o caos social no país. Além de dezenas de milhares de mortes (a tabela desse quadro traz apenas os registros oficiais), foram destruídos importantes bens históricos e naturais, bairros inteiros em algumas cidades, bem como obras de infraestrutura, com efeitos sobre a economia local, meio de vida para a população, e sobre o meio ambiente ainda mal dimensionados.

Na época, o Programa de Meio Ambiente da ONU (Pnuma) realizava estudos, às vezes em parceria com outras organizações, sobre efeitos colaterais de conflitos armados: 1- Na Guerra do Golfo, manchas de petróleo espalhadas no mar mataram pelo menos 20 mil aves marinhas, houve poluentes incêndios nos campos de petróleo, e o uso das armas radioativas de urânio empobrecido teria efeito cancerígeno ainda não bem conhecido; 2- No ataque dos EUA ao Afeganistão, em 2001, usaram-se as mesmas armas de urânio; 3- Nos conflitos em territórios palestinos ocupados por Israel, e na guerra entre sérvios e albaneses em Kosovo (ex-Iugoslávia) em 1999 – quando, aliás, bombardeios seletivos da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) liberaram substâncias tóxicas no ambiente – restou um grande número de minas terrestres.

Em 2003, a ONU estimava em dez milhões o número de minas terrestres no mundo. Camboja, por exemplo, teria cerca de cem para cada 2,5 quilômetros quadrados. Marcas de guerras que permanecem após o conflito, afetando seres humanos e os demais seres vivos que habitam no local, mesmo bem depois das armas bélicas silenciarem⁸⁵.

- Sustentabilidade. “é preciso afastar de nosso horizonte a idéia equivocada de que a defesa de nossos ecossistemas seja algo incompatível com o desenvolvimento”.

A eles, juntar-se-ia a diretriz do fortalecimento do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), entendido no seu sentido mais amplo de reunir todos os atores sociais nesta área.

E nunca antes tantos ex-ativistas do movimento ambientalista fariam parte dos quadros do ministério. Entre eles, Marcos Sorrentino, convidado a assumir a Diretoria do Programa Nacional de Educação Ambiental (DEA/MMA). Professor universitário na área de educação ambiental, ele fundara e participara em várias organizações e coletivos ambientalistas, entre as quais a Associação para a Proteção Ambiental de São Carlos (Apasc, que comemorou 30 anos em 2007), a Sociedade para a Defesa do Meio Ambiente de Piracicaba (Sodemap), o Instituto Ecoar para a Cidadania (SP), a Assembléia Permanente de Entidades de Defesa do Meio Ambiente de São Paulo (Apedema), o Fórum Brasileiro de Ongs e Movimentos Sociais. Essa vivência dava-lhe autoridade para afirmar, quando assumiu o cargo no Ministério, que o movimento ambientalista e de EA no País haviam acumulado experiências e reflexões, com significativos avanços no estado da arte, desde os anos 1970.

Chegara a oportunidade de transformá-las em políticas públicas, disse, conclamando para uma parceria do Governo Federal e os atores na área. Um desafio imediato seria elaborar as propostas de um novo Programa Nacional de EA (ProNEA) e do Plano Plurianual 2004-2007 (PPA). Mas também era urgente estimular e apoiar o MEC a ter uma equipe de EA que se co-responsabilizasse pelo ProNEA.

CIBERATIVISMO

Ao mencionar o estímulo para que o MEC tivesse uma equipe de EA, Sorrentino referia-se a uma decisão de extinguir a COEA, publicada no Diário Oficial da União em 24 de março de 2003. O anúncio pegara de surpresa quem trabalhava com EA em todo país, e a Rebea decidiu encabeçar uma campanha de ciberativismo, disponibilizando modelos de cartas para as autoridades federais. Também instigou educadoras/es e ambientalistas a convocarem reuniões locais e regionais para elaborar sugestões de políticas de EA mais democráticas.

Funcionou. Em 17 de abril, passadas pouco mais de três semanas da campanha “Brasil Sustentável só com Educação Ambiental”, Cristovam Buarque, ministro da Educação, proclamaria a reativação da COEA, movido “pela avaliação de que o fim da coordenação poderia prejudicar a inserção e o fortalecimento da EA em todos os níveis e modalidades”, conforme nota oficial do MEC. A inserção, junto à Secretaria Executiva serviria à estratégia de transversalizar a EA nos programas e secretarias do próprio ministério.

Vale lembrar que Buarque também deixara seu posto de senador da República para assumir a pasta da Educação, em janeiro de 2003. Em sua posse, prestigiada pelo presidente de Cuba, Fidel Castro, ele apontara, entre seus maiores desafios, o de abolir o analfabetismo e “fazer a escola ideal neste país”, para o que ele conclamara a juventude e as mulheres.

Em 7 de março, semanas antes da extinção da COEA, ele anunciara um acordo entre MEC e Ibama para capacitar um milhão de docentes do Ensino Fundamental e Médio na área de EA. Previa-se criar um grupo de trabalho interministerial para redefinir a inclusão de temas ambientais, de forma a assegurar a transversalidade, como proposto nos PCNs. E se chegou a mencionar, na ocasião, que uma reestruturação da coordenação de EA estaria em curso.

Em abril, a Rebea comemorou a retomada da COEA. E avisou que o trabalho continuaria, porém direcionado à abertura de um canal de interlocução entre educadoras/es ambientais e o MEC, para garantir que as decisões sobre a Política Nacional de EA fossem compartilhadas. Para tanto, a “rede das redes” continuou a investir na sua própria organização.

AÇÃO CONJUNTA

Cada coisa em seu tempo e no seu devido lugar, diziam os antigos. No caso da nova COEA, ela ainda não estava pronta em 14 de maio, quando da primeira reunião para debater o Programa Nacional de EA. Aconteceu em Brasília, com a presença dos secretários executivos do MEC e MMA. Dos muitos temas em debate, dois mereceram destaque, pela premência e urgência: a integração das ações e programas de EA dos ministérios, e a formação do Órgão Gestor da Política Nacional do Meio Ambiente, com seu respectivo Comitê Assessor.

Mas, antes do Órgão Gestor, o MMA criou sua Comissão Intersetorial de EA (Cisea). Foi em 26 de junho. Formada por representantes das cinco secretarias do ministério e dos três órgãos vinculados (Ibama, Agência Nacional das Águas (ANA) e Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro), ela seria a instância de consultas e deliberações do próprio MMA para definir a componente de EA em suas ações. A expectativa era otimizar recursos e criar diretrizes para programas e projetos, por exemplo, relacionados à conservação da biodiversidade, ao licenciamento de atividades, ou ao gerenciamento de resíduos. No primeiro encontro, definiu-se que a Cisea faria reuniões mensais, além de estudos de caso bimestrais.

Uma socióloga gaúcha, Laura Duarte, fora indicada para assumir a nova Coordenação Geral de EA do MEC (com a nova sigla de CGEA/MEC). Professora no Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, ela apresentou seus planos em julho, logo após sua posse. Colocaria em pauta a formação continuada também de docentes do Ensino Médio e Profissional. E, onde houvesse escolas públicas, pretendia estimular o resgate de ações locais e regionais de EA, para identificar e multiplicar experiências inovadoras propostas por empresas, ongs e governos. Vale saber que, por um ano a CGEA/MEC ficaria vinculada à Secretaria Executiva do ministério, com a missão de transversalizar a EA em todas secretarias e programas no Ministério. Depois, em 2004, seria transferida para a nova Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - Secad.

ENTRA EM CENA O ÓRGÃO GESTOR

Em 21 de julho de 2003, um ano e um mês após a regulamentação da Lei da Política Nacional de EA, os ministérios do Meio Ambiente e da Educação, respectivamente representados pelos ministros Marina Silva e Cristovam Buarque, participaram da esperada cerimônia de instalação do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental (OG-PNEA).

Como previsto na legislação, ele seria composto só pelos dois ministérios. Mas teria enorme responsabilidade: desde definir diretrizes de EA em âmbito nacional, até a supervisão de planos, programas e projetos, além da participação na negociação de financiamentos nesta área. O próximo passo seria formar o Comitê Assessor, com representantes dos diferentes segmentos sociais.

Para dar idéia da mobilização a partir disso, basta lembrar um evento, em setembro, no Ministério das Cidades, em Brasília. Foi quando membros das 19 Comissões Interinstitucionais de EA (CIEAs) já existentes realizaram reunião inédita para eleger quem as representaria no Comitê. Fazia dez anos que as primeiras CIEAs haviam surgido na Amazônia Legal. Tinham sido pensadas no bojo do Programa Nacional do Meio Ambiente (PNMA) para inserir a dimensão ambiental nos currículos escolares de 1º e 2º grau da Região Norte e para concretizar uma rede de materiais educativos.

O bom resultado inspiraria a criação de novas CIEAs em outras regiões do País. E levaria a entendê-las como peças-chave sob o guarda-chuva da Política Nacional de EA. Colegiados estaduais compostos por representantes do poder

público e da sociedade civil, com missão de propor as diretrizes para a política e o programa estadual de EA, elas seriam a contraparte dos órgãos estaduais de meio ambiente e educação. Função semelhante à do Comitê Assessor na esfera federal, em relação ao Órgão Gestor da PNEA.

Mas a cerimônia de julho não ficou só na instalação do Órgão Gestor. Também houve a assinatura de um Termo de Cooperação Técnica MMA/MEC, para formalizar a parceria entre os ministérios e a promoção da transversalidade da EA. Fazia parte do termo a realização conjunta da Conferência Nacional Infante-Juvenil pelo Meio Ambiente (CNIJMA), ainda em 2003. Ou seja, o segundo semestre seria carregado de novidades para a EA, como veremos mais adiante.

CONSTRUINDO O SISNEA

Quem é da área já sabe. E o próprio desenho dos programas federais confirma que o Órgão Gestor e seu comitê assessor não são as únicas peças do baralho da estruturação de programas e políticas públicas de EA. Como previu a legislação do setor, a gestão deve ser compartilhada entre o Sistema Educacional e o de Meio Ambiente. Ou seja, no jogo institucional da EA do país, entram todos os organismos que trabalham direta ou indiretamente com a EA, formal ou não formal.

Em outras palavras, entram nesse sistema instituições educacionais públicas e privadas, órgãos públicos nas três esferas de governo, entidades não-governamentais, de classe, meios de comunicação e demais segmentos da sociedade com ações na área educacional e/ou ambiental. Dessa forma, o Sistema Nacional de Educação Ambiental (Sisnea) funcionaria, por um lado, como um subsistema dos sistemas nacionais do meio ambiente (Sisnama) e da educação (cuja estruturação se dá sob o guarda-chuva do Conselho Nacional de Educação). Por outro, deveria funcionar articulado com outros sistemas nacionais, como o de Unidades de Conservação (Snuc), e o de Gerenciamento de Recursos Hídricos, para mencionar dois na área ambiental.

Um cipoal de organizações, que amplia o desafio de criar um sistema descentralizado, capaz de otimizar esforços e evitar a dispersão das ações, raciocina Marcos Sorrentino, da DEA/MMA, e representante desse ministério no Órgão Gestor. Segundo ele, isso motivou o Órgão Gestor a recomendar uma estrutura semelhante à federal, para estados e municípios.

A constituição do comitê assessor

Instalado em 17 de novembro de 2003 para atender ao artigo 4º do Decreto que regulamentou a Lei da PNEA, do ano anterior, o Comitê Assessor do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental não se limitou aos representantes de 13 setores da sociedade, com direito a voto. Usou a prerrogativa de ter convidados especiais, para convidar mais cinco setores.

- Representantes e respectivos setores (com direito a voto). Educacional-ambiental (cadeira das CIEAs), produtivo-patronal (indicado pelas Confederações Nacionais da Indústria, do Comércio e da Agricultura), produtivo-laboral (Centrais Sindicais), municípios (cadeiras da Associação Nacional dos Municípios e Meio Ambiente / Anamma e da União dos Dirigentes Municipais de Educação / Undime); estados (Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Estado de Meio Ambiente / Abema); conselhos nacionais do Meio Ambiente (Conama, através da Câmara Técnica de Educação Ambiental), e da Educação (CNE); ongs com atuação em EA (Associação Brasileira de Organizações não Governamentais / Abong, que mais tarde abriria mão da prerrogativa de indicação);

- Assentos fixos (com direito a voto). Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); Associação Brasileira de Imprensa (ABI).

- Convidados especiais (observadores). Redes brasileira e universitária de EA (Rebea, Rupea), Fórum Brasileiro de Ongs e Movimentos Sociais (FBOMS), e associações nacionais de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped) e Ambiente e Sociedade (Anppas).

Haveria reuniões ordinárias semestrais para a tomada de decisões, além da interação à distância com o Órgão Gestor. Quando preciso, seriam formados grupos de trabalho, por exemplo, para subsidiar debates sobre questões institucionais legais, relações internacionais e formação de educadoras e educadoras/es ambientais, comunicação.

Bons exemplos de atividades em que o comitê foi decisivo daí para frente, são a elaboração de um modelo de decreto para orientar a criação de Comissões Estaduais Interinstitucionais de Educação Ambiental (CIEAs), e a consulta pública do ProNEA, como veremos⁸⁸.

Quer dizer, recomendou-se que as secretarias responsáveis pela educação e pelo meio ambiente se unissem para implementar políticas públicas de EA. E que, nos estados onde ainda não existissem as Comissões Estaduais Interinstitucionais de Educação Ambiental (CIEAs), elas fossem formadas, com participação do maior número possível de segmentos sociais.

A composição paritária entre governo e sociedade civil, e o caráter consultivo dessas comissões, também foram recomendados pelo órgão gestor, que via dois grandes trunfos nessas comissões: 1- a condição de adaptar as diretrizes da política e o programa estadual de EA para as realidades regionais e locais, e 2- monitorar as ações desenvolvidas, uma tarefa obviamente facilitada pela proximidade física.

Como resume informe do próprio OG-PNEA: “O fomento às CIEAs passa pelo estímulo ao trabalho conjunto das instâncias governamentais: federal, estadual, municipal, em consonância com os anseios e propostas da sociedade civil, para a disseminação e enraizamento da educação ambiental em todo o território nacional”. Uma função bem diferente das Redes de EA, cujo papel no Sisnea seria de conexão autônoma da sociedade civil, nas diferentes esferas.

REDES EM AÇÃO

Em junho de 2003, a Rebea transferiu sua lista de discussão fechada – que chegaria a 70 participantes no ano seguinte – para a Rede de Informações do Terceiro Setor (Rits)⁸⁶. Aberta apenas às pessoas facilitadoras e representantes de cada instituição integrada à “rede das redes”, era nessa lista que se concentravam debates e deliberações da facilitação nacional. Tratava-se, portanto, de uma ferramenta fundamental para a gestão compartilhada, no caso desse conjunto de redes geograficamente distantes entre si.

Quatro meses mais tarde, durante nova reunião presencial da facilitação nacional, desta vez em São Paulo, foram criados Grupos de Trabalhos da Rebea (GTs) em torno de questões consideradas estratégicas. Temporários ou permanentes, seriam abertos à participação de quaisquer interessados, e poderiam promover atividades on-line e/ou presenciais.

Surgiu uma variedade de GTs. Havia os para debater questões pragmáticas, como a sustentabilidade da Rebea, captação de recursos, acordo de convivência. Outros objetivaram acompanhar programas federais, como a política e o programa nacional de EA (PNEA e ProNEA). Também havia os GTs para debater assuntos estratégicos, por exemplo, o observatório de políticas públicas, inclusão digital e difusão da cultura de redes, informação e comunicação ambiental. Também se criou o GT V Fórum, que elaboraria o projeto da 5ª edição de um Fórum Nacional de EA⁸⁷.

Isso mesmo. Desde o grande Fórum de 1997, a idéia de mais um tornara-se sonho que, até então, parecia impossível de concretizar. Pois a mesma reunião presencial definiu sua promoção para novembro de 2004. O OG-PNEA tornou-se parceiro da proposta e, tanto o governo de Goiás como a prefeitura de Goiânia se dispuseram a dar apoio, para que o evento se realizasse em Goiânia. Haveria pouco mais de um ano para torná-lo realidade.

QUEM FAZ A REBEA?

Ainda estava em andamento o levantamento de dados por quatro redes de EA, previsto pelo projeto “Tecendo Cidadania”, para chegar a um amplo diagnóstico das redes de EA no país. Adiantando-se a ele, no início de 2004, a secretaria-executiva da Rebea promoveu uma análise do perfil dos seus membros. Remeteu, por meio eletrônico, mais de dois mil questionários a participantes da lista aberta de discussão, aos facilitadores e ao público inscrito para receber o boletim eletrônico semanal da “rede das redes”. As perguntas versavam sobre a área de atuação, práticas de EA, formas de participação em coletivos, além de dados pessoais, como complemento. Vieram 177 respostas. Algumas conclusões são reveladoras.

Talvez efeito do acesso ainda relativamente restrito à internet, viu-se que a grande maioria dos membros da Rebea (99%) eram pessoas com formação acadêmica, das quais dois terços (67%) com mestrado ou doutorado, concluído ou em curso. A formação era eclética mas, como era de se esperar, predominavam as áreas de pedagogia e educação (38), seguidas de especialização em gestão ambiental (34) e ciências biológicas (21). Mais da metade (54%) classificava-se com a dupla função de educador/a ambiental e pesquisador/a.

Eram majoritariamente pessoas do Sudeste brasileiro (115), seguidas do Centro-Oeste (25), região Sul (22), Norte (13) e Nordeste (12). Os seis estados sem redes de EA (Tocantins, Roraima, Sergipe, Alagoas, Piauí e Maranhão) não tiveram respondentes. Quanto ao vínculo institucional dessas pessoas, a maioria atuava em universidades (60). No segundo lugar, em posição de empate, estava a atuação em ongs, e na soma das três instâncias dos órgãos de governo (35). Também empatadas no terceiro posto, empresas de consultoria e instituições de Ensino Fundamental e Médio (9).

Mas a atividade cotidiana era bem mais larga. No quesito educação não formal (fora da sala de aula), ainda predominava a ação em órgãos da sociedade civil, seguido do trabalho do governo, sobretudo na esfera do Executivo. Talvez tendência, cerca de 40 já declararam atuar em empresas. E mais de 70 tinham consultoria entre suas atividades profissionais. A pesquisa mostrou que o alvo

Novo desenho institucional

Após se definir o arcabouço legal para a EA e se formalizar o OG-PNEA, os programas do Governo Federal na área de EA foram sendo reagrupados de forma a atender às novas demandas. Uma das premissas foi o diálogo entre as esferas de governo, para planejar e implementar políticas públicas de EA nos níveis federal, estadual e municipal. A idéia era estimular mecanismos participativos, que desembocassem na construção do Sistema Nacional de EA. Mas também trabalhar com os demais “atores e autores” de EA.

No Ministério do Meio Ambiente, a DEA partiu da multiplicidade de práticas e reflexões que caracterizam a EA no Brasil, e o desafio de enraizar a EA, a totalidade de brasileiras/os em todos os setores e regiões do país, para desenhar três linhas de ação:

- Apoio à Gestão e Planejamento da EA. Com a missão de trabalhar pela internalização da EA nas três esferas do governo e demais setores sociais, seja pelo fortalecimento de coletivos e colegiados, como pelo suporte ao planejamento, gestão, e avaliação de projetos e programas nesta área.
- Formação em educação ambiental. Propõe ampliar e qualificar o contingente de educadoras/es ambientais populares pela articulação com instituições que atuam na área.
- Comunicação para a educação ambiental. Para buscar a visibilidade pública do tema. Aí entram desde o Programa de Educomunicação Socioambiental – que propõe a comunicação ambiental com caráter educador – até a disponibilização de informações através de duas bases de dados: o Sistema Brasileiro de Informação sobre Educação Ambiental (SIBEA) e o Centro de Informação e Documentação Ambiental (CID-Ambiental).

Por sua vez, a CGEA/MEC evoluiria na direção de um sistema para atuar a partir das escolas. Seriam quatro as dimensões do trabalho:

- EA Difusa: onde entrariam grandes campanhas, como as Conferências de Meio Ambiente nas Escolas, que prevêm a participação da comunidade e populações tradicionais;
- EA Presencial: através de ciclos de seminários nacionais, estaduais e locais de formação de professoras/es e alunos para aprofundar conceitualmente temas relevantes sobre cidadania ambiental (Programa Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas);
- Fomento a projetos: estimulando ações transformadoras nas escolas e comunidades (Programa Educação de Chico Mendes);
- Tecnológica: em que trabalha pela inclusão digital por meio do apoio à iniciação científica com escolas (Ciências de Pés no Chão).

Como veremos, esse desenho voltado ao meio escolar decorreu da sinergia criada pelas Conferências Nacionais Infanto-Juvenis do Meio Ambiente (CNIJMA), que reforçaria o diálogo com a comunidade e movimentos sociais por meio de Secretarias de Educação, ONGs e a formação de Coletivos Jovens, responsáveis pela criação das Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida nas escolas (Com-Vidas).

majoritário da EA fora de salas de aula era o jovem, seguido pelos adultos e crianças. Terceira idade era o segmento menos visado.

Quanto ao ensino formal, também em questão com múltiplas respostas, o destaque ficou para o Ensino Superior (76), seguido do Ensino Fundamental (68), Médio (62) e especialização (44). Naturalmente, a área com menos profissionais eram os cursos de doutorado (9).

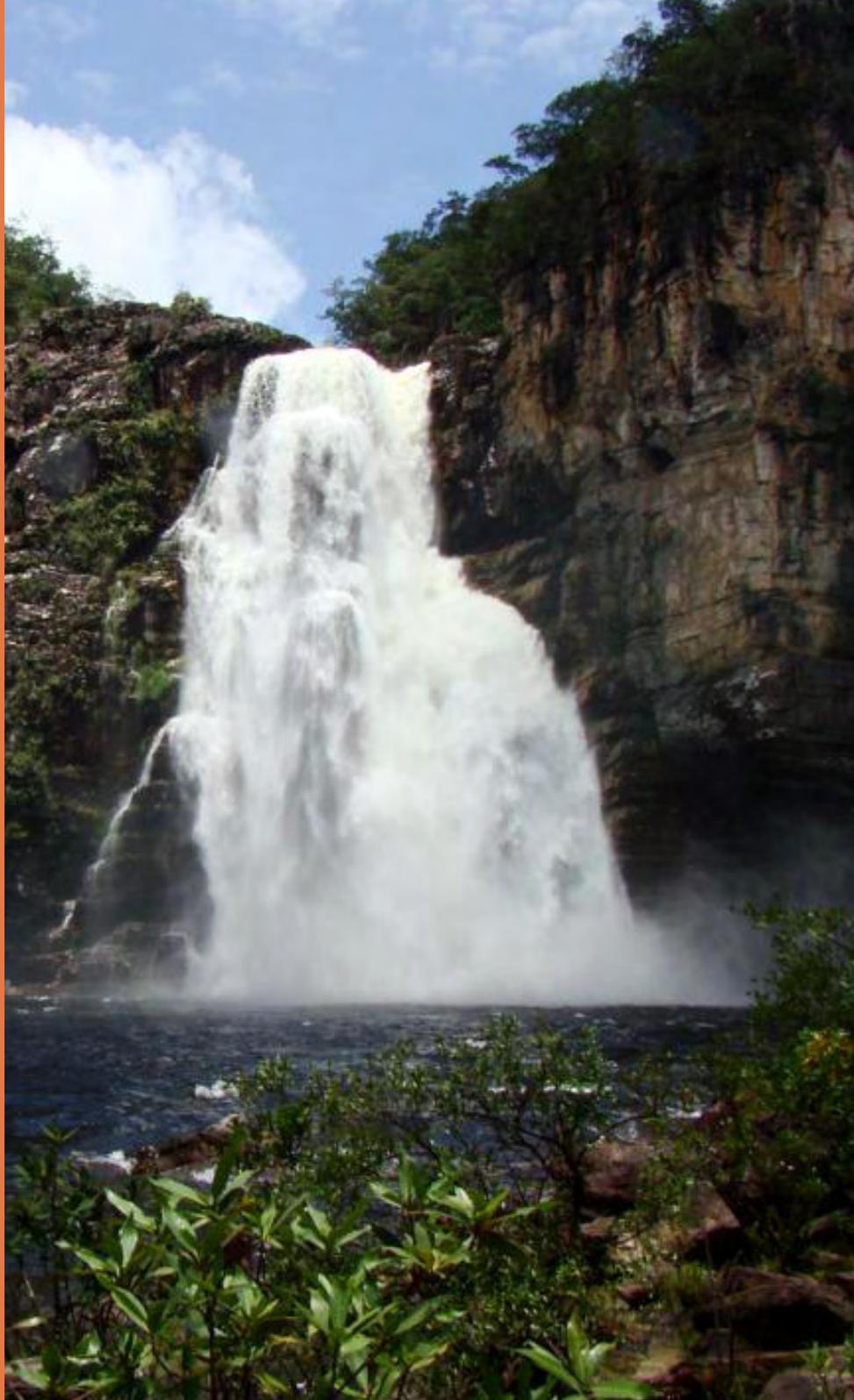
Dado curioso foi quanto ao período de atuação na área. Mais de dois terços (64%) disseram ter experiência de mais de sete anos com EA. Pouco mais de um quinto disse trabalhar de um a três anos, o correspondente, na maioria dos casos, ao tempo de serviço na instituição atual.

Todas as pessoas, de uma forma ou de outra, estavam ligadas à Rede Brasileira de EA. Mas dois terços declararam participar também de lista de discussão on-line (66,5%). Além da própria Rebea, foram citadas em torno de 40 redes e 70 listas de discussão ligadas aos assuntos pertinentes à área. E mais da metade (58%) afirmou divulgar informações pela internet, majoritariamente utilizando-se das listas de discussões. Outras opções citadas para a difusão foram uso de sítio institucional, seguido de blog e boletins eletrônicos⁸⁹.

Notas

- 84 *O dinheiro com a guerra também foi destaque em muitas reportagens. Um exemplo é a matéria do jornal Folha de São Paulo de 20 de março de 2007 (<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u105652.shtml>). Ela estimou as despesas diárias em mais de US\$ 300 milhões e, citando o jornal New York Times, em um total de até US\$ 2 bilhões até 2007 usados pelos EUA. Isso sem considerar gastos de outros países, ou as perdas econômicas sofridas pelo próprio Iraque.*
- 85 *“Vítimas de Guerra”, editorial do Jornal Urtiga 155, da Associação Ituana de Proteção Ambiental - AIPA (março-abril 2003). Disponível em: www.aipa.org.br (seção Jornal Urtiga).*
- 86 *“Relatório Parcial – Tecendo Cidadania”, de 27/02/2003, subscrito por Miriam Dualibi e João Carlos Seiki Nagamu. Disponível em: http://www.rebea.org.br/acoes/tecendo/gestao_004.pdf.*
- 87 *Sítio Rebea, em pesquisa no início de 2007, e materiais de divulgação para a imprensa do V Fórum Brasileiro de Educação Ambiental, promovido em Goiânia, em 2004.*
- 88 *“Portfólio do Órgão Gestor da Política Nacional e Educação Ambiental” (Documento Técnico nº7 do Órgão Gestor) e Decreto Federal 4281/03, que regulamentou a Lei 9795/99. O próprio Comitê Assessor ganhou uma seção, no site do MMA, onde há informações atualizadas.*
- 89 *Informações no paper “Laboratório de Lideranças Coletivas - Análise do Perfil dos Membros da Rede Brasileira de Educação Ambiental”.*

VAMOS CUIDAR



**“MAS HOVE JAMAIS ALGUM PINTOR QUE PUDESSE
FIXAR ESSE MÓVEL OCEANO, INQUIETO, INCERTO,
CONSTANTEMENTE VARIÁVEL, QUE É O PENSAMENTO
HUMANO?”**

CECÍLIA MEIRELLES

Mobilizar todo o país, em menos de cinco meses, para um evento nacional que ditaria democraticamente a/s trajetória/s que órgãos públicos federais na área ambiental deveriam seguir. Esse foi o desafio embutido no Acordo de Cooperação Técnica MMA/MEC, assinado em julho de 2003, quando também se formou o OG-PNEA. Para a realização, envolveram-se outros ministérios e secretarias, organizações da sociedade civil, patronais, entre outros, além do patrocínio governamental e de empresas estatais.

Não seria um, mas dois eventos nacionais que ocorreriam entre 28 e 30 de novembro daquele ano, em Brasília: a I Conferência Nacional do Meio Ambiente, com o tema Vamos Cuidar do Brasil, para representantes dos mais diversos setores provenientes das 27 unidades federativas, e selecionados por um processo de discussões nos estados e municípios. E a I Conferência Nacional Infanto-Juvenil do Meio Ambiente, que mobilizaria jovens estudantes⁹⁰.

A origem das conferências de meio ambiente

Se a área ambiental foi pioneira na criação de conselhos – o Nacional de Meio Ambiente (Conama) foi estabelecido por lei em 1981 – as conferências temáticas foram iniciadas em outra área: a da saúde. Surgiram por demanda de movimentos populares de saúde, mobilizados em torno de reivindicação por melhorias nos serviços prestados.

Foram se multiplicando, nos moldes de grandes assembléias, inicialmente como conferências municipais. Depois começaram as estaduais, e só mais tarde a nacional. Que ganhou status de instância superior cujas decisões orientam os conselhos de saúde, que no Brasil são os órgãos máximos da política do setor no país.

Instigadas a partir do Órgão Gestor da PNEA, formado pelos Ministérios do Meio Ambiente e da Educação, as conferências de meio ambiente foram idealizadas como instrumento para a participação e o controle social sobre a política de meio ambiente, e sobretudo para o fortalecimento institucional. Sua força deliberativa se limita, no entanto, ao direcionamento das ações do Ministério do Meio Ambiente, não do Governo Federal.

Os principais objetivos seriam: construir diretrizes para a consolidação do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), diagnosticar e mapear a situação socioambiental, e promover um processo de mobilização e educação ambiental. Coordenadora geral das conferências “adulta” e “infanto-juvenil”, Rachel Trajber passou a visitar os mais diferentes recantos do país, visando explicar a proposta aos mais variados segmentos, para conquistar adesões.

CONFERÊNCIAS ADULTAS

Havia um roteiro por trás das conferências. Para a “adulta”, além do tema central, Vamos Cuidar do Brasil, foram propostos seis temas-guia: 1- recursos hídricos; 2- biodiversidade e espaços territoriais protegidos; 3- infra-estrutura (transportes e energia); 4- agricultura, pecuária, recursos pesqueiros e florestais; 5- meio ambiente urbano e 6- mudanças climáticas. E não faltavam materiais de divulgação: cartazes e folhetos; vídeos sobre os temas-guia e sobre o Sisnama, sítio na internet, além das mencionadas apresentações presenciais⁹¹.

Na prática, tudo começaria com os eventos prévios, municipais, setoriais, regionais. Seus resultados seriam reunidos e sistematizados através das pré-conferências estaduais, uma em cada unidade federativa, entre setembro e outubro. Depois, todas as demandas seriam organizadas num único texto-base para a Conferência Nacional (CNMA) de novembro. Cujas decisões, finalmente, orientariam os passos do Ministério do Meio Ambiente nos dois anos seguintes.

Em cada evento, estabeleceu-se um ritual. Para as pré-conferências, recomendou-se que fossem abertas para toda a sociedade, sugerindo-se a participação dos diferentes atores – órgãos de governo (três poderes), instituições de ensino e pesquisa, setores produtivos, ongs e movimentos sociais, organizações profissionais etc. Isso daria representatividade às indicações de delegadas/os para o evento nacional e às reivindicações das unidades federativas. Já a conferência nacional teria só delegadas/os estaduais e convidadas/os.

Sempre se começaria com a inscrição e credenciamento de delegadas/os, seguindo-se a plenária de abertura e divisão em grupos de trabalho – um por tema. Após levantar as demandas, formar-se-iam subgrupos, com a tarefa de dar notas às propostas a partir de uma escala de prioridades. Categorizadas, elas seriam entregues ao grupo de trabalho encarregado de sistematizar todas as sugestões. Enfim, chegar-se-ia à plenária, que aprovaria (ou não), ponto por ponto, o documento final.

Detalhe importante: cada unidade da Federação poderia encaminhar, no máximo, 20 diretrizes à Conferência Nacional. Assim, somando as de todos os estados, seriam até 540 pontos em debate. No caso de uma pré-conferência estadual resultar em mais propostas, a orientação foi remeter as excedentes diretamente aos órgãos às quais elas se referissem.

ROTEIRO INFANTO-JUVENIL

Passos também foram bem definidos para a Conferência Infanto-Juvenil (CNIJMA), paralela à “adulto”. Sua lógica foi a de uma campanha pedagógica. O tema foi: Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas. Buscou-se envolver sobretudo estudantes do Ensino Fundamental (de 5ª a 8ª séries) e comunidades no debate sobre os principais desafios socioambientais do momento, sob a ótica de suas realidades locais.

Como orientação para as escolas públicas e privadas, o OG-PNEA preparou a cartilha “Passo a Passo para a Conferência de Meio Ambiente na Escola”. Nelas, havia os cinco temas geradores: como cuidar da nossa água? dos seres vivos? dos nossos alimentos? de nossa escola? de nossa comunidade?⁹²

E se fez um forte esforço de divulgação, com cartazes para as instituições de ensino, programas na TV Escola e Canal Futura, além de um sítio na internet. Foram criadas as Comissões Organizadoras Estaduais (COEs), compostas por representantes do Ibama, MEC, órgãos de educação e meio ambiente dos estados e capitais, União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação (Undime), ongs de EA e movimentos sociais da juventude. Essas comissões estaduais retransmitiriam as informações sobre o evento para estudantes, docentes, jovens e gestoras/es locais, através de oficinas e encontros.

“Conferência é um processo no qual as pessoas se reúnem, discutem os temas propostos expondo diversos pontos de vista, deliberam coletivamente e, a partir dos debates locais, escolhem representantes que levam adiante as idéias consensuadas”, era a explicação por trás do processo nas instituições de ensino. Os sete princípios metodológicos revelam o espírito da proposta:

- Jovem escolhe Jovem: decisões tomadas pelos próprios jovens, não por terceiros.
- Jovem educa Jovem: processo educacional construído a partir das experiências dos próprios adolescentes, respeitando e confiando em sua capacidade de assumir responsabilidades e compromissos de ações transformadoras.

- Uma geração aprende com a outra: reforço ao diálogo entre gerações, sobretudo com pais e mestres, responsáveis por dar condições para aprofundar conhecimentos e abertura para a participação necessária para as mudanças.
- Empoderamento: a partir da escola, com o envolvimento da comunidade, participantes da Conferência percebem-se parte de um contexto mais amplo, com vez e voz nos destinos da sociedade.
- Formação de comunidades interpretativas de aprendizagem: por meio de processos cooperativos com objetivos comuns, incentivo às ações compartilhadas, com resultados benéficos para todos.
- Ações afirmativas: desenvolvimento de instrumentos de inclusão social que buscam a equidade de direitos, respeitando sempre as diferenças e a diversidade.

O processo foi participativo. Cada escola colocaria os temas geradores em pauta, para a escolha coletiva do maior problema local e debate das possíveis soluções. Então, estudantes fariam cartazes e textos curtos, para responder a pergunta central: “Como vamos cuidar do Brasil, nesta escola?” Também seria coletiva a escolha do melhor trabalho e de quem se candidataria, em nome da escola, ao evento em Brasília. Foram escolhidos 14 jovens de cada estado, estudantes da 5ª a 8ª série, de 11 a 14 anos.

Recursos contingenciados

Um tema recorrente nos bastidores da Conferência Nacional do Meio Ambiente foi a carência de recursos orçamentários, devido à política econômica de ajuste fiscal adotada pelo governo federal. Os efeitos se viram, por exemplo, num relatório posterior da CGEAM/ Ibama, cujo orçamento para 2003, previsto no PPA, fora integralmente contingenciado.

A saída, informa o relatório, foi buscar junto a outras diretorias da agência ambiental parte do que se previa despendido. Desse modo, a coordenação de EA e respectivos NEAs publicaram dois livros e realizaram ações de capacitação para mais de mil pessoas. Entre elas, destaca-se o módulo inicial do primeiro curso de Capacitação para Analistas Ambientais, para 240 servidoras/es aprovadas/os por concurso em 2002. Também houve cursos de pelo menos 40 horas em onze estados, para um público mais que variado: ribeirinhas/os, pescadores, marisqueiras, técnicas/os de prefeituras, de organizações da sociedade civil, entre outros.

Através dos NEAs, o setor também apoiou as pré-conferências estaduais de meio ambiente, que antecederam a I CNMA. Em novembro, participaria da conferência nacional¹⁹⁴.

Em algumas unidades federativas, a seleção foi em conferências estaduais. Mas, em geral, foi das COEs, que aliás formaram Conselhos de Jovens de Meio Ambiente. Eram grupos informais de jovens de 15 a 29 anos, atuantes em organizações de juventude, integrados na organização e articulação para a I CNIJMA. E que permaneceriam ativos mesmo após o evento de novembro, eventualmente já na forma de Coletivos Jovens, como veremos.

Dois meses antes da conferência infanto-juvenil, em setembro, aconteceu o 1º Encontro Nacional da Juventude pelo Meio Ambiente, em Luziânia (GO), promovido pelo MMA, MEC, com apoio da Agência de Cooperação Técnica Alemã (GTZ). Entre os convidados, 162 membros dos Conselhos Jovens.

Em debate, a inserção da pauta ambiental entre jovens, o fortalecimento da participação nas pré-conferências nos estados e a Rede de Juventude pela Sustentabilidade (Rejuma), formada naquela ocasião.

INÍCIO EM CLIMA DE FESTA ...

Em 28 de novembro de 2003, o clima era de festa entre delegadas/os e convidadas/os de governos estaduais do país inteiro, que em vários casos providenciaram ônibus para levá-las/os à Capital Federal. O motivo era o começo da Conferência Nacional nas dependências da Universidade de Brasília. Antenados com o prestígio, manifestado pela presença do Presidente da República, seis ministros e dois secretários nacionais, os veículos de comunicação repercutiram cada fala da abertura, para os cerca de mil participantes da “conferência adulta”, além dos da infanto-juvenil.

“Um caso pedagógico de construção de uma nova política pública, desfecho de um processo que reuniu mais de 65 mil pessoas em pré-conferências no país inteiro, além do debate em milhares de escolas brasileiras, nas quais crianças se credenciaram para participar de Conferência Infanto-Juvenil”, definiu Lula, em seu discurso.

“Cerca de 16 mil escolas, ou seis milhões de estudantes, docentes e familiares foram mobilizados, para trazer 380 jovens a Brasília, de todos os estados brasileiros”, acentuou a ministra Marina Silva, do Meio Ambiente, ao relatar sobre a Conferência Infanto-Juvenil, que também contou com 54 facilitadores dos CJs e 11 observadores internacionais: da Índia, África do Sul, Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, México, São Tomé e Príncipe.

Aliança internacional

Em junho de 2003, aconteceu o IV Congresso Ibero-americano de Educação Ambiental, em Havana, capital de Cuba. Seguindo a tradição dessa linha dos eventos, a organização coube aos órgãos federais de meio ambiente daquele país: Ministério de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, com agência de meio ambiente estatal e o Centro de Informação, Gestão e Educação Ambiental. Participaram 294 educadoras/es ambientais de 19 países.

Evento paralelo, o II Simpósio de Países Ibero-americanos sobre Políticas e Estratégias Nacionais de Educação Ambiental avançou na discussão da Aliança Latino-americana e Caribenha de Educação para o Ambiente e o Desenvolvimento Sustentável, iniciativa que começara a ser debatida no congresso anterior, em 2000. Desta vez, o Foro de Ministros de Meio Ambiente da América Latina e Caribe foi indicado como instância para implementar o programa.

Foi assim que cinco meses depois, em novembro de 2003, na XIV Reunião desse foro realizada no Panamá, entraria em pauta a proposta de um programa latino-americano e caribenho de EA, que mais tarde ganharia a sigla de Placea. Na ocasião, foi apresentado pela Venezuela como um elemento da Iniciativa Latino-americana e Caribenha para o Desenvolvimento Sustentável (ILAC) complementar à também almejada Rede de Formação Ambiental. O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), através de seu Escritório Regional para América Latina e Caribe (ORPALC) foi encarregado de elaborar o documento executivo, intitulado Decisão 10, que serviria como compromisso de levar adiante o plano, inclusive disponibilizando recursos financeiros.

Vale lembrar que, em 2001, ao anunciar o Plano de Ação Regional da ILAC, oito áreas temáticas prioritárias foram indicadas: 1- acesso aos recursos genéticos e distribuição equitativa dos benefícios; 2- gestão de recursos hídricos; 3- assentamentos humanos; 4- energias renováveis; 5- comércio e meio ambiente; 6- instrumentos econômicos e política fiscal; 7- mudanças climáticas; 8- indicadores ambientais⁹⁵.

Dando cor ao encontro, uma Feira de Produtos e Negócios Sustentáveis, com 150 expositores, entre os quais, indígenas das etnias pataxó, gavião, ebaré, furiô e guajajara, povos de Pernambuco, Bahia, Amazonas e Pará, mostrando seus produtos feitos com recursos alternativos, como sementes ou sucata. Também houve apresentações musicais, lançamentos de livros, entre outras atrações culturais.

... E DEBATES ACALORADOS

Para delegadas/os, eleitas/os em cada estado de forma paritária entre governo e sociedade civil, muito trabalho. De posse do texto-base, formaram grupos temáticos para rever o texto sobre o Sisnama e temas-guia, construído a partir das propostas estaduais. Não faltaram novidades. No quesito Meio Ambiente Urbano, por exemplo, aprovou-se a introdução do controle e redução da poluição eletromagnética, causada por antenas de TV e telefones.

Depois, as proposições seriam debatidas pelo conjunto das/os delegadas/os para que, no último dia, se votasse o documento final da I CNMA, que orientaria a gestão ambiental no Brasil. Vale conferir as reivindicações das/os educadoras/es ambientais, no capítulo sobre EA.

- Financiamento para a EA. Tema de duas propostas – a implementação de fundos públicos socioambientais com linhas específicas de apoio a pequenos e médios projetos de EA, e mais verbas para EA na previsão orçamentária do Plano Plurianual.

- Descentralização. Mote de mais duas reivindicações – uma por políticas e programas de EA nas esferas estaduais e municipais, em articulação com a nacional, e outra solicitou programas integrados entre as diferentes esferas públicas, por exemplo, para a formação de educadoras/es ambientais.

- Gestão ambiental. Três proposições com esse tema, reivindicando a criação de uma “Escola Nacional de Gestão Ambiental Pública” para capacitar gestoras/es ambientais, bem como programas específicos para esse segmento e o envolvimento de órgãos públicos nacionais de fomento à pesquisa (CNPq e CAPES) para viabilizar uma linha de bolsas de estudo para pesquisas na área.

- Democratização. Uma moção pediu acesso às informações e apoio para a comunicação de interesse à EA, por meio do fomento às mídias comunitárias e o envolvimento da grande mídia. E outra tratou do direcionamento das ações e projetos de EA, propondo priorizar aqueles de escopo mais amplo, que resultem na formação humana em si e na gestão democrática de territórios na perspectiva da construção da sustentabilidade, em vez dos que abordam temas específicos e o enfrentamento pontual de problemas⁹³.

E o evento não se restringiu à mera lista “do-que-fazer”, como poderia ser interpretado o documento final. Notícias jornalísticas mostram a mobilização da opinião pública em torno dos compromissos ambientais, mas também as contradições inerentes à questão. Contradição que se viu, por exemplo, na forte

reação do presidente da República ao se deparar com faixas de protesto sobre a lei da Biossegurança, em debate no dia de abertura do evento.

Aprovaram-se reivindicações em consonância com propostas governamentais, como pela ampliação de mais áreas protegidas e pelo fortalecimento do Sisnama. Também houve abaixo-assinados contra obras assumidas pelo governo federal, como a transposição das águas do rio São Francisco, bem como moções condenando os produtos transgênicos e o modelo energético governamental – temas em evidência naquele momento.

Algumas notícias jornalísticas também apontaram nuances entre as chamadas ongs de base, mais críticas, e redes, que haviam aceitado o desafio de se integrar ao governo na construção de políticas públicas, mesmo que com posições nem sempre iguais às governamentais.

Novidade anunciada ao final da Conferência foi a criação de um grupo de implementação, que acompanharia o andamento, para cobrar a concretização das propostas apresentadas. Também foram anunciados convênios tripartites – União-Estado-município – para a gestão ambiental compartilhada. A idéia era auxiliar municípios na estruturação e qualificação dos órgãos ambientais em nível local. EA, é claro, teria de entrar nesse jogo.

DESENCADEAMENTO JOVEM

O principal produto do evento infanto-juvenil em Brasília foi a Carta Jovens Cuidando do Brasil. Mas o processo não parou na Conferência:

- Desencadeou o Programa Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas, implementado no ano seguinte, que por meio da difusão de conhecimentos atualizados sobre questões científicas, saberes tradicionais e políticas ambientais, usando estratégias de rede, processos formativos, publicações e projetos com a sociedade, visa formar um sistema contínuo de implementação de políticas de EA nas escolas em suas diferentes dimensões.

- Já o processo prévio à conferência infanto-juvenil inspirou o nascimento de Coletivos Jovens de Meio Ambiente (CJs) nas 27 unidades federativas do país, através dos quais membros de organizações de juventude tornaram-se co-responsáveis pela organização das conferências nos estados, junto às COEs. Com isso, permaneceu a missão de mobilizar jovens, bem como os movimentos para implantação de ações e projetos de EA, dentro do princípio “jovem educa jovem”.

- Deslançou a formação da Rede da Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade (Rejuma), com o propósito de lutar por políticas públicas de juventude e meio ambiente. A Rejuma continuaria participando não só de encontros locais, regionais e nacionais de EA e meio ambiente, como no Conselho Nacional de Juventude, onde passaria a coordenar a câmara temática de Juventude e Qualidade de Vida.

Notas

- 90 *Histórico da I CNIJMA está no sítio eletrônico do MEC: <http://cgsi.mec.gov.br:8080/conferenciainfanto/historico.php>.*
- 91 *Publicado em setembro de 2003 pelo Ministério do Meio Ambiente, o texto-base da conferência tem 35 páginas e está disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/secex_cnma/_arquivos/textobase_icnma.pdf.*
- 92 *Cartilha disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/confnacional.pdf>.*
- 93 *Relatos em “Tese” da I CNMA (2003) http://www.mma.gov.br/estruturas/secex_cnma/_arquivos/tese%20final.pdf e no “Texto-Base” da II CNMA (http://www.mma.gov.br/estruturas/secex_cnma/_arquivos/textobase_iicnma.pdf) (2005).*
- 94 *“Relatório de Atividades da Coordenação Geral de Educação Ambiental – CGEAM/ DISAM – 2003 – 2006”, de 23 páginas, é assinado pelo coordenador geral, José Silva Quintas em janeiro de 2007, e disponibilizado no endereço: http://www.ibama.gov.br/cgeam/download.php?id_download=7.*
- 95 *“Programa Latino-Americano de Educação Ambiental” (Série Documentos Técnicos, nº 5 do OG-PNEA).*

CUIDAR COM AS ESCOLAS



“E EU VOS DIREI: AMAI PARA ENTENDÊ-LAS: POIS SÓ QUEM AMA PODE TER OUVIDO CAPAZ DE OUVIR E DE ENTENDER ESTRELAS.”

OLAVO BILAC

Com quantas escolas se desenvolve um processo de EA no país? Em 2004, o Censo Escolar realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep/MEC) permitiu uma avaliação evolutiva da EA no meio escolar do país. E, mais uma vez, os resultados surpreenderam. Produto de uma parceria entre Inep e Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do MEC (Secad), com a Associação Nacional de Pesquisa em Educação (Anped), três pesquisadores – Alinne Veiga, Érica Amorim e Mauricio Blanco – debruçaram-se sobre os números. Ficaram assombrados com uma expansão “agressiva e acelerada” do acesso à EA, num curtíssimo período de três anos⁶.

“Parece que reproduz a mesma evolução do Ensino Fundamental em termos da sua praticamente total universalização”, chegam a comentar os pesquisadores ao medirem a ampliação: de 115 mil escolas que ofereciam EA em 2001, passou-se para em 152 mil, em 2004. Ou seja, de 71,7% das escolas, o percentual avançou para 94,9%, em somente 3 anos! “A expansão da EA foi de tal magnitude” – espantaram-se – “que certas heterogeneidades existentes em 2001 quase que desapareceram”.

Novamente, traduzindo em números, os autores mostraram que, em 2001, a oscilação nos estados ia de apenas 15,4% das escolas praticando EA no Acre, para 92% no Ceará. Na época, só três estados – Ceará, Espírito Santo e Goiás – tinham mais de 90% das instituições de ensino que apostavam na EA. Em 2004, o mesmo estado do Ceará continuava campeão, mas agora com 99% das escolas praticando EA. E o sobressalto ficou para a menor taxa, que foi de 85,5% das escolas desenvolvendo EA, no Maranhão. A cobertura de EA nas instituições de ensino superara os 90% em 23 estados. Nos quatro que estavam abaixo desta taxa – Acre, Maranhão, Rondônia, Roraima –, o índice foi sempre maior que 85%!

Quanto às modalidades de aplicação da EA, as conclusões foram um pouco diferentes. A campeã em 2001 – inserção da temática ambiental nas disciplinas,

talvez até por isso, evoluiu proporcionalmente menos: de 94 mil escolas em 2001, para 110 mil, em 2004 (crescimento de 17%). Em compensação, quase que dobrou o número de escolas que adotavam a modalidade “projetos de EA”: de 33,6 mil em 2001, para 64,3 mil em 2004. E, apesar do número muito menor, percentualmente ocorreu o mesmo com a EA como “disciplina especial”: um avanço de 2,9 mil escolas em 2001, para 5,5 mil em 2005.

Dado curioso. Ao buscar checar se a adoção da EA tem relação direta com a presença de equipamentos, concluiu-se que sim. Em 2004 ela estava mais presente em escolas que tinham computador para uso pedagógico e/ou laboratório de informática. Mas não se constatou o mesmo tipo de correlação entre a disponibilidade da internet na escola e a adoção da EA. Para completar, ficou evidente a associação entre escolas com videocassete e televisão com a prática da EA. Só que, em 2001, essa afinidade foi mais forte de que em 2004.

DE NOVO, TEORIA X PRÁTICA

Quem lida com EA, ou com gestão de projetos e programas em outras áreas, sabe quão crucial é checar a efetividade dos trabalhos desenvolvidos. Uma saída é estabelecer indicadores que revelem se a ação realizada gerou os efeitos práticos desejados. No caso do Censo Escolar promovido pelo Inep, algumas questões inseridas no questionário-base permitiram verificar se a prática da EA, quando existente na escola, provocou atitudes positivas para com o ambiente físico da própria instituição e para a comunidade do entorno. Uma destas questões focou o destino dado aos resíduos sólidos.

Com base nessas informações, uma publicação da CGEA/MEC – que avaliou a evolução da EA no meio escolar no período 2003-2006 – classifica como “preocupantes” as respostas a essa pergunta. É que, em 2004, quase metade das escolas que realizavam EA (49,3%) contavam com o serviço de coleta periódica de lixo. Mas, em segundo e terceiro lugares estavam as atitudes poluentes da queima do lixo (41,3%) e de jogá-lo em outras áreas (11,9%). Por outro lado, o reuso dos materiais e a reciclagem – ecologicamente mais corretos – não ultrapassavam a faixa dos 5%. Mesmo considerando limitações de infraestrutura pública quanto à coleta de lixo, esses números seriam um retrato da distância entre os postulados sobre os quais se constrói a lógica pedagógica da EA e a prática no meio escolar.

Para completar, o Censo Escolar de 2004 perguntou sobre a participação das instituições de Ensino Fundamental em atividades comunitárias. Descobriu-se que só uma em cada onze escolas que ofereciam EA (8,8%) colaborava na manutenção de hortas, pomares e jardins na comunidade. A proporção subia para uma entre dez escolas que oferecem EA (10,5%) quando se tratava de ajudar na manutenção da estrutura física da instituição de ensino. A maior participação detectada na mesma pesquisa – cerca de uma em cada seis escolas – foi para mutirões de limpeza na própria instituição.

NOVOS DESAFIOS

A análise dos dados do Censo Escolar serviu de farol para o trajeto a seguir, no que se refere à EA e à relação escola-comunidade, sugeriu a CGEA-MEC no relato sobre a evolução da EA entre 2003 e 2006. Justamente em 2004, esta

O que há por trás de um programa?

Qual o conceito por trás de um programa que pretende influir em dezenas de milhares de escolas e, através delas, se irradiar para as comunidades onde elas estão instaladas?

No caso do Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas, estruturado pela CGEA/MEC em 2004, a base é uma “construção dialógica de atividades que incentivem transformações empoderadoras dos indivíduos e grupos”. Na prática, isso se traduz pela escolha de temas geradores, como já ocorrerá na I Conferência Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente, com o enfoque da pesquisa-ação, pela qual se oferecem um repertório, espaços estruturantes e a orientação prática e sistematizada, de forma a facilitar a adequação à realidade local.

“Como a EA não está presa a uma disciplina ou grade curricular rígida, ela oportuniza a ampliação de conhecimentos em uma diversidade de dimensões, tendo em vista a complexidade dos sistemas naturais e sociais. A partir do conceito de simplicidade (e não simplista) o Programa manteve o foco na sustentabilidade ambiental local e do planeta, aprendendo-se com as culturas locais, estudando a dimensão da ciência, abrindo janelas para a participação dos jovens em políticas públicas de meio ambiente e para a produção do conhecimento na escola”, explica uma introdução ao programa, que também lembra que, em sua raiz, a palavra educação tem duplo sentido:

- Educare. Orientar, nutrir, decidir num sentido externo, levando o indivíduo de um ponto onde ele se encontra para outro que se deseja alcançar;
- Educere. Conduzir, promover o surgimento de dentro para fora das potencialidades que o indivíduo possui²⁸.

coordenação ganhara nova posição no organograma do MEC, integrando-se à Secretaria de Alfabetização e Diversidade - Secad. E, ainda sob efeito da mobilização obtida com a Conferência Infanto-Juvenil no ano anterior, decidi investir no enraizamento da EA, tanto no próprio MEC, como junto às redes estaduais e municipais de ensino.

Para o meio escolar, a idéia foi planejar o percurso a partir do ponto a que se chegara até então. Ou seja, reunir num único programa ações para estimular a competência do professor-formador (direção adotada antes pelo Parâmetros Curriculares Nacionais em Ação – Meio Ambiente), e a mobilização da sociedade civil (já trabalhada na Conferência Infanto-juvenil). O alvo seria ter a EA incorporada no Projeto Político Pedagógico (PPP) e no currículo escolar. Mas também multiplicar Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida nas escolas (Com-Vidas), estendendo a proposta às comunidades do entorno.

Foi assim que nasceu o Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas⁹⁷, programa desenhado pela CGEA/MEC como um sistema contínuo de implementação de políticas de EA nas instituições de ensino. Os números revelam a ambição da proposta: atender 32 mil docentes e 32 mil estudantes das 16 mil escolas que haviam participado da I CNIJMA. Indo além do Ensino Fundamental, seriam oferecidos insumos às sete mil escolas de Ensino Médio, para que tivessem atividades de pesquisa, planejamento e implementação de projetos e ações de EA, por meio do uso das tecnologias de informação (TICs). O processo aconteceria por meio de órgãos estaduais e municipais de educação e de meio ambiente, bem como de ONGs e universidades.

Os beneficiários seriam, como já mencionado, as comunidades escolares do Ensino Fundamental e médio (educação básica), incluindo-se aí as do entorno dos estabelecimentos escolares. Vale lembrar que, também em 2004, EA tornara-se parte das Orientações Curriculares do Ensino Médio e dos módulos de Educação a Distância na Educação de Jovens e Adultos (EJA).

QUATRO MODALIDADES

Na apresentação do Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas consta a informação de que sua criação atendeu as reivindicações dos jovens, que propuseram a criação de conselhos jovens de meio ambiente e a elaboração da Agenda 21 nas escolas brasileiras. E que sua concepção foi calcada na experiência dos Círculos de Cultura, concebidos por Paulo Freire, nos

quais milhares de pessoas contribuem, numa arquitetura de capilaridade, na formação de professoras/es, jovens e estudantes e no fomento à relação escola-comunidade a partir da produção de conhecimentos locais. Seriam quatro as modalidades de ações previstas.

- Difusa. Seguindo o princípio de que conceitos complexos podem ser apresentados com simplicidade, criação de campanhas pedagógicas usando técnicas da comunicação de massa para estimular a participação da sociedade a partir da escola. A principal seria a Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente, com previsão de realização a cada dois anos, a partir de 2003: sua mecânica previu a mobilização iniciada nas escolas para culminar num evento nacional.

- Presencial. Aqui, entram em cena atividades que se aproveitam de parcerias com ongs, universidades, Secretarias de Educação. É a formação continuada de docentes, por exemplo, através de ciclos de seminários e oficinas, criação de materiais didáticos para o aprofundamento conceitual, ou a experimentação da metodologia de projetos de intervenção transformadores (pesquisa-ação-participante, e fomento à relação escola-comunidade pelos Com-Vidas).

- Tecnológica. Com foco no Ensino Médio, iniciação científica a partir do meio ambiente, através da ação Inclusão Digital com Ciência de Pés no Chão. Prevê o uso das mencionadas TICs e a construção interativa de projetos coletivos à distância. Isso inclui estimular funcionalidades, como pesquisa colaborativa, memória infinita e inteligência coletiva. Um dos meios seria o desenvolvimento de uma ferramenta capaz de oferecer aporte pedagógico e informacional, contribuindo na introdução do pensamento crítico nas questões ambientais bem como para a produção e compartilhamento de conhecimentos locais, sem exigir procedimentos laboratoriais sofisticados e caros.

- Ações Estruturantes. A proposta especifica três ações: 1- formação das Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida nas escolas (Com-Vidas), como espaços permanentes para o desenvolvimento da EA, e para a já citada construção da Agenda 21 na escola; 2- incentivo à formação de Coletivos Jovens de Meio Ambiente, detalhados no programa Juventude e Meio Ambiente, também do MEC (jovens que se mobilizam em torno da temática socioambiental e trabalham com os próprios jovens na construção da Com-Vida e a elaboração da Agenda 21 na escola); e 3 – Educação de Chico Mendes.

Agraciado com o nome do seringalista que se tornou símbolo da luta ambientalista no país, o Educação de Chico Mendes é um programa de fomento a projetos de EA no Ensino Básico que proponham atividades fora do horário de aula, com a vertente da intervenção transformadora nas comunidades do entorno e o foco em ações socioambientais. Foi implementado a partir de uma parceria entre duas Coordenações-gerais vinculadas ao Secad/MEC: de EA e das Ações Educativas Complementares. Já no período 2004-2005, o programa acarretou a concretização de projetos em 19 estados. A demanda, aliás, foi maior de que a disponibilidade financeira, de R\$ 3,1 milhões, como veremos.

No mesmo biênio, o Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas promoveu mais de 500 seminários de formação. Um deles de amplitude nacional, 26 estaduais, e os demais locais ou regionais. Em 2006, perseguindo a meta de descentralizar o processo de formação continuada saíra a Resolução 13 do MEC, regulamentando a transferência de recursos para os estados desenvolverem suas políticas estaduais de formação continuada de professoras/es.

E não podiam faltar materiais de apoio. Além das publicações Formando a Com-vida e Construindo a Agenda 21 na Escola, o livro Consumo Sustentável: Manual de Educação – idealizado a partir de uma parceria entre MMA, MEC e Instituto de Defesa do Consumidor (Idec) – foi adaptado para introduzir a questão do consumo (e o consumismo) como tema gerador⁹⁹.

Um programa desse porte precisa de indicadores, para mensurar o efeito que produz. No caso do Vamos Cuidar, previram-se duas famílias de indicadores:

- Indicadores de resultado. Ao medir, por exemplo, a taxa da adoção de materiais didáticos que abordem a EA dentre as opções oferecidas no Programa Nacional do Livro Didático do MEC, percebe-se se houve aumento do interesse pelo tema.
- Indicadores de impacto. Através de algumas metas – por exemplo, aumentar em pelo menos 20% a taxa relativa ao tratamento de resíduos nas escolas até 2007 – pode-se saber se o programa teve o retorno esperado. No caso mencionado, a mensuração é facilitada por se tratar de uma questão presente no Censo Escolar.

Notas

- 96 Trata-se do estudo “Um Retrato da Presença da Educação Ambiental no Ensino Fundamental Brasileiro: o percurso de um processo acelerado de expansão”, publicado pelo INEP, em 2005 (Série Documental. Textos para discussão) Na internet, disponível em: <http://www.inep.gov.br/pesquisa/bbe-online/det.asp?cod=55647&type=M>.
- 97 Programa descrito no capítulo “Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas” do livro “Educação Ambiental: Aprendizizes da Sustentabilidade” (2007) da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), que resume ações de EA do MEC de 2003 a 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental.pdf>.
- 98 “Educação Ambiental: Aprendizizes da Sustentabilidade”, p. 37.
- 99 Publicações disponíveis em <http://portal.mec.gov.br/secad/index.php?option=content&task=view&id=145&Itemid=285>.

IRRADIANDO A EA



“O FUTURO DAS ORGANIZAÇÕES E NAÇÕES DEPENDERÁ CADA VEZ MAIS DE SUA CAPACIDADE DE APRENDER COLETIVAMENTE”

PETER STANGE

“**T**oda política pública voltada à EA deve se destinar à totalidade da população brasileira, de forma permanente, continuada e articulada.” Fácil de propor, complexo na aplicação, esse enunciado passou a nortear as ações e os programas desenvolvidos pela DEA/MMA, informa um relatório dessa diretoria do Ministério, sobre o período 2003-2006¹⁰⁰.

Um dos primeiros e mais abrangentes programas, formulados no biênio 2003-2004 já neste espírito, ganhou o nome de Programa de Formação de Educadores Ambientais (ProFEA)¹⁰¹. Nasceu com a ambiciosa missão de envolver as pessoas de todos os cantos do país, transformando-as em educadoras/es ambientais populares.

Sua base para ação resume-se a três letras – PAP. Trata-se de uma sigla de duplo significado: 1- refere-se à metodologia “Pesquisa-Ação-Participante”, também utilizada pelo Programa Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas, do MEC; e 2- serve para designar grupos “Pessoas que Aprendem Participando”, que trabalham com essa metodologia.

Mais uma definição importante: a ação acontece em contextos socioambientais delimitados, chamados de territórios. Não precisa apenas ser uma área geográfica, como bacias hidrográficas, áreas de proteção ambiental, uma divisão territorial administrativa. Nesse contexto, território também pode ter delimitação setorial ou mesmo simbólica. Por exemplo, pode designar um segmento social, profissional, ou área de interesse.

Também não há um número pré-estabelecido de pessoas a serem formadas por meio de um grupo PAP. A avaliação é caso a caso, considerando fatores como o público que se quer atingir com o processo formativo, recursos disponíveis, disponibilidade para acompanhar educandas/os, e mesmo as condições de quem será formada/o, para depois atuar na base.

METODOLOGIA PARTICIPANTE

E aí entra a Metodologia PAP, que propõe procedimentos participativos em todos os passos: interpretar a realidade, sonhar sua transformação, planejar intervenções educacionais, implementá-las e avaliá-las. O processo que ocorre é comparável ao efeito de uma pedra, quando atirada nas águas calmas de um lago. Em torno do núcleo (ponto onde caiu a pedra), pequenas ondas vão formando círculos concêntricos no território, neste caso, a superfície do lago. As ondas multiplicam-se e se alargam, agitando toda a área.

Na metodologia PAP, as esferas (grupos PAP) vão se abrindo, até abarcar todo o território:

- PAP1. Primeiro grupo, é a equipe do OG-PNEA que se colocou no papel de subsidiar a formação e o planejamento das atividades do Coletivo Educador (CE), ou PAP2. Nesse enfoque, além do apoio técnico e logístico, o Órgão Gestor trabalharia para estabelecer canais de financiamento que viabilizassem a criação de CEs. Por indução da DEA/MMA, por exemplo, que o Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA/MMA) lançaria uma chamada pública em 2005, para patrocinar a estruturação de Coletivos. No ano seguinte, outra chamada pública da própria DEA proporia o desafio de mapear potenciais CEs capazes de dialogar na construção dessa política pública.

- PAP2. É o Coletivo Educador, constituído por um conjunto de instituições que se reúnem para desenvolver ações formativas num determinado território. Podem ser ações no campo da EA, da educação popular, extensão rural, entre outros. Seu papel é múltiplo: promover a articulação de políticas públicas, realizar reflexões críticas, instrumentalizar participantes para a proatividade e a articulação institucional, contribuindo assim para a sinergia de processos de aprendizagem em todo o tecido social do referido território.

- PAP3. Terceira “onda”, na nossa figura de linguagem, reúne o conjunto de formadoras/es de educadoras/es ambientais populares, preparadas/os pelo Coletivo Educador. Têm o papel de localizar grupos de ação-reflexão que já enfrentam uma determinada problemática socioambiental, e preparando-os para que possam compor os PAP4.

- PAP4. O quarto grupo, ou “onda”, congrega educadoras/es ambientais populares, as pessoas animadoras das Com-Vidas. E aqui a sigla indica Comunidades de Aprendizagem e Qualidade de Vida, ou Círculos de Aprendizagem Participativa sobre Meio Ambiente e Qualidade de Vida, que

agregam diferentes atores sociais nos territórios onde o processo acontece. Não é coincidência que as Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida nas Escolas, criadas nas instituições de ensino, também sejam Com-Vidas. Pois a função é similar: comunidade e comissão são estabelecidas com o objetivo de pensar alternativas críticas e construtivas para a intervenção no entorno.

FORMANDO OS COLETIVOS

Classificados como segundo nível da implementação da ProFEA (logo abaixo do Órgão Gestor), os Coletivos Educadores (CEs) tornaram-se peças-chave para a consolidação dos processos formativos, no desenho que o OG-PNEA propôs para irradiar a EA no país. Uma seqüência de passos contribuiria com a criação dos CEs.

Tudo começa, segundo a descrição da DEA/MMA, com uma reunião de articulação de um grupo de articuladoras/es – quaisquer instituições de cunho governamental, civil ou privado, com condições de liderar o processo. É o momento de definir o recorte territorial, propor um mapeamento inicial das instituições correlatas, além de ações possíveis nesse território. Também nessa reunião pode-se discutir uma agenda de trabalho para chegar a um programa de formação de educadoras/es ambientais e escolher as instituições representantes, responsáveis pelo diálogo junto ao Órgão Gestor e outras organizações de interesse.

Saberes Ambientais

Uma conversa puxa a outra, diz o ditado popular. Ações educadoras puxam outras, viu-se na região de Paraná III. Em agosto de 2006, durante o 1º Encontro de Especialistas em Educação Ambiental da Bacia do Prata, em Foz de Iguaçu (PR), que contou com a presença de Enrique Leff, da Rede de Formação Ambiental do Programa de Meio Ambiente da ONU (Pnuma), as/os educadoras/es sugeriram a criação de um Centro de Saberes e Cuidados Socio-Ambientais da Bacia do Prata.

O sonho ganhou forma rapidamente graças à parceria entre a Itaipu Binacional e organismos internacionais, como o próprio Pnuma e o Comitê Intergovernamental Coordenador dos Países da Bacia do Prata. Com sede inaugurada em novembro do mesmo ano no Parque Tecnológico Itaipu (PTI), ele daria espaço a especialistas do Brasil, Bolívia, Paraguai, Uruguai e Argentina para estudos e pesquisas em torno da EA. O primeiro desafio, concluiu-se na época, seria mapear as inter-relações entre atores sociais dos cinco países. Em seguida, viriam as atividades de formação, por meio de Círculos de Aprendizagem Participativa com foco nas águas da Bacia do Prata.

A oficina de trabalho para constituição do coletivo educador representa a etapa seguinte sugerida pela DEA/MMA. É hora para sistematizar experiências acumuladas pelas instituições presentes e estabelecer um “cardápio regional de ações formativas”, que nada mais é que a lista de processos formativos disponíveis para atender às demandas por formação dos participantes, considerando-se os distintos PAPs do Coletivo. Também nesse momento elegem-se as estratégias de ação e definições operacionais do CE. Por exemplo, participantes podem optar por criar subgrupos ou/e definir um grupo articulador operacional.

Depois desse passo, virá a etapa da articulação político-institucional, que consistiria na busca do suporte logístico-financeiro e/ou político-pedagógico, bem como das bases jurídicas para consolidar o Coletivo.

Feito isso, a fase seguinte será do aprofundamento e debate sub-regional. Aí entra o que a DEA/ MMA resume como a sistematização do cardápio, definição de competências e aplicação das estratégias. Uma das bases da ação será a mencionada metodologia pesquisa-ação-participante (PAP), recomendada para partilhar informações e reunir elementos para encontrar soluções conjuntas. As conclusões serão utilizadas em seguida, para a elaboração do projeto político e pedagógico de EA, a ser implementado no território de atuação do CE. Será uma proposta de formação continuada, cuja elaboração poderá ocorrer durante uma nova oficina.

Só então chega-se à fase da formação continuada em si. Esta começa pela seleção de educandas/os – escolhidas/os entre lideranças que representem a diversidade social e territorial – e o desenvolvimento das propostas de formação.

Segundo a DEA/MMA, tanto melhores serão os resultados, quanto mais dinâmico for o funcionamento de um CE. A observação do processo levou a algumas recomendações que garantiriam esse dinamismo. Por exemplo, realizar, de tempos em tempos, a avaliação/ re-planejamento e articulação, ou seja, uma revisão do que foi feito até aquele momento, com a perspectiva de rever rotas e corrigir a trilha, sempre que necessário.

“AQUI ONDE EU MORO”

No caldo formado pelos Coletivos Educadores, começaram a fermentar idéias de novos programas, baseados nos mesmos princípios e com efeitos semelhantes. Um deles, já pelo nome, remete ao antigo lema ecológico “agir

localmente, pensar globalmente”. É o Municípios Educadores Sustentáveis. Sua formulação foi iniciada em 2003.

Não se trata de um programa ministerial para aplicação num ou noutro município isoladamente, como pode parecer à primeira vista. Ao contrário. Por meio dele, comunidades, municípios, bacias hidrográficas ou regiões administrativas uniriam forças, proporcionando a educação contínua da comunidade local para a sustentabilidade, por meio de ações participativas concretas. É o que o professor Carlos Rodrigues Brandão ensinou no livro *Aqui é onde eu moro, aqui nós vivemos*, cujo subtítulo explica sua motivação para redigi-lo: *escritos para conhecer, pensar e praticar o município educador sustentável*^{A02}.

Vale conferir dois parágrafos que falam diretamente a quem habita no município:

- Os portões se abriram. “Durante muito tempo fomos levados a crer que cada pessoa e cada família cuidam ‘do que é seu’, de suas vidas e do que está ‘do portão para dentro’. Hoje aprendemos que as vidas e os portões se abriram e que, a começar pelo ‘lugar onde eu vivo’, o Mundo inteiro é o meu lar... desde o município onde eu moro e onde nós vivemos”.

- Poder das mentes e das mãos. “Somos (...) as pessoas em cujas mentes e mãos estão – ou deveriam estar – o saber, o dever e o poder de melhorar a qualidade de nossas vidas e da Vida do Mundo onde vivemos, a começar (como sempre) pela nossa casa, por nossa rua, pelo nosso bairro, nossa cidade e nosso município”.

Também vale examinar os passos planejados pelo programa MES, para melhorar coletivamente “o município onde eu moro e onde nós vivemos”, como diria o professor Brandão. Com a mesma lógica dos coletivos educadores, tudo começa com a definição dos municípios participantes. O segundo passo será um seminário regional com representantes destes municípios e potenciais parceiras/os, no qual se definirá um subprograma regional.

Ainda seguindo o mesmo formato dos CEs, este subprograma trará o pré-diagnóstico participativo e a lista de iniciativas definidas por todos, que serão praticadas pelos municípios integrantes do programa. Funcionaria como guia de atividades prioritárias. No entanto, cada município só ganha o status de integrante quando um termo de adesão é firmado entre a prefeitura e o ministério. A obrigatoriedade teria um bom motivo: assegurar o comprometimento das/os gestoras/es e a continuidade das ações, independentemente da transitoriedade em cargos eletivos.

Assim nasceram os coletivos educadores

Uma das inspirações para a criação dos CEs vem de 1999. Naquele ano, a Rede Universitária de Programas de Educação Ambiental (Rupea) estabeleceu a articulação entre três Universidades (Estadual do Sudoeste Baiano/UESB, Estadual de Feira de Santana/UEFS e de São Paulo/USP) para cumprir um desafio de formar educadoras/es ambientais. Partilhando recursos profissionais e materiais, cada uma dessas instituições desenvolveu programas mais consistentes de formação nesta área.

Nesta mesma linha, CEs passaram a ser estimulados a partir de 2003, seguindo o raciocínio de que instituições focadas em processos formativos, unidas, otimizariam o uso de espaços e de recursos disponíveis. E aconteceram as mais variadas composições: reuniram-se organizações da sociedade civil (ongs, sindicatos, movimentos sociais etc.), públicas (como prefeituras, órgãos de educação ou meio ambiente, NEAs/Ibama), de ensino e extensão (universidades, regionais de ensino, órgãos de extensão rural), redes de EA ou/e empresas.

Segundo o OG-PNEA, a formação de CEs contribuiria para fortalecer a interface Sociedade-Estado, através de políticas públicas voltadas a processos continuados de formação de educadoras/es ambientais em todo o país. Aí que entra o ProFEA, e também o próprio Programa Nacional de EA (ProNEA), que direciona as ações do Órgão Gestor.

Diferentes documentos da DEA/MMA sobre o tema mostram que, mesmo com participação direta do OG-PNEA na formação dos CEs, havia a intenção de promover a autogestão. Para facilitar, reuniu-se um conjunto de opções, chamado de Estratégia 4-3-3, numa alusão à tática de futebol, como um guia para o planejamento e as ações dos CEs:

- 4 Processos Educacionais: 1- formação de educadoras/es ambientais, 2- educomunicação socioambiental, 3- educação através da escola e de outras estruturas educadoras, e 4- a educação em foros e colegiados.

- 3 Eixos Pedagógicos: 1- acesso a conteúdos e processos formadores através de Cardápios (como oficinas, cursos, vivências ou visitas técnicas), 2- desenvolvimento de Comunidades Interpretativas e de Aprendizagem (grupos de pessoas com propósitos comuns, que se apoiam mutuamente ao realizar processos de interpretação crítica da realidade), 3- elaboração, implementação e avaliação de intervenções educacionais, como práxis pedagógica.

- 3 modalidades de Ensino/Aprendizagem: 1- educação presencial, 2- educação à distância, 3- educação difusa.

No espírito do ditado popular “a união faz a força”, os CEs reuniram, segundo seus formuladores, força para propor políticas públicas e impor sua implementação. Também gerariam ambiente favorável para debates, levando ao aprofundamento de conceitos e à concepção de novos instrumentos para a ação educativa. Para estimular essa interação, o OG-PNEA abriu dois espaços virtuais para os CEs: 1- blog dos Coletivos, 2- ambiente colaborativo de aprendizagem (e-ProInfo), permitindo criar

curso a distância, projetos colaborativos, entre outras formas de apoio virtual.

De acordo com uma apresentação da DEA/MMA, em novembro de 2006 já havia pelo menos 60 CEs no país, alcançando 368 municípios. Desses, 22 obtiveram financiamento do FNMA e 18 se apoiaram em outras fontes, tais como o Programa de Revitalização do São Francisco, o Programa Pantanal, a Agenda 21 e recursos nos ministérios das Cidades e da Justiça. Todos eles estruturaram-se em comunicação direta com a DEA/MMA, recebendo assessoria especializada, a distância ou presencial, materiais impressos do Órgão Gestor, e divulgação institucional nos boletins institucionais. A meta da DEA/MMA era chegar a 300 Coletivos.¹⁰⁴

Na quarta etapa, cada município educador sustentável indica um comitê local, responsável pelo acompanhamento local das atividades. Pode ser, por exemplo, o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (Comdema). Ou uma instância nova, criada só para o programa. A reunião de representantes dos comitês de todos os municípios gera o foro deliberativo regional, entendido como um espaço de compartilhamento de problemas, soluções, experiências, parcerias.

Com isso fecha-se o cerco institucional. O resto é ação. Cada município cria seu projeto local, que será aprovado pelo foro regional e depois aplicado localmente. Indicadores definidos de comum acordo servirão para monitorar o progresso das atividades.

O reconhecimento da iniciativa virá com a concessão do “Selo MES”, uma certificação que traria vantagens para a municipalidade. Quais? Por exemplo, o direito a receber do MMA orientação e formação de educadoras/es ambientais para o processo de transformação de modelos de gestão. Além disso, possibilidade diferenciada de captar recursos do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA/MMA) e de outras fontes de financiamento. Os materiais de apresentação do programa também destacam ganhos qualitativos. Um deles seria a ampliação do conhecimento sobre a realidade local, em função da participação da sociedade na produção de diagnósticos e planos. E haveria o fortalecimento da auto-estima de cidadãos/ãos, do grau de satisfação com a vida cotidiana e do próprio governo local, como coordenador e mediador nesse processo de gestão.

UM PROCESSO GRADUAL

Em geral, a prática é mais complexa de que a imagem mental que se cria ao ler descrições teóricas. Não poderia ser diferente com o MES. Foi o que se viu já na fase inicial, de implementação de projetos-piloto no oeste paranaense e no

Pantanal Mato-grossense. Somados, eles atenderiam mais de 100 municípios. Basta este dado para entender a complexidade e a riqueza da proposta, que embute a construção participativa das propostas.

No Paraná, tudo começou com um termo de adesão assinado pela Itaipu Binacional, em maio de 2004. Responsável pela geração de um terço da energia consumida no Sul, Sudeste e Centro Oeste do país e 95% da consumida no vizinho Paraguai, a empresa sabia que o mau uso do solo – seja pela contaminação causada por despejo de dejetos agrícolas e esgotos urbanos, ou pela erosão facilitada com o desmatamento – comprometia a qualidade e quantidade da água disponível. Sem água, não há hidrelétricas. Não há vida.

No ano anterior, a binacional lançara o ambicioso programa Cultivando Água Boa, composto por mais de 70 projetos e subprojetos em 29 municípios da Bacia Hidrográfica do Paraná III. EA era essencial em todos. Motivou a distribuição de uma cartilha sobre métodos orgânicos para agricultoras/es, uma multiplicidade de atividades nas escolas da região, a capacitação de catadoras/es de lixo, para que se entendessem como guardiãs/ões do meio ambiente, e outras ações para habitante das cidades.

Para deslançar a adesão ao MES, durante todo o ano de 2005, uma equipe visitou instituições públicas e privadas de 34 municípios da região. Na medida em que o município aderiu ao programa, iniciava-se o processo de compartilhamento de responsabilidade entre os atores sociais em prol da educação, e na formulação e implementação de políticas públicas.

A mesma equipe conseguiu aprovar um projeto no edital FNMA 05/2005¹⁰³, para a constituição de um Coletivo Educador para Territórios Sustentáveis na região, com três núcleos. Animou a construção do Projeto Político Pedagógico e dos diagnósticos participativos desse coletivo e seus núcleos. Com mais de um milhão de moradoras/es, a região chegou a 43 instituições envolvidas no processo, além das 34 prefeituras dos municípios envolvidos.

Só em 2006, começaria a almejada formação de educadoras/es ambientais. Entre 1,2 mil candidatas/os, das mais variadas procedências, foram selecionadas 296 pessoas. Na metodologia PAP, este grupo representaria o nível 3. A expectativa era chegar ao PAP 4 em 2007, com a formação de 3 mil educadoras/es populares, para atuar nos municípios abrangidos pelo CE.

No Pantanal Mato-grossense, a parceria foi com o Programa Pantanal, cuja meta era fixar estratégias de gestão socioambiental para a Bacia do Alto Paraguai. Das 11 oficinas promovidas de setembro a dezembro de 2004, só a primeira, em Poconé (MT), reuniu representações da EA dos dois estados. Depois houve uma em Campo Grande (MS) e outra em Cuiabá (MT), para

dividir em oito núcleos os 81 municípios pantaneiros. Em cada núcleo criar-se-ia um CE. A próxima meta seria formar 800 multiplicadoras/es (PAP3), que formariam, por sua vez, 16 mil educadoras/es ambientais populares (PAP 4).

Interpretado como um dos meios para enraizar a EA nas diferentes regiões do país, o processo não parou por aí. Em 2005, a DEA/MMA levou o debate para 64 municípios da bacia hidrográfica dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, no interior paulista. No ano seguinte, a ação MES motivaria dois seminários regionais em Minas Gerais, para representantes de 26 municípios da Região do Alto Paranaíba. Já em 2007, dois seminários atenderiam 14 municípios em Goiás. Eram sementes de processos que podem ter resultados no curto-médio prazo, mas cuja dimensão só se pode avaliar no horizonte do longo prazo.

Vale adiantar que, também em 2007, a equipe da DEA/MMA faria uma avaliação prospectiva do MES, indicando dois caminhos para sua sustentabilidade no longo prazo. Um deles seria a própria conexão entre o MES e os processos formativos dos CEs, como estratégia antenada na proposição de materializar o processo educacional no âmbito dos respectivos territórios. O segundo seria a conexão com outros programas e projetos das diferentes esferas do governo e da sociedade, oferecendo parâmetros, referenciais e estímulos para cada município e/ou parceira/o incrementar cada um dos processos formativos sincrônicos mencionados no MES, de acordo com suas possibilidades.

Notas

100 Disponível em: <http://www.mma.gov.br/ea>.

101 A publicação “Programa Nacional de Formação de Educadoras(es) Ambientais”, do Órgão Gestor da PNEA (série Documentos Técnicos n° 8), é uma das que explica o programa e a metodologia. Pode ser baixada em: <http://www.mma.gov.br/ea>.

102 Além do livro de Rodrigues, disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/mes_livro.pdf, há o texto “O passo a passo para a ação Municípios Educadores Sustentáveis” (Série Documentos Técnicos, n° 14, 2007), acessível em http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/dt_14.pdf e a cartilha “Municípios Educadores Sustentáveis” (http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/mes_cartilha.pdf), lançados pelo OG-PNEA, bem como a página: <http://www.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=20&idMenu=1139>.

103 O Edital 05/2005 – Coletivos Educadores para Territórios Sustentáveis, lançado pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente, graças a uma parceria de quatro Ministérios: MEC, MMA, Ministério da Integração Nacional e Ministério do Desenvolvimento Agrário.

104 “Coletivos Educadores para Territórios Sustentáveis”, apresentação.

TODOS AO V FÓRUM



SEU TOINHO

Não é difícil imaginar o tamanho da expectativa em torno de um evento que levou sete anos para deixar o campo dos sonhos e se tornar realidade. Foi assim com o V Fórum Brasileiro de EA, que começou a “sair do papel” em 2003 – após várias tentativas frustradas – desde o encerramento do fórum anterior, realizado em Guarapari (ES). Bastam dois números para dar noção da surpresa que a nova edição reservaria aos organizadores. Enquanto o IV Fórum de 1997 atraiu pouco mais de 1,1 mil participantes – recorde para a época, o que se realizaria entre 3 e 6 de novembro de 2004 teria o triplo, cerca de 3,5 mil pessoas, entre educadoras/es, ambientalistas, especialistas em EA, autoridades e estudantes¹⁰⁵.

Dessa vez, o ponto de convergência seria o Cerrado brasileiro, mais precisamente, Goiânia, capital de Goiás. Tanto governo estadual como prefeitura municipal garantiram apoio logístico e infra-estrutura ao V Fórum, tornando-se co-realizadores do evento, ao lado da Rebea (representando 16 redes de EA) e dos Ministérios da Educação e do Meio Ambiente.

Um dos primeiros sinais da mobilização foi o retorno ao convite para as atividades auto-gestionadas, cujas inscrições aconteceram meses antes do evento. Seriam mini-cursos e oficinas, gratuitos e de meio-período, que pessoas ou organizações poderiam ofertar como atividade paralela. A comissão temática – capitaneada por Michèle Sato, da Universidade Federal do Mato Grosso e Rede Mato-Grossense de EA (Remtea) – estabeleceu o limite de 50. Ao constatar a qualidade e diversidade das 113 propostas, selecionou 76. Também impressionou o número de painéis, que permitiriam mostrar experiências em EA no V Fórum. Mais de 900 foram aprovados, formando um mosaico do que se fazia no país em 2004.

Para atender a expectativa, a comissão organizadora chegou a três eixos para as discussões:

As mulheres e a paz

Em 2004, Wangari Maathai, da etnia Kikuyo – uma das mais de quarenta do Quênia – tornou-se a primeira mulher africana a receber o Prêmio Nobel da Paz. Também primeira mulher a concluir o PHD em seu país, ela fundara o Movimento Cinturão Verde em 1997 para unir duas lutas: pelas mulheres pobres e contra a desertificação. Até então, a ong teria plantado 30 milhões de árvores. Presa várias vezes nos anos 1980, elegeu-se deputada em 2002 e se tornou vice-ministra do meio ambiente em 2003. “Defesa ambiental é essencial para a paz. Ao destruímos recursos naturais, eles se tornam raros e passamos a lutar por eles”, disse ao receber o prêmio.

No ano anterior, o Nobel da Paz fora para advogada Shirin Ebadi, por seu trabalho na Associação de Apoio aos Direitos das Crianças no Irã. Mas, desde que criado em 1901, apenas 13 mulheres haviam sido laureadas com a insígnia da paz. A constatação motivou a Associação 1000 Mulheres para o Prêmio Nobel da Paz 2005 a promover uma campanha internacional, que selecionaria mil mulheres para dividirem a indicação. Entre elas, 52 brasileiras, tais como a educadora Moema Viezzer, a ministra Marina Silva, a líder indígena alagoana Maninha Xucuro e a radialista Mara Régia di Perna.

A academia sueca preferiu, no entanto, premiar a Agência Internacional de Energia Atômica e seu diretor Morhamed Maradei “pelos esforços em prevenir que a energia atômica seja usada para fins militares”¹⁰⁶.

- Política Nacional de Educação Ambiental, primeiro eixo, teria como atrativo o fato de ser palco para a última fase da consulta pública do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), em sua terceira edição.
- Formação da Educadora Ambiental: segundo eixo, foi concebido para a apresentação de pesquisas, vivências e experiências em EA, abrindo espaços de diálogo entre educadoras/es e a participação de novos sujeitos nesta área.
- Redes Sociais e Educação Ambiental: terceiro eixo, trabalharia com a documentação do estado da arte da EA no Brasil e a difusão da cultura de redes, buscando reforçar o papel das redes de EA na construção de sociedades sustentáveis.

Tudo se distribuía pelas tradicionais conferências, mesas redondas, os já citados cursos, oficinas e painéis, além de outros eventos, como os Testemunhos, reuniões abertas nas quais personalidades convidadas falariam de suas vidas. Pescador no rio São Francisco que tomara gosto pela causa ambiental ao participar de comunidades eclesiais de base em 1969, Antonio

Gomes dos Santos, o ‘Seu Toinho’, foi um deles. Em defesa da revitalização do rio, ele cantou: “Vamos educar o nosso povo / e também conscientizar (...) Aproveitando a cultura / Para o povo se animar”. E o público se encantou.

Arquitetado como local para a interação, Conversando com as Redes foi um espaço físico que facilitou o nascimento de duas novas redes – a Nordestina de EA e a de Educomunicação Socioambiental. E houve muitas atividades socioculturais. Por exemplo, a Feira de Trocas, iniciativa da Rede de Trocas do Vale do Itajaí (SC); a projeção de filmes premiados pelo Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental (Fica), que levara 222 concorrentes naquele ano para a cidade de Goiás, e o lançamento da Revista Brasileira de Educação Ambiental, da Rebea, coordenada por dois integrantes da Remtea e da “rede das redes” – Michèle Sato e Heitor Queiroz de Medeiros, também da DEA/MMA.

ESPAÇOS PARA DELIBERAÇÕES

Nessa miríade de eventos que constituiu o V Fórum, as deliberações aconteceriam em espaços delimitados – os 13 Grupos de Trabalho (GTs) formados pela Rebea. Um dos que entrou em evidência foi o GT Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, coordenado por Moema Viezzer, uma das homenageadas do evento nacional, por sua trajetória como educadora.

Doze anos antes, ela liderara a construção coletiva desse documento internacional, num processo que envolveu 600 pessoas de vários países, por um ano, e foi subscrito pelo Fórum Global de Ongs e Movimentos Sociais, paralelo à Rio 92. O tratado tornou-se referência mundial para educadoras/es ambientais. Em vista dos avanços da EA desde então, seria preciso atualizá-lo? No V Fórum, o GT iniciaria esse debate que só findaria em 2006, no V Congresso Ibero-americano de EA. Vale adiantar que a decisão foi pela não-reformulação.

EA NAS EMPRESAS

Entre todos os GTs do V Fórum, apenas um era dedicado exclusivamente à área empresarial. Coordenado por Deborah Munhoz, da Rede Mineira de EA e na época responsável pelo Núcleo de EA da Federação das Indústrias de Minas

Gerais (Fiemg), o GT Empresas & Educação Ambiental estabelecera a meta de iniciar um diagnóstico da EA que empresas ofereciam para o público interno e o externo, visando traçar recomendações para a área.

Num trabalho classificado como envolvente e exaustivo, 27 profissionais de 22 empresas em 12 estados responderam 13 questões, que ajudariam a visualizar qual EA se oferecia nas empresas do Brasil. Seria uma amostra pequena frente ao que existia no país em 2004. Mesmo assim, causou surpresa a variedade de possibilidades reveladas nas respostas.

No quesito motivações, por exemplo, 27 participantes listaram 24 objetivos empresariais para justificar práticas de EA junto ao público interno e/ou externo. Desde criar um canal de comunicação com a comunidade ou atender exigências legais, até o controle de gastos, obtenção de certificações ambientais ou compromisso com a responsabilidade social. Do mesmo modo, ficou clara a diversificação de situações e setores geradores de demandas por EA. Entre outros, ela poderia ser solicitada pelo departamento de comunicação social, ou pelo de marketing, pelo RH, área de higiene e segurança, setor de meio ambiente etc. Também poderia resultar de pedidos externos de ongs, de sistemas de ensino, do “mercado”, decorrer de exigências do Ministério Público, ou da premência ante conflitos ambientais...

É claro que, diante de tanta variação, a execução dos programas também revelaria uma riqueza de matizes. Nas empresas mais adiantadas, a EA partia de um plano embasado num Projeto Político Pedagógico, para gerar mudanças culturais efetivas no ambiente corporativo. Em várias, estudos da percepção ambiental eram a ferramenta para definir as atividades. Mas não faltaram casos em que a EA se limitava a ações pontuais em datas específicas, ou propostas empíricas. Eventualmente, ela era compreendida apenas como estratégia de negócio, ou para resolver temas práticos, como o destino correto dos resíduos.

Observou-se uma forte diferença entre as práticas de EA direcionada ao público externo (comunidade do entorno, consumidores etc.) e ao interno. Para o bloco do público externo, um rico cardápio de opções: visitas de grupos organizados à empresa, capacitação de docentes das escolas da região e de agentes da comunidade, instalação de hortas comunitárias, oficinas visando a capacitação para gerar empregos, palestras, patrocínio de projetos, entre outros. Já para o público interno, o GT concluiu que, em geral, as ações de EA eram pontuais. Isto se acentuava nas pequenas empresas, quase sempre desconhecedoras do potencial da EA. Entre atividades, citou-se, por exemplo, treinamentos de meio período para a prevenção de riscos.

Por que se engajar na função de educador/a ambiental em companhias? Houve respostas pragmáticas, como sustentação econômica, evolução profissional, compromisso social, e/ou tratar a questão como técnica. Mas, em outras, transpareceu o idealismo: desejo de promover mudança de comportamento frente às questões ambientais, conscientização ambiental, resgatar valores e auto-estima, criar espaços para diálogo.

Formações variadas estavam por trás das pessoas que fazem a EA empresarial: biologia, engenharia, química, geografia, administração, educação física, pedagogia, RH foram alguns dos cursos citados. Ao detalhar o perfil das/os profissionais para a EA nas empresas, o GT intuiu que teriam de ter “um pouco da característica empresarial na forma de pensar”. Além de conhecimentos específicos em educação e meio ambiente, seria preciso saber usar a linguagem administrativa e conceitos básicos de marketing, para negociar com os demais setores. E conhecer como funciona a empresa, quais suas metas e recursos disponíveis.

Trocando em miúdos: no meio corporativo, profissionais da EA teriam de ter capacidade de mediação. Ter conhecimento, por exemplo, de como criar vínculos entre a empresa e órgãos ambientais, tornando-os parceiros. Ou demonstrar para seus pares que a EA é vantajosa como instrumento para a ecoeficiência, que proporciona economia de custos, leva à redução de impactos socioambientais, promove a credibilidade e melhora a imagem junto ao público externo. Descreveu-se um ambiente de trabalho cheio de facções: desde funcionárias/os que crêem na importância da EA até aquelas/es para quem ela representa uma “atividade que qualquer um faz”, despesa inútil para a corporação.

Como trabalhar a EA em ambientes tão heterogêneos? O GT concluiu que um dos desafios seria desenvolvê-la de forma emancipatória no ambiente interno e externo. Técnicas de comunicação lúdicas e cuidados para evitar conflitos que diferenças culturais e religiosas podem gerar seriam detalhes para fazer a diferença para alcançar este objetivo.

CENTROS DE EA

Espaços físicos de referência em EA cuja multiplicação fora estimulada nos anos 1990 pela Coordenação de EA do MEC, os Centros de Educação Ambiental (CEAs) eram numerosos em 2004, não só em empresas, mas também em instituições de ensino, organizações governamentais e não governamentais. Como transitar em meio a esta variedade foi um dos temas do GT CEAs.

Novo programa nacional de EA

Elaborado pela Diretoria de EA do MMA e a Coordenação Geral de EA do MEC, e acordado pelo Órgão Gestor ainda em 2003, o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) ganhou novos contornos num processo de consulta pública, cujo auge aconteceu em novembro de 2004, no V Fórum Brasileiro de EA.

Trata-se de um documento que traça as diretrizes para a ação do governo e da sociedade quanto às políticas públicas de EA. A partir dele, todos os segmentos sociais e esferas de governo tornar-se-iam co-responsáveis por sua execução, monitoramento e avaliação.

Cinco diretrizes e cinco linhas de ação orientaram sua elaboração, que tem como pilar o Tratado de EA para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global:

- Diretrizes: 1- transversalidade e interdisciplinaridade; 2- descentralização espacial e institucional; 3- sustentabilidade socioambiental; 4- democracia e participação social; 5- aperfeiçoamento e fortalecimento dos sistemas de ensino, meio ambiente e outros com interface com a EA.
- Linhas de ação: 1- gestão e planejamento da EA no país; 2- formação de educadoras/es ambientais; 3- comunicação para EA; 4- formação ambiental continuada de professores; 5- monitoramento e avaliação de políticas, programas e projetos de EA.

Uma programação foi estabelecida para a consulta pública, de forma a garantir a participação das/os educadoras/es ambientais na formulação deste programa. Logo após o lançamento, iniciou-se um processo de divulgação. Depois, em agosto e setembro de 2004, uma parceria com CIEAs e Redes de EA resultaria em oficinas intituladas Construindo juntos o futuro da educação ambiental brasileira que, na prática, serviriam como audiências públicas.

Da acordo com a proposta, todas as unidades federativas poderiam organizar oficinas, com debates norteados por três regras: 1- as propostas para o ProNEA partiriam do documento-base, elaborado pelo MEC e MMA e distribuído às/aos participantes; 2- haveria apenas três opções de intervenções – alteração, acréscimo ou supressão de informações do texto-base; 3- o envio das demandas se daria por meio do preenchimento de um formulário eletrônico no ambiente do Sistema Brasileiro de Informação sobre Educação Ambiental (SIBEA).

Segundo um documento técnico do Órgão Gestor, das 22 unidades federativas que realizaram estas oficinas, em 14 a articulação coube às CIEAs ou às comissões Pró-CIEA. Em outras sete a condução foi das Redes de EA. No total, participaram mais de 850 educadoras/es ambientais de 317 entidades. Com isso, chegou-se a 388 contribuições. A maioria (85%) foram solicitações de acréscimos ao texto original. Quanto ao conteúdo, de cada quatro sugestões, uma se referia às linhas de ação.

Sistematizadas, as contribuições foram apresentadas e debatidas no GT ProNEA em novembro. Foi quando se optou pela inclusão também das contribuições feitas em dois eventos anteriores: a I Conferência Nacional de Meio Ambiente, em 2003,

e o Compromisso de Goiânia, subscrito em abril de 2004, como veremos adiante com mais detalhes.

O GT também definiu quem seria a instância deliberativa para a edição final do ProNEA: o Órgão Gestor da PNEA, seu Comitê Assessor e a Câmara Técnica de EA do Conama. Foi assim que, em 24 de fevereiro de 2005, foi lançado o novo ProNEA, resultante da consulta pública.

Vale adiantar que, em 2007, uma deliberação do mesmo Comitê Assessor iria prever a formatação de um novo instrumento legal para garantir a internalização do ProNEA, bem como confirmar a prática de revisões periódicas, para mantê-lo atualizado.

Havia CEAs que aproveitavam espaços ao ar livre – como matas, viveiros e/ou parques – para trabalhar com diferentes públicos. Alguns tinham sede fixa; outros, móvel. Entre as finalidades, eles poderiam gerar e disponibilizar conhecimentos, e/ou sensibilizar e integrar atores sociais, e/ou pesquisar. Quanto às atividades mais típicas, havia oficinas, trilhas, palestras, eventos, estudos do meio, entre outros. E não existia um padrão único para equipamentos e recursos, que variavam, de simples materiais pedagógicos a sofisticados instrumentos de informática e de segurança. Em Minas Gerais, a implantação de CEAs se tornara condicionante para licenciar empreendimentos minerários, siderúrgicos, hidrelétricos, loteamentos e silvicultura.

Mais que deliberar sobre o tema, o objetivo do GT foi discutir concepções deste “cipoal de CEAs”, identificando dificuldades e potencialidades também para a Rede CEAs. Impulsionada pelos resultados de um diagnóstico de CEAs no Brasil feito pelo Laboratório de Educação e Política Ambiental (OCA), da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (Esalq/USP), essa rede nasceu oficialmente em março de 2003, com o lançamento de uma lista de discussão eletrônica para quem era da área¹⁰⁷.

Mais que a carência de informações sobre esses centros no Brasil até mesmo entre educadoras/es ambientais, esse diagnóstico identificara três temas considerados gargalos para o crescimento. Em primeiro lugar, o próprio conceito de CEAs, já que havia uma variedade de concepções por trás dos existentes no país. Associado a isso, o segundo gargalo estava na variedade de pressupostos em torno do que seria EA desenvolvida por eles. Um terceiro gargalo era a comunicação entre os centros, num período em que o uso da internet ainda não estava tão disseminado.

Seu primeiro encontro presencial, o I Encontro Paulista de CEAs, aconteceu em Rio Claro (SP), em julho do mesmo ano, durante o II Encontro Paulista de EA. E, em outubro de 2003, houve o 1º Encontro Nacional de CEAs, em Timóteo (MG), que teve, como ponto alto, o debate sobre o que deve ser um Projeto Político Pedagógico (PPP) para os CEAs. Concluiu-se que seria um documento estratégico, se trouxesse diretrizes para a sensibilização individual e coletiva, visando mudar comportamentos em direção à interação sustentável entre ser humano e o ambiente. Mas o PPP teria de permitir a flexibilidade de ação, frente à diversidade de públicos, métodos e atividades possíveis.

O GT que debateu o tema no V Fórum de EA, em 2004, concluiu que a época era favorável à ampliação de espaço físico e abrangência destes centros, devido à ascensão da temática socioambiental no mundo. Apesar disso, comentou-se que muitos CEAs sofriam carência de recursos financeiros.

Questões aparentemente contraditórias foram apontadas como obstáculos para fortalecer a Rede CEAs. De um lado, mantinham-se os problemas de comunicação e o desconhecimento de profissionais do ramo sobre a existência da rede. De outro, conviviam-se com um excesso de informações disponíveis, que dificultaria a divulgação. Adaptar-se ao rápido avanço das novas tecnologias de comunicação – da internet ao GPS – era uma premência para este universo de profissionais.

DESCENTRALIZAÇÃO EM PAUTA

Sete meses antes do V Fórum de EA, entre 13 e 15 de abril de 2004, Goiânia também foi palco do I Encontro Governamental Nacional sobre Políticas Públicas de EA. Promovido pelo OG-PNEA, em parceria com o governo de Goiás e prefeitura de Goiânia, ele almejava abrir caminho para uma diretriz já presente em outras áreas, como a da saúde – estabelecer bases para a descentralização do planejamento e da gestão da EA. Para tanto, seria essencial uma aproximação entre órgãos de educação e de meio ambiente.

E lá estiveram representantes de organizações públicas federais, estaduais e municipais das duas áreas. Ao final, o “Compromisso de Goiânia” selou o acordo entre participantes. Trata-se de um pacto entre as esferas de governo em favor da criação de políticas e programas estaduais e municipais de EA sintonizados com o ProNEA. Segundo os organizadores, esse encontro sinalizou um fortalecimento das CIEAs existentes e estimulou criação nos estados que não as tinham¹⁰⁸.

Perspectivas internacionais

No mesmo mês em que se realizava o V Fórum de EA no Brasil, o governo da Venezuela patrocinaria a 1ª Reunião de Especialistas em Gestão Pública da Educação Ambiental da América Latina e Caribe, na Ilha Margarita. Participaram delegados e observadores dos ministérios do meio ambiente de 15 países latino-americanos e caribenhos – Argentina, Brasil, Chile, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Guatemala, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Peru, República Dominicana e Venezuela.

A missão: definir a operacionalização do Programa Latino-americano e Caribenho de EA (Placea), programa que aliás ainda era apresentado como uma proposta de convênio, com o nome de “Aliança Latino-americana e Caribenha de Educação para o Ambiente e Desenvolvimento Sustentável”.

O Informe Final, conhecido como Acordo de Margarita, contém um plano de implementação que divide a região em cinco subcoordenações. Brasil fica no “Cone Sul”, ao lado da Argentina, Paraguai, Uruguai e Chile, este último o ponto focal de referência. Vale saber que o Congresso Iberoamericano de EA, onde prosseguiria o debate, ocorreria pela primeira vez no Brasil, em sua 5ª edição, em 2006. Não por acaso, lembra Philippe Pomier Layrargues, da DEA/MMA e da delegação brasileira na Venezuela, a delegação exerceu o duplo papel de debater o Placea e convidar pessoas-chave para o evento brasileiro.

Aliás, a equipe da DEA/MMA aproveitou a realização do V Fórum, em Goiânia em 2004, para avaliar o grau de conhecimento e as expectativas de adesão do público em relação ao vocábulo Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) e à Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, que começaria em 2005.

O questionário era uma réplica de pesquisa semelhante realizada em março do mesmo ano por Edgar González-Gaudiano, da Secretaria de Educação Pública do governo mexicano. Na versão internacional, as respostas vieram de 101 especialistas em EA de 17 países da América Latina e Caribe. Entre eles, havia 22 brasileiras/os.

Quase metade das/os participantes do V Fórum, 1,7 mil pessoas, preencheu o questionário. A categorização em dez classes etárias (variação de cinco em cinco anos) mostrou que praticamente metade (49%) dessas/es respondentes eram jovens até 29 anos de idade. Nessa faixa de idade, mais de dois terços (70%) aprovaram a mudança da expressão EA para EDS, uma opinião que contrariava a de especialistas latino-americanos e caribenhos, cuja taxa de aprovação foi de apenas 38% (e menos ainda entre especialistas do Brasil: 18%). Enquanto mais de três quartos das/os jovens participantes do V Fórum (79%) consideraram que a entrada em vigor da década proclamada pela ONU era uma grande conquista, menos da metade dos especialistas latino-americanos e caribenhos comungava com esse raciocínio (47%). Entre as/os do Brasil, a taxa desabava para menos de um quarto (24%).

Vale lembrar que em março de 2004, um mês antes do encontro em Goiânia, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos criara sua Câmara Técnica de Educação, Capacitação, Mobilização Social e Informação em Recursos Hídricos (CTEM – CNRH). Sua principal atribuição seria propor diretrizes e programas de educação e capacitação, além de avaliar mecanismos de articulação e cooperação entre o poder público, setores usuários e a sociedade civil na área de recursos hídricos¹⁰⁹.

Contava com uma composição eclética: representantes de sete ministérios (Fazenda, Educação, Saúde, Cidades, Integração Nacional, Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente), da Agência Nacional de Águas, de conselhos estaduais de recursos hídricos, além de concessionárias e autorizadas de geração hidrelétrica, usuários de recursos hídricos, comitês, consórcios e associações intermunicipais de bacias hidrográficas, organizações técnicas, de ensino e pesquisa, e não-governamentais.

Essa comissão seria responsável pela proposição da Década Brasileira da Água, instituída no país em 2005. Mais tarde, colocaria em debate o texto de uma resolução com diretrizes para a “capacitação, mobilização social e informação em gestão integrada de recursos hídricos”.

RECURSOS DIFÍCEIS

Esses relatos mostram que a EA ganhava, cada vez mais, o espaço institucional. E isso também foi evidenciado no Plano Plurianual 2004-2007, que define a distribuição orçamentária do país. Seu Programa 1061, Brasil Escolarizado, englobou as ações da CGEA/MEC: formação continuada e distribuição de material didático em EA.

Já sob o guarda-chuva do Programa 0052, que ganhou o novo nome Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis, havia um conjunto de ações para execução por vários setores e órgãos vinculados ao MMA: Diretoria de EA, FNMA, ANA, Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (Secirm), CGEAM/Ibama¹¹⁰.

Mas o drama do contingenciamento dos recursos na área federal ainda não se apagara. É o que se vê mais uma vez com um exemplo da CGEAM/Ibama. Em 25 estados, reuniões de planejamento resultaram na definição das atividades de 2004 para os Núcleos de EA.

Porém, os recursos previstos não foram liberados, obrigando o redirecionamento de muitas ações. Mesmo assim, no final do ano, a coordenação do Ibama comemorou a marca de quase 700 profissionais formadas/os para atuar com educação na gestão ambiental, por meio do curso Introdução à Educação no Processo de Gestão Ambiental¹¹¹.

Notas

- 105 *Informações do relatório final do V Fórum de EA, bem como de releases e relatórios temáticos distribuídos na época.*
- 106 *Dados sobre todas/os laureadas/os com o Prêmio Nobel estão em: <http://nobelprize.org/index.html> (apenas em inglês).*
- 107 *Histórico da Rede CEAS o em “Uma proposta de Rede temática em Educação Ambiental: a Rede Brasileira de Centros de Educação Ambiental” (p. 8-10), de Fabio Deboni, publicado pelo Oca Laboratório de Educação e Política Ambiental – ESALQ/USP em 2003. Disponível em: <http://www.redeceas.esalq.usp.br/canteiro.htm>.*
- 108 *Documento Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/cgoiania.pdf>.*
- 110 *Relatórios e outros documentos oficiais sobre o PPA 2004-2007 estão em: www.planobrasil.gov.br.*
- 111 *“Relatório de Atividades da Coordenação Geral de Educação Ambiental – CGEAM/DIS-AM – 2003 – 2006”.*

ASSIM CAMINHA A EA



“O PENSAMENTO ÚNICO AINDA RESISTE À REALIDADE E PREDOMINA, PELO MENOS ENTRE AS TESES, MAS ESTÁ A CAMINHO DE SE TORNAR, ELE SIM, UMA EXCENTRICIDADE”

LUÍS FERNANDO VERÍSSIMO

A maior pesquisa sobre o estado de arte da EA no país, pelo menos até 2004, trouxe surpresas e preocupações para milhares de participantes do V Fórum Brasileiro de EA, que tiveram o privilégio de debater os resultados, em primeira mão, com autoras/es do trabalho.

Com o título *Uma leitura da Educação Ambiental em cinco estados e um bioma do Brasil*, o estudo foi a última novidade do evento nacional. Sua apresentação ocorreu no Encontro da Rebea, em 6 de novembro, dia de encerramento do Fórum. Era a primeira tentativa sistemática e coordenada de levantamento simultâneo em diferentes regiões brasileiras, definiu a professora Isabel Cristina de Moura Carvalho, do Programa de Pós-Graduação em Educação e da Faculdade de Psicologia da Universidade Luterana do Brasil no Rio Grande do Sul (Ulbra/RS), responsável pela sistematização dos dados, junto com o professor Luis Afonso Vaz de Figueiredo, do Centro Universitário Fundação Santo André (FSA/SP)¹¹².

Para enriquecer a mesa-redonda, lá estavam as/os representantes das quatro redes de EA que efetuaram os levantamentos regionais, com suporte do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA/ MMA). Era o previsto no já comentado projeto Tecendo Cidadania, do qual esse diagnóstico representou um “produto”. Somadas, as redes tinham aplicado e validado cerca de 3,5 mil questionários, desde o final de 2002.

Mas cada uma complementara, à sua maneira, com pesquisas bibliográficas e entrevistas pessoais – por carta, e-mail ou/e em eventos. A diversidade de estratégias resultou das condições muito diferentes por região, segundo Isabel Carvalho, que qualificou o estudo como “de natureza exploratória”.

A Repea (São Paulo), por exemplo, abrangeu um estado do Sudeste brasileiro originalmente dominado pela Mata Atlântica, baseando-se no conceito de unidades de gerenciamento dos recursos hídricos em seu levantamento. No Acre, a rede acreana (Raea) cobriu as ações de EA numa pequena parcela da

área de domínio de Floresta Amazônica, caracterizada pela população menos concentrada. Já a Reasul alcançou os três estados do Sul brasileiro, onde predominam dois ecossistemas ameaçados: além da Mata Atlântica, a Floresta de Araucárias. O recorte da Rede Agupé não foi estadual, mas o bioma Pantanal Mato-grossense, através de dez municípios do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Se faltou o Nordeste, interpretou Isabel durante o V Fórum, foi porque nenhuma rede daquela região se candidatara para a atividade, em 2001, quando da chamada pública do FNMA.

A sistematização dos dados adotou uma divisão que facilitasse tirar conclusões qualitativas. Para tanto, houve uma classificação das informações em quatro “grandes categorias”: 1- instituições que promovem EA; 2- atividades realizadas em EA; 3- educadoras/es, pesquisadoras/es e especialistas em EA; 4- cursos de EA.

SURPRESAS

Um dos resultados mais surpreendentes da análise já estava no primeiro quesito, das instituições. Os números mostraram que, em 2004, órgãos públicos tinham atuação mais forte em EA de que ongs ou o setor empresarial. Com exceção para o Rio Grande do Sul, onde as ongs detinham 53% das atividades descritas por um universo de 158 respondentes.

Detalhando: foram localizadas 747 instituições trabalhando com EA no âmbito das quatro redes, sendo mais da metade (435) no estado de São Paulo e quase um terço (263, ou 28%) nos estados do sul. O resto dividiu-se entre 38 na região do Pantanal e 11 no Acre. Na ordem de qualificação, o setor (órgãos da administração federal, estadual e municipal e instituições públicas de ensino) mostrou-se campeão na prática da EA, seguido das organizações sociais (desde entidades da sociedade civil até as mistas, como conselhos) e, por último, as instituições privadas.

Pela correlação numérica, daria para pensar que quanto mais instituições que praticam EA numa região, tanto mais atividades de EA serão encontradas. Mas nesse ponto, pela análise dos dados, chegou-se a duas disparidades. No Acre, para o restrito número de 11 organizações, encontrou-se o imprevisto dado de 143 projetos de EA. Possivelmente, avalia Isabel, os respondentes assumiram um critério muito amplo para definir atividades de EA, incluindo como equivalentes à EA, ações que, por exemplo, resultassem em melhorias ambientais, mesmo que sem a intenção educativa.

Rede por rede

Resultantes de projetos financiados pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA/MMA), diagnósticos regionais de EA foram executados por quatro redes de EA a partir de milhares de questionários a pessoas de centenas de instituições públicas ou privadas. Em agosto de 2004, representantes dessas redes reuniram-se com as/os professoras/es Isabel Carvalho e Luis Afonso Vaz de Figueiredo, que fariam a sistematização nacional, para debater os resultados¹¹³. Vale conferir algumas informações adiantadas na ocasião:

- Rede Sul Brasileira (REASul). Os questionários foram aplicados entre outubro de 2002 e dezembro de 2003 em 48 municípios do Paraná, 10 de Santa Catarina e 72 do Rio Grande do Sul. Entre os resultados, um dos destaques ficou para a grande presença das ongs, contra a participação proporcionalmente menor das escolas, no campo da EA. A pesquisa localizou 263 instituições de EA nos três estados, existindo de 685 pesquisadoras/es e 375 atividades de EA. Outro ponto alto foi a existência de 13 cursos de pós-graduação em EA na região.

- Rede Paulista de Educação Ambiental (Repea). Metodologicamente essa rede optou por aplicar questionários nos municípios seguindo a divisão por Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Mas também disponibilizou as questões no sítio da rede e em eventos regionais. Cerca de 40% das/os respondentes eram educadoras/es ambientais, 30%, educadoras/es e 20% dedicadas/os a outras funções. Notou-se um número expressivo de pessoas vinculadas a escolas públicas e empresas privadas. Foram mapeadas 435 instituições em EA no Estado, cerca de 2 mil pessoas ligadas ao tema e 158 atividades de EA, além de seis cursos de Pós-graduação e outros 77 na área ambiental. As maiores demandas foram por cursos de capacitação para gestores e financiamento para projetos.

- Rede Pantanal de Educação Ambiental (Rede Aguapé). Realizou o diagnóstico entre dezembro de 2002 e abril de 2004, nos dez municípios da Bacia do Alto Paraguai no Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Questionários foram entregues pessoalmente a educadoras/es e representantes de diferentes organizações, entre as quais ongs, empresas e sindicatos. O diagnóstico identificou 38 instituições que atuam com EA na região estudada e 60 pesquisadoras/es, entre especialistas e educadoras/es. Mas apenas um curso de Pós-Graduação e outros 13 cursos na área.

- Rede Acreana de Educação Ambiental (RAEA). Apesar da maior distância entre cidades e da dificuldade de acesso, questionários foram aplicados em todos os municípios. As 11 instituições da capital Rio Branco descreveram mais de dois terços das 143 atividades de EA executadas no Estado. Foram identificados oito cursos na área, mas nenhum de pós-graduação voltado para a EA.

Além de servirem aos diagnósticos regionais e nacional de EA, os dados alimentariam o Sistema Brasileiro de Informações sobre Educação Ambiental (SIBEA), conforme previa o projeto Tecendo Cidadania. Com isso, ficariam abertos a quem tivesse interesse em saber mais sobre como se pratica a EA no país.

Já o Rio Grande do Sul, para as mencionadas 158 instituições que faziam EA no Estado, havia só 74 atividades registradas. Nesse caso, a explicação é outra. Com o primeiro e único curso de mestrado em EA strictu senso do país, esse estado brasileiro foi destaque nacional na oferta de formação universitária. Isto se classifica como “produção de conhecimento”, e não no quesito “atividades em EA”.

PREOCUPAÇÕES

Indo mais fundo, ainda no item “atividades de EA”, a avaliação qualitativa demonstrou a predominância de ações de sensibilização/ mobilização. Em seguida, a capacitação. Por último, as atividades de pesquisa em EA. Quanto ao formato das atividades de EA desenvolvidas no período em que se levantaram os dados, o estudo demonstrou que a grande maioria resumia-se a projetos, isto é, propostas de curto ou médio prazo. Programas – que normalmente são pensados para o longo prazo – ficaram bem atrás em todas as regiões.

Dados levantados comprovam. No Pantanal Mato-grossense, a Rede Aguapé relacionou 31 projetos, para apenas três programas – proporção de quase 10 projetos para um programa. Em situação de quase cinco para um, ficaram as áreas de duas outras redes. Nos três estados sulinos, a Reasul registrou 250 projetos para 54 programas. E a Repea encontrou 67 projetos em São Paulo, contra 15 programas, chegando a mencionar que as condições de trabalho para educadoras/es ambientais dependiam justamente da multiplicação de projetos. Na linha do meio, a Rede Acre identificou 46 projetos versus 6 programas.

Isabel Carvalho cruzou essa informação com o fato da EA ser majoritariamente praticada por instituições públicas, para chegar a uma conclusão preocupante. “Considerando que os programas seriam ações mais afeitas às políticas públicas, pelas características de ações de longo prazo e maior enraizamento na estrutura institucional, isto poderia apontar para uma certa precarização das políticas públicas”.

CONCEITO EM CONSTRUÇÃO

Na terceira categoria avaliada – educadoras/es/especialistas/pesquisadoras/es em EA – os dados indicaram a liderança do sul brasileiro. Em especial o Rio Grande do Sul, que também foi o primeiro em número de cursos de EA. Entre eles, o mencionado programa de pós-graduação strictu senso, criado pela Fundação Universitária Rio Grande (Furg).

Detalhando o tema cursos para a formação em EA, viu-se a predominância dos de curta duração. Dos 126 identificados, além do já citado mestrado, outros 21 eram cursos de especialização. Todo o resto eram ações de capacitação e cursos de curta duração promovidos por organizações como ongs, escolas, secretarias municipais de educação e meio ambiente.

Para pessoas que quisessem se aprofundar no tema, uma saída estaria em linhas de pesquisa em EA dentro de cursos de mestrado e doutorado de outras áreas. Mas esta modalidade não foi abordada pelo levantamento, assim como não se buscaram dados sobre a formação em EA no Ensino Médio e Graduação. Mesmo assim, o estudo permitiu concluir que as opções eram poucas ante o grande potencial de crescimento percebido pela afluência crescente de pessoas em eventos sobre EA, como seminários e fóruns nacionais.

Apesar disto, os resultados da pesquisa levaram a outras reflexões importantes. Por exemplo, viu-se que nem mesmo dentro de uma rede há consenso em torno do conceito de EA. Entre os motivos para a heterogeneidade estariam as desigualdades regionais, que também se refletiam em outros indicadores sociais. Outra razão estaria na própria diversidade das educações ambientais possíveis – seja pelas variações nas metodologias, ênfases, estilos ou estratégicas. Mesmo assim o estudo defende a discussão em torno de um conceito básico comum, em que coubessem essas diferenças. Refletir sobre os fundamentos da EA ajudaria a fortalecer e profissionalizar o setor no Brasil, reforçou a pesquisadora.

Voltando ao tema do predomínio dos projetos de EA, em detrimento dos programas, lembrou-se no debate que essa não era uma conclusão inédita. Já fora assunto discutido em 1997, durante a I Conferência Nacional de Educação Ambiental. E, a partir de 2001, nos resultados numéricos do Censo Escolar do Inep, que incluiu questões sobre o tratamento da EA pelas escolas públicas de 1ª a 8ª séries. Como também já vimos, o Censo Escolar revelou que, para mais da metade das/os estudantes no Ensino Fundamental, EA entrava como “inserção temática” em diferentes disciplinas. Mas era crescente a proporção de escolas em que projetos constituíam a forma mais utilizada para estudar questões ambientais.

PERSPECTIVA HISTÓRICA

Para Isabel Carvalho, a diferença do projeto Tecendo Cidadania com relação a outros, anteriores, foi a obtenção de dados que ultrapassaram o universo escolar, abarcando outros tipos de instituições que promovem EA. Entraram, por exemplo, os chamados projetos socioambientais propostos por entidades da sociedade civil e apoiados com recursos públicos e/ou privados,

nacionais ou internacionais. Uma das hipóteses para explicar tantos projetos de EA, praticados pelos diferentes segmentos, segundo ela, estaria no contexto histórico.

A partir de meados dos anos 1990, houve profundas mudanças nos campos político, social e econômico, com o acirramento das políticas neoliberais, a globalização financeira e a redução da antiga força do Estado-Nação. Muitos direitos até então considerados universais e imutáveis começaram a desaparecer. Por exemplo, no mundo do trabalho, o crescente desemprego favoreceu a precarização do emprego, bem como o aumento do mercado informal e da terceirização.

A estruturação de cada vez mais ações de intervenção social poderia ser entendida, neste raciocínio, como resposta para reduzir os efeitos da situação perversa. É onde entraria a modalidade “projetos sociais”, que teriam as vantagens do baixo custo, flexibilidade, agilidade, sem o peso de gerar empregos fixos. No diagnóstico da Repea, exemplifica a consultora, foi descrita a situação de educadoras/es ambientais, em sua maioria jovens e recém-formados, transitando entre vários projetos, na medida em que angariassem recursos públicos e privados para saírem do papel.

“No Brasil da década de 2000, tanto vivemos numa sociedade mais fortalecida em sua capacidade de ação e organização, quanto também mais fragilizada pelos processos de globalização financeira que enfraquecem o Estado Nacional e reduzem sua capacidade de universalização de direitos (como a educação) pela via de políticas públicas contínuas e duradouras. Este processo leva igualmente a uma precarização das condições de trabalho, das instituições e da estabilidade da inserção profissional. Isto deixa o educador, assim como outros trabalhadores sociais, à deriva, num mar de projetos como modalidade predominante para realização de ações”, escreveu a consultora num artigo sobre os resultados do estudo.

Mas em que medida a predominância dos projetos sobre os programas na EA estaria associada às condições de crise do Estado, flexibilização e precarização do trabalho em geral e na educação em particular? Mostrando que não há respostas simplistas, Isabel Carvalho apontou outra hipótese, que poderia explicar o mesmo fenômeno.

Talvez a alta presença de projetos sociais, ou socioambientais, pudesse ser uma resposta positiva da sociedade civil mais engajada, num Estado mais aberto à participação e diálogo com a sociedade. Em prol dessa explicação, estariam o aumento da capacidade de ação da sociedade brasileira nas últimas décadas, e sua “ambientalização”.

Nessa linha de pensamento, a democratização dos recursos teria servido para intervir propositivamente na área ambiental, dando espaço para projetos que complementassem políticas públicas representadas pelos programas, pois projetos podem servir como experiências piloto e para testar inovações. Mas são ações pontuais, com data para acabar. Ao contrário dos programas, importantes como base de políticas públicas duradouras. O ideal, portanto, seria o equilíbrio na proporção entre um e outro.

Para Vivianne Amaral, que no encerramento do V Fórum se despedia da função de secretária-executiva da Rebea, a produção e a análise das informações sobre a EA, proporcionadas pelo Tecendo Cidadania, geraram um documento de referência para lutar por políticas públicas de EA dali para frente. Porém, os passos dados na realização da pesquisa tiveram outro aspecto prático: fortaleceram as redes de EA enquanto processos permanentes de articulação dos educadoras/es ambientais.

Com o fim do projeto apoiado pelo FNMA e a forte expansão das redes da EA, voltava-se ao dilema de como manter uma estrutura profissionalizada de comunicação para a Rebea, promovendo, ao mesmo tempo, a inclusão digital, a formação das pessoas para o padrão de vivências em rede caracterizada pela estrutura horizontalizada. Seria o desafio de Patricia Mousinho, da Associação Projeto Lagoa de Marapendi (Ecomarapendi), do Rio de Janeiro, que aliás já participara na coordenação geral do V Fórum de EA, em Goiânia, ao final do qual assumiu a condução da Secretaria Executiva da rede brasileira de EA¹¹⁴.

Notas

112 Além esse relatório, já mencionado, o artigo de Isabel Carvalho “Discutindo a Educação Ambiental a partir do diagnóstico em quatro ecossistemas no Brasil”, na revista *Educação e Pesquisa*, v. 31, n. 2 (maio/ago. 2005, p. 301-313) traz um resumo do estudo. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n2/a11v31n2.pdf>.

113 Reunião realizada na sede do Instituto Ecoar, em São Paulo.

114 Os relatórios de gestão do Tecendo Cidadania disponíveis em http://www.rebea.org.br/acoes_tecendo.htm e depoimentos de facilitadoras/es da Rede, como Vivianne Amaral (Revbea, edição 1) são boas fontes para quem quer saber mais.

PROFUSÃO DE EVENTOS



“COMIGO TRAGO A GOTINHA DE ÁGUA QUE A CHUVA PÔS EM MIM”

GUILHERME DE ALMEIDA

Três eventos dramáticos que marcaram o Brasil em 2005 podem ser interpretados como prenúncio de reações individuais extremas, cuja incidência poderia aumentar numa “era dos limites”. Uma nova época na qual a sobrevivência poderia ser dificultada, segundo previram cientistas, pelas mudanças climáticas e a escassez de recursos naturais. Recursos estes antes tidos como infinitos.

Exemplo de incompreensão, desrespeito à lei e certeza de impunidade frente à violência, em 12 de fevereiro de 2005, às 7h30 da manhã, numa estrada de difícil acesso a 53 km de Anapu (cidade a 500 km de Belém do Pará), sete tiros à queima-roupa puseram fim à vida da religiosa Dorothy Mae Stang, Norte-americana naturalizada brasileira, desde 1966 ela vivia na Amazônia, como membro da congregação católica Irmãs de Nossa Senhora de Namur, de origem européia.

Dorothy Stang fundara a escola Brasil Grande, pioneira na formação de docentes na região da rodovia Transamazônica, com o que conquistara reconhecimento internacional. Mas vinha sofrendo ameaças de morte. “Não vou fugir, nem abandonar a luta desses agricultores que estão desprotegidos no meio da floresta. Eles têm o sagrado direito a uma vida melhor numa terra onde possam viver e produzir com dignidade sem devastar”, chegou a declarar.

Dali a sete meses, em 26 de setembro do mesmo ano, Frei Luís Flávio Cappio, bispo católico e chefe da Diocese de Barra do Rio Grande (BA), ganhou as manchetes, ao anunciar um jejum fome até a morte, caso não fosse revertida a decisão do governo federal com relação à transposição do rio São Francisco. Ele defendia a urgente revitalização do rio e “uma política de convivência com o semi-árido para todos”, próximos e distantes de suas águas.

“Quando cessa o entendimento e a razão, a loucura fala mais alto”, escreveu para o Presidente Lula. O caso repercutiu inclusive fora do país. Em 6 de outubro, ele suspenderia o jejum ante as promessas de “uma ampla discussão

Ciberativismo 1

E o ciberativismo voltou com força, como instrumento das redes de EA em 2005. Em abril, a denúncia de um deputado estadual, Frei Sérgio Görger (PT/RS), trouxe ao público a informação de que a Monsanto estabelecera uma parceria com o MEC para o desenvolvimento o projeto Janelas para o Mundo. Operacionalizado pela revista Horizonte Geográfico, por meio da Lei Federal do Incentivo à Cultura (Lei Rouannet), o projeto ofereceria materiais de apoio e cursos sobre agricultura e ambiente, tanto para estudantes de 5ª à 8ª série de 5,4 mil escolas públicas, como para 560 docentes, durante um ano.

No total, seriam distribuídos 11 mil kits compostos por mapas informativos, guia de atividade para professoras/es, entre outros. As primeiras mil escolas que respondessem um questionário de avaliação ganhariam uma caixa desenvolvida pela patrocinadora, com material ilustrativo e oito sementes. Detentora das patentes da tecnologia para criar sementes de soja transgênica – vendida “em dupla” com um agrotóxico – a Monsanto vinha patrocinando campanhas em prol da introdução desses polêmicos produtos geneticamente modificados no país. Àquela altura, já estavam em andamento atividades em escolas da Bahia, Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso e Rio Grande do Sul.

A Rebea liderou uma campanha de rápido efeito. Por e-mail, pediu que internautas enviassem mensagens de protesto aos ministérios da Educação, Meio Ambiente e Cultura, além da Horizonte Geográfico. Para tanto, junto às notícias, vinham modelos de cartas de protesto e o endereço eletrônico das autoridades que deveriam recebê-las.

Bastaram poucos dias, para a reação governamental. O Ministério da Cultura reavaliou os conteúdos editoriais dos materiais do Janelas para o Mundo anunciando que, por não corresponderem à proposta aprovada para receber apoio cultural, as revistas, materiais didáticos e cartazes com os títulos *Soja: O grão que conquistou o Brasil* e *Culturas da Terra no Brasil* deveriam ser recolhidas. E a editora arcaria com os custos dos materiais já publicados. Também alvo dos protestos de educadoras/es ambientais, o Órgão Gestor da PNEA posicionou-se igualmente contra a iniciativa.

participativa, verdadeira e transparente, para que se chegue a um plano de desenvolvimento sustentável baseado na convivência com todo o semi-árido, para o bem de sua população, priorizando os mais pobres”, conforme ele próprio escreveu.

Outro destino teve Francisco Ancelmo de Barros, mais conhecido como Francelmo, presidente da Fundação para Conservação da Natureza de Mato Grosso do Sul (Fuconams). Para coroar uma vida de luta pelo meio ambiente, aos 65 anos de idade, durante uma manifestação em Campo Grande (MS)

Laboratório para a descentralização

A durabilidade pode ser um indicador para medir o sucesso de empreendimentos como as Salas Verdes. No relatório 2003-2006, a DEA/MMA mostrou que, das 411 formadas no país, quase todas (95%) permaneciam ativas em 2006. Distribuíam-se em 297 municípios das 27 unidades federativas. A maioria vinculava-se a prefeituras municipais (155), seguido de organizações da sociedade civil (112, entre ongs, oscips, fundações, associações). Em proporção bem menor, havia as em instituições de ensino, outros organismos governamentais, como Ibama, e até bancos, como Caixa Econômica Federal.¹¹⁸

Um retrato fica frio quando só há números para ilustrar. Quatro propostas inusitadas, constantes no relatório da DEA/MMA, dão mais cor aos fatos:

- Num local com três mesas, 20 cadeiras e possibilidade de atender 30 pessoas, a Sala Verde de Alvorada (RS) realizou palestras, produziu materiais didáticos, organizou exposições, visitas a áreas protegidas e, em apenas seis meses de atividade, conquistou o Prêmio Vitrine Social da Federação dos Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs).

- Padaria, floricultura e clínicas particulares foram patrocinadoras de materiais para campanhas de conscientização propostos pela Sala Verde de Paulo Afonso (BA)

- Premiada com o Selo Verde do Ceará, a Sala Verde Jorge Neves, de Tauá (CE), conseguiu a proeza de integrar a Lei Orgânica do Município.

- Num protocolo de intenções firmado com a DEA/MMA, a Empresa de Correios e Telégrafos (ECT) do Rio Grande do Sul comprometeu-se a doar, para todas as Salas Verdes do estado, equipamentos de informática dispensados durante a modernização dos Correios. Além disso, criaria 13 novas Salas Verdes em território gaúcho.

Curioso também observar que, em 2006, o apoio à criação de novas Salas Verdes seria uma espécie de teste para uma futura descentralização administrativa da EA. Em 17 unidades federativas, formaram-se câmaras técnicas temporárias, com representantes de setores que lidavam com EA na esfera estadual. Entre elas, CIEAs, Neas/Ibama, coletivos (jovens e educadores), redes de EA. Apesar do nome ‘temporárias’, as atividades continuariam após a seleção, já que os mesmos grupos cuidariam do monitoramento dos espaços aprovados.

Voltando aos números. A DEA/MMA contabilizou os materiais distribuídos entre 2003 e 2006 para Salas Verdes. Além de manual de orientação, folhetos e faixas, foram encaminhados 523 kits com materiais provenientes do próprio MMA, instituições públicas e privadas. E também 75 títulos (mais 15 mil exemplares), adquiridos através de licitação.

Com foco na motivação, quatro canais estimulariam a troca de idéias e informações: o blog das Salas Verdes, um boletim eletrônico, um grupo de discussão e um sítio na internet¹¹⁹. O quinto canal foi um fórum virtual para as câmaras técnicas encarregadas da análise das Salas Verdes. Montado no ambiente da E-Proinfo – desenvolvido pelo MEC –, este fórum atraiu 92 pessoas, que participaram de atividades de educação a distância em 2006.

contra um projeto do governo estadual que pretendia aprovar a instalação de usinas álcool na Bacia do Alto Paraguai, ele se enrolou em colchonetes, espalhou gasolina e ateou fogo. Morreria no hospital no dia seguinte, 13 de novembro. O gesto do jornalista e ex-membro do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) surpreendeu até seus familiares e amigos mais próximos. “Já que não temos votos para salvar o Pantanal, vamos dar a vida para salvá-lo”, declarou em uma de suas cartas de despedida.

Um ponto comum desses eventos foi a disseminação de notícias e comentários, por meio da internet. Capazes de provocar verdadeiras “tempestades de e-mails” nas caixas postais de formadoras/es de opinião, as mensagens eletrônicas estavam consolidadas, em 2005, como um novo instrumento de pressão sobre quem faz política e sobre quem produz notícias.

O BRASIL E A DÉCADA DA EA

Enquanto isso, a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Unesco deslanchavam a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, que se estenderia de 2005 a 2014. Com o poder de disseminação que possuíam, planejavam enfatizar o papel da educação no enfrentamento da problemática socioambiental e a conquista da sustentabilidade. Expressando o apoio do governo federal, o Órgão Gestor da PNEA reconheceu a iniciativa como “potencializadora das políticas, programas e ações educacionais”, e preparou um diretório brasileiro com cerca de 80 documentos sobre a iniciativa, disponibilizado pela internet¹¹⁵.

No entanto, nada disso arrefeceu a polêmica em torno da dicotomia EDS x EA, como ficou claro em 2 de junho, no Rio de Janeiro, durante o encerramento do Congresso Ibero-Americano sobre Desenvolvimento Sustentável (Sustentável 2005). Era o evento anual do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (Cebds), organização formada por cerca de 50 empresas de grande porte operando no Brasil. Simbolicamente, foi lá que aconteceu uma cerimônia de lançamento da Década da EDS para a América Latina.

Neste cenário caracterizado pela presença empresarial, educadoras/es ambientais lançaram o Manifesto pela Educação Ambiental, que questionava a adoção da expressão EDS, em detrimento do acúmulo histórico trazido pelo termo EA. O documento mostrava que Educação para o Desenvolvimento

Sustentável embutia um conceito mercadológico e que seu uso poderia induzir o esquecimento dos princípios, objetivos e diretrizes da Educação Ambiental, construídos no embate de um processo associado a mais de 30 anos de uso¹¹⁶.

ESCALADA DE EVENTOS

Se a realização de eventos for termômetro da evolução de um tema num determinado período, 2005 foi um ano de escalada para a EA. Mas, repetindo o que aconteceu em 1998, ano seguinte à realização do IV Fórum de EA em Guarapari (ES), quase tudo que se viu foram eventos de âmbito local ou estadual para aprofundar assuntos específicos – pequenas fatias de um grande bolo que é a EA.

Foi o caso de dois encontros nacionais, realizados simultaneamente em Vitória (ES), três semanas antes da Sustentável 2005: o II Encontro da Rede CEAs, para debater o estado da arte dos Centros de EA, e o I Encontro das Salas Verdes. A realização conjunta justificava-se pelas características em comum – ambos eram espaços que poderiam ser criados por instituições públicas ou privadas, atendiam os mais diferentes públicos e possuíam o potencial de viabilizar as mais variadas iniciativas no campo da EA.

Só que as Salas Verdes tinham tido um começo bem mais modesto. Nasceram em 2000, como espaços estruturados para receber materiais do Centro de Informação e Documentação Ambiental do MMA (CID) e disponibilizá-los para seus públicos. Em 2003, já havia 99 instituições atendidas nesse esquema¹¹⁷, quando a DEA/MMA lançou a proposta de transformá-las em locais dinâmicos, selecionadas por meio de editais públicos, que também promovessem projetos, ações e programas de EA.

Um manual de procedimentos foi publicado pelo MMA. A partir de então, para formalizar a criação de uma Sala Verde, a instituição teria de apresentar três tipos de contrapartidas 1- local com infra-estrutura mínima (espaço físico com mesas, cadeiras etc.), 2- um Programa Político Pedagógico (PPP), contendo as diretrizes de funcionamento, e 3- demonstrar como manteria a Sala Verde com, no mínimo, duas pessoas para organizar o acervo e as ações de EA. Entre os compromissos do ministério, constavam o envio anual de dois kits de 50 títulos durante três anos e a orientação técnica.

Já em 2003, por demanda espontânea, 45 Salas Verdes aderiram. Entre elas, estavam instituições estatais e privadas, dispostas a usar projetos e estruturas

já existentes para instalar suas Salas Verdes. O outro formato seria a demanda induzida, isto é, editais periódicos para receber propostas que, se aprovados, teriam apoio técnico e financeiro para a concretização dos objetivos.

Em 2004, um processo seletivo por indução resultou na aprovação de 63 projetos nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Com isso, já havia volume suficiente para o Encontro Nacional, no ano seguinte. E quase um quarto das Salas Verdes existentes acorreram para Vitória, interessadas em debater temas como a integração das suas ações com projetos de outras instituições. Além do nacional, houve encontros regionais de Salas Verdes no Pará (durante evento sobre descentralização da EA em Tucuruí), Bacia do São Francisco (no Festival Ecocultural do São Francisco, em Paulo Afonso/ BA), Santa Catarina e Distrito Federal. Em 2005, mais um processo seletivo contemplaria 79 novos projetos de todo o país.

A mobilização teve um retorno inesperado. Uma pesquisa com delegados da II Conferência Nacional do Meio Ambiente, que aconteceria em dezembro de 2005 em Brasília, quis identificar, dentre outras questões, os maiores problemas socioambientais na percepção das/os participantes, bem como coletar opiniões sobre como evitá-los. Como era previsível, falta de informações foi apontada como uma das causas dos problemas. A surpresa ficou para a citação de Salas Verdes, apesar de não terem sido citadas no questionário. Foram lembradas como ferramenta para melhorar condições socioambientais.

A EVOLUÇÃO DAS REDES E DAS CIEAS

Também as Comissões Interinstitucionais de EA (CIEAs) tiveram seu primeiro encontro nacional em 2005. Foi em Salvador (BA), entre 13 a 15 de julho, momento para conferir as estatísticas favoráveis para esses grupos, que misturavam governo e sociedade civil. Em 22 unidades federativas já havia CIEAs. Em 14, existiam programas estaduais de EA. Em cinco, o ciclo se completava, com a existência de políticas estaduais de EA. Já era dado conhecido que cada uma das unidades federativas possuía seu conselho estadual do meio ambiente. A novidade foi que cinco deles tinham instalado câmaras técnicas de EA.

Na escalada dos eventos, as redes de EA também deixaram suas marcas. “Pegando uma carona” na reunião das CIEAs, aconteceu o I Encontro Nacional da Rede Brasileira de Educomunicação Ambiental (Rebeca), também

em Salvador, em julho. Reuniu membros desta rede, que fora criada sete meses antes, no V Fórum de EA.

No mês seguinte, em Belém (PA), seria anunciado o nascimento da Rede Amazônica de EA. Foi consequência de três eventos simultâneos, entre 24 a 27 de agosto – o I Encontro Panamazônico de EA, o II Encontro Estadual de EA e a I Reunião das CIEAs do Norte. Em seguida, no calor dos debates do IV Congresso Estadual de EA de Alagoas, promovido em Maceió entre 19 e 21 de setembro, nasceria a Rede Alagoana de EA.

Sem formação de novas redes, mas debatendo práticas socioambientais que as já existentes poderiam assumir, em 25 de novembro aconteceu em Guarapuava (PR) o I Fórum Regional de Educação Ambiental. Vale lembrar que, na escalada dos eventos, o maior do ano seria em dezembro: a II Conferência Nacional de Meio Ambiente (II CNMA), que trouxe todo um capítulo sobre EA nas resoluções finais. É o que veremos mais à frente.

A EDUCOMUNICAÇÃO ENTRA EM CENA

Não é à toa que a educomunicação inspirou a formação de uma rede no final de 2004, e que essa rede promoveu sua primeira reunião nacional já em julho de 2005. Trata-se de uma expressão relativamente nova que reúne dois temas intrinsecamente ligados e atende uma antiga demanda.

Há muito tempo sabe-se que quem trabalha com comunicação – mesmo que não se aperceba disso – ao informar, contribui para a formação de seu público. É o que ganhou o nome de educação informal algumas décadas atrás. Já quem lida com educação percebe a importância das ferramentas da comunicação para formar pessoas com mais eficiência e eficácia.

Outra faceta da mesma questão é a necessidade de incutir uma visão crítica com relação às informações transmitidas pelos diferentes meios de comunicação. Por exemplo, quando comparamos como uma notícia é dada em diferentes veículos de comunicação, percebemos que ela reflete o modo de ver o mundo de quem está informando. Indo mais fundo, podemos deduzir o porquê da escolha desse assunto em vez daquele, e até discernir as intenções que estão por trás de cada versão.

Durante a consulta pública para a revisão do ProNEA, em 2004, houve uma forte demanda por materiais de comunicação voltados à EA. Por exemplo,

campanhas, produtos impressos, radiofônicos e televisivos com conteúdos variados e direcionados a diferentes públicos. Adicionalmente, propostas concretas aconteceram na I Oficina de Comunicação e Educação Ambiental, que reuniu cerca de 30 participantes, inclusive pesquisadoras/es, representantes de órgãos públicos federais, estaduais e ongs, em outubro daquele ano na capital federal.

Antes disso, em 2003, uma moção da 1ª Conferência Nacional do Meio Ambiente já reivindicara a construção participativa de uma política nacional de comunicação ambiental. A soma desses fatores inspirou a primeira versão do Programa de Educomunicação Socioambiental, lançado em junho de 2005 na forma de subprograma do ProNEA, aberto à consulta pública.

Ainda em 2005, sairia um documento técnico com a proposta e o portal do MMA ganharia a seção Educomunicação, na área da DEA/MMA, com os principais pontos¹²⁰. Ao checar os objetivos e ações, tem-se uma boa idéia das intenções. Visando revelar o estado da arte – pois é preciso conhecer, para avançar – o primeiro item promete o mapeamento das estruturas e sistemas já existentes, bem como das pessoas que lidam com comunicação ambiental. Para estimular a adesão, previu-se de contribuir com a pesquisa de metodologias de diagnóstico e o planejamento da comunicação em projetos e programas socioambientais. Complementando, consta a intenção de promover a formação de educadoras/es, e o apoio às redes de educação e comunicação ambiental.

Outros objetivos buscavam promover a prática da educomunicação: apoiar a produção interativa de programas e campanhas educativas socioambientais; auxiliar os coletivos envolvidos com EA para o acesso aos meios de produção da comunicação (sobretudo equipamentos de radiodifusão educativa); implementar um sistema interativo de intercâmbio e veiculação de produções no campo da EA para mídia massiva, facilitando a circulação de conteúdos, o intercâmbio entre quem é da área, e suprimindo demandas, seja de canais públicos e comunitários, ou pelo uso desses materiais em processos de EA. E não faltou o objetivo de oferecer subsídios para a elaboração de programas e políticas intersetoriais estaduais e municipais no campo da educomunicação, para garantir o enraizamento da EA.

O relatório de atividades da DEA/MMA 2003-2006, lançado no primeiro semestre de 2007, descreve alguns resultados do programa, já em 2006:

Uma nova Panacea

Poucos meses mais tarde, em fevereiro de 2006, aconteceria em Iquitos, coração da Amazônia peruana, o II Encontro do Plano Andino-Amazônico de Comunicação e EA (Panacea), para debater atividades e estratégias. Além de representantes dos sete países, lá estavam membros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), do GTZ-Peru e da Rede de Formação Ambiental do Pnuma. Foi lá que nasceram as três linhas de ação, cujo detalhamento seria finalizado em outubro do mesmo ano, numa nova reunião, dessa vez em Lima, capital do Peru. Vale conferir:

- Políticas públicas e estratégias nacionais e regionais de EA: entre os desafios dessa primeira linha, estaria a tarefa de inventariar e sistematizar experiências significativas da área, bem como mecanismos de cooperação e estudos úteis para definir um marco conceitual comum, sempre com foco nos países andinos-amazônicos, e nos temas comunicação e EA que inspiraram o plano.

- Comunicação para a educação e a gestão ambiental: a missão, aqui, seria identificar, caracterizar e articular as redes de comunicação e EA nos países andino-amazônicos, mas também ir mais longe, trabalhando pela inclusão da comunicação como estratégia transversal da EA. Um pouco mais adiante, chegou-se à proposta de montar uma campanha conjunta de educação e comunicação. Biodiversidade seria o tema, e cada país contribuiria com materiais.

- Formação, capacitação e investigação em comunicação e EA: nessa terceira linha, uma tarefa seria identificar, sistematizar socializar conhecimentos sobre programas de formação, capacitação e investigação sobre EA, tanto no nível formal, como no não-formal, e sempre com foco nos países andino-amazônicos. Prato cheio para promover o intercâmbio entre educadoras/es ambientais e outras/os protagonistas de iniciativas significativas, como se propôs um pouco mais adiante.

Assim como a Venezuela se consolidou como país promotor do Placea, Peru foi reconhecido para promover o Panacea, que teria espaço também no V Congresso Ibero-americano de EA, abril do mesmo ano, no Brasil.

- Portal EA.net. idealizado pela secretaria executiva da Rebea para gerar pautas para a mídia sobre temas relacionados à EA e suprir a dificuldade de participar em eventos presenciais, foi viabilizado a partir de uma parceria da DEA/MMA com as ongs Ecomarapendi e Calaboca já Morreu. Estruturado como portal na internet, garantiu mais de 50 horas de transmissões ao vivo do V Congresso Iberoamericano de EA e da Conferência Infanto Juvenil de Meio Ambiente, realizados respectivamente em Joinville (SC) e em Goiás no primeiro semestre de 2006, e do Encontro de Especialistas em EA da Bacia do Prata, em agosto do mesmo ano, em Foz do Iguaçu (PR).

- Educação Ambiental no Ar. Produto de uma parceria entre DEA/MMA, Ibama, canais públicos e comunitários, entre outros, resultou na veiculação e distribuição de produções audiovisuais independentes, além de incitar a realização de novas produções. Aí entram, por exemplo, a co-produção do programa radiofônico Natureza Viva – produzido pela ong WWF-Brasil e transmitido pela Rádio Nacional da Amazônia do Amazonas e Acre – e a viabilização da produção e veiculação da série educativa Revista Ambiental, realizada pela ong União Planetária em cooperação com Radiobrás, para exibição em 2007.

- Rádio-Escolas Verdes. Em outubro de 2005, o Ministério das Comunicações regulamentou a criação de rádio-escolas, por meio da Resolução 63/05, como estruturas educadoras transdisciplinares, para auxiliar a formação continuada de educadoras/es, educandas/os e comunidades. O objetivo foi facilitar a experimentação técnica e de conteúdo, permitindo-se a transmissão via antenas de até 25 watts, caixas de som bem como a interface com a difusão via internet. Nesse contexto entram as Rádio-Escolas Verdes, previstas pela DEA/MMA e orientadas para moradoras/es de áreas protegidas, comunidades tradicionais e indígenas. O programa previu oficinas de rádio em comunidades com ou sem mini-transmissor, e a formação em educomunicação, inicialmente em regiões vulneráveis, como bacia do rio São Francisco, estados do Amazonas, Acre, Pará, Mato Grosso, aproveitando a sinergia com estruturas educadoras, como salas verdes e centros de EA.

- Publicações. Projeto para lançar publicações sobre educomunicação socioambiental, a começar pela versão para consulta do Programa lançado em junho de 2005.

Completa esse cardápio o apoio a algumas produções de vídeo direcionadas à TV e a uma mostra de vídeos de temática socioambiental, durante o I Fórum Espiritual Mundial. Movimento suficiente, segundo a DEA/MMA, para justificar a criação de núcleo técnico no MMA para interagir com produções externas, gerar conteúdos, editar e copiar séries para rádio e TV. Também ficou clara a importância de prever um fluxo anual de recursos para produções institucionais e educativas, tais como campanhas e programas, a partir de demandas geradas no próprio ministério.

Nesse contexto, o PPA 2007 incluiu três novas ações que caminhariam nessa direção: 1- Produção Interativa de Materiais Educativos sobre Meio Ambiente, 2- Apoio à implantação de estruturas comunitárias de comunicação e informação ambiental, e 3- Publicidade.

Antes disso, mais uma vez por proposição da DEA/MMA, o Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), do mesmo ministério, criou a linha de apoio intitulada Produção de Material Pedagógico. Aberta a projetos de demanda espontânea com valor máximo de R\$ 150 mil e duração de até um ano, ela foi lançada no início de 2006, e entrou em operação efetiva em 2007.

Notas

- 115 <http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/deds/index.html>.
- 116 O documento técnico nº4 do OG-PNEA, “Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável: relatório da pesquisa aplicada junto ao público do V Fórum Brasileiro de Educação Ambiental”, publicado em 2005, discute esse processo e traz o Manifesto. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/dt_04.pdf.
- 117 Informações do caderno 3 – “Processos formadores em Educação Ambiental” (p. 22) – do “Relatório de Gestão 2003-2006”, preparado pela DEA/MMA e lançado em 2007 na forma de 10 cadernos e um CD. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=20&idConteudo=5899>.
- 118 *Idem*. p. 25-29. Vale citar a evolução. De 2000 a 2003, foram listadas 99 Salas Verdes. Desde então, 45 são atendidas no processo seletivo em 2003; 63 em 2004; 79 em 2005, 225 em 2006. Em 2007, 390 mantinham-se em atividade.
- 119 Informações, boletim e documentos disponíveis em: <http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/deds/index.html>. Para o blog, o endereço é <http://salasverdes.blogspot.com/>.
- 120 Transformado no Documento Técnico nº2 do OG-PNEA, “Programa de Educomunicação Socioambiental”, em junho de 2005, está Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/dt_02.pdf.

E AVANÇA NAS ESCOLAS



Se a EA estiver inserida nos currículos e práticas universitárias, isso se refletirá na formação de profissionais de nível superior em todas as áreas do conhecimento, em especial na de docentes, responsáveis por disseminar ações educativas ambientais junto aos demais níveis de ensino e, com isso, “ambientalizar” o ensino e a sociedade.

Apesar desse raciocínio e da lei brasileira prever a EA em todos os níveis e modalidades de ensino, inclusive nas universidades, permanecia, em 2005, a sensação entre educadoras/es ambientais de que, justamente nas instituições de ensino superior, faltavam políticas públicas educacionais relacionadas à dimensão ambiental na formação das pessoas, bem como de estruturas específicas para desenvolver a temática nesse meio.

O debate sobre esse assunto tomara força no final de 2004, durante duas atividades do V Fórum Brasileiro de EA: o V Encontro da Rede Universitária de Programas de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis (Rupea) e nas reuniões do Grupo de Trabalho Programas Universitários de EA, do qual participaram 62 pessoas, representando 34 universidades brasileiras.

Sensação está no campo das hipóteses. Para planejar intervenções e avançar, seria preciso conhecer melhor a realidade. Os debates no V Fórum resultaram numa proposta de pesquisa apresentada ao final do evento, que ganhou o apoio da CGEA/MEC e o nome de *Mapeamento da EA em Instituições Brasileiras de Educação Superior: elementos para políticas públicas*. Capitaneada pela Rupea, ela selecionou 64 instituições universitárias de um universo de 2,2 mil, segundo dados do Inep e, dentro delas, convidou 96 pessoas – educadoras/es e pesquisadoras/es com comprovado envolvimento com a temática da EA no contexto universitário – para preencherem um formulário de sete páginas, composto por questões fechadas e abertas¹²¹.

Atenderam ao convite 27 pessoas de 22 instituições de ensino das cinco regiões do país – 14 públicas e 8 privadas. Na maioria, docentes e/ou

pesquisadoras/es representando grupos de EA, o que tornou mais significativo o retorno na avaliação na equipe responsável pelo levantamento. Em julho de 2005 aconteceria um seminário, em Indaiatuba, interior paulista, para revisar os resultados.

Primeira constatação: a maior parte desses grupos surgiu após o ano 2000, com foco no estudo, pesquisa, extensão e gestão da EA. Vía-se neles um leque largo de participantes: profissionais, especialistas e técnicas/os, estudantes, docentes, pesquisadoras/es, representantes de organizações governamentais e não governamentais. Como campo de atuação também imperava a diversidade: desde grupos direcionados à gestão ambiental, até os dedicados à mobilização e capacitação social, à ambientalização curricular e à ação em rede.

NÚMEROS E INTERPRETAÇÕES

A riqueza observada nos grupos aparentemente contrariava as informações sobre a estrutura formal de EA no meio universitário: menos de um terço das/os respondentes (30%) afirmou que suas instituições possuíam órgãos para centralizar e/ou coordenar as ações na área.

Apesar de parecer pouco, a pesquisa verificou que, no caso da existência desse tipo de estrutura, também havia variedade, seja nas atribuições e abrangência das práticas, seja no tipo de espaços educadores. Laboratórios, núcleos, centros de educação ambiental foram os mais citados. O suporte financeiro, em geral, vinha da própria instituição universitária. Mas existiam múltiplas parcerias, na promoção de atividades: com órgãos governamentais e não-governamentais, escolas etc. Majoritariamente os grupos atendiam ao público externo.

Uma das fragilidades que a pesquisa permitiu observar foi a falta de vínculo entre o processo de inserção da EA na instituição e a estrutura administrativa (pró-reitorias ou diretorias). Em outras palavras, apesar da lei que instituiu a Política Nacional de EA ter sido regulamentada em 2002, o levantamento comprovou que, três anos depois, ainda eram raras as universidades que entendiam a EA como elemento essencial em sua política institucional. Dois sintomas: 1- não priorização da gestão ambiental dos campi, considerada dimensão essencial da formação ambiental; 2- o predomínio de projetos de EA (em vez de programas). Diga-se de passagem que igual situação já fora apontada na pesquisa promovida por redes de EA em cinco Estados e um bioma, divulgada ao final do V Fórum¹²².

Nas respostas, foram citados 118 projetos em 19 instituições universitárias, executados por profissionais com diferentes níveis de formação, na maioria graduados e pós-graduados. Quanto à ênfase, a predominância foi para pesquisa (86%), seguida por extensão (45%), ensino (38%) e gestão (36%). O número supera os 100% pois quase metade (57 projetos) aliou ao menos duas dentre as quatro ênfases, indicando uma positiva tendência de articulação.

Também foram mapeados 30 cursos de EA, entre especialização e de extensão, a maior parte estruturada a partir do final dos anos 1990. Enquanto os de especialização atendiam sobretudo educadoras/es e gestoras/es ambientais, os de extensão quase sempre eram específicos para educadoras/es ambientais no ensino formal.

E foram listadas as disciplinas voltadas à EA mencionadas nas respostas. Nos cursos de graduação, encontraram-se 38 distribuídas em 25 cursos, principalmente nas áreas de ciências biológicas, turismo e pedagogia. Em duas instituições – universidades Federal de Viçosa (MG) e Estadual de Campinas (Unicamp/ SP) – essa disciplina constava em todos os cursos de graduação. Numa terceira – Universidade Federal de São Carlos (SP) – era optativa nos cursos de licenciatura. Na pós-graduação (mestrado e doutorado), foram 23 disciplinas eletivas ou optativas localizadas em nove cursos.

Por ser um primeiro levantamento abrangente para o meio universitário, não se tentou qualificar os conteúdos dessas disciplinas, nem avaliar o grau de ambientalização dos currículos ou das demais disciplinas oferecidas nas universidades. Mas buscou-se entender a visão das/os respondentes sobre dificuldades para ter programas e políticas públicas no ensino superior voltados à EA, bem como elementos facilitadores e prioridades para garantir sua implementação. As respostas foram divididas em três dimensões:

- Institucionalização da EA. Entre as dificuldades, as respostas fazem menção à falta de um arcabouço teórico consolidado, de recursos financeiros e de uma infra-estrutura acadêmica para desenvolver projetos, além do desconhecimento da legislação relacionada ao tema por parte da comunidade acadêmica. Como elementos facilitadores para a EA, sugeriram-se, entre outros, as parcerias intra e interinstitucionais, bem como a criação de estruturas responsáveis pela gestão ambiental da instituição. Este último quesito também foi lembrado entre as prioridades para implementar políticas públicas e programas de EA no meio universitário.

- Organização acadêmica e condições para inserir a EA na perspectiva transversal e interdisciplinar. Burocratização, fragmentação, hierarquização, hiper-especialização e desarticulação dos conhecimentos foram alguns dos fatores citados como entraves estruturais para a formação de equipes interdisciplinares, essenciais na implementação da EA. Entre os antídotos (elementos facilitadores), constaram a integração entre atividades acadêmicas e entre equipes, além da renovação do compromisso socioambiental da universidade em iniciativas comunitárias populares e solidárias. Algumas prioridades lembradas para constituir uma política pública de EA nas instituições foram o incentivo à reformulação curricular para permitir a transversalidade, o tratamento transdisciplinar e multicultural da temática ambiental e promoção de processos participativos na abordagem dos problemas ambientais locais.

- Qualidade das práticas educativas e a formação de pessoal especializado em EA. Certas dificuldades citadas nessa dimensão podem ser entendidas como efeitos de uma prática em construção: falta de clareza com relação à epistemologia ambiental, de conhecimento das interfaces disciplinares com a EA. Também se mencionou a necessidade de aprofundar a reflexão e a práxis na vertente metodológica para atingir a transversalidade da temática ambiental. O remédio (ou elementos facilitadores) seria tomar como ponto de partida o conhecimento acumulado com as iniciativas existentes e a experiência de docentes e pesquisadoras/es já envolvidas/os com o tema, sistematizando e divulgando os resultados. Investigar e aplicar novos modelos de aprendizagem de natureza inter e transdisciplinar seria um itinerário adicional. E, mais uma vez, no quesito prioridades para elaboração de políticas públicas, recomendou-se criar espaços educativos, para a socialização de saberes e da prática pedagógica dentro da especificidade de cada área, bem como para o incentivo às pesquisas geradoras de conhecimentos específicos. Formar docentes e investir na contratação de pessoas especializadas/os em EA foram outras indicações.

ENSINAMENTOS DA PESQUISA

O melhor de um diagnóstico é poder utilizar seus dados para avançar. Confira algumas recomendações da pesquisa:

- Sociedade x Universidade. A estruturação de grupos, órgãos, disciplinas e cursos de EA a partir dos anos 1990 já teriam sido respostas à demanda cada vez mais intensa por um fortalecimento do vínculo entre universidades

e a sociedade. Um novo passo na mesma direção seria estabelecer políticas públicas de EA no meio universitário.

- Caminho da diversidade. Ante a diversidade das iniciativas existentes, o bom começo seria reconhecê-las e fortalecê-las, usando-as como inspiração nas instituições universitárias ainda sem EA em sua estrutura. Priorizar a não-padronização nessa área teria a vantagem de respeitar a autonomia das instituições do ensino superior, seus cursos, bem como do planejamento curricular e pedagógico.

- Mexer nas estruturas. Sistematizar e incorporar um saber ambiental às práticas acadêmicas requer a reformulação dos conhecimentos dos docentes. E isso exige a coragem de enfrentar uma estrutura institucional tradicionalmente compartimentada pela hiper-especialização e a falta de articulação intra e interinstitucional, desenvolvendo novos espaços acadêmicos favoráveis às relações interdisciplinares.

- Investir na EA. Investimentos seriam importantes tanto na formação ambiental de pessoal, como em infra-estrutura, instrumentos e procedimentos institucionais de apoio, para transformar a EA em uma dimensão essencial da educação superior. Várias/os respondentes manifestaram-se em favor da criação de estruturas educativas, tais como núcleos ou centros de EA nas universidades, para que sirvam como espaços de interlocução e de formação, visando incorporar a dimensão ambiental na prática de ensino e pesquisa, além de funcionarem como pontos focais para sistematizar e divulgar iniciativas de ambientalização das atividades acadêmicas.

PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

Se considerarmos o número de monografias e teses que abordam EA, desenvolvidas em instituições brasileiras de ensino superior, concluiremos que a produção de conhecimento nessa área tende a crescer cada vez mais. Em 1997, ainda sem os mecanismos de busca pela internet, um estudo pioneiro conduzido pelo professor Luiz Afonso Vaz de Figueiredo e o especialista em EA, Roberto Mônico Jr., da Fundação Centro Universitário Santo André (FSA), na região metropolitana de São Paulo, localizou 145 estudos desenvolvidos desde os anos 1970. A maioria era do eixo Rio-São Paulo e posterior a 1988¹²³.

Nove anos mais tarde, em 2006, o professor Vaz de Figueiredo e o pós-graduando Alan Roberto da Costa, também da FSA, apresentaram nova

pesquisa, dessa vez beneficiada pela existência de mecanismos de busca nos sites, tanto de instituições universitárias, como de órgãos governamentais, e do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict). O número de trabalhos acadêmicos com ênfase no tema Sociedade e Meio Ambiente, desenvolvidos de 1970 a 2004, saltou para 521.

Ainda mais poderiam ter sido encontrados, avaliam os especialistas, houvesse naquele momento buscadores mais ágeis, para identificar todos os estudos abordando a EA em todas universidades brasileiras. Mesmo assim, deu para identificar dois “pontos altos” no horizonte de tempo: 1997 e 2003-04. E, dessa vez, duas foram as regiões campeãs em número de trabalhos: Sudeste (66%) e Sul (21%). Entre as instituições, o destaque ficou para as universidades de São Paulo (USP), com 139 trabalhos; de Campinas (Unicamp), com 45, e Fundação Universidade do Rio Grande do Sul (Furg), com 92.

Quanto ao conteúdo, o aprofundamento permitiu concluir que quase metade (253) tratava de educação e meio ambiente. Majoritariamente decorriam de cursos de mestrado (71%) ou especialização (15%). Doutorado ganhou terceira colocação, com 10%. O resto ficou nos extremos: graduação (3%) e livre-docência (1%). Seguindo a lógica, a maior parte (127) foi produto de cursos cuja área de concentração era EA. Em seguida, vieram: Educação (91), Ecologia (7), Saúde Pública (6) e outros¹²⁴.

Também em 2006, Leonir Lorenzetti e Demétrio Delizoicov, respectivamente das universidades Federal de Santa Catarina e do Contestado (UnC-Caçador), partiram de outra base de dados para avaliar o estado da arte da pesquisa em EA, chegando a um número ainda maior de 736 dissertações e 74 teses voltados à EA, produzidas em programas de pós-graduação no país, entre 1981 e 2003¹²⁵.

No V Congresso Ibero-Americano de EA, eles contaram que decidiram avaliar, inicialmente, sete estudos sobre a produção acadêmica em campos como biologia, física, educação e matemática¹²⁶. Só depois escolheram os diretórios para buscar trabalhos sobre EA desenvolvidos em programas de pós-graduação reconhecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação (Capes/MEC): o banco de teses da própria Capes, catálogos de Centros de Documentação da Unicamp e estudos do Grupo de Trabalho em EA da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped).

Revelou-se a evolução numérica ascendente. Apenas 1,2% dos trabalhos eram dos anos 1980. Na década seguinte, produziu-se um terço (33,2%). E, no curto período 2000 a 2003, nasceu o resto, ou seja, 65,6%, além de mais 24 trabalhos feitos em programas de mestrado profissionalizante. Para justificar essa ascensão, os autores citam alguns marcos. Em 1992, a Rio-92 teria contribuído para que a EA se instituisse “como área de pesquisa em consonância com os movimentos internacionais”. Em 1997, a inclusão de meio ambiente como tema transversal nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) também teria estimulado a EA. Ao mesmo tempo, também houve a expansão dos cursos de pós-graduação no país, e a popularização do tema meio ambiente no país.

Quanto à origem dos trabalhos, o estudo detectou um amplo leque de cursos: 212 programas de mestrado e 40 de doutorado, distribuídos respectivamente em 87 e 40 instituições de ensino superior. Quase metade (45%) eram cursos das áreas de Educação e Ensino. Os resultados relativos à sua distribuição regional se assemelham aos da FSA. Na região Sudeste encontrou-se quase metade dos trabalhos (48,7%), seguido da região Sul (30,3%), Centro-Oeste (10,8%), Nordeste (8,1%) e Norte (2,1%, apenas mestrado).

Um motivo lógico: segundo a Capes, em 2005, dos 3.072 cursos de pós-graduação reconhecidos no país, 58,3% estão na Região Sudeste, 18,9% na Região Sul, 14,2% na Região Nordeste, 5,6% na Região Centro-Oeste e apenas 3 % na Região Norte. Se assim é, o número de trabalhos em EA manteve igual proporção.

Os autores decidiram seguir a classificação do CNPq para identificar as áreas de conhecimento dos programas de pós-graduação em que se encontraram teses e dissertações sobre EA. Mais da metade (52,3%) eram cursos em Ciências Humanas. Em patamar bem inferior, estão o segundo ao sexto colocados: cursos multidisciplinares (10%), engenharia (9,8%), Ciências Biológicas (7,2%), Sociais e Aplicadas (6,1%) e Agrárias (5,9%). As demais áreas não representaram mais que 3% do total.

Ao ler 132 resumos de três programas de Educação (Unicamp, UFMT e mestrado em EA da Furg), viu-se um equilíbrio entre o foco na EA formal (45,4%) e EA não formal (46,2%) e que discute ambas (7,6%).

São resultados que, segundo os autores, confirmam o crescimento vigoroso da área de pesquisa em EA, com uma “significativa dispersão de temas e problemas investigados”. Resultado colateral da pesquisa foi perceber um

esforço de divulgação, seja pela presença de pesquisadores em eventos, ou pela publicação de resultados nas principais revistas relacionadas ao ensino de Ciências e de Educação. Uma tendência que facilita a realização de novos estudos nessa área.

ENQUANTO ISSO, NO ENSINO FUNDAMENTAL...

Questões específicas inseridas nos Censos Escolares do INEP de 2001 e 2004 provaram que a EA espalhou-se rapidamente nas escolas brasileiras, num processo identificado pelo MEC como de universalização do acesso. Mas qual EA estaria em prática no âmbito do Ensino Fundamental? Alguns novos dados transpareceram nos resultados da pesquisa *O que fazem as Escolas que dizem que fazem EA?* que seriam publicados em 2006.

Produto de uma parceria entre a CGEA/MEC, INEP, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) e cinco universidades (universidades federais do Pará/UFPA, Rio Grande do Norte/UFRN, Rio de Janeiro/UFRJ, Mato Grosso do Sul/UFMS, Fundação Universitária do Rio Grande/FURG e IETS) ela avaliou, numa primeira etapa, os dados dos dois censos escolares, para checar padrões gerais e tendências da EA no ensino fundamental. Num segundo momento, realizou-se o trabalho de campo junto a 418 escolas das cinco regiões do país, com intenção de investigar a natureza, estrutura e características da EA no interior das escolas¹²⁷.

Com isso, confirmou-se que, em mais de um quinto das escolas avaliadas (22,7%) principalmente nas regiões Sul e Sudeste, a EA não tinha gosto de novidade. Já estava presente nas salas de aula há mais de uma década. Ou seja, muitas escolas adotaram a EA no calor dos debates da Rio-92, a conferência sobre meio ambiente e desenvolvimento promovida pela ONU no Rio de Janeiro, em 1992.

Na outra ponta, quase um terço das instituições estudadas, majoritariamente na região Norte, tinham se iniciado na EA três anos anteriores, provavelmente estimuladas pelos programas Parâmetros em Ação, implementado pelo MEC em 2000, e o posterior PAMA, que propôs um aprofundamento no campo ambiental. É o que deu para depreender das questões sobre a motivação para introduzir a EA na escola. Numa coincidência numérica, pouco mais de um terço (35%) – sobretudo nas regiões Norte e Nordeste – mencionou esse programa. Mas a resposta campeã confirmou a antiga suposição de que o pontapé inicial,

em geral, deve-se à iniciativa interna de um/a ou mais docentes. Foi assim em mais da metade das instituições (59%).

Nas entrevistas, buscou-se entender o objetivo das escolas com a prática da EA. “Conscientizar para a cidadania” foi a proposta indicada por cerca de quatro em cada dez escolas (39%). Em segundo lugar, veio a idéia de “sensibilizar para o convívio com a natureza”, citada por pouco menos de um sétimo das instituições (13%). Quase empatada ficou a desejada busca da “compreensão crítica e complexa da realidade socioambiental”, que atraiu 12%.

AINDA, PROJETOS

A nota preocupante ficou para o modo como a EA se inseria nas instituições. Em questões de múltipla escolha, percebeu-se que menos de dois quintos (38%) tinham-na no projeto político pedagógico da instituição. A esperada transversalidade nas disciplinas estava presente em um número ainda menor: 34%. A maioria das escolas – cerca de dois terços (66%) – exercia a EA por meio de projetos, isto é, atividades com começo-meio-fim, não necessariamente integradas às demais propostas didáticas.

Ao comentar essa pesquisa, a publicação da CGEA-MEC sobre a evolução institucional do setor no período 2003-2006¹²⁸ reforça que a EA transversal e participativa presume um envolvimento da comunidade do entorno em níveis semelhantes aos dos atores internos: corpo docente, alunas/os e demais funcionárias/os da instituição. Nesse sentido, a pesquisa permitiu identificar mais uma fragilidade da EA praticada no ensino fundamental: a sonhada interação com a comunidade externa já existia, mas em grau menor que o esperado.

É o que se percebe, por exemplo, nas respostas sobre atores permanentemente envolvidos em projetos de EA na escola. Praticamente todos os projetos contaram com o envolvimento do corpo docente, seja por meio de grupos de professoras/es (91,9%) ou de iniciativas individuais (5,8%). Pouco abaixo, vieram estudantes, mencionados em 90,4% dos casos. Em seguida, a equipe de direção (83,6%) e funcionárias/os (83%).

Em pouco mais da metade dos projetos (53,2%), a comunidade do entorno também foi mencionada. Trata-se de uma participação expressiva, segundo a publicação da CGEA/MEC, mas bem inferior ao que se viu com o público interno. A pesquisa também revelou a presença, em proporção ainda menor, das empresas (18,1%), ongs (14,9%) e universidades (14%).

O mesmo documento também ressalta que a participação externa nos projetos de EA, aparentemente crescente, seria um bom sinal, não fosse um detalhe que transpareceu em outro ponto da pesquisa: uma parcela das escolas não percebeu a importância desse fato. É o que podemos visualizar no gráfico que apresenta a visão das instituições consultadas sobre os fatores que contribuem para a inserção da EA no meio escolar.

Confirmando o que se viu antes, a participação dos docentes – seja pelo idealismo, formação ou qualificação – ganhou perto de 70% de avaliações positivas, ótima nota. Ao contrário da presença da comunidade que, entre os fatores mencionados, mereceu o maior número de pontos negativos.

Mesmo ressaltando a riqueza de experiências encontrada nas escolas, a publicação da CGEA/MEC conclui que esse detalhe indicaria uma possível coexistência conflitante na relação entre as escolas e a comunidade do entorno, a ser superada para consolidar a EA como política pública.

Notas

- 121 *O relatório final do projeto “Mapeamento da Educação Ambiental em instituições brasileiras de Educação Superior: elementos para discussão sobre políticas públicas”, com 156 páginas e divulgado em setembro de 2005, está disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/re_l_rupea.pdf. E o Documento Técnico nº 12 do OG-PNEA, com o título da pesquisa, traz o resumo. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/dt_12.pdf.*
- 122 “Uma leitura dos diagnósticos da EA em 5 Estados e 1 bioma do Brasil”.
- 123 “A produção do conhecimento e a temática ambiental na universidade: análise preliminar das contribuições da pesquisa acadêmica para a educação ambiental”, apresentado na Conferência Nacional de Educação Ambiental em 1997, em Brasília (publicado nos Anais do Congresso, publicados pelo MEC e MMA no mesmo ano).
- 124 “Banco de Dados sobre Temática Ambiental: Produção e Análise de Teses em Educação Ambiental”, trabalho de iniciação científica em Ciências Biológicas, realizado no Centro Universitário Fundação Santo André. (2005).
- 125 “O Estado da Arte da Pesquisa em Educação Ambiental: Leituras Iniciais”, apresentado em 2006 pelos autores no V Congresso Ibero-americano de EA e, em 2007, publicado em Bruxelas, Bélgica. Disponível em: <http://www.reseau-amerique-latine.fr/ceisal-bruxelles/CyT-MA/CyT-MA-2-Lorenzetti.pdf>.
- 126 Os trabalhos dos seguintes autores foram consultados nesse levantamento: Gamboa (produção em programas de educação do estado de São Paulo, 1987); Megid (sobre a pesquisa em ensino de Física no 2º Grau no país, em 1990, e tendências da pesquisa acadêmica sobre o ensino de ciências no nível fundamental, 1999); Fiorentini (rumos da pesquisa brasileira em Educação Matemática – 1994); Pierson (cotidiano e busca de sentido para o ensino de Física, 1997); Lemgruber (a educação em ciências físicas e biológicas entre 1981 a 1995, analisada em 1999); Da Ros (produção em Saúde Pública na Escola Nacional de Saúde Pública – Fiocruz e Faculdade de Saúde Pública da USP, 2000) e Slongo (sobre a produção em ensino de Biologia, 2004).
- 127 “Educação Ambiental: Aprendizizes da Sustentabilidade”.
- 128 *Idem*.

Novos PROGRAMAS



“O PRESENTE NÃO DEVOLVE O TROCO DO PASSADO,
SOFRIMENTO NÃO É AMARGURA, TRISTEZA
NÃO É PECADO, LUGAR DE SER FELIZ NÃO É O
SUPERMERCADO”

ZECA BALEIRO

No final de agosto de 2005, notícias do avanço do furacão Katrina nos EUA deixaram o mundo em alerta, pela fúria que superou todas as expectativas. No dia 29, ao alcançar Nova Orleans – capital do estado de Louisiana quase toda construída sob o nível do mar, ele arrebentou os diques de contenção do lago Pontchartrain e do rio Mississippi. Cerca de 80% das casas foram por água abaixo. O furacão também passou pela Flórida e Mississippi, tornando-se o desastre natural que, além de causar pelo menos 1,8 mil mortes, mais prejuízo material trouxe aos EUA.

Cinco meses antes, em fevereiro, entrara em vigor o Protocolo de Quioto, que regulamentou a Convenção das Mudanças Climáticas e, dentro disso, os chamados mecanismos de desenvolvimento limpo. Um deles estabeleceu regras para o chamado comércio dos créditos de carbono. Ou seja, empresas de países desenvolvidos com dificuldade para cumprir suas metas de reduzir suas próprias emissões de gases geradores do efeito estufa (como gás carbônico) poderiam patrocinar projetos de redução das emissões em países em desenvolvimento, como Brasil. Os EUA estavam fora disso, por não terem subscrito o protocolo, mas o tema esquentava as rodas de discussão e alimentava o noticiário.

Apesar dos debates acalorados, cientistas ainda mantinham cautela quando lhes perguntavam se a ocorrência de eventos extremos, como o furacão Katrina, seria efeito do aquecimento global. Alegavam ser impossível fazer essa correlação, assim como não havia ainda dados suficientes para responsabilizar as atividades econômicas humanas pelas mudanças climáticas, já que causas naturais também podem gerar o problema.

Só que ainda ecoava uma declaração feita pelos astronautas Salizhan Sharipov, russo, e Leroy Chiao, americano, que retornaram à Terra em 25 de abril de 2005, após quase sete meses numa missão espacial dedicada a observações geofísicas, astronômicas e experimentações científicas. “É triste ver o que está ocorrendo na Terra. É doloroso observar a fumaça das fábricas e a contaminação da

natureza”, disse Sharipov à imprensa, ao contar que uma cortina de fumaça tornou impossível captar imagens do sudeste da Ásia.

Também em agosto de 2005, o nível das águas do Rio Negro, na Amazônia brasileira, chegara a quatro metros abaixo do normal. Evoluía na região a maior seca em quatro décadas. Em 10 de outubro, o governo do Amazonas decretaria calamidade pública nas 61 cidades do Estado. No Pará, 11 municípios já estavam em estado de emergência. Segundo notícias da época, cerca de 250 mil habitantes da região – conhecida por deter 12% da água do mundo – sofriam a falta de transporte fluvial e de água potável.

Logo depois, de 15 a 25 de outubro no Golfo do México, viria o furacão Wilma, o mais grave do ano no Oceano Atlântico, que atingiu 295 km por hora, alcançou o ponto máximo na província de Iucatan, México, mas causou menos mortes: 63. Foram dois recordes naquele ano: 13 furacões no Oceano Atlântico, e três de categoria 5, a escala máxima, cujos ventos superiores a 249 km/h podem destruir tudo o que estiver no seu caminho.

Assim como com os furacões, houve quem associasse a seca amazônica às previsões dos efeitos desastrosos do aquecimento global. Novamente, cientistas alegaram não haver evidências suficientes de ela ser consequência das mudanças climáticas, já que existe uma alternância natural entre anos secos e úmidos. Mesmo assim, não foram poucas as pessoas que ressaltaram a hipótese da tendência de savanização da floresta amazônica, isto é, sua transformação em cerrado, como efeito do aquecimento global, potencializado pelo desmatamento e as queimadas.

NOVOS PROCESSOS

O calor das discussões sobre mudanças climáticas proporcionou um ambiente favorável no Brasil para que avançassem alguns novos processos de formação em EA em larga escala. Na verdade, um dos primeiros já fora estruturado dois anos antes, em 2003, por demanda da Fundação Cultural do Exército Brasileiro (Funccebr), que buscara o Ministério do Meio Ambiente para criar o projeto cujo nome já denota a inspiração na Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável: Educação Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável.

Num primeiro momento, a proposta resultou na produção de cinco cartilhas sobre os biomas brasileiros e em dois eventos de formação em EA, em Manaus

e Rio de Janeiro, para 80 oficiais do Exército. Em 2004, entraria em operação a disciplina Educação Ambiental, de 10 horas/ aula, no curso de formação dos recrutas. Como público, mais de 200 mil alistandos e um efetivo de 40 mil militares. Depois, optou-se por afunilar o programa para a região da Mata Atlântica. Em 2005, seriam formados 16 mil militares do Rio de Janeiro e São Paulo, com potencial de se tornarem agentes multiplicadores da EA após se licenciarem das fileiras do Exército.

Com igual possibilidade de disseminar a EA nos diferentes segmentos socioeconômicos em qualquer região do país, teve início em 2005 o Programa Nacional de EA e Mobilização Social para o Saneamento, na forma de projeto piloto. Por trás de sua concepção, a certeza de que pouco vale avançar com investimentos em saneamento básico pelo país afora sem a participação da população beneficiada, que, quando envolvida, contribui para conservar o sistema e o equilíbrio do ambiente urbano. Tratava-se também de um ensaio para algo mais ousado, alcançável no médio-longo prazo: contribuir para o fortalecimento das instituições, seus sujeitos sociais e a formação de educadoras/es ambientais populares¹²⁹.

Nesse piloto, o público alvo seriam formadoras/es de opinião – lideranças comunitárias, sindicais e de ongs, gestoras/es municipais, professoras/es, entre outros – em três estados nordestinos: Piauí (36 municípios abrangidos pelo Consórcio Regional Sul do Piauí), Paraíba e Alagoas. Criou-se um núcleo central com representantes das instituições responsáveis pela proposta: os ministérios das Cidades e do Meio Ambiente, a Fundação Nacional da Saúde (Funasa) e a Caixa Econômica Federal.

Localmente, mais uma vez, optou-se pela metodologia dos coletivos educadores, pela capacidade de espalharem o processo formativo para toda a população da região. Constituído em Teresina (PI) com o tema gerador saneamento ambiental, o coletivo educador promoveu duas oficinas já em 2005.

Percurso paralelo, mas em abrangência bem menor, ocorreu em Alcântara (MA), sede do Programa Nacional de Atividades Espaciais. Havia interesse da Casa Civil da Presidência da República e dos diversos ministérios responsáveis pelo programa em introduzir a EA, em parceria com a DEA/MMA. Mas não havia, em 2005, instituições locais com experiência para capitanear os processos formativos. Alguns volteios foram necessários para chegar lá.

O caminho foi estimular o nascimento de um Coletivo Educador em São Luís (MA), com instituições interessadas em atuar em Alcântara. Depois da oficina para sua constituição, que só aconteceria em julho de 2006, foi possível buscar recursos para formar educadoras/es ambientais, por via de uma chamada pública do MMA, lançada naquele ano. Nesse caso, as atividades formativas foram associadas à implementação de uma Agenda 21 do município, sob condução da Associação dos Trabalhadores Rurais de Alcântara.

EA NOS PORTOS BRASILEIROS

E se os portos se tornassem pólos que ajudassem a enraizar a EA no país? A pensar no público que gira em torno dessas estruturas físicas – são 44 unidades portuárias no país distribuídas em 38 municípios – um programa nacional de EA portuária envolveria um enorme contingente de pessoas.

Vale listar: 1- gestoras/es, servidoras/es e funcionárias/os vinculadas/os à autoridade portuária; 2- entidades e empresas atuantes no porto, 3- pessoas diretamente relacionadas a esse ambiente, como quem trabalha nos caminhões que trazem os produtos, trabalhadoras/es avulsas/os dos próprios portos, tripulantes de navios mercantes, usuárias/os de embarcações; 4- comunidades de pescadores; 5- comunidade local, em especial grupos sociais em condições de vulnerabilidade ambiental; 6- associações no entorno, de bairro, de lazer, comunitárias, religiosas, esportivas etc.; 7- agrupamentos militares; 8- estudantes da rede pública de ensino.

E mais: entendido como uma ferramenta vinculada ao Sistema de Gestão Ambiental Portuário, esse programa, que ganhou a sigla Proneap, atenderia uma exigência do Ibama, de incluir a EA entre as condicionantes para o licenciamento das atividades portuárias. Decidiu-se construí-lo com dois movimentos simultâneos, a partir de abril de 2005. Um deles, teórico, de produção de um texto técnico por especialistas, pesquisadoras/es e educadoras/es, indicando princípios e diretrizes para os processos continuados de EA em unidades portuárias. O outro, prático, consistiu na implementação de um piloto no Porto de Rio Grande (RS).

Para atender tantos públicos, desenharam-se quatro linhas de atuação: formação interportuária em EA, EA portuária no ensino formal, no espaço comunitário local e comunicação portuária para a EA. Para tanto, quatro instituições foram envolvidas: a própria superintendência do Porto, através

de sua assessoria técnica ambiental; o DEA/ MMA; a Secretaria Estadual de Educação, por meio de sua 18ª Coordenadoria Regional, e o Programa de Pós-Graduação em EA da Fundação Universidade Federal do Rio Grande (PPGEA/FURG).

Um ano depois, o programa seria oficialmente apresentado às autoridades portuárias durante um evento realizado no porto de Itajaí (SC), como atividade integrada ao V Congresso Ibero-americano de EA que acontecia em Joinville (SC). Mais um ano e, segundo técnicos do DEA/MMA que acompanharam o processo, já havia alguns indicadores do sucesso. Um deles foi a implementação do Proneap em pelo menos mais seis unidades portuárias, das quais três na Bahia (Salvador, Ilhéus e Aratu) e três em portos e/ou terminais vinculados a Companhia Docas do Pará.

Nem tudo como programado

Basta pensar na abrangência do público, para concluir que um Programa de Formação de Líderes Sindicais como Educadores Ambientais teria um potencial tremendamente disseminador. Arquitetado em 2004, a partir de uma demanda do Projeto Brasil Democrático da Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) e da Comissão Nacional de Meio Ambiente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), ele teria início em 2005, com a ousada proposta de internalizar questões ambientais na pauta de lutas sindicais.

Apoiado numa parceria com o DEA/MMA e apoio da Unesco, a proposta começou com a realização de cinco oficinas introdutórias, uma por região do país, que visavam estimular as comissões estaduais de meio ambiente da CUT. O passo seguinte de um programa de três anos seria a formação dos coletivos educadores sindicais.

Não aconteceu. Dificuldades estruturais provocaram a interrupção da proposta no final de 2005.

EA NA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Mas o maior desafio seria levar a EA para a esfera administrativa dos mais de 5,5 mil municípios do país. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2005, mais de um quinto dos municípios do país (22%) não possuíam qualquer um organismo público local para cuidar de questões ambientais. Outros 70% (mais de dois terços do total) tinham alguma

estrutura nessa área, mas incompleta. E menos de um em cada 12 municípios (8%), apenas, contava com a estrutura institucional que especialistas entendem como completa para lidar com o tema: órgão (secretaria, departamento, ou equivalente), conselho e fundo municipal de meio ambiente, além de legislação própria.

Ocorre que a Constituição Federal estabeleceu, em 1988, a competência comum entre União, estados e municípios para a proteção do meio ambiente e o combate à poluição, valendo sempre a regra mais rígida. E, repetindo movimentos em andamento nas áreas de saúde e educação, veio a decisão de trabalhar pela descentralização do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) – um modelo de gestão ambiental pública baseado na articulação dos órgãos ambientais de todas as esferas de governo, com a divisão de responsabilidades entre entes federados e os diversos setores da sociedade.

A decisão inspirou o Programa Nacional de Capacitação de Gestores Ambientais e Conselheiros do Sisnama (PNC), que foi lançado em agosto de 2005, com a meta de formar agentes no nível dos municípios prontos a implementar políticas municipais de meio ambiente, bem como criar ou aperfeiçoar sistemas de meio ambiente locais, integrados ao Sisnama. Por trás disso, o raciocínio de que, se os municípios têm estrutura institucional montada num processo democrático, estão aptos até para licenciar e fiscalizar empreendimentos de impacto local, desafogando as estruturas estadual e federal.

Coordenado pela Diretoria de Articulação Institucional (DAI/MMA), em parceria com a DEA/MMA, ele seria iniciado com apoio institucional das associações Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente (Abema), Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente (Anamma), da Confederação Nacional de Municípios (CNM) e Fundação Roberto Marinho. Além de recursos do próprio MMA, patrocinaram a iniciativa a Caixa Econômica Federal, Petrobras e Instituto Banco Mundial.

Como estratégia, previu-se a atuação por meio das comissões tripartites – que reúnem representantes das três instâncias governamentais – e um roteiro para chegar ao convênio de adesão ao programa, firmado entre o estado e o MMA. Esse roteiro deveria já definir temas para o desenvolvimento da proposta específica do estado a partir de um cardápio sugerido pelo PNC, bem como desenhar as bases para um plano de capacitação adequado à realidade de cada região.

Seria o alicerce para as oficinas de capacitação. De abrangência regional, elas contariam com o envolvimento de órgãos governamentais e não-governamentais. Um resultado esperado era a criação de uma rede de gestoras/es, conselheiras/os e técnicas/os do setor público municipal, com visão sistêmica que facilitasse o compartilhamento de competências entre as esferas federal, estadual e municipal.

Para medir os resultados, positivos ou negativos, é preciso monitorar o andamento das atividades, estabelecendo indicadores que permitam “dar notas” durante o processo de avaliação. Em fevereiro de 2006, o MMA criou o Grupo de Trabalho de Monitoramento e Avaliação do PNC, para daí a quatro meses, em junho, começar a discussão para definir os indicadores. Em agosto, aconteceria o primeiro Encontro Nacional do PNC, em Brasília (DF). Na ocasião, o programa contava com 12 estados conveniados, nas cinco regiões do país¹³⁰. No processo, estruturaram-se 119 coletivos formadores, através dos quais mais de 6,9 mil pessoas de 1,3 mil municípios participaram das oficinas. Entre essas pessoas, havia gestoras/es municipais, lideranças comunitárias e docentes¹³¹.

EA NO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Também em 2005, ganhou impulso a introdução da EA nos processos de licenciamento ambiental. Antes de detalhar, vale lembrar que, já em 1981, a Lei que instituiu Política Nacional de Meio Ambiente (Lei 6938/81) instituiu o licenciamento ambiental obrigatório, como forma de controle em vários momentos do ciclo de vida de empreendimentos a começar pela fase do planejamento e instalação do negócio.

Mas foi quase no fim da década seguinte, em 1998, que a falta do licenciamento ambiental ganhou status de crime, na Lei de Crimes Ambientais (Lei 9605/98). Um ano depois, em 1999, aconteceria uma experiência do Ibama de contribuir para aplicar a EA junto às comunidades costeiras em Sergipe, no contexto da regularização do licenciamento ambiental de duas unidades da Petrobrás. E, no Rio de Janeiro, houve uma oficina de EA no licenciamento, com técnicos do então recém-criado Escritório de Licenciamento de Petróleo e Nuclear. Mas foi preciso esperar até 2002, para ver, na regulamentação da Lei da PNEA, a confirmação dos programas de EA como condicionantes para as atividades de licenciamento ambiental.

É nesse contexto, e com o reforço de uma parceria estabelecida entre as coordenações gerais de EA (CGEAM) e Petróleo e Gás (CGPEG), que o Ibama iniciou uma ação estruturada de EA nos processos de licenciamento de empreendimentos de petróleo e gás. Dois princípios nortearam a iniciativa: a gestão participativa e a missão de mobilizar e capacitar os grupos sociais mais afetados pelas atividades, muitas vezes esquecidos em processos como esses. A metodologia incluiu começar com diagnósticos participativos, e ter as próprias comunidades atuantes no monitoramento.

O primeiro passo, ainda em 2005, foi desenhar um documento de orientação para quem planejasse introduzir um programa de EA nos processos mencionados¹³². As duas coordenações do Ibama também ofereceram a oficina “Educação Ambiental no Licenciamento das Atividades de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural”, em Nova Friburgo (RJ). Seus 20 participantes contribuíram para levantar referenciais técnico-operacionais não só para a definição e execução dos programas de EA, como também para avaliar e monitorar atividades em andamento.

No ano seguinte, seria a vez de outra oficina direcionada à área de meio ambiente da Petrobrás, responsável por implementar o programa na Bacia de Campos, onde a empresa extrai petróleo. No âmbito do Ibama, 18 profissionais formariam um novo grupo tarefa nacional, com a missão de mobilizar e capacitar grupos sociais mais afetados, além de acompanhar a evolução das atividades de EA. Para completar, novas publicações e relatórios do Ibama seriam canais para apresentar a metodologia e os resultados alcançados.

Num balanço das ações de EA do órgão, constata-se o atendimento a mais de 40 comunidades pesqueiras, até 2007, em quatro estados: Sergipe, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia. Entre as boas conseqüências, o relato indica a multiplicação de ações de regularização de embarcações e pescadores, e de apoio à estruturação das associações de pesca, que contribuem para o fortalecimento do segmento. Além do ganho de valor dos pescados, com investimentos na construção de fábricas de gelo e unidades de beneficiamento.

Em 2007, a norte-americana Devon Energy do Brasil – primeira empresa estrangeira a conquistar, sem parceiros nacionais, o direito de explorar petróleo no mar brasileiro –, seria obrigada a instituir um programa de EA, como condicionante de sua licença de operação no Campo de Polvo, situado na mesma Bacia de Campos.

A proposta, operacionalizada por uma empresa contratada para esse fim, Abaeté Estudos Socioambientais, trouxe a linguagem de cinema e ferramentas da antropologia para a elaboração de diagnósticos socioambientais. Três atividades resumem o percurso:

- Oficinas de cinema ambiental, estruturadas em dez municípios da região impactada pelo empreendimento¹³³, por meio das quais cerca de 175 alunos produziram 30 curtas-metragens, capazes de traduzir os diferentes olhares sobre os impactos socioambientais da indústria do petróleo na região;
- Fóruns Ambientais do Campo de Polvo, com apresentação dos filmes e espaço para a manifestação da população local;
- Agendas ambientais audiovisuais, elaboradas a partir da sistematização das demandas.

Para completar, um sítio da internet, com o sugestivo endereço humanomar.com.br, reuniria todas as informações do processo, bem como resultados, para o público virtual.

**certezas de perito
+
contribuições do
saber popular**

=

**capaz de respeitar a pluralidade e a diversidade cultural,
fortalecer a ação coletiva organizada, organizar os
aportes de diferentes saberes e fazeres
proporcionar a compreensão da problemática ambiental
em toda a sua complexidade**

Ao olhar para trás, a equipe do Ibama confirmaria, ainda em 2007, a crença no “caminhar caminhando”, em que cada ação realizada oferece elementos para atividades e planejamentos futuros, sem deixar de lado o desafio de propor outras formas de trabalho, que não certas “soluções prontas”, comuns no meio empresarial, em que se desconsidera a discussão dos riscos tecnológicos e socioambientais. É o caso do patrocínio à capacitação de docentes para trabalharem temas ecologicamente corretos em sala de aula, sem uma visão crítica dos mesmos.

Partindo do preceito de que, para conhecer um risco ambiental, não basta perguntar se ele é suficientemente suportável, mas o quanto é suportável para essa e aquela cultura, a equipe do Ibama ressalta, em seus relatórios, que grupos sociais direta ou indiretamente atingidos por um empreendimento em processo

de licenciamento costumam ter profundo conhecimento dos ecossistemas locais. Quer dizer, possuem saberes enraizados que muitas vezes superam aqueles provenientes das evidências científicas.

Por outro lado, essas comunidades têm necessidade de desenvolver conhecimentos e habilidades para que possam intervir, como sujeitos-sociais, no processo de gestão ambiental. Por meio de um bem estruturado programa de EA no processo de licenciamento, terão, num primeiro momento, mais instrumentos para fazerem valer direitos históricos nas audiências públicas. Depois, manterão o compromisso de agir em prol da prevenção de riscos e danos ambientais que a implementação do empreendimento possa causar.

Um pequeno esquema, desenhado para orientar a conduta de gestores ambientais nesses processos, resume os princípios da abordagem:

Vale destacar que o relatório das atividades do CGEAM 2003-2006 também mostra algumas “pedras no caminho”, enfrentadas pela equipe. Apesar de esforços em outra direção, o texto revela ainda ser comum o entendimento da separação entre seres humanos e a natureza. Quem acredita na dissociação, terá dificuldade em aceitar programas de EA como esse, que trabalham com as pessoas no meio ambiente.

O continuado contingenciamento de recursos financeiros também foi relembrado, por restringir, por exemplo, a contratação de mais educadoras/es ambientais, necessária para atender o crescimento de demandas. Parcerias com outros setores ajudam a minimizar o impacto negativo, indica o relato.

Ponto a favor, um novo desenho institucional do Ibama, em 2006, transferiria a área de EA para uma nova Diretoria de Desenvolvimento Socioambiental, dando-lhe atribuições finalísticas, uma exigência para setores que atuam diretamente junto ao público. Só que, poucos meses depois, novas turbulências no primeiro semestre de 2007 mudariam esse rumo, como veremos adiante.

Notas

- 129 “Diálogo com outras ações e projetos formativos”, caderno 4 do “Relatório de Gestão 2003-2006” preparado pela DEA/MMA, descreve esses programas.
- 130 Acre, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Pará, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo.
- 131 Mais dados desse programa, bem como cinco “Cadernos de Formação”, disponíveis para internautas, estão numa seção do sítio do MMA: <http://www.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=76>.
- 132 “Orientações Pedagógicas do IBAMA para Elaboração e Implementação de Programas de Educação Ambiental no Licenciamento de Atividades de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural”, documento anexo ao Termo de Referência para o licenciamento das atividades de produção e escoamento de petróleo e gás natural, de acordo com um relatório assinado por José Silva Quintas, em 2007.
- 133 Cabo Frio, Arraial do Cabo, São Pedro da Aldeia, Araruama, Armação dos Búzios, Niterói, Rio das Ostras, Macaé, São Francisco de Itabapoana e São João da Barra.

PARA ONDE QUEREMOS IR?



“REMA MEU MANO REMA, MEU MANO REMA, QUE A CANOA VAI DE PROA, É DE PROA EU CHEGO LÁ.”

PAULO ANDRÉ, RUY BARATA

Cerca de 86 mil pessoas de instituições governamentais, não governamentais, empresariais, tomando parte de uma seqüência de eventos que culminaria numa reunião nacional deliberativa em Brasília (DF), com 2 mil participantes, para interferir nos rumos da política pública ambiental. O que alguns anos antes parecia improvável no Brasil, aconteceu em 2005 com a II Conferência Nacional do Meio Ambiente (II CNMA).

Repetindo o ritual da primeira conferência, organizada dois anos antes também pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), a II CNMA partiu da realização de pré-conferências municipais, regionais e estaduais nas 27 unidades federativas. Nelas, foram eleitos os temas, feitas as reivindicações e se selecionaram as/os 1.337 delegadas/os para o evento nacional em dezembro, que também contou com a presença de um time de convidada/os e observadoras/es¹³⁴.

O leque de setores presentes pode ser medido pela composição do comitê executivo atuante na organização. Além das naturais representações do MMA, lá estavam o Fórum Brasileiro de Ongs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (FBOMS), a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados e as associações Nacional de Municípios pelo Meio Ambiente (Anamma) e Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente (Abema).

Novidade nesse tipo de evento foi a distribuição, logo no início, de um CD e uma publicação impressa, com um balanço do que fora feito (ou não) em dois anos para atender as deliberações da conferência anterior. Subscrito pelo grupo de implementação das resoluções criado em 2003, o texto dividiu as 659 resoluções da I CNMA em duas categorias. Na primeira, estavam 323 – quase metade do total – cuja solução dependeria do próprio MMA, ou de seus órgãos coligados. Destas, segundo o relatório, mais de 200 tinham sido respondidas a contento, ou a solução estava em andamento.

Algumas realizações citadas no relatório como resposta às demandas do I CNMA já dão idéia do todo. O relatório ressalta a estruturação de um plano para a contenção do desmatamento na Amazônia preparado com a participação de 13 ministérios; ações conjuntas do Ibama, Ministério Público e Polícia Federal para dismantelar quadrilhas que, por exemplo, fraudavam autorizações para transporte de madeira; a criação de 28 novas unidades de conservação e ampliação de outras já existentes, bem como da capacitação de gestoras/es, através do já mencionado Programa Nacional de Capacitação de Gestores Ambientais (PNC), programa aliás sublinhado como uma das atividades para integrar as esferas federal, estadual e municipal em torno de um objetivo comum.

As demais 336 deliberações da I CNMA referiam-se à atuação de outros órgãos das três esferas de governo. Nesse caso, apesar de os resultados não terem sido mensurados, uma única frase revela o tom otimista da avaliação: “inúmeras dessas deliberações estão sendo contempladas no âmbito do Governo Federal, em ações interinstitucionais envolvendo ministérios e órgãos públicos”.

Em 2005, o próprio tema central revela metas ambiciosas da II CNMA: Política Ambiental e o Uso Sustentável dos Recursos Naturais. O objetivo era revisar as atribuições do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), bem como orientar as ações do MMA do biênio seguinte. Como conseqüência, o evento foi encerrado com 831 deliberações finais.

Entre elas, pediu-se a consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação com ênfase à regularização fundiária das unidades já existentes; a revitalização da bacia do rio São Francisco; o controle do desmatamento em todos os biomas brasileiros, especialmente a caatinga e o cerrado; a implementação de políticas públicas em áreas como resíduos sólidos, recursos hídricos e saneamento.

De olho na 8ª Conferência das Partes da Convenção da Diversidade Biológica (COP8), evento da ONU que seria realizado em Curitiba (PR) daí a três meses, também se reivindicou a repartição dos benefícios provenientes do conhecimento e do uso de recursos genéticos brasileiros. E se decidiu que a CNMA deveria se tornar uma instância permanente do Sisnama, com periodicidade bienal, caráter deliberativo e com um sistema também permanente para acompanhar o andamento das deliberações.

EA NA CNMA

Vale a pena se debruçar sobre as 20 deliberações da II CNMA voltadas à EA, pois ajudam a identificar as principais demandas dos diferentes segmentos sociais que participaram da conferência. Algumas defendiam normas para fortalecer a EA. Entre elas, que a EA se tornasse condicionante obrigatória nos processos de licenciamento ambiental. Apenas um estado brasileiro, Minas Gerais, já estabelecera essa exigência para grandes projetos em setores específicos, como o da siderurgia.

O suporte técnico e financeiro a iniciativas de EA – desde a formulação de programas, projetos e ações, até o monitoramento e avaliação – foi outro anseio muito forte. Nessa perspectiva, também está uma questão que aflorara anteriormente nos debates sobre a educomunicação: a demanda pela democratização do acesso à produção, difusão e gestão da informação e comunicação de interesse da EA, associada à ampliação do uso das mídias comunitárias e a inserção paga nas mídias de massa.

Em vários pontos, o capítulo para EA do documento final da II CNMA revela o pleito pelo apoio federal aos estados, Distrito Federal e municípios nessa área. Foi um sinal, segundo a organização do evento, de abordagem da EA como política pública com a ótica da descentralização do Sisnama anunciada pela instância federal. Pediu-se a implementação e fortalecimento da EA não só nas unidades federativas e municípios, como em órgãos públicos, por exemplo, polícias militares ambientais. Outras recomendações focaram ações mais pontuais, como a criação e divulgação de programas de EA nas unidades de conservação e indígenas.

Investimentos na formação e capacitação de pessoas para a EA foi outra linha clara no conjunto de requerimentos. E aqui entrou a defesa da integração com o MEC no campo da EA. Exemplos? Uma deliberação tratou especificamente do estímulo à inserção da EA nas universidades. Outra pediu o fortalecimento da temática socioambiental nos sistemas de ensino, de modo a irradiar as ações para comunidades do entorno. Nesse sentido, reforçou-se a idéia de escolas como espaços para o desenvolvimento da EA.

E houve a citação explícita, numa deliberação da II CNMA, para que o programa Juventude e Meio Ambiente se tornasse referência de política pública de EA no Sisnama, voltada ao estímulo do protagonismo juvenil. Trata-se de um programa lançado meses antes pelo órgão gestor da PNEA, em resposta

a demandas identificadas numa pesquisa de 2004/2005 que desenhou o perfil das/os jovens participantes dos Coletivos Jovens de Meio Ambiente (CJs).

Os CJs surgiram como núcleos informais formados por membros dos antigos Conselhos Jovens Estaduais – criados em 2003 no processo preparatório da I conferência infanto-juvenil pelo meio ambiente. Esses coletivos já haviam até se integrado a Coletivos Educadores em alguns estados – como Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Acre e Rondônia – para a construção dos projetos políticos pedagógicos com foco na questão da juventude. Também havia CJs envolvidos em fóruns e redes de juventude e também em conselhos estaduais e municipais de juventude.

O programa foi criado pelo Órgão Gestor com quatro linhas gerais: articulação, comunicação, gestão e formação. Em setembro de 2005, ele ofereceu o primeiro módulo presencial com foco na formação. Foi o II Encontro da Juventude pelo Meio Ambiente que reuniu, em Luziânia (GO), cerca de 200 jovens, de 15 a 29 anos de idade, provenientes de diferentes partes do país, para discutir EA, fortalecimento organizacional, educomunicação, empreendedorismo e o melhor de tudo: trocar experiências.

JUVENTUDE X MEIO AMBIENTE

Quem seriam as jovens lideranças ambientalistas participantes dos CJs? Uma boa pista está na comparação dos resultados de duas pesquisas feitas em 2003 e 2005. A primeira, de 2003, foi realizada pelo Instituto Cidadania, em parceria com o Instituto Hospitalidade e o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Ela trabalha com um amplo universo de jovens, para chegar ao levantamento do perfil da juventude brasileira.

Na época, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicavam que os piores índices de evasão escolar, desemprego, mortes por homicídio, envolvimento com drogas e criminalidade estavam justamente entre brasileiras/os de 15 a 24 anos de idade. E foi essa a faixa etária das/os 3,5 mil entrevistadas/os, habitantes de 198 cidades brasileiras.

Apesar da ampla divulgação dos resultados na mídia, a avaliação, desalentadora, sobre o envolvimento juvenil com a questão ambiental ganhou pouco destaque. A pesquisa revela que a visão majoritária entre jovens era do meio ambiente como algo separado do ser humano, desconectado de questões sociais, políticas, culturais e econômicas. Não é à toa que apenas 1%

demonstrou interesse por essa área. Também poucos afirmaram participar de organizações, projetos, campanhas ou ações de proteção ambiental. Pode parecer contraditório, mas a mesma pesquisa indicou que o tema estava em 6ª colocação, em uma lista de dez assuntos, quando se tratava do interesse para discutir com a sociedade, ficando atrás de educação.

Realizada dois anos depois, pelo MEC e MMA em parceria com a Rede da Juventude pelo Meio Ambiente (Rejuma), a pesquisa seguinte fixou-se na opinião de um universo bem mais restrito: jovens participantes dos conselhos jovens (CJ). O retorno, acima da expectativa, já revela o engajamento. Havia 424 jovens atuantes nos CJs: 161 em 24 estados e o Distrito Federal responderam.

Quem eram essas pessoas? Cerca de dois terços (66%) tinham de 18 a 25 anos de idade e pouco mais da metade (56%) eram do sexo feminino,

Apoio nas escolas

De maio a agosto de 2005, o lançamento do primeiro processo seletivo do Educação de Chico Mendes, programa de fomento a projetos de EA no ensino básico, voltados à relação escola-comunidade mobilizaria instituições públicas e privadas sem fins lucrativos, aptas a concorrer.

A divulgação foi direcionada: distribuição de *releases* para redes de EA e sítios especializados, circulação da informação para membros de CIEAs, Coletivos Jovens, secretarias estaduais de educação e em eventos. O retorno se viu pela atividade de dois técnicos destacados para atender dúvidas: eles responderam cerca de 2,6 mil telefonemas e 2 mil mensagens eletrônicas. E também pelo número de inscrições: mais de 1,2 mil projetos. Não era pouco o que se pedia: de um lado, promover intervenções transformadoras nas comunidades do entorno das escolas, com foco em ações socioambientais. De outro, preparar monitoras/es e professoras/es para essa atividade.

Da primeira triagem, restaram 252 propostas (pouco mais de um quinto) que contemplavam a EA, integral ou parcialmente. O segundo corte foi a avaliação técnica: 80 foram aprovados. A disponibilidade de recursos, R\$ 3,1 milhões, foi a última linha de corte: 62 foram conveniados¹³⁶. Segundo dados da CGEA/MEC, eles atenderam 937 escolas em 75 municípios de 19 estados, chegando a cerca de 5,9 mil professoras/es e 281,5 mil alunos.

Vale adiantar que, dos projetos aprovados no ano seguinte, 101 contemplavam total ou parcialmente a EA: 33 (um terço) usavam a temática ambiental como componente e os outros 68 eram eminentemente projetos de EA. Na maior parte, foram propostos por prefeituras, por meio das suas secretarias de educação. Apenas 14 foram idealizados por instituições privadas sem fins lucrativos¹³⁷.

E agora, as redes?

A II CNMA não seria o último evento importante de 2005 para educadoras/es ambientais. “De carona” na conferência nacional, nos dias 14 e 15 de dezembro, na sede do MMA em Brasília, aconteceria um encontro entre representantes do Órgão Gestor da PNEA e membros de 33 redes de EA de todo o país. Uma bateria de perguntas orientaria a discussão em grupos menores, cujas conclusões seriam levadas à plenária final, no dia 15.

É só checar algumas dessas questões, para adivinhar o tom da conversa. Quais as expectativas das redes junto ao OG/PNEA e vice-versa? Qual a função nos fóruns estaduais e nacionais? A rede tem um papel político: quer ou não assumir essa posição? Por que e para quê redes precisam de recursos?

É claro que as discussões desembocariam em alguns programas do Órgão Gestor da PNEA com forte intersecção com as redes e numa questão crucial naquele momento: definição de mecanismos para garantir a sustentação. Apenas uma rede de EA, a Paraná III – criada e mantida com o apoio de empresa Itaipu Binacional – não vivia a “eterna dificuldade financeira”, nas palavras de Patrícia Mousinho, da ong Ecomarapendi, que assumira a secretaria executiva da Rebea em dezembro de 2004.

Em geral, apesar de contarem com a adesão e o trabalho voluntários, tão típicos das redes de EA, recursos eram demandados para manter, por exemplo, uma boa estrutura de comunicação. Também em suas palavras: para educadoras/es ambientais que escolheram a rede como forma de organização, as dificuldades de manutenção da estrutura não poderiam ser maiores de que viver em rede. Valia, portanto, a busca de soluções.

Uma saída poderia estar na capacidade natural de interconexão. Isso permitiria às redes detectarem sobreposições de atuação, ajudando a evitar, com isso, o desperdício dos recursos disponíveis e sempre insuficientes para o tamanho da demanda.

Também se falou na capacidade de difusão das redes. Elas poderiam contribuir com o poder público para gerar e difundir boas práticas de EA. Mas exatamente nesse quesito – difusão de informações – um fato surpreendeu: mesmo nesse grupo de pessoas engajadas, havia quem pouco conhecesse o ProNEA e a prática da cultura de redes.

O Órgão Gestor da PNEA aproveitou o momento para apresentar seu programa de Enraizamento da EA, que trazia, como estratégia, a proposta de parcerias com redes de EA e CIEAs. Um de seus pés era a idéia da capilaridade que, caso alcançada, traria a EA para o cotidiano das pessoas em qualquer ponto do país. Outro pé seria o empoderamento dos diferentes atores nessa área. Uma variedade de ações faria parte dessa nova proposta: desde o estímulo a programas e políticas estaduais de EA e a projetos de EA em territórios (bacia hidrográfica, município, bairro etc.), até novas ações para o mapeamento da EA no Brasil e sua difusão por

meio do SIBEA.

Como tudo o que se planeja na vida, a direção pode ser traçada e o objetivo pode ser alcançado. Mas o caminho terá paisagens e pedras inesperadas, que se tornam instrumentos de aprendizado. Assim aconteceu nesse encontro. O curto tempo não permitiu expor alguns planos e projetos das redes, nem desenhar uma política pedagógica para a EA, como se ambicionava, o que decepcionou uma parcela das/os participantes. Em vez de saírem com uma agenda comum pronta, o que se obteve foi um conjunto de pontos para posterior detalhamento.

Para as redes, muitos desafios: redefinir os arranjos estruturais, redesenhar um plano estratégico e, tema crucial dos debates, pensar novos projetos e possíveis mecanismos de financiamento. Um desafio para a secretaria-executiva da Rebea, em particular: reforçar o processo de multilideranças, bem como o processo compartilhado que dá credibilidade à rede.

denotando equilíbrio de gênero. A grande maioria vivia em áreas urbanas (95%) e estava no ensino médio ou superior (82%). Ao contrário da expectativa de que a mobilização é maior em grandes metrópoles, quase dois terços das/os respondentes (65%) viviam no Norte ou Nordeste, cerca de metade (51%) eram oriundos de famílias que recebiam até cinco salários mínimos e a maioria trabalhava: 30% na informalidade e outros 29% com trabalhos remunerados.

Diferentemente do que registrou a pesquisa que auscultou um universo mais amplo de jovens em 2003, aqui 46% (quase metade) declararam que o ser humano faz parte do meio ambiente e 26% (cerca de um quarto do total) indicaram o ser humano como eixo central do meio ambiente. Apenas 9% tinham a visão do meio ambiente como natureza intocável e outros 8% aliavam a visão mística à relação com o ambiente. E mais: um número expressivo declarou ter ligação com organizações não-governamentais (34,9%) e movimentos estudantis (13,2%). Além disso, pelo menos um quinto declarou ter motivação para ajudar na construção de uma sociedade sustentável, pela melhoria da qualidade de vida, do país e do planeta. O trabalho em prol dos outros atraía 18%.

Segundo a equipe técnica do Órgão Gestor da PNEA, o engajamento que a pesquisa demonstrou foi determinante para a construção do Programa Juventude e Meio Ambiente. Mais de um terço das/os jovens (39%) integrara-se aos CJs desde a criação. E 99% manifestaram a intenção de continuar neles. Mais: perguntas direcionadas para áreas de interesse revelaram alta disponibilidade (sempre acima de 85%) na participação em programas em andamento, tais como a organização da II CNIJMA, a implementação da Agenda 21 na Escola e o enraizamento da EA nos estados.

Os dados também contribuíram para atrair parceiras/os e o apoio financeiro que viabilizaria as atividades previstas. Entre as ongs, uma apresentação do programa cita o Projeto Cala-Boca Já Morreu!, Instituto Agora, Academia de Desenvolvimento Social, Instituto Sou da Paz, Grupo Interagir e WWF-Brasil. No time dos órgãos públicos, entraram as Secretarias Nacional de Juventude, e de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, ao lado do Órgão Gestor da PNEA. E, para a sustentação financeira, além do próprio OG/PNEA, entraram a Agência de Cooperação Técnica Alemã (GTZ), Caixa Econômica Federal, Fundação O Boticário de Proteção à Natureza e Phillips.

Um documento técnico lançado no ano seguinte pelo OG/PNEA¹³⁵ relaciona os principais resultados. Na lista constam, por exemplo, a realização, ainda em 2006, de encontros da juventude pelo meio ambiente – 13 estaduais e dois regionais – e a expansão de CJs para 151 municípios.

Interessante observar as parcerias firmadas pelos CJs. Como se previa, mais de dois terços (70,4%) buscaram suporte nas ongs e oscips. Mas também as secretarias estaduais de educação (Seduc/SEE) – inicialmente resistentes ao diálogo com os coletivos – tornaram-se parceiras de mais da metade dos coletivos (51,8%). Mesmo considerando que um CJ pode estabelecer várias parcerias simultâneas (não apresentadas no relatório), basta somar aos órgãos estaduais as secretarias municipais de educação (25,9%) e o Ibama (33,3%), para entender a forte presença também dos órgãos públicos nesses coletivos. Empresas, escolas, redes de EA e mesmo universidades pouco participaram desse movimento.

EM BUSCA DE FINANCIAMENTO

Pleito antigo, a questão do financiamento marcou presença no capítulo sobre EA do documento final da II CNMA. Mas ficou ainda mais evidente na série de 23 deliberações voltadas ao Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA/MMA), cuja avaliação também permite identificar tendências. De um lado, demandou-se o fortalecimento desse fundo nacional, bem como mudanças em seu funcionamento, para facilitar o acesso dos diferentes segmentos (ongs ambientais, comunidades tradicionais etc.).

Seria preciso, segundo as reivindicações, desburocratizar seus mecanismos, tornar mais flexível a execução financeira e promover a capacitação da sociedade para elaborar, executar e avaliar projetos. Também se demandou maior controle social da gestão, cuja estrutura já contava com um número minoritário de representantes da sociedade civil.

Por outro lado, deliberou-se pela criação de novos mecanismos financeiros e fontes de recursos. Aqui entraram propostas como a viabilização e fortalecimento de fundos estaduais, municipais e do Distrito Federal; a criação de fundos nacionais para fins específicos, como projetos indígenas, agroecologia, recuperação de recursos hídricos; apoio à implementação de uma rede brasileira de fundos socioambientais, e mesmo o fortalecimento da participação à Rede Latino-Americana de Fundos Ambientais (Redlac), para garantir um intercâmbio de experiências e informações.

Fundos públicos ou privados, vale lembrar, podem ser constituídos para financiar iniciativas do governo ou/e da sociedade civil organizada. No período de realização da II CNMA, já estava em curso um projeto piloto federal para estimular fundos municipais e estaduais de meio ambiente. Meses antes, o FNMA lançara um edital de apoio à criação e fortalecimento de fundos socioambientais públicos. Foram selecionados 21 fundos atuantes em 18 unidades federativas. Justamente em dezembro de 2005, começaram as ações de capacitação que durariam um ano, por meio de reuniões regionais. Entre as/os participantes, gestoras/es públicos e representantes da sociedade civil indicadas/os por esses órgãos de financiamento, bem como representantes da Abema e Anamma.

Também já fora dada a largada para a formação de uma rede brasileira de fundos socioambientais, destinada a integrar fundos estaduais, municipais e privados. A idéia, novamente, era investir na descentralização. Especialmente num país do tamanho do Brasil, é mais difícil e caro, explicam técnicas/os do ramo, acompanhar projetos pequenos a partir de uma estrutura centralizada. Fundos regionais ou locais teriam mais facilidade. Trata-se de um tema importante para educadoras/es ambientais, tendo em vista que a maior parte de projetos nessa área entram na rubrica de “pequenos projetos”, que por isso freqüentemente encontravam barreiras para a obtenção de apoio do FNMA.

Notas

- 134 *Espaço das conferências nacionais de meio ambiente na internet: <http://www.mma.gov.br/cnma/conferencia>.*
- 135 *“Programa Juventude e Meio Ambiente”, Documento Técnico nº9 do OG-PNEA publicado em 2007.*
- 136 *“Educação Ambiental: Aprendizizes da Sustentabilidade”.*
- 137 *Informações do “Relatório Analítico Sintético”, publicada em fevereiro de 2006 pelo MEC, que traz o histórico, resultados e a íntegra da Resolução CD/FNDE 11. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/rbcm.pdf>.*

CRESCE A MOBILIZAÇÃO



“AS PESSOAS (...) JÁ NÃO SABEM O QUE É SENTIR ORVALHO NO PÉ DESCALÇO, ADMIRAR DE PERTO A MARAVILHOSA ESTRUTURA DE UMA ESPIGA DE CAPIM, OBSERVAR INTENSAMENTE O TRABALHO INCRÍVEL DE UMA ARANHA TECENDO SUA TEIA”.

JOSÉ LUTZENBERGER

Num artigo publicado na internet em 2001, o professor Thomas Michael Lewinsohn, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)¹³⁸ ensina que biodiversidade, ou diversidade biológica, é um termo científico novo. Nasceu na década de 1980 e logo se popularizou. Porém formou-se uma confusão em torno do seu significado. Biodiversidade pode se referir à diversidade de espécies vivas, ou à diversidade que existe dentro de cada espécie (não há uma pessoa igual à outra), ou ainda à diversidade de ecossistemas (tendo em vista a interação entre os seres com os locais onde vivem). Ou melhor, à soma de tudo isso.

Se o termo é novo, o conhecimento é velho. Antigas civilizações já tinham métodos próprios de observação e classificação de seres vivos. A forma atual de classificar, lembra o professor, baseia-se no *Systema Naturae*, proposto por Lineu, cientista do século 18. Ele listou 5.897 espécies de plantas e animais conhecidas até então. Em 1850, já eram pelo menos 4,5 mil as espécies qualificadas, só entre aves.

No final do século 20, chegara-se a 1,7 milhão, incluindo os microrganismos, cuja existência, aliás, só fora comprovada no século 17, com a descoberta do microscópio, que permitiu enxergar seres invisíveis a olho nu. Como historia o professor Lewinsohn, foi o ecólogo Edward O. Wilson, da Universidade de Harvard, EUA, quem pela primeira vez divulgou o termo biodiversidade em 1988, para se referir à soma e variedade de todos os tipos de organismos vivos que habitam o planeta.

O resto são prognósticos freqüentemente repetidos em comentários de especialistas, úteis para educadoras/es ambientais. As mudanças no sistema de produção e consumo – adotadas a partir da Revolução Industrial e aceleradas desde a época da 2ª Guerra Mundial – fizeram com que a humanidade passasse a consumir mais recursos naturais renováveis de que a capacidade de reposição da natureza. Segundo algumas estimativas, esse consumo ultrapassou em 25% a taxa de reposição, no início do século 21. Isso contribui para o desequilíbrio

ecológico, que acelera a velocidade de extinção de espécies, com possibilidade de colocar a própria espécie humana em risco. A mudança no modo de vida ajudaria a evitar. E a EA contribuiria para essa mudança.

No Brasil, o assunto ganhou especial destaque durante 14 dias de março de 2006, quando dois eventos internacionais consecutivos da Organização das Nações Unidas (ONU) foram promovidos na região de Curitiba (PR). Primeiro foi a MOP3, ou 3ª Reunião das Partes do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança. Em seguida, a COP8, 8ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica¹³⁹.

Na prática, discutia-se como “tirar do papel” a Convenção da Diversidade Biológica (CDB), o principal tratado internacional em prol da conservação das espécies, subscrito no Brasil durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (Rio-92). Enquanto o Protocolo de Quioto entrara em vigor em 2005 para regulamentar a convenção do clima, o de Cartagena, assinado em 2003, regulamentara apenas um aspecto da convenção da biodiversidade: a biossegurança, ou seja, a segurança na transferência, manipulação e uso de organismos geneticamente modificados pelo ser humano, mais conhecidos como transgênicos.

Segundo as estatísticas oficiais, cerca de 4 mil pessoas participaram dos eventos oficiais em Curitiba, das quais 116 ministras/os do meio ambiente. E houve 236 eventos paralelos, com outras/os 6 mil participantes. E mais de 400 jornalistas do mundo todo para a cobertura noticiosa.

TEMAS SEMPRE POLÊMICOS

Vale detalhar os temas mais instigantes e polêmicos, bem como denúncias importantes apresentadas em Curitiba, até por que os eventos representaram apenas um pequeno passo de uma história sem fim:

- “Conter” x “pode conter”. Mais que simples jogo de palavras, debatia-se a obrigatoriedade de medir e informar sobre a presença de transgênicos em cargas internacionais, para favorecer o direito de escolha de compradoras/es. A solução, provisória, ficou na “coluna do meio”. Autorizou-se que países menos estruturados para a fiscalização usassem o termo “pode conter”.

- Financiamento. O Fundo para o Meio Ambiente Mundial (GEF), administrado pelo Banco Mundial, anunciou ter US\$ 3 bilhões para uso em

quatro anos para apoio a projetos e programas relacionados à biodiversidade. Segundo críticas, seria menos de um oitavo do valor estimado só para implantar as áreas de proteção previstas na metas para 2010.

- Apoio à pesquisa. Cientistas denunciaram deficiências na estrutura de pesquisa, que dificultariam a ampliação do conhecimento sobre a biodiversidade.

- Esterilização genética, ou gurt. Tema dos mais polêmicos. Gurt é a sigla em inglês para ‘tecnologias genéticas de restrição de uso’. Também chamada de *terminator* ou ‘gerador de sementes suicidas’ é mais fácil de explicar com um exemplo. A planta com tecnologia terminator contém um mecanismo capaz de “desligar” determinados genes, para que as sementes colhidas não germinem. Resultado: o replantio é impossível. Segundo denúncias, a intenção das indústrias transnacionais detentoras da tecnologia, seria “escravizar” agricultoras/es, obrigando-os/as a sempre recomprar sementes. No outro lado, defensoras/es dos gurts alegaram que a esterilização evitaria a contaminação transgênica de culturas vizinhas. O que defensoras/es da precaução contestaram, pela possibilidade do pólen transgênico se espalhar e esterilizar espécies nativas. Vitória ambientalista: a MOP3 manteve a moratória à tecnologia.

- Nanotecnologia. Conjunto de técnicas que permite manipular a matéria em nível molecular, que suscitou protestos de grupos sociais organizados preocupados, por exemplo, com as conseqüências do “lixo nanotecnológico” sobre o ambiente. Nenhum avanço nessa área.

- Biopirataria. Com o slogan “O cupuaçu é nosso”, manifestações denunciaram obtenção de patentes de espécies brasileiras por empresas estrangeiras, como ocorreu com o brasileiro cupuaçu. Mais: organizações sociais lançaram o prêmio Capitão Gancho da Biopirataria para ‘homenagear’ empresas, países e pessoas, segundo elas, fomentadoras da biopirataria internacional.

- Preservação da diversidade cultural. Expressada no conhecimento dos povos tradicionais sobre incontáveis usos da biodiversidade e refletida, por exemplo, nos hábitos alimentares de cada região, incitou manifestações nos eventos paralelos. Assunto muito ligado à discussão de normas internacionais para o acesso aos recursos genéticos e a proteção dos conhecimentos internacionais, em pauta na COP8. Representantes de povos tradicionais chegaram a fazer manifestações públicas para pedir essa proteção, bem como a compensação, em caso do uso desses conhecimentos.

- Espécies invasoras. Com avanço do transporte e do comércio internacional, certas espécies vivas começaram a ser carregadas de um lugar para outro, voluntária ou involuntariamente. Sem inimigos naturais, algumas se multiplicam descontroladamente na nova região. Tornam-se “pragas” que concorrem com espécies nativas. Nenhuma decisão sobre o tema em Curitiba.

Ao final, Marina Silva, ministra do meio ambiente, foi positiva. “Saímos com 30 decisões, todas elas substanciais. Mesmo nas áreas onde houve mais dificuldade de negociação, conseguimos dar um passo à frente”, declarou ela para a imprensa.

A instalação de um relógio de areia, com papéis no lugar da areia, foi a reação de grupos ambientalistas contra a lentidão e a burocracia típicas do “ritmo multilateral”, em que decisões devem ser tomadas por consenso. Várias organizações manifestaram decepção, por exemplo, com o adiamento para 2012 do prazo para identificar produtos geneticamente modificados, e para 2010, como data para debater a proposta de um regime internacional de acesso e repartição dos benefícios gerados a partir do uso de recursos genéticos (ABS, na sigla em inglês).

E a EA nesse contexto? Com menor destaque na mídia, ela contou com um ambiente específico para sua discussão nos meios oficiais: o GT Comunicação, Educação e Conscientização Pública (Cepa) da COP8. Ao final, viu-se um reflexo numa decisão válida para o território brasileiro: a EA ganhou espaço no Plano de Ação para Implementação da Política Nacional de Biodiversidade (PAN-BIO).

DIAS DEPOIS...

Ainda sob os ecos dos debates e embates de Curitiba, um novamente surpreendente número de educadoras/es ambientais acorreram para Joinville (SC), em 5 de abril, para acompanhar outro evento internacional, dessa vez com foco exclusivo para a EA: o V Congresso Ibero-Americano de Educação Ambiental (V Ibero)¹⁴⁰. Além de mais dois recordes, em número de participantes e na quantidade de atividades paralelas para esse tipo de encontro, pela primeira vez optou-se por adotar o espanhol e o português como idiomas oficiais. Nas quatro anteriores, vale lembrar, usou-se apenas o espanhol.

Mantendo a tradição dos Iberos, o Brasil, país anfitrião, responsabilizou-se por toda infra-estrutura. Que foi preparada a partir de uma parceria entre Órgão

Gestor da PNEA, governo estadual de Santa Catarina, prefeitura de Joinville e patrocínio empresarial. Para dar idéia da complexidade da organização, basta lembrar que a comissão temática – responsável pela escolha de 60 palestrantes e debatedoras/es, entre outras atividades – foi composta por 75 pessoas de 13 países. E, durante o V Ibero, só para sistematizar os pareceres finais, 85 educadoras/es ambientais participaram voluntariamente.

Realizado sob o guarda-chuva da Rede de Formação Ambiental do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma/ORPALC), o V Ibero naturalmente assumiu um tema central voltado à Década de EDS: A contribuição da EA para a sustentabilidade planetária.

MULTIPLICIDADE DE PESSOAS...

A profusão de números comprova não apenas a dimensão do V Ibero, como a tendência de estreitar laços com países de língua portuguesa no campo da EA, aliás uma meta previamente explicitada pelas/os organizadoras/es. Segundo dados oficiais, cerca de 5,8 mil pessoas se inscreveram, das quais 300 provenientes de 21 países das três Américas, Península Ibérica e África. Eram representantes de governos e organizações intergovernamentais, instituições públicas e privadas, ongs, movimentos sociais, comunidade acadêmica, ou apenas educadoras/es e estudantes sem vínculos específicos, interessadas/os na programação.

E havia muito para mostrar, assistir, debater, deliberar. Um chamariz foi a revisão do Tratado de EA para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. A intenção era revisar esse documento elaborado pela sociedade civil em 1992, durante a Rio-92, que se tornou referência mundial para quem faz EA. Com os olhos de quem vive em 2006, tentar-se-ia responder coletivamente: deveria ele ser atualizado para atender aos históricos avanços na área? Caso sim, quais as mudanças necessárias?

Não ficou só nisso. Entre 5 a 8 de abril, apenas quatro dias, aconteceram três conferências, 12 mesas redondas, 32 oficinas, 31 minicursos, reuniões de 27 grupos de trabalho, a exposição de cerca de 1,5 mil pôsteres com experiências e tendências ibero-americanas de EA, além de 190 apresentações organizadas sob 10 comissões temáticas de 12 países. No quesito confraternização, deu-se espaço para 13 apresentações culturais, ao lado do lançamento de 13 livros e uma revista.

... E POUCAS SURPRESAS NOS RESULTADOS

Qualquer percurso se faz passo a passo, ensinam-nos vários provérbios e ditados populares. É o que se percebeu ao final do V Ibero, que resultou em duas cartas, duas declarações, uma moção e dezenas de recomendações que, vistas em perspectiva, podem ser entendidas como pequenos passos de uma evolução em curso.

- Revisão do tratado internacional de EA. Mesmo com a rápida expansão da EA e o contexto cada vez mais globalizado, marcado por desafios planetários como as mudanças climáticas, a perda da biodiversidade e a permanência das desigualdades socioeconômicas, as/os participantes do V Ibero concluíram que os princípios estampados em 1992 eram ainda válidos e atuais. Por isso a Carta Aberta sobre o Tratado de EA para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, aprovada na plenária final, reafirmou o compromisso com o tratado “trazido para a centralidade do Congresso pelo seu caráter histórico e por sua contemporaneidade”. E a Carta da Juventude, aprovada na mesma plenária, mencionou o tratado como instrumento para a necessária sinergia dos jovens com outros recortes do cenário socioambiental e político. Fortaleceu-se o desejo de que o documento inspire organismos internacionais e governos, relatou Moema Viezzer, que conduziu o processo de elaboração do tratado no Rio-92 e participou dos debates no V Ibero.

- Propostas de leis para a EA. Mais de que apenas recomendar a criação e/ou fortalecimento de legislação específica de EA nos países ibero-americanos, também se propuseram a incorporação das convenções internacionais no âmbito da EA nos compromissos e ações de desenvolvimento local e regional, bem como a descentralização compartilhada das políticas públicas em EA. Sinais do que predominava como entendimento das políticas públicas no V Ibero.

- Disciplina de EA. Ponto sempre polêmico quando se defende uma EA transversal (não entendida como matéria à parte, para estar presente em todas as áreas e disciplinas), deliberou-se no V Ibero em favor da criação de uma disciplina obrigatória de EA na formação inicial de professoras/es, licenciaturas e magistério, justamente como estratégia para chegar à transversalidade nos demais segmentos. No Brasil, essa obrigatoriedade fora descartada na Lei da Política Nacional de EA, regulamentada em 2003. Rachel Trajber, coordenadora de EA no MEC, declarou que o órgão governamental tentaria incluir esse ponto no Plano Nacional de Educação.

- Integração. Palavra-chave em muitos momentos do V Ibero, pontuou várias demandas aprovadas no final do evento. Entre elas, o pedido por

Reunião de especialistas

Joinville também foi palco da 2ª. Reunião de Especialistas em Gestão Pública da Educação Ambiental da América Latina e Caribe, que daria continuidade à proposta de operacionalização de um mecanismo de cooperação regional latino-americano e caribenho, ligado ao Programa Latino Americano e Caribenho de Educação Ambiental (Placea) e ao Plano Andino Amazônico de Comunicação e Educação Ambiental (Panacea).

Dessa vez, além da presença de delegadas/os e observadoras/es dos ministérios de meio ambiente de 14 países da América Latina e Caribe – Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Cuba, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela – a reunião foi aberta à participação de outras entidades governamentais e da sociedade civil.

Essa abertura contribuiu para que vencesse a lógica. Programa originalmente delineado por e para representantes de órgãos governamentais de meio ambiente, o Placea deveria ser integrado – de acordo com a conclusão dos participantes da reunião – também por organismos voltados à educação. Para tanto, uma dupla estratégia foi traçada.

No macro, a Venezuela, como coordenador regional do programa, se encarregaria da apresentação do Placea aos foros de ministros da educação. Já no âmbito de cada nação participante, representantes locais do programa, por intermédio dos ministros da área ambiental, comprometeram-se a convidar seus pares da área de educação. País anfitrião da reunião de ministros, o Brasil foi o primeiro cujo Ministério da Educação ingressou no Placea, numa iniciativa entendida como exemplo para os demais.

Não ficou só nisso. Completando o tripé, representantes das nações durante a reunião prometeram assumir a tarefa de também trabalhar pelo envolvimento da sociedade civil na implementação dos planos nacionais do Placea.

E dois documentos foram oficialmente adotados como referências para os países participantes, inclusive no que tange a ações relacionadas à Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável: o Tratado de EA para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global e o Manifesto pela Vida. Além disso, reforçou-se a missão de cada país, de fortalecer e/ou criar uma legislação nacional de EA, bem como de lutar por uma previsão orçamentária específica para a sua implementação.

maior integração interinstitucional nos e entre os países no campo da EA e com organismos de cooperação internacional; a construção de cenários de aprendizagem em rede; o estímulo à troca de experiências em gestão do meio ambiente no âmbito dos segmentos empresariais, e governo e mesmo a valorização da questão de gênero, visando retirar a invisibilidade das mulheres na agenda política da EA.

- Expansão. Programado para 2009, na Argentina, o VI Ibero começou a nascer nas recomendações de Joinville, por exemplo com a idéia de ampliar o envolvimento dos países na organização, principalmente aqueles que já sediaram o evento; a inclusão dos jovens na organização e atividades, o convite à participação de países caribenhos de língua inglesa, e a incorporação da modalidade e temática da educação a distância, bem como da educação especial nas práticas e documentos relacionados à EA.

NOVIDADES ENTRE AS REDES

Se se esperava que nascessem novas redes num evento desse porte, dessa vez o número surpreendeu. Pelo menos 15 foram estabelecidas, segundo o balanço final do evento, das quais uma de âmbito latino-americano – a Rede dos Povos Indígenas e EA da América Latina – e seis na esfera ibero-americana. Destas, uma buscaria a abordagem mais ampla da EA, enquanto as demais seriam temáticas: EA e turismo, centros e equipamentos de EA; experiências locais; pesquisa e pós-graduação em ambiente e sociedade, programas de EA na universidade.

Criado um ano antes no mundo virtual, a Rede dos Países Lusófonos ganhou sua primeira reunião presencial durante o V Ibero. Seis países já serviam como elos – Brasil, Portugal, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe – mas havia a perspectiva da adesão de Timor-Leste e Angola, para completar o time das nações de língua portuguesa. A valorização do idioma, frente à hegemonia dos países anglo-saxões nos estudos e publicações de EA deu o tom dos debates, que seguiriam em 2007, segundo as previsões, no Simpósio de Países de Língua Portuguesa, na Galícia, Espanha.

Das novas redes exclusivamente brasileiras, quatro destaques: a de Coletivos Educadores Ambientais, a em prol da EA nos manguezais e a que uniria pessoas do governo e sociedade civil atuantes na Bacia Hidrográfica do rio São Francisco na luta por sua revitalização. Também se pavimentou no evento a estrada para a futura criação de uma rede nacional de fundos socioambientais, a se conectar com a já existente Rede de Fundos Ambientais Latino-americana e Caribenha.

SONHOS IBERO-AMERICANOS

Uma grande árvore estilizada, construída com sarrafos, papel, tecido, fita e cola, não só chamou a atenção durante o V Ibero, como permitiu detectar desejos, sonhos e anseios das pessoas. A idéia era repetir o fenômeno da Árvore

da Vida, enorme e fotogênica estrutura criada pela ong sueca *Global Tree* no Rio de Janeiro em 1992, onde milhares de participantes do Fórum das Ongs e Movimentos Sociais, paralelo à Rio-92, deixaram mensagens desenhadas e escritas.

No caso da árvore de Joinville, a expectativa era colher os sonhos dos povos ibero-americanos para a década da educação ambiental para sociedades sustentáveis, explicaram Fabio Deboni e Sandra Lestingue, em artigo publicado no site do V Ibero, após o evento. Ao acolhê-los, a árvore iria se transformar visualmente, materializando um primeiro passo em direção a uma realização.

Findo o evento, seria possível visualizar as demandas e sonhos das/os participantes, com suas variadas compreensões sobre cultura, sociedade, economia, natureza. Para tanto, as 749 mensagens legíveis foram recolhidas, transcritas e separadas em categorias temáticas, para revelar os principais sonhos dessas pessoas envolvidas com EA.

Venceu a utopia. Foi o tema de cerca de metade dos textos (52,6%), que pediam por um mundo melhor. Na mesma linha, mas direcionadas para a questão ambiental, também foi expressivo o número de mensagens explicitando o desejo pela conscientização ambiental, respeito e melhoria do meio ambiente. Esse conjunto conquistou o segundo lugar, com quase um quinto das demandas (18,4%).

Vale conferir os demais outros temas citados como sonhos, mas em proporção menor. Quatro categorias quase empataram, com cerca de um vigésimo das manifestações cada: propostas em prol de sociedades sustentáveis e questões coletivas (5,6%), temas relacionados à transversalidade e ações de EA (5,3%), juventude e preocupação com as futuras gerações (4,9%), pedidos pessoais e particulares (4,7%). Bem abaixo delas, vieram questões pedagógicas e relacionadas a escolas (3,2%), pregação pelo trabalho sério do governo (2,2%), temas relacionados à espiritualidade (1,2%), à comunicação (0,5%), às comunidades tradicionais (0,3%) e sugestões para o próprio Ibero (0,3%).

Notas

138 “A evolução do conceito de biodiversidade”, de Thomas Michael Lewinson, atualizado em 01/06/2001 no site *comciencia.br* (<http://www.comciencia.br/reportagens/biodiversidade/bio09.htm>).

139 Além de milhares de páginas na internet, produzidas principalmente por ongs, há o sítio oficial lançado pelo Ministério de Relações Exteriores, com histórico, posições do Brasil, documentos e glossário: <http://www.cdb.gov.br/>.

140 Rico em dados, o sítio do evento, <http://www.viberoea.org.br/>, foi depois transcrito em CD, anexo aos anais do V Ibero.

SONHOS E CRÍTICAS



“NENHUMA FÓRMULA PARA A CONTEMPORÂNEA EXPRESSÃO DO MUNDO. VER COM OLHOS LIVRES.”

OSWALD DE ANDRADE

Nem bem acabou o evento ibero-americano de EA em Joinville e mais um aconteceria em Luziânia (GO), no final do mesmo mês. Trata-se da II Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente (II CNIJMA), que vinha sendo gestada desde o ano anterior, com o envolvimento de um grande número de instituições. No “olho desse furacão”, MEC, MMA, secretarias de educação estaduais e municipais, coletivos jovens e ongs trabalhando diretamente na realização. Isso sem falar do apoio institucional e operacional de organizações públicas e privadas, e do patrocínio de cinco grandes empresas e de órgãos federais¹⁴¹.

Assim como a primeira conferência infanto-juvenil, realizada em 2003 em paralelo à “conferência adulta”, a organização dessa edição também seguiu a lógica de campanhas pedagógicas. A começar pela divulgação e distribuição prévia de materiais de apoio para as escolas de todo o país, que optariam pela participação (ou não) no processo de mobilização.

A escola que aderisse seguiria etapas que incluiriam a realização de conferência na própria instituição de ensino, seguida de evento estadual ainda em 2005, para culminar na mencionada conferência nacional, para onde afluíam cerca de 600 delegadas/os, estudantes da 5^a. a 8^a. série, com idade entre 11 e 14 anos, escolhidas/os durante o processo. Uma sistemática similar à de 2003, pela qual cada escola elegeu representantes-candidatas/os à participação no evento estadual, no qual se fez a seleção final para o evento nacional.

De acordo com dados do MEC, cerca de 11,5 mil escolas e comunidades se engajaram, somando, ainda segundo as estimativas oficiais, mais de 3,8 milhões de pessoas espalhadas por mais da metade dos municípios brasileiros. Quer dizer, as jovens delegações levaram para Brasília (DF) os anseios e demandas de um contingente de brasileiras/os que não se limitou ao âmbito escolar. Vale dizer que algumas delegações representaram comunidades indígenas, comunidades quilombolas, assentamentos rurais e em situação de rua.

Inclua-se na estatística da participação 80 facilitadoras/es dos Coletivos Jovens, 90 pessoas dos comitês estaduais e observadoras/es internacionais de 12 países, para chegar ao time que contribuiu na produção da Carta de Responsabilidades Vamos Cuidar do Brasil, documento final da conferência, entregue a Luís Inácio Lula da Silva, presidente do país, bem como aos ministros Fernando Haddad, da Educação, e Marina Silva, do Meio Ambiente.

DIFERENÇAS NA NOVA EDIÇÃO

Até parece, neste relato, imitação do evento anterior, com novos nomes e números. É no detalhamento que se percebe o aprofundamento. Vale conferir:

- **Autonomia.** Dessa vez, a agenda do evento infanto-juvenil não coincidiu com a da conferência “adulta”. A desvinculação deu abertura para um caminho próprio para as/os jovens.
- **Tema desafiante.** Cada instituição de ensino recebeu a provocação de trazer para o universo local – escola e comunidade – conteúdo de quatro documentos internacionais dos quais o Brasil é signatário. Trata-se de duas convenções, sobre as Mudanças Climáticas e sobre a Diversidade Biológica, e duas declarações – de Roma sobre a Segurança Alimentar Mundial, e de Durban contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata. Com materiais e orientações do MEC, a comunidade escolar foi incitada a mergulhar nos conteúdos desses acordos internacionais, para criar ações que trariam para a realidade local os compromissos que o país subscreveu: o combate ao aquecimento global, a proteção da biodiversidade, a defesa da segurança alimentar e a da diversidade étnico cultural.
- **Responsabilidades.** Mais de que apontar problemas e reivindicar soluções, jovens se comprometeriam, em sua Carta de Responsabilidades, a trabalhar em prol de um mundo melhor. Quer dizer, as pessoas envolvidas nas atividades da escola e comunidade do entorno assumiram publicamente compromissos relacionados aos temas dos quatro acordos internacionais. Em seguida, as responsabilidades apontadas pelas comunidades escolares foram sistematizadas, orientando as conferências estaduais e a nacional. Estas, por sua vez, foram reorganizadas, resultando na mencionada carta finalizada pelas/os jovens em Luziânia.

RESPONSABILIDADE NACIONAL E INTERNACIONAL

“Somos jovens do Brasil inteiro (...), buscamos construir uma sociedade justa, feliz e sustentável. Assumimos responsabilidades e ações cheias de sonhos e necessidades”, resume já no primeiro parágrafo a Carta de Responsabilidades dos jovens, reforçando que ela traz “as idéias coletivas de 12 mil escolas e comunidades de todo o país que realizaram suas Conferências em 2005, com os desejos de 4 milhões de pessoas”.

No manifesto entregue às autoridades federais, as/os jovens se propuseram a compartilhar nove responsabilidades com “governos, empresas, meios de comunicação, ONGs, movimentos sociais e culturais, além de nossas comunidades”. O texto ressalta “o carinho pela vida e suas diversidades”, como ferramenta para “encarar os desafios socioambientais da geração”.

Sintomaticamente, a primeira das nove responsabilidades enfatiza o compromisso pela “divulgação da informação e ampliação dos conhecimentos por meio da educação ambiental” (grifo nosso). E mais: o texto cita a preferência por ações “de jovens para jovens e de jovens para adultos”, para “proteger e valorizar o local em que vivemos e suas culturas com a produção e apropriação de diversas linguagens de comunicação descontraídas e criativas”.

Essa postura, vale ressaltar, vai ao encontro do documento Responsabilidades Humanas, cuja construção se iniciara nos anos 1990 por empenho da Fundação Charles Léopold Meyer pelo Progresso Humano, sediada em Paris. Resultante de criação coletiva aberta à permanente atualização, o texto internacional ganhou adesões no mundo todo pela proposta de um novo pacto social entre seres humanos. Pacto esse que, como explica o site da fundação, “trata das responsabilidades individuais e coletivas nas inter-relações humanas e com a biosfera, que cidadãos do mundo inteiro, governos e instituições podem adotar, numa perspectiva de construir sociedades sustentáveis”.

Apenas dois parágrafos da apresentação do documento internacional bastam para entender por que ele se tornou uma das referências citadas pelos realizadores da II CNIJMA: “Atualmente, a vida internacional se apóia em duas bases: a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que se apóia na dignidade dos indivíduos e na defesa de seus direitos, e a Carta das Nações Unidas, cujos pontos principais são a paz e o desenvolvimento. Graças ao marco que foi criado por essas duas bases, se conseguiu um progresso indiscutível na organização das relações internacionais. Mas os últimos cinqüenta anos viram mudanças globais radicais.

Para enfrentar os grandes desafios do século XXI, é preciso elaborar um novo pacto social entre seres humanos, com o objetivo de assegurar a sobrevivência da humanidade e do planeta. Tal pacto deve assumir a forma de uma carta adaptada por cidadãos do mundo inteiro, e mais tarde por instituições internacionais”¹⁴².

Em tempos em que a interatividade abre portas para o mundo, não é de estranhar o que ocorreu em seguida. O processo das conferências infanto-juvenis no Brasil inspirou uma proposta de uma inédita conferência infanto-juvenil internacional, que resultasse na criação coletiva de uma Carta das Responsabilidades – Vamos Cuidar do Planeta. Projetada para acontecer no país em 2010, ela seria aberta a estudantes de diferentes países, cursando os anos finais do ensino fundamental ou equivalente. Mas o lançamento oficial, vale adiantar, só aconteceria dois anos mais tarde, em 2007. Também seria defendido em novembro daquele ano, na IV Conferência Mundial de Educação Ambiental - Tbilisi+30. Promovido pelo governo da Índia, Unesco e Pnuma, o evento reuniu 1,5 mil participantes, de 97 países em Ahmedabad, no estado de Gujarat, e deu grande atenção à Educação para o Desenvolvimento Sustentável¹⁴³.

RESPONSABILIDADES LOCAIS

Será que as mesmas responsabilidades apregoadas na carta final da II CNIJMA eram pauta do dia a dia de suas/seus jovens delegadas/os? Uma pesquisa sobre percepção ambiental realizada durante o evento nacional concluiu que sim: nove em cada dez respondentes (89,5%) declararam que todas/os são responsáveis por cuidar/zelar pelo meio ambiente. Também aqui, é nos detalhes que se enxergam pontos frágeis e fortes, indicadores de caminhos para avançar.

Derivada de uma parceria entre o MEC e o Núcleo de Estudos em Percepção Ambiental da Empresa Brasileira de Ensino e Extensão (Nepa), responsável pelo estudo, e patrocinado pelas empresas Aracruz Celulose e Companhia Siderúrgica Tubarão (CST), a pesquisa também quis saber como esse universo de jovens engajadas/os reagiriam ante um problema ambiental.

O retorno deixou transparecer um variado leque de possibilidades. Entre todas, um quinto das/os respondentes (21,4%) adiantou que buscaria apoio na

comunidade. Uma reação coerente com a proposta de repartir responsabilidades, avaliaram as/os analistas. Em seguida, vieram diferentes modalidades de denúncias e manifestos: procurar um órgão ambiental (13,4%), organizar manifestação de rua (12,2%), contatar a imprensa (9,7%) e, em proporção bem menor (5,9%), criar um abaixo-assinado.

Surpreendentemente, só pouco mais de um vigésimo das pessoas (5,5%) avisou que “falaria com meu professor, minha professora”. O que foi entendido como sinal da distância da relação professor-estudante e portanto da relação escola-comunidade. Parcela ainda menor sugeriu que “pediria ajuda a um político” (2,1%). Pelo tipo de evento, não é surpresa que quase ninguém (0,8%) tenha dito que “não daria para fazer nada”. Mas, para ambientalistas, pode surpreender outra informação: em outro ponto da pesquisa, quase três quartos das/os delegadas/os (73,1%) declararam desconhecer ongs que atuam na área ambiental nas suas comunidades. Sinal de distância também desse universo.

Mas quem eram as/os delegadas/os participantes da II CNIJMA?

- Pontos comuns. Majoritariamente foram ao evento em Brasília estudantes de escolas públicas (94,5%), com 13 a 15 anos de idade (78,1%) e já na 8ª. série (67%). Mais da metade eram meninas (57,1%), e mais de três quartos residiam nos municípios do interior do país (80%), em áreas urbanas (76,1%). Para mais de dois terços (68,1%) o tema meio ambiente era discutido sempre ou quase sempre com suas famílias.

- Escolas engajadas. A grande maioria das escolas das/os delegadas/os da II CNIJMA (92,8%), abordava os temas ambientais freqüentemente (60,1%) ou eventualmente (32,8%). Resultado parecido ao Censo Escolar de 2004 (94%), que concluiu pela tendência de universalização da EA nas escolas de Ensino Fundamental. Não fica só nisso: mais da metade dessas escolas (51%) também se envolvera na I CNIJMA, e tinha sua Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola, conhecida como Com-vida (43%).

- Ações ambientais. Correspondendo à expectativa, pelo tipo de evento, esmagadora maioria declarou interesse pela temática ambiental (91,2%) e intenção de participar de projeto ou curso na escola nessa área (98,8%). Indo além das intenções, mais de três quartos das/os respondentes disseram realizar ações para cuidar do ambiente (88,2 %), sobretudo na própria comunidade (63,4%). Só que mais da metade confessou ter dificuldades para “convencer”

Rede de fundos socioambientais

Criado no final dos anos 1980, o Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA/MMA) trabalhava em 2006 com duas modalidades de apoio. De um lado, projetos de demanda induzida, anunciados por meio de editais públicos, com valores, prazos e escopos pré-definidos. De outro, os de demanda espontânea, que poderiam ser apresentados em qualquer época do ano e por qualquer tipo de organização, desde que seguissem os princípios e núcleos temáticos sugeridos pelo fundo. Em geral, entravam nessa categoria os de EA, quase sempre de pequeno porte.

O ritual de aprovação incluía a análise técnica, seguida da aprovação (ou não) pelo Conselho Deliberativo do FNMA. Em 2006, ainda havia um acúmulo de 100 projetos da modalidade demanda espontânea apresentados desde 2003 na “fila de espera” da avaliação. E novas propostas não paravam de chegar. Por pressão de representantes da sociedade civil, o Conselho aprovou a Resolução FNMA 01/2007, suspendendo temporariamente o recebimento de novos projetos dessa modalidade, para dar chance aos já cadastrados e identificar novas fontes de recursos visando atender a procura.

Contagens do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do MMA tinham revelado a existência de quase mil fundos municipais de meio ambiente no país em 2001. E, em 2004, localizaram 50 fundos socioambientais estaduais. Só que apenas 81 fundos municipais e 16 estaduais permaneciam ativos em 2006. Motivos? Um diagnóstico apontou a falta de recursos, insuficiente respaldo técnico e baixa capacidade operacional das secretarias de meio ambiente (em geral gestoras dos fundos locais e estaduais), bem como a não percepção de potencialidades que eles embutem.

Quem é do ramo garante que fundos locais, regionais, estaduais são muito mais eficientes para financiar projetos menores, área em que financiadores de âmbito nacional têm mais dificuldade, pelo custo do acompanhamento, semelhante para pequenos e grandes projetos. E esse foi um dos argumentos para criar a Rede Brasileira de Fundos Socioambientais, fruto de uma parceria do MMA com as associações Brasileira de Entidades Municipais de Meio Ambiente (Abema) e a Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente (Anamma).

Atuando tanto na capacitação das/os gestores, como no suporte aos financiamentos, a nova rede poderia dar músculos aos fundos municipais e estaduais já existentes, além de estimular a criação de novos. Nesse raciocínio, também se previu que ela facilitaria a destinação de recursos para pequenos projetos locais e regionais, inclusive na área de EA¹⁴⁶.

Em novembro de 2006, no Rio de Janeiro, aconteceu a 1ª Assembléia da Rede Brasileira de Fundos Socioambientais, em paralelo à 8ª Assembléia da Rede de Fundos Ambientais da América Latina e Caribe (RedeLAC). Segundo técnicas/os que participaram dos eventos, foi nesse momento que começou de fato a rede brasileira, congregando representantes de 29 fundos municipais, 8 estaduais, 2

federais e 5 instituições financiadoras de projetos ambientais. Ao final do evento, a rede tinha seu regimento interno, indicação dos membros do comitê executivo e a recomendação de planos de trabalho de captação de recursos e para a capacitação de gestoras/es de fundos.

Já a assembléia da RedeLAC – que trouxe para a capital carioca representantes de 14 países da América Latina e Caribe – discutiu caminhos do financiamento socioambiental. Formada oito anos antes, ela reunia 25 fundos, operando cerca de US\$ 800 milhões em 7 mil projetos, segundo seus representantes. Parece muito, mas a demanda era maior que a disponibilidade para novos financiamentos. Foi um dos dilemas exposto pelo brasileiro Pedro Leitão, diretor do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio), eleito presidente da RedeLAC para o período outubro/2007 – outubro/2009¹⁴⁷.

outras pessoas (56,30%). A maioria das famílias (59,7%) contava com o serviço público de coleta de lixo. Mas a queima (12,2%) e jogar/enterrá-lo em terreno baldio (4,2%) foram outras opções mencionados. Em menos de um quarto (23,1%) das residências dessas/es jovens a coleta seletiva era realidade.

- Visão inteira. Mais de dois terços das/os respondentes definiram meio ambiente como a interação das diferentes formas de vida existentes no planeta, incluindo os seres humanos (66%). E nove em dez respondentes (91,6%) informaram acreditar na possibilidade do desenvolvimento sem agressão ao meio ambiente. Aproximadamente metade apostou ser viável combinar preservação da natureza – total (34,5%) ou parcial (16,8%) – com o uso dos recursos naturais por quem depende disso para garantir a sobrevivência. São dados similares aos apresentados por outro grupo engajado: as/os integrantes dos Coletivos Jovens de Meio Ambiente, como vimos na pesquisa realizada pelo MEC e MMA, em 2005.

- Caminhos para o aprofundamento. No cômputo geral, dois terços das/os estudantes (66,4%) identificaram corretamente o bioma de seu local de moradia. Só que houve casos extremos. Em Tocantins e Santa Catarina, cujas/os delegadas/os confessaram não ter essa informação. Outro indicador de conhecimento da temática ambiental, a relação entre poluição e saúde, foi reconhecido só por pouco mais da metade das/os respondentes. Perto de um quarto das/os jovens (23,1%) afirmou desconhecer problemas ambientais no local onde reside. As/os demais destacaram, como principais dramas, a poluição da água, queimadas e desmatamentos, esgoto e lixo. Numa escala de prioridade, população, indústria e governo foram apontados como principais vilões da

degradação. Vale dizer que quando se perguntou qual a primeira palavra que vem à mente ao pensar em “indústria”, quase dois terços (60,5%) mencionaram “poluição”.

QUESTIONANDO A POLÍTICA DE EA

Como tudo na vida, não se pode pensar que políticas públicas em EA cresceram num uníssono, como essa descrição pode dar a entender. Exemplo de nota dissonante está no manifesto “A educação ambiental frente ao esfacelamento da cidadania no governo Lula (2002-2006)”, assinado pelo professor Marcos Reigota, do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Sorocaba (Uniso). Sua primeira versão foi apresentada um mês depois da II CNIJMA, em maio de 2006, em Florianópolis (SC) para o grupo Cotidiano e Práticas Sociais, no XI Simpósio Brasileiro de Pesquisa e Intercâmbio Científico da Associação Nacional de Pós-graduação em Psicologia (Anpepp). Em agosto do mesmo ano, foi divulgado em Sorocaba, como documento de livre reprodução, desde que citada a fonte e para fins não comerciais. Em 2007, seria publicado como capítulo de livro.¹⁴⁴

O texto parte da avaliação de que historicamente a EA brasileira se destacou pelo “engajamento político na construção de uma sociedade justa, sustentável e democrática”, para então enumerar “uma série de acontecimentos, decisões políticas, eventos, seminários e documentos (...) no sentido contrário ao que tem sido arduamente construído desde o final dos anos 1970”. Entre eles, cita decisões do governo federal, polêmicas do ponto de vista ambiental, sobre as quais “não se ouviram/viram manifestações públicas dos/as educadores/as ambientais, próximos ou no interior dos Ministérios do Meio Ambiente e da Educação”.

Reigota menciona, entre outros, a liberação para exportar e comercializar uma safra de soja transgênica produzida clandestinamente no Rio Grande do Sul; a defesa da transposição do rio São Francisco e da construção da usina nuclear Angra 3 e até a aprovação de lei 4.776/05 (que regulamenta a exploração da madeira em áreas públicas da Amazônia), cuja tramitação começara no governo anterior, já com forte apoio de grupos ambientalistas, como Greenpeace e WWF-Brasil.

O autor não economiza citações para relatar o que chama de “esfacelamento da cidadania no governo Lula”. Qualifica o período 2003-2006 como de “rupturas e divergências profundas devido aos mesmos problemas éticos, políticos e ecológicos”, mas ressalva: “a educação ambiental, pela sua própria discricção na estrutura do poder, não esteve no centro das questões éticas e políticas nacionais”.

Mesmo assim, ataca: “os respingos da crise ética e política atingiram os/as educadores ambientais dividindo-nos entre os favoráveis ao governo e os dissidentes. A cooptação de educadores/as ambientais se deu através de apoio oficial, político e econômico, aos projetos e presença no sistema de difusão (publicações, consultorias, direito a participação e voz em eventos) ou convites a conhecidas ONGs na terceirização de serviços e atividades financiados pelos Ministérios da Educação e Meio Ambiente. Muitas ONGs têm atuado como organizações do aparelho ideológico de Estado, e a própria denominação (“não governamental”) perdeu o seu sentido. A desqualificação pública ou nos bastidores e a exclusão dos/as educadores/as ambientais dissidentes da história do movimento foram os fatos políticos mais relevantes e paradigmáticos”.

O texto se concentra, então, sobre a publicação ProFEA – Programa Nacional de Formação de Educadoras(es) Ambientais – por um Brasil educado e educando ambientalmente para a sustentabilidade¹⁴⁵, do Órgão Gestor da PNEA, distribuída aos participantes do V Ibero em abril de 2006, para ressaltar pontos nos quais aponta questões como: “contradições”, “equivoco conceitual, ou apropriação do ideário político e pedagógico libertário”, “fragilidade conceitual”, “deslize conceitual”, problemas nas referências bibliográficas. E questiona o uso de conceitos “sem explicitar as divergências epistemológicas e políticas, entre eles”, indagando: “como traduzi-los nas suas mais variadas vertentes em fundamentos das práticas pedagógicas sem cair nos clichês e chavões simplistas e simplificadores?”

“Embora a Política Nacional de Educação Ambiental disponha de profissionais com titulação elevada e professores de renomadas universidades, os argumentos e fundamentos apresentados em documentos como o PROFEA são primários”, vaticina. Mas finaliza com palavras que considera otimistas: “Ao longo desse ensaio surgiram várias questões que poderão ser debatidas nos processos pedagógicos e sociais de (re)construção de representações

convincentes de cidadania e de intervenção política cotidiana”, resume, para inquirir: “poderá a educação ambiental ter participação efetiva na reconstrução da cidadania?”

“Em caso positivo,” – prossegue – “com quais referenciais teóricos e políticos? Serão as próximas gerações de educadores/as ambientais capazes de redefinir, através de suas práticas cotidianas, não só a cidadania, mas também e principalmente um comportamento político de autonomia dos cidadãos e cidadãs e dos movimentos sociais frente aos aparelhos ideológicos de Estado? Quem viver, verá”.

Classificado como apaixonado por educadoras/es ambientais do país, o texto motivou debates em diferentes esferas e listas de discussão, com respostas às vezes também apaixonadas, a favor ou contra as afirmações do especialista. No caminho do meio, o educador Luis Ferraro relatou que organizara dois livros para o OG/PNEA, com intenção de dar voz a educadoras/es ambientais, “sem recortar uma única escola de pensamento, dando vazão à diversidade que nos constrói”, para os quais o professor Reigota recusou o convite de participar. “Ficaria decepcionado se qualquer um dos convidados se sentisse induzido a não mais fazer críticas ao governo por causa disso”, informou ele, opinando que “aderir ou rejeitar integralmente o texto [de Marcos Reigota], a partir das empatias, não é o papel que nos cabe enquanto sujeitos críticos da EA”.

BALANÇO OFICIAL

“Para além do momento político e eleitoral que vivemos no Brasil, permanece a necessidade de continuarmos a construir esta rica história de aprendizagens compartilhadas na formulação de um Sistema Nacional de Educação Ambiental (SisNEA)”, descreveriam em tom otimista, alguns meses mais tarde, quatro integrantes do DEA/MMA – Marcos Sorrentino, Irineu Tamaio, Heitor Medeiros e Marisol Kadiegi – em mensagem direcionada às redes de EA.

Desde 2003, informaram os signatários, tinha-se uma Política Nacional de EA (PNEA), um Programa Nacional de EA (ProNEA), além de uma estrutura institucional, com o Órgão Gestor (composto pelo MEC e MMA), o Comitê Assessor (“composto por ampla e diversificada representação da sociedade brasileira”) na esfera federal, complementada pelas Comissões

Interinstitucionais de EA (CIEAs) em 24 Unidades Federativas e Comissões Pró-CIEA nas demais UFs.

Também já havia perto de 200 Coletivos Educadores – em funcionamento ou como projeto formalizado –, e as Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida (no âmbito das escolas), ou Comunidades de Aprendizagem, Meio Ambiente e Qualidade de Vida (nas comunidades), ambas com a sigla Com-Vida e o desafio de promoverem a capilarização da EA e a formação de “educadoras/es ambientais populares por todo tecido social brasileiro”.

Isso sem falar das mais de 40 Redes de EA, com atuação por área geográfica, tema ou/e setores da sociedade. “Não foi em vão que os esforços que ainda hoje são feitos no delineamento deste visionário modo de organização estão dando frutos por todo o País”, assegura o texto. Os signatários destacam uma das mais recentes, a Rede de Fundos Socioambientais, que começara a se materializar para contribuir no financiamento de pequenos projetos de EA. Mas o relato destaca a necessidade de um “avanço legal”, para garantir a destinação de recursos para a EA.

Fechando o círculo, o texto menciona as Conferências Nacionais de Meio Ambiente em suas versões “adulta” e “infanto-juvenil”, os fóruns brasileiros de EA, organizados pela Rebea com apoio do governo brasileiro, e o investimento em sistemas de informações. Em 2006, estava em andamento a reestruturação do Sistema Brasileiro de Informações em EA (SIBEA), iniciara-se o canal virtual da EA EA.net, bem como a discussão para unir o Centro de Informação e Documentação Ambiental do MMA (CID) e o Centro Nacional de Informação Ambiental do Ibama (CNIA), para constituir o Centro Unificado de Informação Documental sobre Ambiente (Cuida).

Não era o único ponto em que mudanças poderiam ocorrer. “Sabemos que muito resta a ser feito e que não atingiremos nossos objetivos se nos iludirmos com a possibilidade de atingi-los somente pela via educacional e apenas em nosso país”, mencionou o texto, avançando em alguns pontos que poderiam despertar novas polêmicas entre educadoras/es ambientais: a criação de uma Fundação Nacional de EA, a necessidade de “aprimorar-se a lei da PNEA” e de criar outros textos legais prevendo a obrigatoriedade da EA no licenciamento de empreendimentos, em ações de fiscalização e em processos de produção e consumo. A maior novidade, no entanto, seria a expansão do modelo brasileiro para outros países do hemisfério sul, como veremos.

Notas

- 141 *Histórico, avaliação e materiais de apoio da II CNIJMA*, em: <http://cgsi.mec.gov.br:8080/conferenciainfanto/index.php>.
- 142 <http://www.charte-responsabilites-humaines.net> (site multilíngue).
- 143 *O Brasil também defende a promoção de uma 2ª Jornada do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. Relatos oficiais do evento, fotografias e a “Declaração de Ahmedabad 2007: Uma chamada para a Ação. Educação para a vida, a vida pela educação”*, disponíveis em: <http://www.tbilisiplus30.org>.
- 144 Publicado em *“A produção na diversidade: Compromissos éticos e políticos em Psicologia”*, de Maria Auxiliadora Teixeira Ribeiro; Jefferson de Souza Bernardes; Charles Elias Lang. (Org.), pela editora Casa do Psicólogo, em 2007. Também disponível em: http://www.ecomarapendi.org.br/rebea/Arquivos/Reigota%20Anpepp_16.08.06.doc.
- 145 Publicado pelo OG-PNEA disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/dt_08.pdf.
- 146 *“Rede Brasileira de Fundos Socioambientais começa a operar oficialmente”*, reportagem da Conservação on-line, edição 60 (novembro de 2006), Disponível em: www.fundacaobotario.org.br.
- 147 Informação do sítio <http://www.fundosambientais.org.br>, da Rede Brasileira de Fundos Socioambientais.

ESPALHANDO AS RAÍZES



“É FUNDAMENTAL PARTIR DA IDÉIA DE QUE O HOMEM É UM SER DE RELAÇÕES E NÃO APENAS DE CONTATOS, DE QUE ELE NÃO APENAS ESTÁ NO MUNDO, MAS TAMBÉM COM O MUNDO”.

PAULO FREIRE

“O s últimos 40 anos foram pródigos em encontros, conferências, seminários, tratados e convenções voltados à temática ambiental e, no entanto, nunca se comprometeu tanto a capacidade de manutenção da vida, o que indica a necessidade de ações educacionais que contribuam para a construção de sociedades sustentáveis.

(...) a ameaça à biodiversidade está presente em todos os biomas, em decorrência, principalmente, do desenvolvimento desordenado de atividades produtivas. A degradação do solo, a poluição atmosférica e a contaminação dos recursos hídricos são alguns dos efeitos nocivos observados. Na maioria dos centros urbanos, os resíduos sólidos ainda são depositados em lixões, a céu aberto.

Associa-se a isso um quadro de exclusão social e elevado nível de pobreza da população. Muitas pessoas vivem em áreas de risco, como encostas, margens de rios e periferias industriais. É preciso também considerar que uma significativa parcela da população tem uma percepção ‘naturalizada’ do meio ambiente excluindo homens, mulheres, cidades (...) ¹⁴⁸.”

Engana-se quem pensar que os três parágrafos acima descrevem uma situação brasileira. Mesmo que verossímeis para a realidade do nosso país, eles abrem a primeira versão preliminar de um Programa Nacional de EA de Angola, que resulta – isso sim –, de um inédito trabalho de cooperação no campo da EA entre o país africano e Brasil.

FINCANDO A EA...

Tudo começou em 27 de maio de 2006, com a assinatura de um ajuste complementar ao Acordo Básico de Cooperação Econômica, Científica e Técnica que entrara em vigor 16 anos antes, em 1990. O fortalecimento da EA em Angola, por meio da capacitação de formadoras/es e oferta de subsídios

para a elaboração de um Programa Nacional de EA, estava naquele acordo mediado pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), ligada ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil, como componente a ser trabalhado pelos ministérios do Meio Ambiente do Brasil e do Urbanismo e Ambiente de Angola (Minua).

Vale lembrar que o Brasil fora o primeiro país a reconhecer a independência de Angola, em 1975. Ex-colônia portuguesa, detentora de uma importante diversidade étnica, cultural e expressiva riqueza em recursos naturais, inclusive petróleo e diamantes, a colônia enfrentara conflitos armados desde os anos 1960 para conquistar essa liberdade político-administrativa. Mas mergulhou, em seguida, em mais de duas décadas de lutas internas, até a morte do principal opositor, Jonas Savimbi, e a adoção de um acordo de paz em 2002¹⁴⁹.

Depois de tudo isso, seria preciso enfrentar, no processo de recuperação, desde a precariedade em serviços básicos, como saneamento, habitação, fornecimento de água e energia, até o trânsito caótico, sobretudo na capital, Luanda. Convivia-se, em 2006, com dificuldades nos serviços de telefonia e internet no país, e um Correio Nacional não estruturado para alcançar todos os domicílios: muitas vezes, governos locais e provinciais eram referências para encaminhar correspondências. Desmatamento e crescimento desordenado das cidades estavam entre os problemas ambientais destacados pela equipe angolana.

Mas o clima era propício para desenvolver uma estratégia nacional de EA de forma participativa, com enfoque transdisciplinar e multidisciplinar, para promover a “compreensão integrada do ambiente em suas múltiplas e complexas relações”, como colocou um diagnóstico sobre o tema realizado pela DEA/MMA, setor responsável no Brasil pela operacionalização do acordo bilateral, no campo da EA.

A Lei de Bases do Ambiente, promulgada em 1998 em Angola, associara a EA à implantação do Programa Nacional de Gestão Ambiental, para aumentar “o conhecimento da população sobre os fundamentos ecológicos, sociais e econômicos que regem a sociedade humana”. Três anos depois, em 2001, nasceria o Programa de Educação e Conscientização Ambiental (Peca). Idealizado pelo Ministério das Pescas e Ambiente (mais tarde, Minua), por meio da Comissão Multisectorial para o Ambiente, ele abriu campo para a realização de atividades de EA com ongs angolanas, a revisão de currículos escolares e o estímulo à formação de centros de EA, denominados “escolinhas dos ambientes”.

Novo debate latino-americano

Estava-se, em 2006, em plena Década de Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS). Mas como garantir sua implementação na América Latina? Em torno dessa questão, outra reunião internacional foi organizada pelo Centro da Carta da Terra para EDS da Universidade da Paz, com apoio de Unesco, Pnuma, Instituto Paulo Freire, entre outras organizações. O evento atraiu para San José, capital da Costa Rica, cerca de 140 profissionais de vinte países latino-americanos, além da Espanha e EUA. Eram majoritariamente educadoras/es ambientais, provenientes de ministérios da educação, do meio ambiente, ongs, universidades. Mas também havia pessoas do segmento empresarial.

Como estrutura, o encontro contou com a apresentação de experiências exitosas em vários países, e discussões em quatro temas, em grupos de trabalho: 1- Educação Superior (universidade), 2- Educação Formal (escola), 3- EA Não-Formal (juventude, ongs, comunidade), e 4- Educação no setor privado (âmbito empresarial). As conclusões, previu-se desde o início, seriam sistematizadas num único documento, submetido à aprovação na plenária final.

No entanto, foi o segundo documento apresentado nessa plenária que despertou polêmica entre educadoras/es ambientais. Trata-se de uma proposta oficial das/os participantes para uma estratégia de implementação da Década da EDS na América Latina. Um relato das/os brasileiras/os presentes à reunião revelou o ponto da discórdia: a intencionalidade para que a Carta da Terra fosse legitimada como único texto de referência para a implementação Década da EDS na região, ignorando outros documentos de peso internacional, como o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global e o Manifesto pela Vida.

Basta reproduzir um trecho do relato, para compreender o drama: “Apenas o primeiro documento (obs.: Tratado de EA) foi incorporado, e mesmo assim, sem o destaque que ganhou a Carta da Terra. A esse respeito, é importante frisar que é necessário distinguir dois movimentos: um que diz respeito à inquestionável necessidade de se difundir e utilizar pedagogicamente a Carta da Terra, outro, questionável, que é considerar apenas a Carta da Terra como um único documento de referência para a implementação da Década no continente”.

Não foi a única polêmica. Segundo o relato brasileiro, houve o “esquecimento”, no mesmo documento final, de uma menção ao Programa Latino-americano e Caribenho de Educação Ambiental (Placea), mecanismo de articulação institucional e cooperação regional estabelecido em 2005¹⁵². Além disso, o texto indicou que a EA vivia um “um momento de letargia na América Latina (..) fato que despertou indignações na platéia durante a plenária final, pois se suspeita que com essa narrativa se tenha a intenção de facilitar a transição do vocábulo ‘educação ambiental’ para o ‘educação para o desenvolvimento sustentável’.”¹⁵³

Ongs e agências privadas contribuíram com seminários e atividades de conscientização. Quando da assinatura do acordo com o Brasil, em 2006, coloca o relato brasileiro, programas e projetos de EA estavam presentes nas escolas e grupos profissionais, o tema meio ambiente estava no currículo escolar, em olimpíadas de ambiente e programas de rádio nas línguas nacionais. Mas de um modo que possibilitava a duplicidade de esforços. Com experiências a compartilhar, tais como a criação e implementação do ProNEA, a vivência da rede brasileira de EA e da mobilização da sociedade civil, entendeu-se que a situação era favorável ao intercâmbio entre os dois países em “redes de relações Sul-Sul, voltadas à proteção, recuperação e melhoria socioambiental”¹⁵⁰.

Já em outubro do mesmo ano, “sairia do papel” a primeira Missão do Governo Brasileiro em Angola, da qual participaram integrantes da DEA/MMA e da ong União Planetária, parceira na atividade. Foi quando aconteceu a primeira oficina de formação de técnicos angolanos, em Luanda, na qual se apresentou a experiência brasileira e se definiu a versão preliminar para o programa de EA daquele país, cuja abertura encabeça esse capítulo, mas que ainda passaria por consultas e modificações, até o lançamento previsto para o final de 2007.

Não são casuais, portanto, as semelhanças entre o tom do programa brasileiro e a proposta inicial africana. Num desenho lógico, o texto angolano contém diretrizes do programa, a missão (“A EA contribuindo para a construção de sociedades sustentáveis com pessoas atuantes e felizes em toda Angola”), princípios, objetivos, públicos, e cinco grandes linhas de ação e estratégias: 1- Gestão e planejamento da EA no país; 2- Formação de educadores e educadoras ambientais; 3- Comunicação para EA; 4- Inclusão da EA nas instituições de ensino; 5- Monitoramento e avaliação de políticas, programas e projetos de EA. É claro que, na continuidade, que previa a interação com diferentes grupos e setores, o texto sofreria mudanças.

PRIMEIRA AVALIAÇÃO

Num detalhado relato remetido a diferentes listas de discussão de EA no final de 2006¹⁵¹, a equipe brasileira apontou, entre os pontos favoráveis para o estabelecimento da proposta angolana, as lideranças tradicionais, conhecidos como Sobas, em cada comunidade. Seriam importantes interlocutoras no processo de legitimação do programa. Uma campanha de erradicação da pólio,

realizada pelos Ministérios da Saúde e da Educação, com atuação casa a casa, também foi interpretada como exemplo para o processo de formação do educadoras/es ambientais populares.

O desafio seria “não deixar de se indignar com todo e qualquer tipo de corrupção, tráfico de poder e injustiça social, mas não perder a esperança e capacidade de se mobilizar na construção de um futuro melhor, com recuperação e conservação ambiental e com melhoria da qualidade de vida para todos e para cada um dos habitantes da Terra”.

O roteiro de um ano foi desenhado. A começar pela vinda de uma missão angolana ao Brasil, em janeiro de 2007, para conhecer atividades de EA realizadas no país, fechar a primeira versão do texto do programa e trabalhar materiais de comunicação: vídeos produzidos pela Ong União Planetária e um kit para uso das/os educadoras/es em cada uma das 18 províncias do país.

Nos três meses seguintes a equipe angolana trabalharia no mapeamento da realidade socioambiental do país, aproveitando para selecionar representantes do mosaico de províncias que participariam de uma oficina de aprofundamento, em julho, com a missão de depois multiplicarem os conhecimentos em suas regiões de origem. A construção da segunda versão também entraria na pauta, com o desafio de iniciar na oficina de julho, o novo ciclo de consultas públicas, que se encerraria em setembro.

Do lado brasileiro, a equipe da DEA/MMA arrecadaria livros para distribuir às 84 bibliotecas do país, como sementes da criação de Salas Verdes em Angola. A captação de recursos para viabilizar novas atividades também entrou na pauta.

Em outubro, num Encontro Nacional de EA em Angola, ocorreria apresentação dos primeiros resultados de alguns projetos modelares, bem como o lançamento oficial do programa. Os últimos meses do ano serviriam para o monitoramento dos primeiros passos, para planejar os próximos anos.

Vale saber que, ao final da mencionada oficina de julho - que reuniria 50 pessoas de 15 províncias daquele país, o governo angolano se adiantaria no tempo, pedindo a renovação do Acordo de Cooperação Brasil-Angola, cujo término fora programado para dezembro daquele ano. A nova fase do acordo, que se iniciaria em 2008, teria entre as metas o apoio brasileiro na implementação do programa e a criação de um curso de pós-graduação em EA naquele país.

Ultrapassando a fronteira angolana, também em julho de 2007, uma missão do MMA debateria em Moçambique uma ação semelhante, visando desenvolver um programa moçambicano de EA (ProNEA-Moçambique). Aqui também, a idéia era aproveitar a metodologia testada no Brasil para criar uma proposta ajustada ao perfil sociocultural daquele país lusófono. Nessa reunião chegar-se-ia uma meta ainda mais ambiciosa, de trabalhar em conjunto pela construção de uma política nacional de EA.

EA NOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

Não ficou só nos países africanos. Em maio de 2006, ocorreu no Brasil a terceira reunião de ministros do meio ambiente da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), momento em que foi criada uma plataforma de cooperação internacional sobre assuntos ambientais.

A EA foi uma das nove áreas temáticas prioritárias nesse documento. As demais, diga-se de passagem, têm relação direta com ela: biodiversidade, combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca, ecoturismo, gestão ambiental marinha e costeira, gestão de resíduos, gestão integrada de recursos hídricos, mudança do clima e energias renováveis. Juntamente com Angola, o Brasil tornou-se responsável pela implementação de ações de cooperação na área da EA.

Interessante lembrar que também a semente da CPLP foi plantada no Brasil, 17 anos antes, em novembro de 1989. Foi quando, depois de prolongadas negociações e a convite do governo brasileiro, reuniram-se em São Luis do Maranhão os mandatários de sete países: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, além do próprio Brasil. O principal resultado daquele evento foi a criação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), voltado à promoção do idioma que esses países tinham em comum. Era o passo inicial para uma longa marcha.

Sete anos mais tarde, em 1996, durante uma nova reunião dos mesmos países, a Cimeira de Chefes de Estado e de Governo, dessa vez em Lisboa, Portugal, concluiu-se pela criação da CPLP. Somente em 2002, ao conquistar a independência política, Timor-Leste juntou-se ao grupo, totalizando um contingente de 230 milhões de pessoas de quatro continentes, irmanadas pelo idioma comum.

Seria necessária mais uma década para que, na VI Conferência da CPLP, realizada em julho de 2006 em Bissau, África, os chefes de estado decidissem avançar ainda mais, abraçando os compromissos da Declaração do Milênio como orientadores da política de cooperação da comunidade. Na ocasião, reafirmou-se a preocupação com a questão ambiental, ressaltada na reunião de ministros dessas nações, promovida no Brasil, no mês anterior.

Relata a equipe da DEA/MMA, que participou do encontro no Brasil, que, inspirados na idéia de cooperação no campo da EA, os ministros propuseram o projeto Educação Ambiental na CPLP no Marco da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável. Eis dois de seus objetivos: 1- elaborar o Programa de EA da CPLP, e 2- criar centros de informação e referência em EA nos países-membros, também conhecidos como Salas Verdes, reunindo títulos dos diferentes países lusófonos.

Em julho do ano seguinte, durante Congresso de EA dos países lusófonos em Lisboa, essas propostas seriam ampliadas, com a aprovação de uma campanha internacional de EA, com ênfase na questão das mudanças climáticas, tema que ganhara destaque, como veremos. O lançamento se daria daí a dois meses, no I Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países Lusófonos e Galícia, em Santiago de Compostela, Espanha.

ENQUANTO ISSO, NO BRASIL...

No início de 2007, vale lembrar, começaria o segundo mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, reeleito presidente do país em outubro de 2006. Como em qualquer momento de transição, discutiam-se nos bastidores eventuais mudanças, ou manutenção, de pessoas e estruturas de governo.

Foi quando, o Comitê Assessor do Órgão Gestor da Política Nacional de EA (PNEA) lançou carta aberta reivindicando a continuidade da implementação da política, dos programas e das ações de EA em andamento. O texto também propôs investimentos em fontes para financiar e em indicadores para facilitar a avaliação de programas, projetos e ações de EA. Mais que isso, pediu a consolidação de um Sistema Nacional de Educação Ambiental (Sisnea), integrando “os diferentes segmentos que atuam no campo da Educação Ambiental formal e não formal e da gestão ambiental.”

E, não por acaso, o teólogo Leonardo Boff encabeçou a lista de 300 signatárias/os de um manifesto divulgado na mesma época, em apoio ao “trabalho persistente” de Marina Silva, na condução do MMA. O texto pediu “a defesa das comunidades tradicionais, populações extrativistas, ribeirinhas e indígenas, a preservação do meio ambiente e o uso sustentável das nossas águas, florestas e da nossa biodiversidade”, como “elemento constitutivo do projeto de desenvolvimento do País”, além de “uma estrutura de gestão ambiental fortalecida e articulada com os demais setores de governo”.

Tanto a ministra foi confirmada no cargo, no início em 2007, como na área da educação, ratificou-se o nome de Fernando Haddad, mantendo-se com isso a mesma linha de atuação no setor.

Notas

- 148 “Fortalecimento da Educação Ambiental em Angola” (p. 35 e 36), relatório de missão dos ministérios de Relações Exteriores e do Meio Ambiente e da Agência Brasileira de Cooperação, de 102 páginas, produzido por Marcos Sorrentino, Heitor Medeiros, Irineu Tâmaio (DEA/MMA) e Marisol Kadiegi (União Planetária), em outubro de 2006 (paper).
- 149 Entre os muitos sítios consultados sobre a história recente de Angola, país marcado pela diversidade, vale conhecer: <http://www.usinadeletras.com.br/exibelotexto.php?cod=5202&cat=Ensaios&vinda=S> (Multiculturalismo no país) e <http://www.caei.org/anexos/76.doc> (sobre dimensão da identidade e futuro como nação).
- 150 “Um convite aos educadores e educadoras ambientais do Brasil e de Angola” Mensagem de Marcos Sorrentino, Heitor Medeiros, Irineu Tâmaio (DEA/MMA) e Marisol Kadiegi (União Planetária), postada em outubro de 2006 para listas de discussão e redes de EA. Disponível em: <http://br.groups.yahoo.com/group/educacaoambientalangola/message/2>.
- 151 Idem..
- 152 Resultado de um processo de sete anos de debates nos congressos ibero-americanos de EA, e Foros de Ministros de Meio Ambiente da região, capitaneado pela Venezuela, e consolidado com as decisões do Acordo de Margarita.
- 153 “Relatório de Viagem – Encontro Latino-americano: Construindo uma Educação para o Desenvolvimento Sustentável na América Latina”. Documento interno da DEA/MMA, de 29 páginas, produzido em 2007, em Brasília (DF).

MUITAS "EAS"



“FICAM AS PERGUNTAS SEM RESPOSTA, EMBORA SE ACUMULEM AS ERUDIÇÕES. É QUE IMPORTA O QUADRADO DA DISTÂNCIA, SE SÓ A TERRA NOS ATRAI? SE SÓ A TERRA NOS CONVIDA?”

SÉRGIO MILLIET

Quem prestaria atenção no testemunho de um físico formado pela Universidade de Viena (Áustria) e radicado na Califórnia (EUA), quando se trata de apenas uma, em mais de 1,3 mil atividades promovidas durante vários dias de janeiro, durante um evento mundial no sul do Brasil para o qual afluíram milhares de ativistas de 130 países? Só que não foi uma apresentação qualquer, e sim um momento que deixou clara uma tendência no Brasil, no campo da EA, que passou a ganhar mais força a cada ano: a da discussão e demarcação das “muitas educações ambientais” florescentes no país.

Estamos falando do III Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre em 2003, bem como do testemunho de Fritjof Capra, um dos fundadores do Centro de Alfabetização Ecológica de Berkeley, na Califórnia (EUA), autor de livros famosos no mundo todo, como *O Tao da Física* (1975), *O Ponto de Mutação* (1982) e *A Teia da Vida* (1996). São textos que ajudaram a popularizar a aplicação para a questão ambiental da teoria dos sistemas, aprofundada pela física quântica.

A idéia da alfabetização ecológica, ou eco-alfabetização, vale saber, fora difundida mundialmente no epílogo de *A Teia da Vida*. Desde então, conquistou espaço em diferentes meios – desde ongs até empresas que adotam práticas de EA – que aderiram à proposta de construir e educar comunidades humanas sustentáveis com base no estudo de ecossistemas, descritos por Capra como comunidades sustentáveis de plantas, animais e microorganismos, que funcionam como redes organizacionalmente fechadas, mas abertas aos fluxos de energia e de recursos.

A essência da eco-alfabetização incluiria o aprendizado de cinco princípios básicos da ecologia: interdependência, reciclagem, parceria, flexibilidade, diversidade. Se adotados como preceitos pelas comunidades humanas, ajudariam a atingir a sustentabilidade.

A EA SE RAMIFICA

Num texto divulgado pela internet, ainda naquela época, o pesquisador Philippe Layrargues, então na Universidade de Campinas (Unicamp)¹⁵⁴, relembra a repercussão da fala de Capra entre educadoras/es ambientais, refletida nas mensagens postadas em listas de discussão. Era clara a divisão, diz ele, entre a adesão e a contestação das colocações do físico.

Uma das críticas negativas mais contundentes referia-se à ênfase à dimensão ecológica da questão ambiental, pois embutiria um risco da “biologização da EA”, em detrimento das demais dimensões. As/os defensoras/es rebatiam com o argumento de que a eco-alfabetização levaria à compreensão de conexões ocultas que regem a teia da vida, ignoradas pelo projeto racionalista cartesiano, predominante na cultura ocidental. Seria o pensamento sistêmico, ou ecológico, no combate ao reducionismo da visão fragmentada da realidade.

Até aquele momento, pontua Layrargues em seu artigo, faltava no país um debate mais amplo sobre “peculiaridades conceituais de um modelo específico de educação ambiental”. Num esforço de contextualização, o pesquisador conta que, na origem da eco-alfabetização, além do próprio Capra, também se destaca David Orr, que é menos conhecido entre não-especialistas no Brasil, e cuja base conceitual é um pouco diferente. Para Orr, a “pessoa ecologicamente alfabetizada seria aquela que possui o senso estético de encantamento com o mundo natural e com a teia da vida”.

E mais. Deixando entrever uma variação de nuances que também veremos em outras correntes de EA, Layrargues cita nesse seu artigo mais dois especialistas, Steve Van Matre e David Hutchison, com trabalhos na mesma perspectiva, mas sob a denominação *earth literacy*. Todos esses pensadores teriam recebido influências da ecologia profunda e do eco-anarquismo, pelos quais “a causa da atual crise ambiental está localizada no universo cultural do ser humano moderno, que consolidou uma visão de mundo antropocêntrica, cartesiana e reducionista, incapazes de perceber as complexas relações causais entre a ação antrópica e os impactos ambientais dela decorrentes”.

Mesmo reconhecendo o mérito de uma visão sistêmica, Layrargues adere à crítica de que, em sua base, a eco-alfabetização superdimensiona as relações ecológicas positivas, em detrimento das negativas, e gera uma “carga valorativa desproporcional à virtuosidade da natureza”. Natureza esta que, como tudo na

vida, não escapa da “dimensão defeituosa” da conflituosidade.

É nesse ponto que o articulista menciona José Quintas e Maria José Gualda, organizadores, em 1995, da publicação *A formação do educador para atuar no processo de gestão ambiental*, anais de um seminário com esse nome promovido pelo Ibama, onde ambos trabalhavam¹⁵⁵. Quem revisar esses anais, encontrará a fundamentação da proposta praticada pelo setor EA do órgão federal, onde Quintas atuou até 2007. Não por acaso ela ganhou o nome de Educação no Processo de Gestão Ambiental.

Trata-se, segundo Quintas, de “uma outra concepção de educação que toma o espaço da gestão ambiental como elemento estruturante na organização do processo de ensino-aprendizagem”. Ou seja, um contraponto à chamada EA convencional, que usa o funcionamento dos sistemas ecológicos como elemento estruturante da prática pedagógica.

A metodologia testada pelo setor de EA do Ibama, interpreta Quintas, visava desenvolver capacidades dos atores sociais nas três esferas – conhecimentos, habilidades e atitudes. E, com isso, garantir a “intervenção qualificada, tanto na gestão do uso dos recursos ambientais, quanto na concepção e aplicação de decisões que afetam a qualidade do meio ambiente, seja ele físico-natural ou construído”.

São explicações constantes num capítulo de autoria do próprio Quintas, no livro *Identidades da educação ambiental brasileira*, organizado por Layrargues em 2004, quando já participava da equipe do DEA/MMA, setor responsável pela publicação. “A diversidade de nomenclaturas hoje enunciadas retrata um momento da educação ambiental que aponta para a necessidade de se re-significar os sentidos identitários e fundamentais dos diferentes posicionamentos político-pedagógicos”, ressalta o organizador na apresentação do livro¹⁵⁶.

NOVAS VARIANTES

Seis variantes da EA estão comentadas no livro lançado pelo MMA por quem formulou ou difundiu a proposta, informa Layrargues: alfabetização ecológica, ecopedagogia, EA crítica, transformadora, emancipatória, educação no processo de gestão ambiental. Não é um assunto óbvio à primeira vista, emenda Isabel Moura Carvalho, num dos primeiros capítulos do livro, sobre a EA crítica. “O mapa das educações ambientais não é auto-evidente, tampouco transparente para quem envereda pela multiplicidade das trilhas conceituais, práticas e metodológicas que aí se ramificam”.

“Não raras vezes” – confessa a especialista – “é difícil posicionar-se pelas sendas dos nomes que buscam categorizar, qualificar, adjetivar a educação ambiental e aí encontrar um lugar para habitar”. Ao mesmo tempo, ela comenta ter ficado impossível “traduzir ou reduzir as múltiplas orientações numa única educação ambiental: uma espécie de esperanto ou pensamento único ambiental”.

A pensadora também se manifesta contra quem rejeita o casamento do substantivo educação com o adjetivo ambiental, com o “velho argumento” de que “toda educação é ambiental, assim, toda educação ambiental é simplesmente educação”. Ao contrário, diz ela, a educação “constitui uma arena, um espaço social que abriga uma diversidade de práticas de formação de sujeitos”. Ambiental, portanto torna-se um diferencial necessário, da mesma forma que o adjetivo crítica após essas duas palavras – no caso da vertente EA crítica – marca o encontro entre a EA e o pensamento crítico “enquanto projeto educativo que pretende transformar a sociedade”.

A mesma idéia, de que não dá mais para entender a EA “no singular, como um único modelo alternativo de educação que simplesmente complementa uma educação convencional, que não é ambiental”, também está no capítulo introdutório do relatório da CGEA/MEC 2003-2006. Com base num estudo de 2002 do próprio Layrargues, que abordou a diversidade de posturas no campo ambiental, e seu reflexo na EA¹⁵⁷, mas também citando especialistas como Mauro Guimarães e Carlos Frederico Loureiro, o texto descreve um salto no tempo: de um passado em que era necessário trabalhar pela inserção da dimensão ambiental na educação que “desconsiderava o entorno biofísico”, chegou-se ao tempo em que – com essa dimensão incorporada – a prioridade tornou-se qualificar a EA.

Nessa direção, a partir do final dos anos 80, historia o capítulo, nasceram a alfabetização ecológica (Orr, 1992), a educação para a sustentabilidade (O’Riordan, 1989; IUCN, 1993), a educação para o desenvolvimento sustentável (Neal, 1995), a educação no processo de gestão ambiental (Quintas & Gualda, 1995), a ecopedagogia (Gadotti, 1997).

Num mundo dinâmico, se as práticas se diversificam, também logo surgem estudos para classificar as tendências. Ainda em 1995, informa o relatório da CGEA/MEC, identificou-se quatro vertentes da EA praticada no país: a conservacionista, a educação ao ar livre, a gestão ambiental e a economia ecológica.

Dois anos mais tarde, em 1997, Lucie Sauvé, da Universidade de Quebec, no Canadá – que mais tarde se aprofundaria no tema e criaria novas chaves de classificação – propôs dois olhares sobre a EA. Num deles, escolheu, como critério, a já mencionada relação entre o substantivo (educação) e o adjetivo (ambiental), para chegar a três opções. A elas, o relatório da CGEA/MEC introduziu uma quarta possibilidade, discutida pelo Órgão Gestor da PNEA:

- Educação sobre o meio ambiente. Embasada na “transmissão de fatos, conteúdos e conceitos, onde o meio ambiente se torna um objeto de aprendizado”.

- Educação no meio ambiente. Também chamada de educação ao ar livre, usa o contato com a natureza – ou com o contexto biofísico e sociocultural do entorno da escola ou da comunidade – como meio de aprendizado.

- Educação para o meio ambiente. Utiliza o meio ambiente como meta do aprendizado, buscando engajar a/o educanda/o, para que aprenda a resolver e prevenir os problemas ambientais.

- Educação a partir do meio ambiente. Proposição do Órgão Gestor, incorpora fatores como “saberes tradicionais e originários que partem do meio ambiente, as interdependências das sociedades humanas, da economia e do meio ambiente; a simultaneidade dos impactos nos âmbitos local e global; uma revisão dos valores, ética, atitudes e responsabilidades individuais e coletivas”.

O segundo olhar da estudiosa canadense mirou perspectivas que norteiam práticas pedagógicas, que podem dar mais peso à educação ou/e ao meio ambiente. Em geral, se entrecruzam. Partindo do pressuposto de que a EA se situa na relação entre ser humano e seu ambiente, Sauvé desenhou três vertentes:

- Perspectiva ambiental. Guiada pela questão: “que planeta deixaremos às nossas crianças?” e centrada no ambiente biofísico. Ao entender que a degradação ambiental ameaçaria a qualidade de vida humana, preconiza o engajamento para prevenir e resolver os problemas ambientais.

- Perspectiva educativa. Orientada pela indagação: “que crianças deixaremos ao nosso planeta?” e centrada no indivíduo ou grupo social. Parte da constatação de que o ser humano desenvolveu uma relação de alienação a respeito do entorno de onde vive, recomendando, como antídoto, a educação integral do indivíduo, para que desenvolva autonomia, senso crítico e valores éticos.

- Perspectiva pedagógica. Induzida pela pergunta: “que educação deixaremos para nossas crianças nesse planeta?” e centrada no processo educativo. Caracterizando métodos pedagógicos tradicionais como dogmáticos e impositivos, propõe uma pedagogia específica para a EA, marcada pela perspectiva global e sistêmica da realidade, pela abertura da escola ao seu entorno e pela metodologia da resolução de problemas ambientais concretos.

“Mas foi a compreensão da educação ambiental a partir de sua função social que propiciou o surgimento de tipologias dualísticas, com categorias intrinsecamente binárias”, informa em seguida o relatório do MEC, ainda focando os anos 1990. Nessas categorizações entrariam a contraposição entre uma EA alternativa e a EA oficial, apresentada por Isabel Carvalho em 1991, ou entre a EA popular e uma EA comportamental, que ela discutiria dez anos mais tarde.

O texto também cita três outras contraposições, discutidas entre 1999 e 2002. De um lado da balança, a educação no processo de gestão ambiental, a EA crítica e a EA emancipatória. No outro lado, apenas a EA convencional, que outros especialistas apelidam de EA conservadora. Seriam tentativas para demarcar “uma EA que se articula com as forças progressistas, contra uma outra que se articula com as forças conservadoras da sociedade, visando respectivamente a transformação ou a manutenção das relações sociais”, indica a publicação do MEC.

DISCUTINDO A DICOTOMIA

Vale à pena recorrer a um pequeno e desprezioso estudo, entre tantos publicados, para entender um pouco mais os novos adjetivos da EA. De autoria de Luiz Carlos Santana, Daniela Bertolucci, da Instituto de Biociências da Universidade Estadual Paulista (Unesp) em Rio Claro (SP), e Juliana Machado, da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq/USP), em Piracicaba (SP), ele foi publicado na Revista Eletrônica de Mestrado em Educação Ambiental¹⁵⁸, no segundo semestre de 2005, pouco mais de um ano antes do relatório da CGEA/MEC.

Logo no início, os autores confessam a pretensão de “desmascarar a interpretação errônea que muitos fazem de que o campo da EA é homogêneo e consensual e trazer para o debate a grande diversidade de nomenclaturas que brotam e ganham espaço cada vez mais dentro do campo educacional”. Mas

Uma “cartografia” das correntes de EA

No mesmo ano de 2004 em que o DEA/MMA propunha a discussão das identidades de EA, um minucioso estudo da pesquisadora Lucie Sauvé resultaria numa “cartografia das correntes de EA”¹⁵⁹, que descreve 15 correntes, a partir da observação de práticas e teorias em diferentes países, já no século XXI.

A chave foi selecionar quatro critérios para a análise: 1- concepção de meio ambiente (se focada na natureza, na transformação social, como fonte de recursos naturais etc.), 2- a visão sobre EA; 3- enfoques que orientam a escolha das atividades; 4- abordagens e estratégias na prática de EA. Os limites entre uma e outra nem sempre são muito definidos, admite ela. Às vezes, duas correntes têm características comuns entre si, outras vezes, uma prática específica pode ser classificada numa ou noutra corrente, dependendo do ângulo de análise. Mas não foi difícil separar as correntes em duas grandes divisões. Basta ler a denominação, para ter pistas do conteúdo:

- Sete correntes de longa tradição. EA naturalista, EA conservacionista/recursista, EA resolutive, EA sistêmica, EA científica, EA humanista, EA moral/ética. Como dá para adivinhar, são categorias facilmente enquadráveis no grupo das chamadas EAs convencionais, que trabalham, por exemplo, com o conhecimento, a solução de problemas, a con-servação dos recursos naturais.

- Oito correntes mais recentes. EA holística, EA biorregionalista, EA prática, EA crítica, EA feminista, EA etnográfica, Ecoeducação, EA para a sustentabilidade. Denotam a variedade. Há desde a concepção do ambiente como recurso – EA conservacionista/recursista, ou EA para a sustentabilidade – até o foco na transformação social – como a EA crítica e a EA prática –, passando por temáticas diferenciadas, como a EA etnográfica (valoriza a simbologia, o rito e a re-ligação com a natureza) e a ecofeminista (usa essa perspectiva para buscar o empoderamento que transforme estruturas opressoras).

Várias dessas concepções ainda não tinham eco no Brasil em 2005, quando duas especialistas em EA, Isabel Carvalho e Michele Sato, publicaram a descrição dessas correntes em português, no mesmo formato esquemático e critérios de análise propostos, mas com exemplos brasileiros, quando existentes¹⁶⁰.

fazem questão de frisar, em seguida, que, mesmo que timidamente, querem contribuir para “criar um espaço para o amadurecimento teórico e das fontes epistemológicas destas adjetivações”, referindo-se assim ao ramo da filosofia que estuda a origem, métodos e a validade do conhecimento, pela prospecção de seus mecanismos, limites e contradições.

De modo didático, escolhem apenas quatro nomenclaturas já detalhadas no livro *Identidades da educação ambiental brasileira*, lançado no ano anterior: EA crítica, transformadora, emancipatória e ecopedagogia. E, antes de entrarem no

resumo e avaliação de cada uma – usando como principal fonte o mencionado livro do MMA – informam que todas elas nasceram com pontos em comum.

São movimentos de oposição à EA conservadora, aquela “que está de acordo com a realidade socioambiental vigente e, por isto, é incapaz de transformá-la”; marcada pela “despolitização e a não contextualização social, econômica e cultural”, e cujo enfoque “prioriza uma posição de produção e transmissão de conhecimentos e valores ecologicamente corretos, reforça o dualismo sociedade-natureza existente, sem colocar o homem como sujeito responsável pela crise ambiental e sua solução”. E mais: as quatro EAs em análise têm raízes comuns, primeiramente na proposta de educação popular de Paulo Freire, mas também no pensamento de Edgar Morin.

Os resumos não poupam aspas, citando criadoras/es, ou divulgadoras/es. Eis alguns pontos, pinçados só para dar uma idéia do que são essas adjetivações:

- EA crítica. Descrita por Isabel Carvalho, como já mostramos, teria a intenção de formar “indivíduos e grupos sociais capazes de identificar, problematizar e agir em relação às questões socioambientais, tendo como horizonte uma ética preocupada com a justiça ambiental”. O especialista Mauro Guimarães, que se dedica também a essa vertente, destaca o geógrafo Milton Santos como outra referência, e ressalta que as ações pedagógicas vinculam-se à contextualização da realidade.

- EA transformadora. Explicada por Carlos Frederico Loureiro, que menciona um conjunto de referências adicionais, tais como o ecossocialismo de Boaventura Souza Santos e a tradição dialética marxista da Escola de Frankfurt. Entre as finalidades, a de “revolucionar os indivíduos em suas subjetividades e práticas nas estruturas social-naturais existentes”, buscando romper padrões dominadores que caracterizam a contemporaneidade. Seria uma “educação permanente, cotidiana e coletiva pelo qual agimos e refletimos, transformando a realidade de vida”. Também mira as “pedagogias problematizadoras do concreto vivido” com uma metodologia que desemboque na participação e exercício da cidadania.

- EA Emancipatória. Apresentada por Gustavo Ferreira da Costa Lima, também almeja a politização e a construção de uma educação libertadora. Derivada do encontro entre setores da educação e movimentos sociais/ambientais, a proposta inclui “ênfasis e associar as noções de mudança social e cultural, de emancipação/libertação individual e de integração no sentido de

As 15 correntes propostas por Lucie Sauvé¹⁶¹

7 Correntes com longa tradição

- Corrente Naturalista. Experiencial (viver na natureza e aprender com ela), afetiva, entende a natureza como meio de aprendizagem
- Corrente Conservacionista/Recursista. Centrada na conservação dos recursos naturais (qualidade e quantidade), preocupação com a administração do meio ambiente e os cuidados com recursos naturais.
- Corrente Resolutiva. Surgiu no princípio dos anos 70, baseia-se na resolução de problemas (identificar solução-problema, discussão de soluções, avaliação, escolha das soluções).
- Corrente Sistemática. Propõe uma visão de conjunto, identificando componentes do ecossistema para chegar à compreensão global da situação.
- Corrente Científica. Usa premissas do conhecimento científico, propondo identificar problemáticas, causas e efeitos (enfoque cognitivo). Base na observação e experimentação.
- Corrente Humanista. Ênfase humana (natureza e cultura). Indivíduo como elemento essencial para pensar o ambiente. Trabalha a sensação de pertencimento e leituras da paisagem.
- Corrente Moral/ Ética. Discute ética e valores ambientais, com o olhar do que “é bom”, ou não, para o meio ambiente.

8 Correntes mais recentes

- Corrente Holística. Combate a visão analítica e racional do ambiente. Comum enfoque sensorial, afetivo, intuitivo, criativo, trabalha o interior das pessoas.
- Corrente Biorregionalista. Entende “biorregião” como um espaço geográfico e um sentimento de identidade. Movimento de retorno à terra. Enfoque participativo e comunicativo.
- Corrente Prática. Aprendizagem por meio de uma dinâmica participativa, compartilhamento de saberes, articulação das pessoas para produção de conhecimentos,
- Corrente da Crítica Social. Inspira-se na teoria crítica. Pela avaliação de problemas ambientais, busca identificar dinâmicas e relações de poder por trás deles. Defende a perspectiva da emancipação.
- Corrente Ecofeminista. Discute as relações de poder entre homens e mulheres. Contrapõe o enfoque racional de avaliações ambientais, com intuição, afetividade, o simbólico, o espiritual.
- Corrente Etnográfica. Baseada na pesquisa antropológica (comunidades), trabalha com o caráter cultural da relação com o ambiente, com o pertencimento, códigos, simbologias, vivências.
- Corrente da Ecoeducação (Ecopedagogia ou Pedagogia da Terra), Busca aproveitar a relação com o meio ambiente, numa visão abrangente do que seja ambiente, para um atuar significativo e responsável.
- Corrente da Sustentabilidade. Relacionada à promoção desenvolvimento sustentável, inclui o treinamento de recursos humanos para a transformação dos modos de produção e de consumo.

complexidade”. Entre os elementos para chegar lá, Lima cita a valorização do saber do educando; a historicidade dos homens, culturas e processos sociais; o amor como fundamento do diálogo e ato de liberdade; a crítica, reflexividade e criatividade.

- Ecopedagogia. Explicada por três especialistas – Moacir Gadotti, Maria Rita Avanzi e Aloísio Ruscheinsky, propõe o “encontro da abordagem complexa e holística sobre o mundo com a pedagogia de Paulo Freire”. A concepção de natureza inspira-se em Fritjof Capra e Leonard Boff. Um objetivo é “construir a participação cidadã, considerando nosso pertencimento ao planeta Terra como única comunidade, de modo que as diferenças culturais, geográficas, raciais e outras sejam superadas”, informa Avanzi. Ou um novo “jeito de pensar a partir da vida cotidiana, que busca sentido em cada momento, em cada ato”, explica Gadotti. Ou, ainda, “projetar uma nova relação com a natureza fundamentada numa outra relação entre os seres humanos e a compreender tudo isto como um processo pedagógico e um movimento social”, de acordo com Ruscheinsky.

A repetição dos referenciais teóricos nessas quatro identidades de EA, raciocinam os autores, leva à definição de objetivos e práticas similares entre elas. Revela-se, com isso, um limite, ainda delicado, entre as nomenclaturas, entendida como uma fragilidade, ou mesmo armadilha. Para quem é “de fora”, a aparência será de uma mistura de correntes de pensamentos. Uma confusão que gera o risco do esvaziamento da adesão às vertentes, induz a análise.

Mas os autores – que tomam partido das forças progressistas e defendem a EA como “elemento central para a construção de uma sociedade socialmente mais justa, ecologicamente sustentável e igualitária” – destacam o aspecto positivo do “pensar e re-pensar a EA” das novas nomenclaturas. Seria um instrumento transformador da realidade social, ambiental, política, econômica, capaz de proporcionar ganhos, na medida em que ocorrer o amadurecimento teórico e epistemológico das vertentes, opinam.

Em outras palavras, a análise propõe que as nomenclaturas transformadoras de EA constituem fontes epistemológicas em processo construção. Para alcançarem o papel educativo e social que lhes cabe, os autores defendem um esforço em direção a uma base teórica forte, produto do exercício “de reflexão, construção e consolidação das adjetivações”. Além disso, destacam a importância de capacitar educadoras/es ambientais para que promovam a transformação social. Caso contrário, na prática, correr-se-ia o risco de permanecer a posição conservadora de formar “meros transmissores de conhecimentos e valores”.

Notas

- 154 “Determinismo biológico: o desafio da Alfabetização Ecológica na concepção de Fritjof Capra”. Philippe Pomier Layrargues. Site Horta Viva – Disponível em: http://www.hortaviva.com.br/link_midioteca/artigos/pgxx_polenizando_0005.htm/. Vale saber que, antes da publicação na internet, esse trabalho foi apresentando em 2003 no II Encontro de Pesquisa em Educação Ambiental em Rio Claro, constando nos anais do evento (CD-Rom), e então republicado em espanhol na Revista Tópicos.
- 155 Publicado pelo Ibama, na Coleção Meio Ambiente em Debate.
- 156 Primeiro livro da Série Desafios da Educação Ambiental (146 p.), publicado em novembro de 2004 pelo OG-PNEA, também disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/livro_jeab.pdf.
- 157 “Educação no processo da gestão ambiental: criando vontades políticas, promovendo a mudança”, que Philippe Layrargues apresentou no I Simpósio Sul Brasileiro de EA, em Erechim (SC), em 2002, exhibe a evolução de posturas no meio ambientalista, para chegar à diversidade de EAs, tornando claras ideologias por trás das muitas linhas e tendências.
- 158 “Educação Ambiental Ou Educações Ambientais? As adjetivações da educação ambiental brasileira”, artigo de Daniela Bertolucci, Júlia Machado e Luiz Carlos Santana, publicado na Revista Eletrônica Mestrado Educação Ambiental, Vol. 15, julho a dezembro de 2005. Disponível em: www.remea.furg.br/edicoes/vol15/art04.pdf.
- 159 No endereço <http://www.unites.uqam.ca/ERE-UQAM/ppt/2courantdintervention.pps> há a descrição de cada corrente.
- 160 Uma cartografia das correntes em Educação Ambiental, de Lucie Sauvé (p.17-43), publicado no livro “Educação Ambiental”, das duas autoras brasileiras, em 2005.
- 161 Íntegra da apresentação disponível em: <http://www.unites.uqam.ca/ERE-UQAM/ppt/2courantdintervention.pps> (francês).

ANO QUENTE



O DILEMA É AO MESMO TEMPO SIMPLES E BRUTAL: OU DOMAMOS O MODELO, OU ENVENENAMOS O PLANETA, SACRIFICANDO DE VEZ A VIDA HUMANA SAUDÁVEL SOBRE A TERRA.

GILBERTO DUPAS

Em tempos de diversidade, não poderiam deixar de ser variadas as reações a um relatório científico internacional que confirmou, com 90% de certeza, a responsabilidade humana sobre o aumento do aquecimento global. Esse grau de certeza científica representou uma reviravolta nas propostas de enfrentamento das mudanças climáticas, influenciando de diferentes modos programas, ações e correntes de EA, como veremos.

Subscrito por centenas de cientistas do mundo todo, que trabalharam em colaboração durante vários anos no Painel Intergovernamental de Mudança Climática (IPCC, na sigla em inglês)¹⁶², órgão vinculado à Organização das Nações Unidas (ONU), esse documento, o quarto de uma série iniciada em 1990 foi apresentado durante uma reunião em Paris, França, em fevereiro de 2007.

A explanação tornou-se o ponto alto de uma seqüência de notícias que só aumentaram em volume e tom desde 2005, quando entrou em vigor do Protocolo de Quioto. Idealizado para regulamentar a Convenção do Clima – subscrita 15 anos antes, durante a Eco-92 com intenção de reter a escalada do aquecimento global –, esse protocolo definiu instrumentos econômicos para lidar com o tema, que alimentaram o chamado “mercado do carbono”. Vale lembrar dois marcos dessa seqüência midiática:

- Relatório Stern. Em meados de 2006, teve repercussão mundial o estudo que ganhou esse apelido. Chefiado pelo ex-economista chefe do Banco Mundial, Nicholas Stern, ele previu a necessidade de investir o equivalente a 1% do Produto Interno Bruto mundial em ações preventivas para evitar as piores conseqüências das mudanças climáticas. Caso contrário, de acordo com Stern, em poucas décadas teríamos desastres ambientais com tal intensidade, que os prejuízos seriam até 20 vezes maiores, com risco de um colapso econômico global.¹⁶³

- Uma Verdade Inconveniente. Representou a estréia de Al Gore – ex-vice-presidente dos EUA que abraçou a causa das mudanças climáticas – no mundo do cinema. Mais que gráficos coloridos, esse documentário comoveu o público pelas cenas tocantes. Por exemplo, a de brancos ursos polares morrendo no mar escuro perto do Alasca, depois de nadarem muitos quilômetros em busca de uma ilha de gelo para descansar. Com o pequeno aumento de temperatura média, já notado naquela região do planeta, essas formações geladas estariam desaparecendo. O longa-metragem ganhou o prêmio Oscar como melhor documentário do ano, e visibilidade ainda maior, com as viagens de Al Gore pelo mundo, para dar palestras simultâneas às exibições cinematográficas. Um empenho que renderia o Prêmio Nobel da Paz em 2007 ao ex-vice-presidente, ao lado do IPCC, responsável pelos mencionados estudos científicos.

Para completar, multiplicaram-se as notícias sobre fenômenos climáticos extremos em vários países, tais como furacões, inundações e secas, no período anterior ao anúncio do IPCC. Com tudo isso, no início de 2007, não se duvidava que a última década fora a mais quente dos últimos 150 anos. E poucos questionavam a ocorrência de um aumento gradual da temperatura global, mesmo que não uniforme nas várias regiões do planeta. Mas persistia a polêmica em torno da origem do problema.

Havia quem apostasse em causas exclusivamente naturais, com base no raciocínio de que nosso planeta viveu eras mais frias e mais quentes antes mesmo do ser humano existir. Para se contrapor a esse raciocínio, afirmando com um grau respeitável de segurança que o “bicho-homem” teria sua parcela de culpa na geração das mudanças climáticas, o IPCC teve de se apoiar em uma imensa quantia de dados, processados com uso de sofisticados modelos matemáticos.

Só para dar idéia da complexidade dos estudos, vale citar um método para medir a evolução da concentração na atmosfera dos gases estufa, causadores do aquecimento global. Mediu-se a composição e a espessura de camadas das calotas polares. Formadas no decorrer dos milênios, elas guardam, segundo cientistas, a memória da constituição da atmosfera nos diferentes períodos históricos. As medições permitiram concluir que, em 2005, a concentração de CO₂ na atmosfera foi de 379 ppm (partes por milhão). Ou seja, para cada milhão de moléculas no ar, 379 seriam de CO₂. Bem mais que nos 650 mil anos anteriores, quando se viu que essa concentração variou de 180 ppm a 300 ppm.

Foi com base em dados ascendentes como esses que o IPCC previu a tendência de aumento da temperatura média na Terra até 2100, de 1,8° C a 4° C. Haveria medidas a tomar, para minimizar o problema, também alertou o órgão da ONU, que detalhou as possíveis conseqüências em três novas ocasiões, no decorrer do ano. Eis algumas: secas e falta de água poderiam afetar um bilhão de pessoas no mundo a partir de 2020, parte das espécies da fauna e flora desapareceriam com as mudanças em ecossistemas, os eventos climáticos extremos aumentariam em número e intensidade com a escalada do calor, modificando-se condições para a agricultura e outras atividades humanas.¹⁶⁴

EFEITOS VARIADOS

A repercussão foi enorme. No mundo todo, tornou-se comum ouvir que a civilização está em xeque. Tudo porque, num ínfimo instante para a história planetária – o período pós-Revolução Industrial, e sobretudo as seis décadas posteriores à 2ª Guerra Mundial, quando se intensificaram a globalização e o consumismo – o padrão de desenvolvimento gerou devastadoras mudanças na biosfera, essa fina camada da Terra que abriga a vida. A sobrevivência da própria humanidade estaria em risco.

Uma fração de educadoras/es ambientais entendeu as notícias como sinal de fracasso da EA, já que não se conseguira evitar o recrudescimento dos problemas ambientais nas últimas décadas por meio da conscientização. Teria a EA sido um mero paliativo aos grandes interesses econômicos negativos ao meio ambiente? Perguntavam-se essas pessoas.

No outro extremo, correntes que apostam no desenvolvimento sustentável como resposta aos problemas ambientais interpretaram as informações do IPCC como oportunidade de influenciar também os meios político e empresarial, apressando a descoberta de novas tecnologias capazes de “limpar” o planeta. Seria o momento de governos e empresas investirem na substituição dos derivados de petróleo, principais vilões do aquecimento global, bem como em técnicas para capturar o carbono do ar e explorar recursos naturais de modo menos impactante. Investir na EA com intuito de envolver as pessoas nessa nova postura faria parte do novo desafio.

No arco-íris de vertentes, outro bloco expressivo assumiu as previsões do IPCC como indicativo da urgência de mudar os padrões de produção e consumo, combatendo o modelo de acumulação baseado na desigualdade

social e sucateamento acelerado de produtos, a ponto de exaurir velozmente os recursos naturais e colocar em risco a vida no Planeta. EA teria um papel transformador, nesse contexto.

ENQUANTO ISSO...

Foi em meio à grande evidência para temas ambientais que, também em fevereiro de 2007, o Brasil comemorou os 18 anos do Ibama. Criado em 1989 pela fusão de quatro órgãos federais que lidavam com temas correlatos, ele chegou à “maioridade” com uma variedade de atribuições e um surpreendente resultado, numa pesquisa feita pelo Instituto de Estudos da Religião (Iser) com o MMA.¹⁶⁵ Ela revelou o Ibama como entidade de defesa do meio ambiente mais lembrada pelas/os brasileiras/os.

Não é para menos. Entre suas atribuições, estavam a operacionalização de normas definidas pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), o gerenciamento de unidades de conservação, o licenciamento ambiental de obras de grande porte, o monitoramento e fiscalização de infrações ambientais. Entre estas, o combate às queimadas e ao desmatamento de áreas nativas ganhara especial atenção, naquele momento, por causarem o aumento do efeito estufa.

Sinal de que temas complexos – como a compreensão de que árvores, sobretudo durante seu crescimento, incorporam carbono do ar, e portanto têm mais esse papel importante de “sumidouros de carbono” – podem se tornar assunto corriqueiro das rodas de discussão.

EA, já sabemos, não poderia faltar na relação de atividades do Ibama. Outro balanço, preparado por esse setor – compreendido por uma coordenação geral em Brasília e núcleos de EA (NEAs) nas 27 unidades federativas – converteu em números as realizações da área.¹⁶⁶ Cerca de 890 educadoras/es de instituições públicas, ongs, movimentos sociais e empresas foram beneficiadas/os, até então, pelos 24 cursos de introdução à educação no processo de gestão ambiental. Com 150 horas, eles utilizavam uma metodologia, como vimos, desenvolvida pelo Ibama.

O relatório demonstra que, mesmo a verba enxuta – inferior a 1% do total destinado às atividades finalísticas do Ibama – não impediu a promoção de um leque de atividades de EA: oficinas e ações de capacitação que chegaram a outras 4,6 mil pessoas – sobretudo representantes de comunidades afetadas por empreendimentos impactantes – eventos, orientações técnicas e pedagógicas,

formulação de roteiros metodológicos e roteiros para conselhos deliberativos de reservas extrativistas, publicação de documentos e livros técnicos.

Outra comemoração viria daí a dois meses, no início de abril de 2007. Após uma longa gestação, foi relançado o Sistema Brasileiro de Informação sobre Educação Ambiental (SIBEA), agora como ferramenta pública do Órgão Gestor da PNEA. Redesenhado pela DEA/MMA com o Instituto Stela, organização especializada em gestão do conhecimento, ele foi remontado com intenção de ser, no médio-longo prazo, o mais importante portal brasileiro de referência sobre o tema, ponte para localizar especialistas, instituições, redes sociais e materiais pedagógicos.

Já nessa largada, o novo SIBEA veio com uma base de 200 mil registros, explicaram os técnicos no dia do lançamento. É que o sistema foi acoplado à plataforma Lattes, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), uma base dados que congrega milhares de currículos de especialistas e pesquisadoras/es em todas as áreas, bem como informações sobre organizações.

Além de abrir acesso aos currículos do sistema Lattes, o novo SIBEA incorporou suas ferramentas, como a geração automática de sinopses sobre as/os educadoras/es ambientais, instituições do ramo e materiais didáticos. Mais que isso, outro mecanismo garantiu a incorporação automática dos dados registrados pela/o usuária/o no momento de cadastramento no sistema. Assim, segundo a equipe que desenvolveu o novo sistema, ao fornecer informações sobre áreas de atuação, participação em coletivos e/ou redes de EA a pessoa passa a fortalecer sua própria rede de relacionamento.¹⁶⁷

MUDANÇA TUMULTUADA

Ocorre que o entorno se tornara conturbado na esfera federal, pela contraposição entre dois setores do governo. De um lado, o Ministério das Minas e Energia (MME), apoiado pela Casa Civil e a própria Presidência da República, exercendo pressão em favor de grandes projetos hidrelétricos na Amazônia. De outro, os órgãos ambientais do mesmo governo federal.

Em março de 2007, a equipe técnica do Ibama negou a concessão da licença ambiental prévia de dois grandes projetos: os de construção das usinas de Santo Antônio e de Jirau, ambas no Rio Madeira, Rondônia. Inscritas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – conjunto de obras destacadas como

prioritárias pelo governo federal – elas haviam sido apresentadas ao público por autoridades da área de energia como armas para evitar um possível “apagão elétrico”, caso se confirmasse a previsão de um crescimento econômico de 5%.

A rejeição do estudo de impacto ambiental (Eia) poderia encerrar o processo de análise. Iniciado em maio de 2005, ele ocasionou uma série de solicitações aos empreendedores, de detalhamentos, complementações e reformulações de dados. Só que, segundo a equipe do Ibama, as respostas dos responsáveis pelo estudo não esclareceram questões fundamentais, como a projeção de áreas a serem inundadas, indicação de medidas para reduzir impactos das futuras linhas de transmissão de energia, ações para evitar a extinção de espécies nativas de animais, devido à construção das barragens. Entre estas, os bagres, base de sobrevivência de 15 mil ribeirinhos da região.

A concessão de licença ambiental prévia é pré-requisito obrigatório para lançar editais de licitação, por meio dos quais ocorre a seleção da/s empresa/s que executarão o serviço. Ou seja, sem essa aprovação, a obra não pode sair do papel. Por isso, com o anúncio da rejeição pelo Ibama, acirrou-se a pressão sobre o MMA para que ela saísse. Meios de comunicação tornavam públicas as críticas contra a área ambiental federal, que teriam culpa, segundo as notícias, pela lentidão das análises.

Foi nesse clima que, em 25 de abril de 2007, dois meses após o 18º aniversário do Ibama, a ministra Marina Silva surpreendeu o público com informação de que três decretos federais e uma medida provisória seriam publicados no dia seguinte, para renovar os órgãos federais dessa área.

Com a justificativa de evitar superposições de funções e simplificar processos decisórios, os decretos reestruturaram quatro secretarias do MMA. A de Qualidade Ambiental, por exemplo, passou a abranger mudanças climáticas. E, no lugar de uma específica para a Amazônia, nasceu a Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental, que passou a abrigar o setor de EA, agora departamento inscrito no organograma do ministério. Nessa secretaria também ficou o Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental. Responsável por acompanhar as Agendas 21 municipais, teria a missão de fomentá-las já que, segundo dados da época, só cerca de 200 permaneciam ativas.

Mas a grande novidade veio com a Medida Provisória 366/07 (MP 366/07), que impôs o desmembramento do Ibama em duas autarquias. Com o nome original, permaneceria a encarregada de licenciamentos ambientais, autorizações de uso dos recursos naturais, além da fiscalização, monitoramento e controle ambiental. Para um novo órgão federal, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), seriam transferidas as funções de “propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as unidades de conservação (UCs) federais”. Naquele momento, havia 288 UCs no país, contra 130 em 1989, quando o Ibama fora criado.

Não faltaram tumultos. No Ibama, o então presidente do órgão, Marcus Barros e seis dos sete diretores deixaram seus cargos. Além disso, sete mil servidoras/es de todo país anunciaram paralisação por tempo indeterminado, apoiada pelo Sindicato dos Servidores Públicos Federais, Confederação Nacional dos Trabalhadores no Serviço Público e a Associação dos Servidores do Ibama.

Em seus questionamentos, manifestantes revelavam descrédito com relação às mudanças. Se a reforma organizacional é desejável para agilizar processos e dar mais eficiência à autarquia – perguntavam – por que a alteração abrupta, sem debate público? Será que a mera divisão resolveria deficiências crônicas no controle e fiscalização de infrações ambientais, ou de infra-estrutura das UCs?

E os tão criticados processos de licenciamento, não ficariam mais lentos? Afinal, até então, previsões de impactos sobre fauna, flora e áreas protegidas em estudos de impacto ambiental poderiam ser checadas por meio de consulta entre departamentos de uma única instituição. A partir da MP 366/07, dos 22 centros de pesquisa do Ibama, 15 foram transferidos para o ICMBio. Portanto, a partir desse novo desenho institucional, analistas de estudos de impacto ambiental teriam de cumprir trâmites burocráticos antes de ouvir especialistas do novo órgão de governo.

Mas foi a área de EA que gerou maior número de queixas. É que, apesar da MP ter previsto a EA como finalidade, ela não entrou nos organogramas do novo Ibama ou do recém-criado ICMBio. Com isso, mais de 300 servidoras/es da antiga coordenação de EA do Ibama e respectivos núcleos estaduais viram-se sem função na nova estrutura.

A extinção da CGEAM causou forte mobilização entre os educadoras/es ambientais, dentro e fora do Ibama. O que resultou em manifestos em favor da

manutenção da coordenação na estrutura do Instituto, que também frisavam sua relevância para o desenvolvimento da EA no país. Entre eles, cartas à mídia e abaixo-assinados direcionados à ministra Marina Silva.

Notas

- 162 *O IPCC foi estabelecido pela ONU em 1988 para reunir o conhecimento, em construção sobre mudanças climáticas. Apresentou três relatórios antes de 2007. Em 1990, o primeiro trouxe evidências sobre o aumento do efeito-estufa, subsidiando a formulação da Convenção das Mudanças Climáticas, consensuada em 1992 pelos países participantes da Eco-92 e ratificada em 1994. Em 1995 e 2001, o segundo relatório e o terceiro relatórios embasaram as negociações do Protocolo de Quioto, que regulamenta a Convenção, que entrou em vigor em fevereiro de 2005.*
- 163 http://www.hm-treasury.gov.uk/independent_reviews/stern_review_economics_climate_change/sternreview_index.cfm (íntegra e sumário executivo do relatório, em inglês).
- 164 “Retrospectiva 2007 - Mudanças climáticas: o mundo, enfim, acorda para o problema”, artigo de Neide Campos, no *sítio Ambiente Brasil*, é uma pequena retrospectiva que resume as muitas notícias sobre o tema na mídia. Disponível em: <http://www.ambientebrasil.com.br/noticias/index.php3?action=ler&id=35543>.
- 165 Pesquisa nacional de opinião pública “O que os brasileiros pensam sobre a biodiversidade?”, iniciativa do MMA, em parceria com WWF-Brasil, Fundo Nacional para a Biodiversidade (Funbio) e Natura, foi realizada pelo Instituto Vox Populi com coordenação do Instituto de Estudos da Religião (Iser), e divulgada em 22/05/2006, dia Internacional da Diversidade Biológica. Disponível em: http://assets.wwf.org.br/downloads/wwf_brasil_pesquisa_ibope.zip.
- 166 “Relatório de Atividades da Coordenação Geral de Educação Ambiental – CGEAM/ DISAM – 2003 – 2006”.
- 167 Para acessar: <http://sibea.mma.gov.br/dcsibea/>.

CLIMA EM DESTAQUE



“O LEITOR QUE MAIS ADMIRO. É AQUELE QUE NÃO CHEGOU. ATÉ A PRESENTE LINHA. NESTE MOMENTO, JÁ INTERROMPEU A LEITURA E ESTÁ CONTINUANDO A VIAGEM POR CONTA PRÓPRIA”

MÁRIO QUINTANA

Em pleno período de efervescência dos debates sobre o aquecimento global, em julho de 2007, começaria a primeira rodada de reuniões para a articulação da III Conferência Nacional do Meio Ambiente (III CNMA), tanto no âmbito ministerial, como com comissões organizadoras estaduais, representantes de movimentos sociais, entidades empresariais, entre outros. Programada para o primeiro semestre de 2008, esse evento pretendia, novamente, trazer para Brasília (DF) delegadas/os de todos os segmentos sociais e todas as unidades federativas do país, que deliberariam sobre as políticas públicas na área ambiental.

Dessa vez, escolheu-se “mudanças climáticas” como tema central. É que, além do interesse despertado com a divulgação do relatório do IPCC, o governo federal iniciara a construção de uma Política Nacional de Enfrentamento das Mudanças Climáticas. Ou seja, além de ampliar o conhecimento da sociedade sobre o tema e servir na busca de soluções brasileiras para minimizar efeitos negativos do aquecimento global, as deliberações da III CNMA seriam incorporadas a nova política pública.¹⁶⁸

Como nas edições anteriores, as discussões – das quais sairiam delegadas/os e propostas de moções – começaram ainda em 2007, por meio das conferências municipais e regionais do meio ambiente, realizadas em todo o Brasil. Na seqüência do processo de mobilização, viriam as plenárias estaduais, para desaguar no evento nacional. E, mais uma vez, EA seria um dos temas, que ocuparia o Eixo Temático IV da conferência de 2008, intitulado Educação e Cidadania Ambiental.¹⁶⁹

“Um conjunto sistêmico das atividades de formação, treinamento, comunicação e disseminação de informações que contribuam para participação e envolvimento de todos os cidadãos, grupos e movimentos sociais, setores, esferas e instâncias da sociedade brasileira”, ensina a apresentação desse eixo, sobre a EA, como instrumento da implementação de um Plano Nacional sobre Mudanças Climáticas.

Escrito na fase preparatória da III CNMA, o texto sugere três campos estratégicos para a transformação de valores, atitudes e paradigmas: 1- fomento à EA em toda a sociedade; 2- promoção da cidadania ambiental, planetária e local; e 3- comunicação, disseminação das informações e promoção de campanhas, debates e reflexões sobre causas e efeitos. Também traz 36 propostas para o debate de 2008. Entre elas, a implementação de um Sistema Nacional de Educação Ambiental (Sisnea), para articular uma estratégia de EA, como veremos adiante.

Vale ressaltar que esse não seria o único evento nacional de 2008 para debater políticas públicas para a EA. Por meio da Rebea, as redes de EA programaram o 6º Fórum Brasileiro de EA, no Rio de Janeiro, para o mesmo ano. Além disso, a III Conferência Nacional Infanto-Juvenil para o Meio Ambiente (III CNIJMA) foi planejada pelo MEC, com apoio do MMA, como ponto final de um processo de mobilização promovido durante o ano letivo de 2008, em milhares de escolas de ensino fundamental, nas cinco regiões do país. Sua preparação começou também em 2007, com a escolha do tema “Mudanças Ambientais Globais” e a produção de material didático de apoio, para distribuição às mais de 50 mil escolas públicas de ensino fundamental do país. Dezenas de especialistas participaram voluntariamente, seja nas atividades de planejamento, ou pela leitura crítica durante a elaboração das publicações de apoio.¹⁷⁰

Também vale lembrar que, na escalada dos debates, em novembro de 2007, um decreto federal criaria o Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (CIM) – composto por 16 ministérios, sob a coordenação da Casa Civil –, e um grupo executivo, braço operacional desse comitê, formado por seis pastas, além do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas e da Casa Civil, com a liderança do MMA.

Como tarefa inicial, caberia ao CIM sugerir tanto uma política, como um plano nacional sobre mudanças climáticas. Teriam quatro eixos, segundo o decreto: mitigação, adaptação aos efeitos da mudança do clima, pesquisa e desenvolvimento, capacitação e divulgação. Como que para encaixar as peças antes apresentadas, a III CNMA foi confirmada como um dos foros para a consulta pública.

ALÉM DO CLIMA...

Já se sabia, em 2007, que assuntos polêmicos seriam levantados por delegadas/os da III CNMA, em 2008, em paralelo ao debate do tema central, das mudanças climáticas. Um desses temas seria o início das obras pela transposição do Rio São Francisco, esse rio que nasce na Serra da Canastra (MG), percorre 2,8 mil quilômetros até desaguar na praia do Pebá (AL).

Aqui, novamente, a dicotomia. De um lado, manifestos contra as obras, interpretando que elas atenderiam interesses de grandes empreendimentos econômicos, em detrimento da qualidade e quantidade das águas para a população, e alertando para a existência de projetos alternativos, mais baratos e abrangentes, inclusive o Atlas Nordeste, elaborado pela Agência Nacional de Águas (ANA), com soluções para 34 milhões de pessoas, das cidades nordestinas.¹⁷¹ O gasto de energia para recalcar (levar de baixo para cima) a água no processo de transposição – a um custo que elevaria o preço da água – somado à redução da vazão do rio, que prejudicaria a produção energética na usina hidrelétrica em Paulo Afonso, estavam entre os problemas técnicos apontados. De outro lado, setores defendendo a transposição como saída para abastecer milhões de nordestinas/os. Na II CNMA um abaixo-assinado firmara posição contra a transposição.

Símbolo da integração nacional, o Rio São Francisco e seus afluentes foram degradados no decorrer da história pelo desmatamento das margens, assoreamento das águas, poluição por agrotóxicos e esgoto, entre outros, fazendo cair o volume e a qualidade de suas águas. Agora, a proposta de transposição dividia também os estados nordestinos. Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte – que se tornariam receptores das águas transpostas – concentraram posições em favor das obras. Na direção inversa, Bahia, Sergipe, Alagoas e Minas Gerais – que seriam doadores das águas do rio – posicionaram-se contra. Uma forte reivindicação era pela revitalização, antes de uma eventual transposição.

Vale dizer que o governo federal já criara um programa nesse sentido, no qual a EA foi definida como um dos componentes. Por meio desse programa, e por encomenda do MMA e Ibama, em maio de 2007 saíram os resultados do Censo Estrutural da Pesca Continental nos Estados da Bacia do Rio São Francisco. Seus dados dão uma dimensão das atividades ribeirinhas. Nos cinco estados cortados pelo rio, contaram-se quase 17,9 mil embarcações pesqueiras. A grande maioria era de barcos a remo. Só um em cada seis (15,7%) era movido a motor.

Também na primeira metade de 2007, nasceram os primeiros centros de referência da revitalização do rio, em geral acoplados a superintendências do Ibama. Logo antes, em janeiro, o governo lançara edital de licitação das obras, para contratar empresas que iniciariam os trabalhos. Existia uma licença prévia, concedida pelo Ibama, mas faltavam estudos e relatórios de impacto ambiental (EIA/Rima) e as audiências públicas, obrigatórias. Por isso, multiplicavam-se ações na Justiça contra a transposição.

Em junho, o Exército deu início às obras de transposição na região de Cabrobó (PE). Em agosto, um grupo de especialistas e representantes de movimentos sociais anunciou uma caravana contra a transposição, que passaria por 11 estados. Manifestações pró e contra a transposição aconteciam simultaneamente no Distrito Federal. No final de novembro, quando 14 ações corriam na Justiça e, por meio de liminar, as obras haviam sido interrompidas, Frei Luiz Cappio retomou o jejum pelo rio.

Em 19 de dezembro, o Supremo Tribunal Federal (STF) negou o pedido de paralisação das obras. No dia seguinte, ao se completarem 24 dias de jejum, Dom Cappio foi hospitalizado e, ante insistentes recomendações médicas, voltou a se alimentar sem, no entanto, deixar de lado a luta contra o projeto de transposição. Não faltavam pontos polêmicos, portanto, para levar à III CNMA.

TEMPOS QUENTES EM BALI

Justamente no mesmo dezembro de 2007, os olhos de quem lida com a questão ambiental também se voltaram à ilha indonésia de Bali, onde um evento atraiu delegações de 191 países contribuiu para aumentar a temperatura das discussões sobre mudanças climáticas e o futuro do planeta. Trata-se da 13ª Conferência das Partes da Convenção do Clima (COP-13), se discutiu o pós-Quito, isto é, os termos de um novo acordo internacional para vigorar após 2012, data de encerramento do Protocolo de Quito.

Quer dizer, de Bali saíam os princípios a serem seguidos na redação desse novo acordo, contendo as regras que cada país deveria obedecer para minimizar o perigo do aquecimento global. Era natural que representantes dos diferentes segmentos da sociedade, provenientes dos cinco continentes, também estivessem lá, para influenciar as delegações oficiais.

Entre as delegações oficiais, a dos EUA simbolizou a oposição a qualquer norma mais restritiva em prol do equilíbrio climático. Na outra ponta, reunindo mais de 4000 ongs focadas na questão das mudanças climáticas, a *Climate Action Network* (Rede da Ação pelo Clima) chamava atenção entre os grupos de pressão lá presentes, pelo prêmio “Fóssil do Dia”, que diariamente agradecia a delegação cujo comportamento dificultara o avanço das negociações na véspera.

Para dar noção dos impasses, basta lembrar que o evento, programado para acabar no dia 14, estendeu-se até 15 de dezembro, quando, enfim, chegou-se a um consenso. Nesse dia, foi anunciado o Plano de Ação de Bali, conjunto de documentos também conhecido como Mapa do Caminho de Bali, com os princípios orientadores da construção do acordo pós-Quito. Vale resumir algumas decisões:

- Ciência reconhecida. Pela primeira vez um amplo estudo científico, o relatório do IPCC, foi oficialmente reconhecido como documento de referência para definir as decisões políticas internacionais sobre o aquecimento global. Esse reconhecimento validou a proposta de impor metas bem mais restritivas para as emissões dos gases estufa a partir de 2012. Enquanto o Protocolo de Quito estabeleceu para apenas 37 países – nações desenvolvidas signatárias do protocolo – a meta de diminuir as emissões em 5,2% até lá, com essa decisão saltou-se para um patamar de 25% e 40% de redução nos oito anos seguintes, de 2012 a 2020, sempre com relação aos níveis de 1990.

- Metas inconclusas. Apesar de admitir a validade das recomendações do IPCC – uma espécie de admissão de que o planeta tem um limite a ser respeitado – o Mapa do Caminho não conseguiu prever a obrigatoriedade dessas metas mais restritivas. Uma brecha, segundo especialistas, para forçar a possibilidade da redução voluntária das emissões, em vez de metas compulsórias, pelo menos para os desenvolvidos. Por outro lado, também pela primeira vez, o texto incluiu a “comparabilidade dos esforços” para as nações ricas. Segundo alguns especialistas, com essa premissa, se um país industrializado obtiver uma redução alta das suas emissões, os outros deverão seguir na mesma trilha.

- Dois trilhos. Proposta defendida pelo Brasil, prevê dois conjuntos de normas, ou “trilhos”. Para as 37 nações ricas que subscreveram o Protocolo de Quito, o estabelecimento de prazos e metas de redução das emissões de gases estufa até 2020 teriam de ser cumpridos à risca. Para os em desenvolvimento

e os não signatários de Quioto (como os EUA), manter-se-ia a regra dos compromissos “não vinculantes”, ou seja, sem metas específicas de reduzir as emissões.

- Desmatamento na mira. Também pela primeira vez, admitiu-se que a redução de emissões por desmatamento e degradação de florestas (REED) poderia ser uma ferramenta de mitigação do aquecimento global no pós-Quoto. Apesar da perda de florestas tropicais responder por cerca de 15% das emissões globais de CO₂, segundo cálculos oficiais, esse item não fez parte do Protocolo de Quioto. Em Bali, discutiram-se duas propostas: 1- adotar um mecanismo parecido aos créditos de carbono, com metas e pagamento pré-estabelecido para “projetos de desmatamento evitado”, 2- aplicar “incentivos positivos e políticas”, uma espécie de premiação para quem provar a redução voluntária do desmatamento. Venceu a segunda. Mas, em paralelo, instituições como o Banco Mundial começaram a montar fundos-piloto para testar o comércio de “carbono florestal”.

- Data marcada. Definiu-se 2009 como data final transformar o Mapa do Caminho em acordo internacional. Seria na COP-15, em Copenhague, capital da Dinamarca.

A ajuda aos países emergentes – seja pelo apoio à proteção de florestas, ou por programas de transferência de tecnologia que facilitem a adaptação à mudança climática e mitigação de seus efeitos – também deu o tom aos debates em Bali, que podem ser entendidos como mais um capítulo de uma longa série na qual o futuro do planeta tornou-se o motor da trama.

Pode-se imaginar essa série como parte de uma lenda, dessas que os antigos criavam para explicar a origem e o fim do mundo. O papel desenhado para os seres humanos, nessa lenda, é de enorme complexidade. São os destruidores do futuro. Futuro este, caracterizado como a vida em equilíbrio no Planeta Terra. Só que são eles, os mesmos seres humanos, os únicos capazes do ato heróico de reverter a trama, isto é, deter a destruição.

Dedicados a desvendar a origem e as tendências dessa tendência devastadora, os sábios prevêm: ao destruir o futuro, os seres humanos se autodestruirão. O momento é de urgência, alertam eles. Para salvar o futuro, e com isso também a si próprios, nossos heróis terão de aprender o que fazer, colocando simultaneamente em prática o que aprenderam. E não atingirão o objetivo da

salvação se agirem individualmente. Nem se buscarem a perspectiva de salvar uma ou outra parcela do todo. Pois está tudo interligado. Para o bem e para o mal, o que ocorre num ponto, tem o efeito sobre a totalidade. Pensar e agir local e globalmente torna-se o lema desses novos heróis.

Notas

- 168 *Texto-base, lançado em março de 2008 (92 p.) está em http://www.mma.gov.br/estruturas/secex_cnma/_arquivos/tb.pdf.*
- 169 *Página oficial da Conferência, com notícias e documentos: www.mma.gov.br/conferencia-nacional.*
- 170 *Enquanto conferências nas escolas, municipais e estaduais foram promovidas em 2008, a etapa nacional da III Conferência Infanto-Juvenil aconteceria apenas no primeiro semestre de 2009. Já o VI Fórum de EA foi adiado, por questões operacionais.*
- 171 *Conjunto de documentos disponíveis em: http://parnaiba.ana.gov.br/atlas_nordeste/nw_downloads.htm.*

SISTEMATIZANDO LAÇOS



“AINDA NÃO PUDE ENTENDER POR QUE ACHAM UM AVIÃO MAIS IMPORTANTE DO QUE UMA ABELHA”

MANOEL DE BARROS

Promulgada em 1999, a Lei Federal 9795/99, que instituiu a política nacional de EA (PNEA) impôs, já no artigo 2, que a EA deve constar em todos os níveis e modalidades do processo educativo de forma articulada, tanto em caráter formal (meio escolar), como no não-formal. Também previu a instalação de um Órgão Gestor para coordenar essa política pública. Depois, em 2002, o decreto que regulamentou a lei acrescentou a essa estrutura um comitê assessor, instância de consulta e assessoramento desse órgão gestor.

Quem é do ramo, só tinha a comemorar. Afinal, com essas novidades, o acesso à EA tornou-se direito de todas/os cidadãs/os do país. Só que, no “andar da carruagem”, como se diz popularmente, gestoras/es públicas/es dessa área sentiram uma lacuna no desenho institucional criado pela nova legislação. Lacuna que foi se tornando mais evidente na medida em que a EA adentrava por todos os segmentos – governo, ongs, movimentos sociais, setor educacional, âmbito empresarial etc.

O que ficou faltando, segundo essa análise, foi um sistema capaz de integrar e coordenar as relações de gestão e formação em EA, contribuindo para encadear as ações ambientais com as educacionais, tradicionalmente separadas, mas respeitando características de cada setor e cada região. Com base nesse raciocínio, e na brecha oferecida pela exigência de articulação exposta no artigo 2 da lei federal, o OG-PNEA assumiu o desafio de construir um Sistema Nacional de EA (Sisnea). Como metodologia, criou-se um documento-base a ser submetido à consulta pública, antes de sua aprovação.

Em julho de 2007, durante dois eventos simultâneos em Salvador (BA) – o Encontro Nacional de Gestores Estaduais de EA e a 8ª Reunião Ordinária do Comitê Assessor do Órgão Gestor da PNEA foi dado o ponta-pé inicial da consulta pública, com o lançamento oficial do documento-base. Também dois eventos marcariam, em 2008, o encerramento dos debates: o VI Fórum Brasileiro de EA e a III Conferência Nacional de Meio Ambiente (III CNMA).

Nesse ínterim, qualquer pessoa poderia acessar o texto pela internet, com direito a preencher formulários para sugerir modificações no texto original que, segundo a promessa, seriam sistematizadas e avaliadas, para incorporação no texto que marcaria criação do Sisnea.

Simultaneamente, a proposta chegou a diferentes fóruns, inclusive internacionais, como o I Congresso de EA dos Países Lusófonos e Galícia, realizado em setembro de 2007, na mítica Santiago de Compostela, Espanha.¹⁷² Sob forma de painel trazido por técnicos do DEA/MMA e da CGEA/MEC a apresentação sintetiza o processo construtivo. Lá se aprende que o ponto de partida foi o olhar “problematizador” sobre a Política Nacional de EA, aliado à busca de estratégias ou mecanismos capazes de dar sustentação a um sistema inclusivo, que reúna os entes da gestão ambiental da esfera governamental às outras organizações, institucionalizadas ou não, que promovem a formação, comunicação ou/e participam na formulação de políticas públicas nas bases territoriais.

É o que também coloca a introdução do documento submetido à consulta pública, que ressalta pelo menos três experiências concretas que fundamentaram a proposição:

- Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama). Previsto na Lei da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6.938, de 1981), posicionou a EA como um de seus princípios, como ferramenta para capacitar pessoas e comunidades para a defesa do meio ambiente. É a EA não-formal, fora do meio escolar. O Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), que depois criaria a Câmara Técnica para a EA, também nasceu dessa lei, com funções normativa e deliberativa.
- Sistema Educacional. Regulado pela Lei de Diretrizes e Bases (Lei 9.394/96), é caracterizado pela autonomia e descentralização das políticas educacionais nos três níveis de governo. De acordo com a lei, o ensino fundamental e educação infantil são prioridades para a atuação dos municípios; ensino fundamental e médio, para Estados e Distrito Federal, enquanto a organização do sistema de ensino superior cabe à União, também responsável pela função redistributiva e supletiva, bem como pela assistência técnica e financeira às três esferas de governo. O Conselho Nacional de Educação (CNE) possui força normativa e deliberativa.

- Municipalização e atuação integrada entre as três esferas de governo. Seriam duas tendências em ascensão. A atuação integrada cresceu sobretudo na gestão pública ambiental. Um exemplo é a criação de Comissões Tripartites nas unidades federativas, reunindo representações da União, estado e municípios. Já a municipalização veio em resposta à autonomia conferida aos municípios pela Constituição Federal de 1988. Já aplicada, por exemplo, na implementação do Sistema Único de Saúde, encontrou barreiras em municípios menores, com população inferior a 5 mil habitantes, portanto com dificuldades para investir em procedimentos mais complexos. Um desafio a ser considerado também no campo da EA.

Vale lembrar que em 2007, quando a proposta do Sisnea começou a ser objeto de debate público, todos os estados já tinham suas Comissões Interinstitucionais de EA (CIEAs) ou comissões pró-CIEAs; mais da metade (16) havia implementado programas estaduais de EA, e oito também tinham políticas estaduais de EA instituídas por lei. No entanto, ainda era forte a demanda por “fortalecer a conexão entre os sistemas de meio ambiente e de educação, e antes de formação e de gestão próprios da EA”, relata o documento divulgado pelo OG-PNEA.¹⁷³

DESENHANDO O PRESENTE

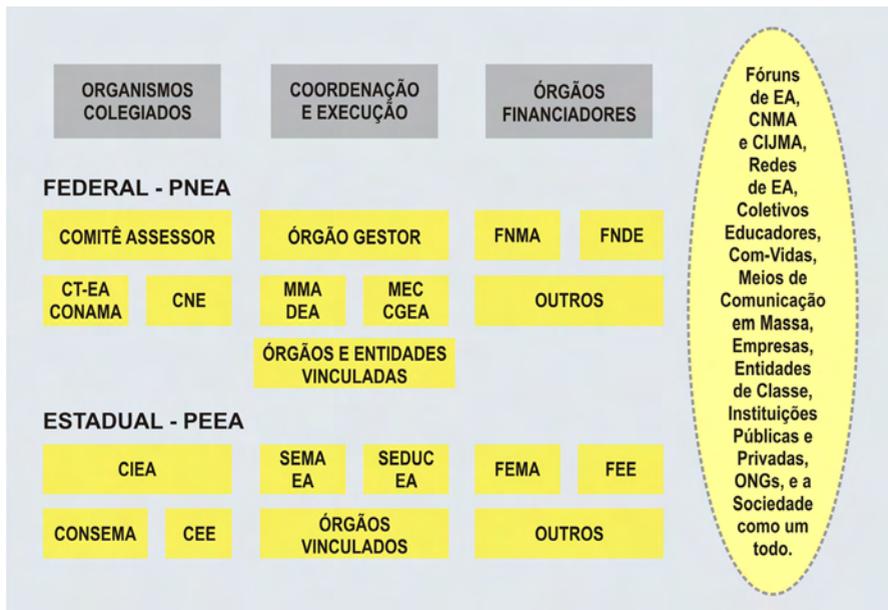
Se uma imagem vale mais que mil palavras, dois desenhos – reproduzidos no documento de discussão da Sisnea – buscaram resumir o caminho institucional da EA no país.

O primeiro – que se propõe a reproduzir a configuração da PNEA ainda não formalizada como sistema – é um organograma com formato quadrado, que mais parece uma tabela.

- Plano horizontal. Três linhas para separar as esferas de atuação: 1- União, 2- unidades federativas, e 3- municípios.

- Plano vertical. Quatro colunas para ordenar por função os órgãos públicos e privados participantes do sistema, sejam juridicamente institucionalizados ou não: 1- organismos colegiados, 2- órgãos públicos de coordenação e execução, 3- órgãos financiadores, e por fim 4- instituições com inserção na área.

Assim, na intersecção da primeira linha (esfera federal), com a primeira coluna (colegiados), teremos o Comitê Assessor do OG da PNEA, com



papel consultivo e de assessoramento previsto em lei, como principal órgão colegiado. Mas também entram o Conama, por meio da Câmara Técnica de EA, que pode interferir no campo de políticas para a educação não-formal, e o CNE, igualmente deliberativo para a educação formal. Isso sem falar de outros conselhos nacionais com interface para a EA, como o de Recursos Hídricos.

Na segunda coluna dessa mesma linha, destinada aos órgãos federais de coordenação e executivos, a estrela é o OG-PNEA, responsável pela execução da política nacional do setor. Mas também constam os órgãos executivos da União nas áreas ambiental e educacional: MMA e MEC, respectivamente por meio do DEA/MMA e CGEA/MEC, e os órgãos vinculados a esses ministérios com ações e programas na área.

Na terceira coluna da mesma linha, dedicada a órgãos financiadores federais, entram os fundos nacionais do Meio Ambiente (FNMA) e de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

A complexidade já começará na segunda linha – dos estados e Distrito Federal, pela autonomia dada a cada unidade federativa para criar sua própria estrutura de EA. No primeiro semestre de 2007, vale lembrar, 24 UFs tinham sua Comissão Interinstitucional de EA (CIEA), segundo o organograma, o principal colegiado na esfera estadual, encarregado de sugerir diretrizes, políticas

e programas de EA. Na mesma célula, com papel complementar, os conselhos estaduais de Meio Ambiente e de Educação, que interferem nas políticas de EA, respectivamente para o ensino não-formal e formal.

Quanto aos órgãos executivos das unidades federativas, o destaque fica para o Órgão Gestor Estadual de EA, se já existir. Havia oito, em 2007. Aí também entram as secretarias estaduais do meio ambiente e da educação (Seduc), por terem ingerência no campo da EA. E cabem os Núcleos de EA do Ibama (Neas). Por fim, na terceira coluna – campo do financiamento para a EA – o espaço será reservado aos fundos estaduais de meio ambiente e de educação, assim como outros de abrangência estadual que apóiem a EA.

Na terceira linha, prevista para a esfera municipal, a variedade será ainda maior. De modo geral, conselhos municipais de Meio Ambiente (Comdema) e de Educação ocuparão a área dos colegiados, assim como CIEAS – caso existam no município, secretarias municipais de Meio Ambiente e Educação ganharão luz na segunda coluna. Os fundos municipais, se existirem, entram na terceira.

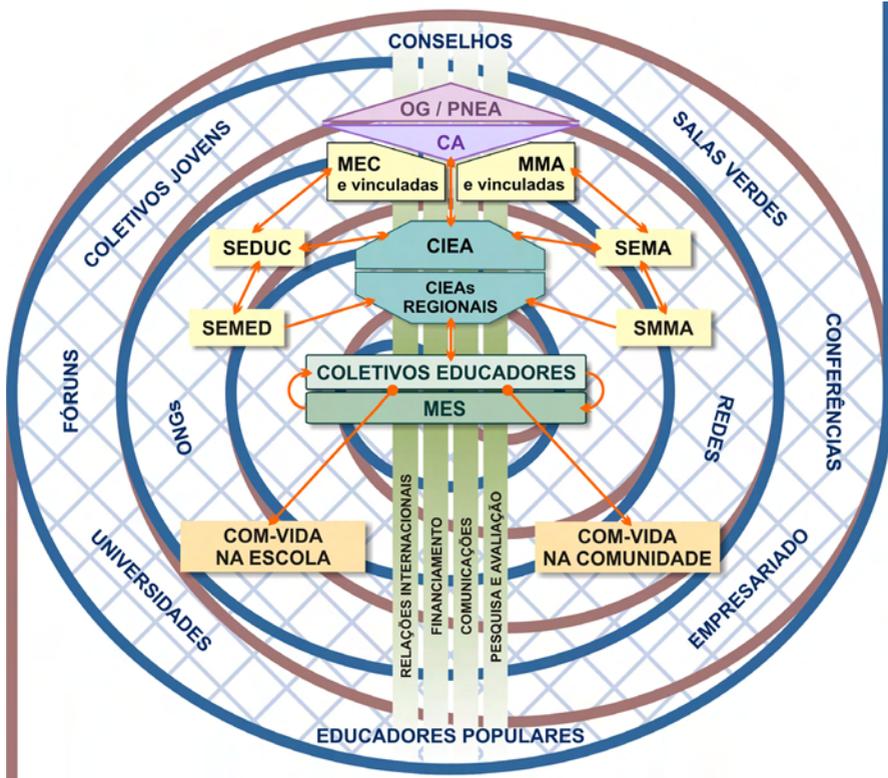
Completando o quadro de um jeito diferente, a quarta coluna atenderá a infinidade de “entes não previstos juridicamente, com atuação local e territorial”, como define o projeto. Ao invés da divisão “federal, estadual, municipal” o esquema propõe dois blocos.

- Área de formação. Com-Vidas (Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida, em cada escola, e Comunidades ou Círculos de Aprendizagem, Meio Ambiente e Qualidade de Vida, nas comunidades) bem como os Coletivos Educadores.

- “Organismos de controle social e participação”. A miríade de formações, tais como as redes e fóruns de EA; conferências nacionais de meio ambiente e infanto-juvenil pelo meio ambiente; meios de comunicação de massa, empresas e entidades de classe e ongs com atuação com EA, além da “sociedade como um todo”.

PROJETANDO O FUTURO

Dentro de um dinâmico círculo, uma estrutura assemelhada a uma coluna grega estilizada, dessas marcadas por divisões verticais, que possuem um ápice mais largo e uma base reta. Assim é o diagrama que busca apresentar por meio da visualização a proposta do OG-PNEA para o Sisnea.



A coluna, símbolo clássico da sustentação, contém os principais órgãos e instituições que centralizam – segundo a proposta – as ações do sistema de EA. Constitui-se de três segmentos:

- **Ápice:** aqui estão os órgãos de coordenação da PNEA. É o OG, descrito como instância central – que ganhará a nova responsabilidade de coordenar o Sisnea, ladeado por seu Comitê Assessor, instância de consulta e assessoramento, e os executores, MEC e MMA.
- **Centro.** Representação de como se espelha a PNEA nas unidades federativas, regiões e municípios. Se a lei que instituiu a PNEA definiu apenas a estrutura federal, na maioria dos estados, a estrutura foi repli-cada, com apoio logístico do OG, implicando na implantação das já citadas comissões interinstitucionais de EA (CIEAs) ou Pró-CIEAs – estaduais e regionais. Constituídos por entes governamentais e não-governamentais em seu âmbito de atuação, eles ficam no centro de tudo, como a instância coordenadora da política de EA estadual ou regional – desde que isso tenha sido definido no texto legal de criação e confirmado no regimento interno.

- Em torno do centro. Em torno das CIEAs, gravitam os órgãos executivos: secretarias estaduais e municipais de educação e meio ambiente. Na base desses núcleos, representando os níveis local ou regional, ficam os chamados órgãos de formação, de ação territorial – Coletivos Educadores (CEs) e Com-Vidas – entendidos, nesse diagrama, como espaços de convergência dos esforços de todos os demais componentes do Sisnea para a consecução da EA. Vale detalhar: 1- os CEs podem exercer influência nas políticas de EA, pela característica formadora capaz de qualificar a participação pública, quando em vínculo com as CIEAs; 2- as Com-Vidas, grupos locais de atuação e reflexão sobre e pelo meio ambiente e qualidade de vida, têm o poder de estimular as Agendas 21 nas escolas e comunidades, bem como a participação de pessoas nos processos decisórios de gestão ambiental no país.

- Base. Simbolicamente, quatro elementos formam a base da coluna: relações internacionais, financiamento, comunicação, pesquisa e avaliação. São entendidos como eixos “que monitoram e fomentam o Sisnea”, com presença – de modo transversal – recomendada para todos os níveis e esferas da gestão.

- Moldura circular. Circundando tudo, uma esfera, abriga os chamados organismos de controle e participação. São as redes de EA, conferências temáticas, fóruns e coletivos jovens. Segundo o texto-base, seria o elemento que simboliza a participação da sociedade no sistema. Não por acaso, os conselhos estão no alto, logo acima da coordenação do Sisnea na esfera – composta pelo OG-PNEA, com seu comitê assessor e órgãos executivos. É que o OG tem de obedecer às deliberações do Conama e do CNE, que têm força de lei. Como que para reafirmar o dinamismo desse relacionamento, o papel pode se inverter: o mesmo OG pode “aproveitar” esses conselhos deliberativos para consolidar suas ações. Ou seja, pode encaminhar propostas de diretrizes que, se aprovadas pelo CNE ou Conama, ganham status de normas federais.

DINÂMICA CIRCULAR

Basta uma rápida pesquisa em sítios de busca na internet, para aprender que danças circulares são danças de roda presentes em muitos povos, que passam de geração e geração, como desenhos coreográficos que celebram momentos especiais – colheitas, nascimentos ou mortes etc. Nelas, pessoas de todas as idades e origens sociais conectam-se umas às outras, olham-se de igual para igual, experimentam a confiança mútua, a cooperação, comemoram a força

da vida. Também numa sala ou área aberta, quando as pessoas sentam-se em um círculo, é com intenção de se mirarem de igual para igual, para debater, aprender, ou tomar decisões.

Talvez essas simbologias tenham influenciado a escolha do círculo como moldura, no esboço visual de um Sisnea, que almeja a “relação dialógica entre seus componentes”. Quer dizer, fóruns, conferências, grupos de trabalho, pessoas que compõem esse entorno, segundo a expectativa demonstrada no projeto, ganham os papéis de demandar, negociar, propor e avaliar políticas, planos e ações de EA. A execução, por sua vez, é conferida a quem fica no centro da roda, órgãos e instituições governamentais, colegiados e coletivos, sustentados por quatro pilares: relações internacionais, comunicação, financiamento, pesquisa e avaliação.

Tudo para criar, usando palavras do documento-base, uma “dinâmica retroalimentadora do Sisnea”, em que se consolidem mecanismos favoráveis às “reivindicações e demandas que direcionam e dão sentido às políticas públicas de EA”. Documento este, que também manifesta o sonho de longo prazo, de desencadear “outros processos, planos e movimentos estruturantes que favoreçam a gestão e o enraizamento da Educação Ambiental no Brasil, contribuindo para a utopia que conduz o Órgão Gestor, que é a de educar ambientalmente, transformando cada pessoa em educadora ambiental”.

Quase que simultaneamente, um texto preparatório para a III CNMA – o evento previsto como foro da consulta pública do futuro Sisnea em 2008 - enquadrou a implementação desse sistema nacional como um dos passos para garantir o enraizamento da EA e, com isso, a materialização das ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

Seria um dos quatro elementos de um Plano de Aceleração do Crescimento da EA, idealizado anteriormente pelo Comitê Assessor do OG-PNEA. Vale conferir os outros três, não menos ambiciosos: 1- revisão do decreto que regulamentou a Lei da PNEA, de 2002, com a redefinição do próprio Comitê Assessor; 2- institucionalização do ProNEA, por norma legal, já prevendo revisões periódicas e participativas, bem como a inserção do programa nos Planos Plurianuais do governo federal (PPA); 3- fomento e financiamento da EA.

Sinais de que, na roda da EA – e das políticas públicas que ela enseja – o movimento não para.

Notas

- 172 O site do Ministério do Meio Ambiente tem uma página sobre a cooperação com os países lusófonos no campo da EA: <http://www.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=20&idMenu=4766&idConteudo=5364>.
- 173 Na forma de cartilha de 24 páginas, a segunda versão do texto base para consulta pública, que incorpora sugestões dadas no Encontro Nacional de Gestores Estaduais de EA, realizado em Salvador, em julho de 2007, está em: http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/sisnea_cartilha.pdf.

LINHA DO TEMPO DA EA
1997-2007



“MAS OH NÃO SE ESQUEÇAM. DA ROSA DA ROSA. DA ROSA DE HIROXIMA. A ROSA HEREDITÁRIA. A ROSA RADIOATIVA. ESTÚPIDA E INVÁLIDA.”

VINÍCIUS DE MORAES

A História se compõe de uma constelação de pequenos detalhes que, reunidos, resultam num quadro evolutivo do que ocorreu num período (tempo) na região estudada (espaço), a partir de uma determinada perspectiva. Sabendo o que houve, fica mais simples preparar os próximos passos.

Sem pretensão de esgotar o assunto “história da EA no Brasil no período 1997-2007”, ou de citar a totalidade dos acontecimentos relacionados às políticas públicas nessa área, essa Linha do Tempo da EA traz, de forma seqüencial, uma seleção dos eventos citados neste livro com o propósito de facilitar a visualizar a evolução ocorrida nesse período. Para tanto, há tanto fatos que ajudam a entender o contexto, como os diretamente relacionados à evolução da EA em si. E, sempre, entre parênteses, a citação do capítulo do livro em que está a descrição.

Um aviso: não se deve encarar essa Linha do Tempo da EA como uma relação fechada de fatos, mas como um início de conversa, que cada pessoa, ou coletivo de pessoas, poderá complementar com suas próprias informações.

1997

- Para a Educação Ambiental (EA), em todo o ano de 1997 é repleto em ações e eventos, que a colocam em evidência, a ponto de especialistas citarem esse, como o “Ano da Educação Ambiental”. A Coordenação de EA do MEC (COEA/ MEC), capitaneada por Néli Gonçalves de Melo, dá apoio institucional, por exemplo, à formação de Centros de EA (CEAs) – como a Escola Bosque em Belém (PA), e para que empresas ofereçam ações e materiais de EA para escolas, em apoio ao programa “Acorda Brasil”, do MEC. Além disso, com a ISO 14.000, norma voluntária internacional para a gestão ambiental das empresas, anunciada em 1996, começa a crescer, no segmento corporativo, o envolvimento de funcionárias/os para o uso responsável de recursos naturais, como energia e matérias primas. (O ano da EA / Retomando as Raízes)

- Em 1997, o MMA tem um Grupo de Trabalho de EA, criado no ano anterior e dirigido por Fani Mamede Carvalho. Sob o comando de José Silva Quintas desde 1991, a Divisão de EA do Ibama, do Departamento de Divulgação Técnico-Científica e de EA, atua com 33 Núcleos de Educação Ambiental (NEAs), formados em 1993 nas 27 superintendências es-taduais e seis centros de pesquisa do Instituto.

- Em janeiro, é promulgada a Lei 9.433/97 (Lei das Águas), que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos. A EA está prevista como componente do novo um sistema de recursos hídricos do país, que se completará com a criação da Agência Nacional de Água, em 2000, quando será aprovada a Lei 9.984/00. (Ação em Rede)

- Em 26 de fevereiro é instituída a Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional (CPDS), por um decreto presidencial. Composta por cinco membros da sociedade civil e cinco do governo, sob coordenação do MMA, escolhe seis áreas temáticas para uma consulta nacional sobre a Agenda 21 brasileira: 1- agricultura sustentável, 2- cidades sustentáveis, 3- infra-estrutura e integração regional, 4- gestão dos recursos naturais, 5- redução das desigualdades sociais e 6- ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável. (A Intenção e o Gesto)

- No âmbito do Ibama, a novidade é o Curso de Introdução à Educação no Processo de Gestão Ambiental. Concebido na Divisão de EA, ele já forma duas turmas nesse ano, compostas por formadoras/es, tais como técnicas/os de órgãos executores de políticas públicas, produtoras/es rurais, pescadoras/es e grupos comunitários afetados por riscos ambientais e tecnológicos. (Retomando as Raízes)

- De 31 de maio a 05 de junho, o II Congresso Ibero-americano de EA, promovido em Guadalajara (México), sob auspícios do Ministério do Meio Ambiente do México, Universidade de Guadalajara, Federação dos Grupos Ambientalistas, Unesco, Pnuma e Unicef, discute as “marcas de Tbilisi”. Quase mil participantes da América Latina e do Caribe reivindicam um marco de referência comum para a construção de estratégias educativas e materiais de comunicação na região ibero-americana. (O Ano da EA)

- Em junho, a COEA/MEC, em parceria com a TV Escola, realiza a I Teleconferência Nacional de Educação Ambiental. Depois, de agosto a dezembro, ocorrem as cinco teleconferências regionais, uma por região do

país. Além da transmissão pela TV Escola (Programa Salto para o Futuro), educadoras/es de todo o país podem participar ao vivo do evento, em telecentros. (O Ano da EA)

- De 05 a 08 de agosto, em Guarapari (ES), ocorre o IV Fórum Brasileiro de EA. Organizado pela Rede Brasileira de Educação Ambiental (Rebea), em parceria com o governo estadual do Espírito Santo, Universidade Federal de Espírito Santo (UFES), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES), Associação Roda Viva-RJ, ele conta com 1131 participantes. É o primeiro evento da rede brasileira fora do eixo Rio-São Paulo. Nos cinco meses anteriores, houve cinco pré-fóruns regionais, organizados com a participação de 38 organizações e o apoio do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA/MMA). Como evento associado, o I Encontro Rebea resulta na escolha da Ecopantanal (MT) para assumir a secretaria-executiva. (Ação em Rede)

- Entre 07 e 10 de outubro, a I Conferência Nacional de EA (I CNEA) atrai quase 2,9 mil participantes para a na Capital Federal. O documento final, “Declaração de Brasília para a Educação Ambiental” tem cinco áreas temáticas: 1- EA e as vertentes do desenvolvimento sustentável; 2- EA formal: papel, desafios, metodologias e capacitação; 3- Educação no processo de gestão ambiental: metodologia e capacitação; 4- EA e as políticas públicas: Programa Nacional de EA, políticas de recursos hídricos, urbanas, agricultura, ciência e tecnologia; e 5- EA, ética, formação da cidadania, educação, comunicação e informação da sociedade. Será levado em dezembro à Conferência de Thessaloniki. (O Ano da EA)

- Em 15 de outubro, dia do Professor, o MEC apresenta os novos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) - 1ª a 4ª série. Aprovados em março pelo Conselho Nacional de Educação, constituem um conjunto de recomendações para trabalhar os currículos, inicialmente nessa faixa, pela primeira vez inserindo a dimensão ambiental como um tema transversal. Ela deve permear todas as disciplinas, de forma a ajudar a escola a cumprir seu papel constitucional de fortalecimento da cidadania. Ética, trabalho e consumo, pluralidade cultural, orientação sexual são os outros temas transversais. (Novos Parâmetros)

- No final do ano, é criado o Instituto Brasil de Educação Ambiental, pela ong WWF, com apoio MEC, MMA, Ibama, Unesco e a Fundação Roberto Marinho. Trata-se de uma evolução do programa *Muda o Mundo Raimundo*, criado pela ong em 1995. O instituto permanece ativo até 2002. (Novos Parâmetros)

- Entre 08 e 12 de dezembro, na cidade de Thessaloniki (Grécia), tem lugar a Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Consciência Pública para a Sustentabilidade, conhecida como Conferência de Thessaloniki. Organizada pela Unesco e governo da Grécia constitui o ponto culminante de os encontros internacionais prévios realizados em diferentes países, inclusive Brasil. O tema é “20 anos de Tbilisi” e a declaração final reafirma os princípios de Tbilisi, mas reconhece que o desenvolvimento da EA foi insuficiente no período. (O Ano da EA)

- Também em dezembro, a III Conferência das Partes para a Convenção das Mudanças Climáticas (COP3), em Quioto, Japão, estabelece as bases para o Protocolo de Quioto, que propõe metas e formas de atuação dos países para que reduzam as emissões dos gases do efeito estufa, causadores do aquecimento global. Esse protocolo só entrará em vigor em 2005. (Ação em Rede)

- No balanço do ano, o Programa de Capacitação de Multiplicadores em EA a COEA/MEC, iniciado em 1996 com apoio do Acordo Brasil/Unesco, contabiliza mais quatro cursos ofertados a quem atua em órgãos estaduais de educação e universidades federais, com a metodologia Propacc (Proposta de Participação-Ação para a Construção do Conhecimento). (Novos Parâmetros)

- Também a Câmara Técnica de EA do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CT-EA / Conama), coordenada por Néli Gonçalves de Melo, da COEA/MEC, pode comemorar a realização de sete reuniões em 1997. O principal assunto é o projeto de lei da Política Nacional de EA. (Retomando as Raízes)

1998

- Em 12 de fevereiro, é promulgada a Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605/98), a partir da qual condutas e atividades lesivas contra a fauna, a flora, contra o ordenamento urbano, o patrimônio cultural, ou causadoras de poluição de qualquer natureza – inclusive disseminar pragas – tornam-se sujeitas ao enquadramento civil, administrativo ou criminal. Alguns setores entendem que o conteúdo do texto legal como meio para a conscientização ambiental. A regulamentação só acontece daí a dois anos, em setembro de 2000. (Ação em Rede)

- Depois de cinco anos ligada Secretaria Executiva do Gabinete do Ministro, a COEA/MEC passa a integrar a Secretaria da Educação Fundamental

(SEF), ganhando o status de coordenação geral no organograma do órgão federal (CGE-A/MEC). (Novos Parâmetros)

- De junho a novembro, o fenômeno climático *El Nino* favorece a ocorrência de mais de 77 mil focos de incêndio, além de fortes estiagens, sobretudo na região Norte. Isso motiva a criação do Programa de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais na Amazônia Legal (Proarco), circunscrito ao chamado “Arco do Desmatamento”, que abrange parte de sete estados amazônicos. Em fevereiro do ano seguinte, também será formada a Força-Tarefa para Combate a Incêndios Florestais, por meio do Decreto 2.959/99. (Ação em Rede)

- Em julho, a Cúpula das Américas – que reúne, em Brasília (DF), Ministros de Educação da região caribenha e latino-americana, com apoio da Unesco e Organização dos Estados Americanos (OEA), define 2002 como o ano-limite para a revisão das políticas nacionais de educação dos países-participantes. A base do debate é o documento “Educação para um Futuro Sustentável na América Latina e Caribe”, produzido com apoio dos organizadores e considerado a primeira contribuição à promoção de um pensamento latino-americano e caribenho sobre a Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS). (Ação em Rede)

- Em 15 de setembro, o MEC dá um novo passo no processo de introdução dos Parâmetros Curriculares Nacionais, com o lançamento dos PCN 5ª a 8ª série. (Novos Parâmetros)

- Em outubro, a COEA/MEC começa a distribuir para delegacias de ensino e formadoras/es de opinião em EA, o livro “A Implantação da Educação Ambiental no Brasil”, de Silvia Czapski. Produto do Acordo Brasil-Unesco, ele busca resgatar a história da EA no país até então. (Retomando as Raízes)

- Durante todo o ano, o Ibama ministra vários cursos no País: além do de Introdução à Educação no Processo de Gestão Ambiental, há outros, de curta duração, como o de Introdução à Questão Ambiental e o Queimadas Controladas. Nesse ano, as ações de EA do Ibama ganham o status de programa de EA e divulgação científica, um dos 12 prioritários do órgão federal. Outra novidade é a criação do mestrado profissionalizante em Meio Ambiente e Desenvolvimento com a Universidade de Brasília (UnB), por meio do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade. (Novos Parâmetros)

1999

- Em 27 de abril, é promulgada a Lei 9.795/99, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), regulando os artigos 205 e 225 da Constituição Federal. Um marco para a EA no país, que só “sairá do papel” com a regulamentação, em 2002. Anos depois, um documento do Órgão Gestor da PNEA, sobre os avanços legais no campo da EA na região caribenha e latino-americana mostraria que, na época, tinham estratégias ou políticas nacionais de EA: a Guatemala (1990), República Dominicana (1992), México (1993), Equador (1994), Colômbia (1995), Cuba (1997), Costa Rica (1998). Já o Peru criou sua Política Nacional de EA adjunta à Agenda Ambiental 2000-2002 também em 1999. (Ação em Rede)

- Após a promulgação da Lei da PNEA, o MMA cria uma Diretoria do Programa Nacional de EA, vinculada à Secretaria Executiva do ministério. Uma das primeiras medidas dessa nova diretoria é realizar reuniões nas UFs, para incitar a criação de Comissões Interinstitucionais de EA (CIEAs). Com bons resultados, segundo um relatório do ano seguinte, anunciando a existência dessas comissões em 17 UFs, das quais 16 também com programas de EA em discussão. (Reformando Estruturas).

- Também após a Lei da PNEA, o MEC cria um grupo de trabalho para discutir diretrizes da política de EA no Ministério, composto por representantes de todas suas secretarias. E, em maio, Lucila Pinsard Vianna assume o comando da COEA/MEC, com três prioridades: 1- implementar uma política de formação continuada em serviço para o tema, 2- disseminar informações sobre EA no ensino formal, e 3- articular parcerias com sistemas de ensino, universidades e ONGs nessa área. (Reformando Estruturas)

- Em junho, a COEA/MEC assume a presidência da Câmara Técnica Temporária de EA do Conama. A prioridade será conduzir a regulamentação da Lei da PNEA. (Reformando Estruturas)

- No mesmo mês, a Secretaria de Ensino Fundamental do MEC, lança o Programa de Desenvolvimento Profissional Continuado, ou simplesmente Parâmetros em Ação. O programa visa apoiar a implementação dos PCNs, que têm Meio Ambiente como um dos temas transversais. A base metodológica vem dos Referenciais para Formação dos Professores e, como estratégias, estimulam-se a formação de grupos de estudos no país, a criação de uma Rede Nacional do Formadores, além de haver a distribuição de materiais de apoio. (Novos Parâmetros)

- De 09 a 12 de outubro, o 1º Encontro Nacional dos Protetores da Vida reúne em Brasília (DF) 135 estudantes de todos os estados, inaugura o Movimento Protetores da Vida, programa estruturado pela Diretoria do PRONEA/MMA, que tem como guia a Carta de Princípios da Proteção à Vida. (Reformando Estruturas)

- Em Bogotá (Colômbia), ocorre a Reunião Internacional sobre Educação para a Sustentabilidade das Américas, que resulta na proposta de favorecer o enfoque da sustentabilidade nos currículos escolares da América Latina e Caribe. O Seminário paralelo, Experiências Educativas Inovadoras em EA para um Futuro Sustentável, apresenta experiências em andamento. (Ação em Rede)

- Nesse ano, Vivianne Amaral, da Bioconexão (MT), assume a secretaria-executiva da Rebea. Simultaneamente a um refluxo da rede brasileira após o IV Fórum de EA, acontecia uma multiplicação de Redes de EA, regionais ou temáticas, li-gadas à nacional. Por exemplo, a Rede de EA da Bacia do Itajaí (Reabri), que nasceu durante a I Conferência de Educação Ambiental da Bacia Hidrográfica, em novembro, em Blumenau (SC). Motivo para redefinir o papel da Rebea como “rede das redes de EA” que atue no fortalecimento de seus elos e difusão da cultura de redes. (Ação em Rede)

2000

- Relatório do programa Avança Brasil, do Governo Federal, cita um grande número de eventos relacionados à área ambiental em 2000, tais como Ecolatina (Belo Horizonte/MG), e a realização de novas teleconferências de EA. (EA no Novo Milênio)

- Em 14 de março, é lançada a nova Carta da Terra em Paris (França). A primeira versão fora aprovada, em 1992, na Rio-92. Essa nova versão envolveu oito anos de discussões em 46 países de todos os continentes, somando mais de 100 mil pessoas, das mais variadas procedências. O documento torna-se uma das referências internacionais para a EA, ao lado do Tratado de EA para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, e do Manifesto pela Vida. (EA no Novo Milênio)

- No mesmo mês, é apresentado um relatório da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e da Unesco, revelando que o Brasil tem a quarta pior remuneração aos docentes, entre 45 países estudados. (Muito por Fazer)

- Também em março, a Oficina de trabalho Panorama da EA no Ensino Fundamental da COEA/MEC reúne em Brasília 13 especialistas, para discutirem o desenvolvimento da EA no ensino formal no país e formas para garantir sua inserção como política pública no meio escolar. O resultado é apresentado na publicação ‘Panorama da Educação Ambiental no Ensino Fundamental’, publicado pela COEA. (Muito por Fazer)

- Igualmente em março, a Câmara Técnica de EA do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CT-EA Conama), até então temporária, torna-se permanente, como parte de um processo de reestruturação desse conselho. Com a Lei da PNEA promulgada, torna-se o centro de negociações para sua regulamentação. (Muito por Fazer)

- Em 22 de abril, comemoram-se dos 500 Anos do Descobrimento do Brasil. O epicentro dos eventos é a Costa do Descobrimento, com atividades em Santa Cruz da Cabralia (BA) e municípios vizinhos. É nessa região que o MMA implementa o primeiro Pólo de EA e Difusão de Práticas Sustentáveis, programa que visa otimizar as ações de EA em regiões pré-definidas, por meio da criação de Núcleos de EA e Práticas Sustentáveis, e da construção coletiva de Agendas 21 municipais. O primeiro é em Prado (BA). Depois, vêm os municípios vizinhos. Também há ações em Alagoas, Espírito Santo, Goiás, Pará e Rio Grande do Norte. (EA no Novo Milênio)

- Na onda dos 500 anos de Descobrimento do Brasil, MEC, MMA e Ibama realizam, com apoio do Pnuma e da Unesco, o primeiro Curso Básico de EA à Distância, como piloto de 180 horas/aula. Inicialmente foi ofertado para Bahia e Espírito Santo, com prioridade para a Costa do Descobrimento. A demanda levou à abertura de 4 mil vagas. (EA no Novo Milênio)

- Na mesma época, o Centro de Informação e Documentação do MMA (CID Ambiental) começa a incentivar a formação de Salas Verdes, espaços criados por quaisquer atores sociais (ongs, governo, empresas), visando disseminar informações ambientais, que passam a receber publicações e outros materiais de apoio do ministério. (EA no Novo Milênio)

- Em maio, o sítio eletrônico do MMA passa a disponibilizar uma seção de EA, na qual, passa abrigar, em julho, a EALatina, lista de discussão, criada em 1996 no Rio de Janeiro por biólogas/os ambientalistas. No mesmo ano, a COEA/MEC inaugura uma página na internet, onde disponibiliza suas principais publicações, além de criar um boletim eletrônico semanal sobre EA. (Reformando Estruturas)

- Em 17 de julho, é criada a Agência Nacional de Água, por meio da Lei 9.984/00. Com isso, consolidam-se as mudanças institucionais nesse setor, geradas pela Lei das Águas. (Ação em Rede)
- Em 18 de julho, é sancionada a Lei 9.985/00, que cria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuv). (Ação em Rede)
- Em 21 de julho, a Lei 9.989/00, que institui o Plano Plurianual 2000-2003 (PPA 2000-2003) inclui a EA. Prevê, por exemplo, recursos para que o MMA desenvolva um banco de dados sobre EA, o que permitirá a estruturação de um Sistema de Informações Brasileiro sobre EA (Sibeia). Logo, o Programa Nacional de EA (PRONEA) entrará no Programa Avança Brasil, que reúne as principais ações do PPA 2000-2003. (Reformando Estruturas)
- Entre 06 e 08 de setembro, a ONU promove a Cúpula do Milênio, que reúne mais de 100 chefes de Estado e oito mil delegados/os em Nova Iorque (EUA), e resulta na proclamação da Declaração do Milênio, que especifica os Objetivos do Milênio, um conjunto de metas de cunho socioambiental para os países alcançarem até 2015. (EA no Novo Milênio)
- No mesmo mês, no Rio de Janeiro (RJ), ocorre o Encontro Cultura de Redes de EA. Organizado pela secretaria executiva da Rebea, Ecoar e Ceca/USP, com apoio das organizações Rits e do WWF Brasil, o evento avalia a evolução das redes de EA, constatando, entre os problemas e desafios, a falta de parceiras/os para viabilizar projetos, e carências no domínio para ferramentas de comunicação e internet. Um ponto forte é a multiplicação de eventos regionais. Antes desse encontro, em maio, houve uma reunião da facilitação nacional da Rebea em São Paulo (SP). (EA no Novo Milênio)
- Nesse ano, ganha forma a Rede Universitária de Programas em Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis (Rupea), que nasceu da articulação entre três Universidades (Estadual do Sudoeste Baiano/UESB, Estadual de Feira de Santana/UEFS e de São Paulo/USP), para cumprir um desafio de formar educadoras/es ambientais, na segunda metade dos anos 1990. Reúne profissionais vinculadas/os a instituições universitárias que realizem ações continuadas em EA. (Irradiando a EA)
- Entre 21 a 26 de outubro, tem lugar em Caracas (Venezuela), o III Congresso Ibero-americano de EA. Associado a ele, ocorre o 1º Simpósio de Países Ibero-americanos sobre Políticas e Estratégias Nacionais de EA nos dias 22 e 23 de outubro, reunindo líderes de 17 países, que aprovam proposta de

trabalho para estabelecer um programa de cooperação e in-tercâmbio em EA, no marco da região caribenha e latino-americana. A proposta é reafirmada no III Ibero, ganhando o nome de Declaração de Caracas. É a semente de um futuro Programa Latino-americano e Caribenho de EA, ou Placea (EA no Novo Milênio)

- Em novembro, a COEA/MEC promove o primeiro Encontro Nacional de EA para as Secretarias Estaduais de Educação (Seducs), em Brasília, que discute a política de formação continuada de professoras/es em EA. Um questionário respondido por participantes revela que, apesar do forte interesse dos estados em construir políticas públicas para a EA, na prática, o tema ainda entra de forma marginal nas políticas educacionais devido a carências na estrutura institucional, ou de recursos financeiros e humanos para essa área. (Muito por Fazer)

2001

- Em 9 de janeiro, é sancionada a Lei 10.172/01, que institui o Plano Nacional de Educação 2001-2010. O texto recomenda o desenvolvimento da EA no meio escolar como prática educativa integrada, contínua, permanente e transversal. (Muito por Fazer)

- Entre 25 e 30 de janeiro em Porto Alegre (RS), m o lema “Um outro mundo é possível”, realiza-se o I Fórum Social Mundi-al. Atrai dezenas de milhares de ativistas, interessados em se contrapor ao ideário do Fórum Econômico Mundial, realizado em Davos (Suíça), no mesmo período. (Tecendo Parcerias)

- Em 07 de maio, a bióloga Ana Lúcia Tostes assume a DEA/MMA, inicialmente como substituta de Enio Rocha, afastado por problemas de saúde, depois como titular, em 07 de novembro do mesmo ano. Desde 28 de outubro de 1999 ela já era gerente de projetos do Programa Nacional de EA. (Tecendo Parcerias)

- Em 14 de maio, em vista de uma crise de fornecimento de energia elétrica no Brasil conhecida como “Apagão”, é instalada da Câmara de Gestão da Crise de Energia. Cidadãos de todo o país são levados a economizar energia, reduzindo o desperdício de recursos naturais. (Tecendo Parcerias)

- Em 05 de junho, Dia Mundial do Meio Ambiente, em Brasília, 300 convidadas/os participam da cerimônia de lançamento do programa Parâmetros em Ação - Meio Ambiente na Escola (PAMA) pela COEA/MEC. Continuidade do programa Parâmetros em Ação, propõe novas práticas para docentes, que reafirmam a inserção do tema transversal meio ambiente na escola e na política de formação continuada de professoras/es para o Ensino Fundamental. Há dois kits de apoio – para formadoras/es e professoras/es – compostos por materiais em vídeo, cds musicais e impressos.

- Entre 29 e 31 de agosto, ocorre o Encontro entre representantes do MMA e das redes de EA, em Brasília, para negociar a construção de estratégias de integração no campo da EA. Como resultado, cria-se um Grupo Gestor participativo para o Sistema de Informações Brasileiro de EA (SIBEA), um projeto piloto na Universidade Federal do Rio Grande (FURG), além de um grupo de trabalho para elaborar um edital de demanda induzida pelo FNMA/MMA, visando a estruturação das redes de EA e a consolidação do SIBEA. Era a semente do projeto “Tecendo Cidadania”, pensado para produzir um diagnóstico sobre o estado de arte da EA no país e nutrir o SibeA. (EA no Novo Milênio)

- Em 10 de julho, é sancionada a Lei do Novo Estatuto da Cidade (Lei 10.257/01). Ele condiciona a expansão urbana ao bem estar de seus habitantes, e propõe o estudo de impacto de vizinhança para empreendimentos e serviços potencialmente impactantes ao ambiente urbano e à qualidade de vida. (Ação em Rede)

- Na manhã de 11 de setembro de 2001, um atentado em Nova Iorque (EUA) surpreende o mundo e muda a direção dos debates globais para o tema “terrorismo”. Dois aviões saíram de suas rotas, para se chocaram contra o *World Trade Center*, também conhecido como “torres gêmeas” causando mais de três mil mortes e muito pânico. (Tecendo Parcerias)

- Em outubro, a 13ª Reunião de Ministros do Meio Ambiente da América Latina e Caribe, no Rio de Janeiro (RJ), con-centra suas discussões no estabelecimento de princípios éticos para demarcar as políticas ambientais e de desenvolvimento sustentável dos países da região. (Tecendo Parcerias)

- Também em outubro, o Congresso Brasileiro de Qualidade na Educação, promovido em Brasília (DF) pela Secretaria de Ensino Fundamental

do MEC (SEF/MEC), inclui 9 simpósios e dois painéis sobre EA, que despertam grande procura. As conclusões são transpostas num volume dos Anais do evento. (Tecendo Parcerias)

- Em novembro, o II Encontro Nacional das Secretarias da Educação (Seducs), organizado pela COEA/MEC em Brasília (DF), revela, por meio de pesquisa junto aos participantes, que a maioria das Seducs já têm responsáveis para a EA. Nos municípios o índice é mais baixo. (Tecendo Parcerias)

- Em novembro, é publicado o Edital 007/2001, do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA/MMA), que disponibiliza US\$ 500 mil para projetos voltados à geração de dados para o SIBEA, concebido como uma plataforma virtual para a EA. É a porta para o início do projeto “Tecendo Cidadania”, da Rebea, mas também prevê, pela primeira vez, a criação de três redes de EA por indução. Mas o início, de fato, será em setembro de 2002. (EA no Novo Milênio)

- Em dezembro, o Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA/MMA) publica o Edital 013/2001 para a construção de Agendas 21 locais, também por indução. (EA no Novo Milênio)

- Realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep/MEC), a pedido da COEA/MEC, o Censo Educacional 2001 introduz, pela primeira vez, duas questões sobre EA praticada nas 177 mil instituições de ensino participantes do levantamento. Não são poucas as surpresas, que seriam anunciadas em abril de 2002. Entre outros, descobre-se que 71,2% dos alunos estão em escolas que trabalham a temática ambiental. (Tecendo Parcerias)

- Coordenada pelo Instituto Superior de Estudos da Religião (Iser) e acompanhada pelo MMA, a pesquisa “O que o brasileiro pensa do meio ambiente, do desenvolvimento e da sustentabilidade?”, já realizada em 1992 e 1997, comprova o grau de consciência ambiental dos brasileiros aumentou em uma década. Mas os questionários, aplicados no segundo semestre de 2001, revelam que permanece a defasagem entre a percepção e o gesto. Por exemplo, cerca de metade das/os respondentes continuou a entender meio ambiente como fauna e flora, excluindo elementos como cidades e pessoas. (A Intenção e o Gesto)

2002

- Em março, o Ibama o setor de EA ganha o status de Coordenação Geral de EA (CGEAM/Ibama). Uma das primeiras ações como tal é estruturar o Curso de Formação dos novos Analistas Ambientais, visando o Edital do 1º Concurso Público do Ibama nessa área. Outro desafio é trabalhar, por meio da NEA/RJ, com o Conselho Consultivo do Parque Nacional da Restinga do Jurubatiba (RJ) e o Instituto Brasileiro de Análises Econômicas e Sociais (Ibase), em um projeto piloto em educação e gestão participativa de conservação desse Parque Nacional. (A Intenção e o Gesto)

- Entre março e novembro, o programa Parâmetros em Ação – Meio Ambiente (PAMA) chega a todo o país. Serão 700 escolas diretamente atendidas, até 2003. Além disso, o conjunto de publicações de apoio para formadoras/es e professoras/es é disponibilizado no sítio do MEC. (Tecendo Parcerias).

- Entre 02 e 04 de maio, durante o Simpósio sobre Ética Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, realizado em Bogotá (Colômbia), os/as participantes constroem a primeira versão do Manifesto sobre a Ética para a Sustentabilidade (ou Manifesto pela Vida), documento crítico à proposta de adoção ao termo Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) em detrimento da histórica expressão Educação Ambiental (EA). (A Intenção e o Gesto)

- Em 25 de junho, após três anos de debates, é promulgado o Decreto Federal 4.281/02, que regulamenta a Lei 9.795/99, da Política Nacional de EA (PNEA). Com isso, criam-se as condições necessárias para a implementação “de fato” de uma PNEA. (Divisor de Águas)

- Em 16 de julho, ocorre o lançamento oficial da Agenda 21 Brasileira, que inclui o anúncio de uma plataforma de 21 ações temáticas, das quais duas que usam diretamente palavras do mundo da educação: “Educação permanente para o trabalho e a vida” e “Pedagogia da sustentabilidade: ética e solidariedade”. O processo de cinco anos, conduzido pela Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional (CPDS), incluiu eventos nas 27 unidades da Federação para debater o documento-síntese Bases para a Discussão, lançado em 2000. Em maio de 2001, segundo a CPDS, já havia 5,8 mil propostas de emendas, relativas às seis áreas temáticas. (A Intenção e o Gesto)

- Em agosto, o Grupo de Gestão do SIBEA (GGSIBEA) cria uma lista de discussão para a troca de idéias. O grupo compõe-se de cinco representantes de órgãos do governo federal – MMA, MEC, Ibama – um do Conama, e seis da sociedade civil, indicados pela Rebea, Centro de EA do Senac, e associações nacionais de Pós-Graduação Pesquisa em Ambiente e Sociedade e de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação. (EA no Novo Milênio)

- Entre 26 e agosto e 04 de setembro, em Joanesburgo, capital da África do Sul, ocorre a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (Rio +10). Dirigentes de 193 nações e 7,2 mil delegados, representando diferentes setores, avaliam o que se implementou (ou não) da Agenda 21 e das convenções assinadas em 1992, no Rio de Janeiro. O Plano de Implementação, com novas propostas práticas para a promoção do Desenvolvimento Sustentável, e a Declaração de Joanesburgo são seus dois documentos oficiais. Lá se recomenda a criação de Década de Educação para o Desenvolvimento Sustentável. Também há milhares de pessoas, em eventos paralelos. (A Intenção e o Gesto).

- Nos dias 30 e 31 de agosto, em Joanesburgo, África do Sul, a Primeira Reunião Extraordinária do Foro de Ministros de Meio Ambiente da América Latina e Caribe, evento paralelo à Rio+10, aprova o documento “Iniciativa Latino-americana e Caribenha para o Desenvolvimento Sustentável”, que propõe, na seção 5, “Melhorar e fortalecer a incorporação da dimensão ambiental na educação formal e não formal, na economia e na sociedade”. (A Intenção e o Gesto)

- Em setembro tem início o projeto Tecendo Cidadania, da Rebea, com os objetivos de estimular a organização de redes de EA, e a construção de um diagnóstico sobre a EA nas diferentes regiões do país para nutrir o Sibeia com os dados levantados. Surgem as novas redes: Acreana de Educação Ambiental (Raea); Sul Brasileira de Educação Ambiental (Reasul, lançada já em abril), e Agupapé (cidades pantaneiras no MT e MS). No ano, com apoio da Itaipu Binacional, também nascerá a Rede de Educação Ambiental Linha Ecológica – Bacia Hidrográfica do Rio Paraná III. (A Intenção e o Gesto)

- Em 20 de dezembro, confirmando a demanda expressa na Rio+10, a Assembléia Geral da ONU, realizada em Nova Iorque (EUA), aprova sua Resolução 254, institui a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, para o período 2005-2014. E indica a Unesco como agência para liderar o processo. (A Intenção e o Gesto)

- Durante o ano, a COEA/MEC lança várias publicações, que permitem acompanhar a evolução da EA no âmbito do ensino formal. Uma delas, “Educação Ambiental Legal”, traz um histórico dos avanços legais na área. Já o texto de “Políticas de Melhoria da Qualidade da Educação - Um Balanço Institucional” avalia as ações em EA no MEC, de 1991 a 2002. (Ação em Rede / Novos parâmetros)

2003

- Em janeiro, o novo presidente da República empossa a seringueira Marina Silva, na pasta do Meio Ambiente, e Cristo-vam Buarque na da Educação. As nomeações refletem-se na estruturação da EA nos ministérios: Marcos Sorrentino é nomeado na DEA/MMA e Laura Duarte será nomeada em julho na Coordenação Geral de Educação Ambiental (CGE-A/MEC), que substitui a antiga COEA/MEC (Novo Ano da EA).

- Em 19 de março começa a Guerra do Iraque, com fortes bombardeios norte-americanos. A justificativa dos EUA (mais tarde se saberá ser falsa) são supostas evidências de um programa nuclear no país. Segundo o Programa de Meio Ambiente da ONU (Pnuma), guerras geram sérios impactos ambientais. Por exemplo, extermínio de animais (como o de espécies marinhas, pelo derrame de petróleo no mar), liberação no ambiente de substâncias nucleares (Afeganistão, 2001) ou tóxicas (Kosovo, 1999) e a permanência de minas terrestres após as guerras. (Novo Ano da EA).

- Em 24 de março, o MEC publica no Diário Oficial da União a decisão de extinguir a COEA. Com isso, a Rebea inicia a campanha virtual “Brasil Sustentável só com Educação Ambiental”, contra a medida. Bastaram pouco mais de três semanas, para o ministério voltar atrás. A COEA é transferida para a Secretaria Executiva do MEC, tornando-se a Coordenação Geral de EA (CGEA/MEC). (Novo Ano da EA).

- Entre 02 e 06 de junho, ocorre o IV Congresso Ibero-americano de Educação Ambiental (IV Ibero), em Havana (Cuba) e o evento paralelo, II Simpósio de Países Ibero-americanos sobre Políticas e Estratégias Nacionais de EA. Neste, indica-se Foro de Ministros de Meio Ambiente da América Latina e Caribe como instância para implementar um programa para a Aliança Latino-americana e Caribenha de Educação para o Ambiente e o Desenvolvimento Sustentável. O escritório regional do Caribe e América Latina do Programa

da ONU para o Meio Ambiente (Orpalc/Pnuma) é indicado para elaborar o documento executivo a ser discutido XIV Reunião do Foro, em novembro. (Vamos Cuidar?).

- Em 21 de junho, há a cerimônia de instalação do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental (OG-PNEA). Composto por dois ministérios, MEC e MMA, terá apoio de um Comitê Assessor e responsabilidades como definir diretrizes de EA em âmbito nacional, supervisionar planos, programas e projetos; e participar da negociação de financiamentos nesta área. Em julho, será a vez da assinatura de termo de cooperação MMA/MEC, para operacionalizar as ações. (Novo Ano da EA).

- Em 26 de junho, é criada a Comissão Intersetorial de EA (Cisea) Formada por representantes das secretarias do MMA e dos três órgãos vinculados (Ibama, Agência Nacional das Águas e Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro), torna-se a instância de consultas e deliberações para definir a componente de EA nas ações do MMA. (Novo Ano da EA).

- Entre 17 e 19 de setembro, em Luziânia (GO), ocorre o I Encontro Nacional da Juventude pelo Meio Ambiente. Enten-dido como estratégia de formação, consolidação dos Coletivos Jovens, pela troca de experiências e articulação entre integrantes, o evento ganhará novas edições em setembro de 2005 e novembro de 2006. A partir do segundo, começam os encontros estaduais, para que os jovens socializem a experiência vivida nos eventos nacionais. (Vamos Cuidar?).

- Em setembro, no Ministério das Cidades, em Brasília (DF), uma Reunião das CIEAs elege seus futuros representantes no Comitê Assessor do Órgão Gestor da PNEA. É a primeira vez em que membros das 19 Comissões Interinstitucionais de EA (CIEAs) já existentes se encontram. (Novo Ano da EA).

- Em 01 e 02 de outubro há o I Encontro Nacional de CEAs (Enceas), em Timóteo (MG). A Rede CEAS (Rede Brasileira de Centros de Educação Ambiental) é formalizada nesse ano, a partir de um núcleo que discutia o tema, desde 1999, na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq/USP). Inspira iniciativas em estados, como Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro. (Todos Ao V Fórum).

- Entre setembro e outubro, ocorrem as Pré-Conferências da Conferência Nacional do Meio Ambiente (CNMA), municipais, regionais e estaduais. Há

seis temas guia: 1- recursos hídricos; 2- biodiversidade e espaços territoriais protegidos; 3- infra-estrutura (transportes e energia); 4- agricultura, pecuária, recursos pesqueiros e florestais; 5- meio ambiente urbano e 6- mudanças climáticas). O lema “Vamos Cuidar do Brasil”, e elas elegem representantes para a Conferência Nacional. (Vamos Cuidar?).

- Em 17 de novembro, é instalado o Comitê Assessor do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental (OG-PNEA). Com função de assessorar o OG-PNEA, é formado por representantes de 13 setores da sociedade, com direito a voto. Na primeira formação, ele também abre espaço para convidados especiais (observadores) de mais cinco setores, tais como das redes de EA (Novo Ano da EA).

- Também em novembro, ocorre o XIV Foro de Ministros de Meio Ambiente da América Latina e Caribe, no Panamá. Lá, os participantes aprovam o documento-executivo finalizado pelo escritório regional para América Latina e Caribe do Programa das da ONU para o Meio Ambiente (Pnuma/Orpalc). Conhecido como Decisão 10' tem o subtítulo: “Adequação do programa de trabalho da rede de formação ambiental à Implementação da ILAC e incorporação do programa latino-americano e Caribenho de EA para o Desenvolvimento Sustentável”. É o ápice de um processo de discussão iniciado em 2000, sob condução da Venezuela. (Vamos Cuidar?).

- Entre 28 e 30 de novembro, ocorrem a I Conferência Nacional do Meio Ambiente (CNMA), e a I Conferência Nacional Infante Juvenil pelo Meio Ambiente (CNIJMA), em Brasília. A CNMA (conferência “adulta”) traz, no documento final, um capítulo para a EA. A exemplo dela, a CNIJMA (“Infante”) - cujo documento final ganha nome de “Carta Jovens Cuidando do Brasil” - teve um processo preparatório, iniciado nas escolas de Ensino Fundamental, com o tema “Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas?”. Resultou também na formação de Conselhos Jovens Estaduais (CJs) e, durante a Conferência, no nascimento da Rede de Juventude pela Sustentabilidade (Rejuma). (Vamos Cuidar?).

- Durante o ano, nascem redes de EA regionais. O Estado do Rio ganha pelo menos três novas redes: Reajo (da Região da Bacia do Rio São João e Rio das Ostras) e a REA-Lagos (da Região dos Lagos e Zona Costeira). (Todos Ao V Fórum).

- No correr de 2003, o OG-PNEA lança várias novas publicações, também disponibilizadas pela internet. Entre elas, a primeira edição de “Consumo Sustentável” (com Instituto de Defesa do Consumidor), o “Passo a Passo para a Conferência de Meio Ambiente na Escola”, e “Texto-base para a Conferência Nacional do Meio Ambiente”. (Cuidar com as Escolas).

- A Fundação Cultural do Exército (Funceb) inicia em 2003 o projeto Educação Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável. Numa parceria entre a Funceb, Exército Brasileiro e o MMA, o projeto propõe-se a atingir cerca de 40 mil militares e mais de 200 mil alistados. Mas a prática começa em 2004, com o módulo, “Mata Atlântica”, ofertado a cerca de 16 mil militares nos estados do RJ e SP. (Novos Programas).

- Formulado no biênio 2003-2004, o Programa de Formação de Educadores Ambientais (ProFEA), é lançado com o sub-título: “por um Brasil educado e educando ambientalmente para a sustentabilidade”. Tendo como base à metodologia PPP (Pesquisa-Ação-Participante), ele se orienta pela proposta de envolver as pessoas de todos os cantos do país, transformando-as em educadoras/es ambientais populares. (Irradiando a EA).

2004

- Em 22 de fevereiro, entra em vigor no Brasil o Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança, que rege a transferência, manejo e uso de organismos vivos modificados (OGMs), mais conhecidos como transgênicos, propondo transparência nos processos e medidas de segurança para produtores, indústrias e consumidores. Primeiro acordo firmado no âmbito da Convenção da Diversidade Biológica, subscrita em 1992 durante a Rio-92, esse protocolo foi oficialmente proposto em janeiro de 2000 em Montreal, Canadá, e já tinha entrado em vigor internacionalmente em 11 de setembro de 2003. (Cresce a Mobilização).

- Em março, é criada a Câmara Técnica de Educação, Capacitação, Mobilização Social e Informação em Recursos Hídricos do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CTEM – CNRH). Suas principais atribuições são propor diretrizes e programas de educação e capacitação, e avaliar mecanismos de articulação e cooperação entre o poder público, setores usuários e a sociedade civil na área de recursos hídricos. (Todos ao V Fórum).

- No início de abril, a divulgação dos resultados de um levantamento capitaneado pela secretária-executiva da Rebea, Vivianne Amaral, e a jornalista Débora Olivato, durante o Fórum Mundial de Educação em São Paulo (SP), revela o alto nível de escolaridade de quem participa da lista de discussão dessa rede. Intitulado Laboratório de Lideranças Coletivas: Análise do Perfil dos Membros da Rede Brasileira de Educação Ambiental, o trabalho mostra, entre outros, que cerca de 67% das/os respondentes têm doutorado concluído ou em curso. (Novo Ano da EA).

- Entre 13 e 15 de abril, o OG-PNEA promove o I Encontro Governamental Nacional sobre Políticas Públicas de EA em Goiânia (GO), em parceria com o governo de Goiás e prefeitura de Goiânia. Participam representantes de organizações públicas federais, estaduais e municipais das áreas de educação e do meio ambiente. Em pauta, a integração entre duas áreas e a descentralização do planejamento e gestão da EA. O documento final, Compromisso de Goiânia, defende criação de políticas e programas estaduais e municipais de EA sintonizados com o ProNEA. (Todos ao V Fórum).

- No mesmo mês, é criada a Rede de EA do Ensino Superior do Espírito Santo (Teia Universitária), durante o encontro ‘A Inserção da EA no Ensino Superior’, promovida em Linhares (ES). Em setembro, nasce a Rede Escola Mato Grosso.

- Em maio, começa o programa Municípios Educadores Sustentáveis na região da Bacia Paraná III. Com apoio da Itai-pu Binacional, ele tem como meta abranger 34 municípios da região da bacia Paraná III. Outras iniciativas deste programa orientado pela Diretoria de EA do MMA começam no Pantanal Mato-grossense, em dezembro do mesmo ano, graças a uma parceria com o Programa Pantanal – que abrange mais de 80 municípios da Bacia do Alto Paraguai; e na Bacia dos rios Piracicaba, Capivari, Jundiá, em 2005, para atender 64 municípios. (Irradiando a EA).

- Em julho, a CGEAM/MEC, já sob comando de Rachel Trajber, apresenta o Programa Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas, em resposta às demandas da I Conferência Nacional Infante-Juvenil pelo Meio Ambiente (2003). Ele objetiva a formação de estudantes e docentes em EA, bem como estimular a constituição de Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida (COM-vidas) nas escolas. Associado a ele, mas atingindo outra área do Ensino Básico, a EA passa a integrar as Orientações Curriculares do Ensino Médio e dos módulos de Educação a Distância na Educação de Jovens e Adultos (EJA). (Cuidar com as Escolas).

- Em agosto, a Lei 10.933/04, que trata do PPA 2004-2007, mais uma inclui a EA entre os programas contemplados. Ela está nos programas 1061 (Brasil Escolarizado, a ser executado pelo MEC), e 0052 (Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis, sob responsabilidade do MMA). A Agenda 21 Brasileira também está lá, como uma missão da CPDS para implementá-la. Na época, estimava-se que 700 Agendas 21 estariam em construção em municípios brasileiros. (Todos ao V Fórum / A Intenção e o Gesto).

- Em 07 de outubro, Wangari Maathai, do Quênia, torna-se a primeira mulher a receber o prêmio Nobel da Paz. Fundadora do Movimento Cinturão Verde, que une ação pelas mulheres pobres e o combate à desertificação. (Todos ao V Fórum).

- Em 20 e 21 de outubro, a I Oficina de Comunicação e Educação Ambiental reúne 30 participantes, de diferentes segmentos, em Brasília (DF), organizada pela Diretoria de EA do MMA. Na pauta, a criação de um programa de educomunicação. (Profusão de Eventos).

- Entre 03 e 06 de novembro, ocorre o V Fórum Brasileiro de EA em Goiânia (GO), organizado pela Rebea, MMA, MEC, Governo de Goiás e prefeitura de Goiânia. Reúne milhares de pessoas e uma constelação de eventos. As deliberações se dão pelos 13 grupos de trabalho (GT). Entre outros, é lançada a Revista Brasileira de Educação Ambiental, editada pela Rebea. (Todos ao V Fórum).

- Em 05 e 06 de novembro, o II Encontro da Rebea, evento integrado ao V Fórum Brasileiro de EA, indica Patricia Mousinho, da Associação Projeto Lagoa de Marapendi (Ecomarapendi/ RJ), para assumir a Secretaria Executiva da Rebea (Assim caminha a EA).

- Em 06 de novembro, o II Encontro da Rebea é encerrado com a apresentação do estudo “Uma leitura da Educação Ambiental em cinco estados e um bioma do Brasil”. Produzido como parte do projeto Tecendo Cidadania, ele traz a sistematização de diagnósticos da Repea (SP), Aguapé (MS, MT), Raea (Acre) e Reasul (Estados sulinos). Entre conclusões surpreendentes, levantadas por em que Isabel de Moura Carvalho, da Universidade Luterana do Brasil no Rio Grande do Sul (Ulbra/RS), com Luis Afonso Vaz de Figueiredo, do Centro Universitário Fundação Santo André, o estudo revela que órgãos públicos têm atuação mais forte em EA de que ongs ou o setor empresarial, exceto no Rio Grande do Sul. Mas reafirma o predomínio dos projetos de EA, em detrimento dos programas. (Assim caminha a EA).

- Encerrado o V Fórum, sai um balanço das novas redes lançadas no evento: Rede PAEA (de Educação Ambiental do Pará) REIA-GO (de Informação Ambiental de Goiás), Rede de Trabalho Conectar Pessoas com a Natureza), Rede Parque Estrada Central do Brasil (Barbacena/MG), e Rede Brasileira de Educomunicação Ambiental (Rebeca). (Todos ao V Fórum).

- Também com o final do V Fórum, encerra-se o processo de consulta pública para revisão do ProNEA, iniciado em 2003. A nova versão será publicada em 2005, sob o título: “PRONEA - Programa Nacional de Educação Ambiental - 3ª edição” (Todos ao V Fórum).

- Entre 22 e 26 de novembro, na Ilha de Margarita (Venezuela), a 1ª Reunião de Especialistas em Gestão Pública da Educação Ambiental da América Latina e Caribe atrai representantes dos ministérios do meio ambiente de 14 países. Seu informe final, conhecido como Acordo de Margarita, representa a consolidação do tão esperado Programa Latino-americano e Caribenho de EA (Placea). Lá está delineada a estrutura do programa – composto por coordenações regional, sub-regionais e nacionais e um plenário – bem como um plano de ação para o período de 2005-2007 (Todos ao V Fórum).

- Igualmente em novembro, é lançado o livro *Identidades da educação ambiental brasileira*. Organizado por Philippe Layrargues (do DEA/MMA), é o primeiro livro da série Desafios da EA, do Órgão Gestor da PNEA, que objetiva fornecer elementos conceituais que dêem suporte aos processos formativos de formadores em EA. Também começa a série “Repertórios de EA”, com a publicação das cartilhas *Centros de Educação Ambiental no Brasil: Manual de Orientação* e *Fortalecendo a COM-Vida*. (Muitas ‘EAs’).

- Nesse ano, o censo escolar, elaborado pelo INEP permite avaliar o avanço da EA no Ensino Fundamental. O estudo “Um Retrato da Presença da Educação Ambiental no Ensino Fundamental Brasileiro: o percurso de um processo acelerado de expansão”, resultante de uma parceria entre Inep, Secad/MEC e Associação Nacional de Pesquisa em Educação (Anped), mas publicado em 2005, revela, por exemplo, que o número de escolas do Ensino Fundamental ofertando EA saltou de 71,7%, em 2001, 94,9%, em 2004. (Cuidar com as Escolas).

2005

- Começa em 2005, a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (DEDS), conforme definido pela Resolução 254, da Assembléia Geral da ONU. Mas os debates em torno da dicotomia “EA x EDS” não se encerra. (A Intenção e o Gesto).

- Não é a única novidade do ano, que também é o primeiro de uma Década Brasileira da Água, assim definida a partir de proposta da Câmara Técnica de Educação, Capacitação, Mobilização Social e Informação em Recursos Hídricos do CNRH (Todos ao V Fórum).

- Também 2005 é o ano em que “sai do papel” o Programa Latino-americano e Caribenho de Educação Ambiental (Placea). Iniciativa capitaneada pelo governo da Venezuela, cuja discussão evoluiu durante sete anos nos Congressos Ibero-Americanos de EA, torna-se uma responsabilidade compartilhada pelos Ministros de Meio Ambiente da região, após a aprovação do acordo de Margarita, em 2004. (Espalhando as Raízes).

- No mês janeiro, é criada a Rede Lusófona de EA (Rede Lusófona). Não será a única no ano, já que, também em 2005, nascem a Rede Amazônica de EA (no I Encontro Panamazônico de EA, em agosto), Rede Alagoana (REAAL, no IV Congresso Estadual de EA de Alagoas, em Maceió, em setembro), REARN (de Educação Ambiental do Rio Grande do Norte) e a Rede de Educadores Ambientais da Baixada Fluminense. (CD)

- Em 12 de fevereiro, a notícia do assassinato da freira Dorothy Mae Stang em Anapu (PA) choca o mundo. Defensora da Amazônia e os povos tradicionais, ela fundara a escola Brasil Grande, pioneira na formação de docentes na região da rodovia Transamazônica. (Profusão de Eventos).

- Quatro dias depois, em 16 de fevereiro, entra em vigor o Protocolo de Quioto. Discutido em 1997, ele regulamenta a Convenção das Nações Unidas de Mudanças Climáticas, um dos documentos finais da Rio-92 (1992). Propõe metas e mecanismos até 2012, para a redução das emissões dos gases estufa, para países desenvolvidos, fortalecendo um já promissor “mercado do carbono”. (Novos Programas).

- Também em fevereiro, é criado o Programa Nacional de EA e Mobilização Social para o Saneamento, com ações, na fase piloto, em três estados nordestinos: Piauí (36 municípios), Paraíba e Alagoas. O núcleo central tem representantes dos ministérios das Cidades e do Meio Ambiente, da Fundação Nacional da Saúde (Funasa) e da Caixa Econômica Federal (Novos Programas).

- Em 02 de março é aprovada a lei 4.776/05, que regulamenta a exploração da madeira em áreas públicas da Amazônia. Nasce com apoio de ONGs que têm forte presença na mídia, como WWF e Greenpeace. (Sonhos e Críticas).

- Em abril, a Rebea lidera campanha virtual contra uma parceria entre Monsanto e o MEC. Uma “chuva de e-mails” pede o fim do projeto ‘Janelas para o Mundo’, que pretende ofertar com cursos e materiais – inclusive as polêmicas sementes transgênicas – a 5,4 mil escolas públicas. O Ministério de Cultura também é denunciado, por ter aprovado o financiamento pela renúncia fiscal prevista na Lei Federal do Incentivo à Cultura (Lei Rouanet). Com a campanha, o projeto é interrompido. (Profusão de Eventos).

- • Entre 18 e 20 maio. o II Encontro da Rede CEAs e I Encontro das Salas Verdes, realizado no Centro de Educação Ambiental (CEA) da Companhia Siderúrgica de Tubarão em Serra/ES, com apoio do MMA, da Prefeitura de Vitória e da em-presa. Mais de 100 representantes de Centros de Educação Ambiental (CEAs) e Salas Verdes de 14 estados debatem temas, como Projeto-Político-Pedagógico; e a formação de educadoras/es ambientais voltados a CEAs e Salas Verdes. (Profusão de Eventos).

- Entre maio e agosto, tem vez o primeiro processo seletivo do Programa Educação de Chico Mendes. Estabelecido com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), esse programa tem como proposta o fomento a projetos de EA no ensino básico, voltados à relação escola-comunidade. A divulgação resulta na apresentação de 1,2 mil propostas, das quais 252 são triadas, para chegar a 62 iniciativas conveniadas, que atingem 937 escolas, de 17 estados. (Para onde queremos ir?).

- Entre 31 de maio e 02 de junho, há o lançamento oficial da Década da EDS para a América Latina, durante o Congresso Ibero-Americano sobre Desenvolvimento Sustentável (Sustentável 2005), evento anual do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (Cebds). Como apoio à iniciativa, o Órgão Gestor da PNEA cria um diretório brasileiro com cerca de 80 documentos sobre a Década da EDS. (Profusão de Eventos).

- Em 03 de junho, é lançado o Manifesto pela Educação Ambiental. Articulado por educadoras/es ambientais durante o Sustentável 2005, no Rio de Janeiro, ele questiona o uso do termo EDS, em detrimento do histórico termo Educação Ambiental. O documento é traduzido, na seqüência, para cinco idiomas e ganha a adesão de mais de 800 educadoras/es ambientais de várias partes do mundo. (Profusão de Eventos).

- No mesmo mês, o Programa de Educomunicação Socioambiental é anunciado como um subprograma do ProNEA, aberto à consulta pública. Ele

inclui previsão de apoio ao Portal EA.Net – operacionalizado pela Rebea - Rádio Escolas Verdes, publicações, entre outros (Profusão de Eventos).

- Entre 13 e 15 de julho, ocorre o I Encontro Nacional de CIEAs e I Encontro Nacional da Rede Brasileira de Educo-municação Ambiental (Rebea), em Salvador (BA). Um levantamento revela que já existem CIEAs em 22 UFs, sendo que 14 têm programas estaduais de EA e cinco também possuem políticas estaduais de EA. (Profusão de Eventos)

- Entre 24 e 27 de agosto, acontece o I Encontro Panamazônico de EA, em Belém (PA), junto a mais dois eventos simultâneos – o II Encontro Estadual de EA e a I Reunião das CIEAs da Região Norte. Organizados pela Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Pará, eles objetivam a troca de informações sobre projetos e pesquisas de EA no contexto dos estados e Países Amazônicos, bem como a composição da Rede Amazônica de Educação Ambiental. (Profusão de Eventos).

- Em 29 de agosto, o Furacão Katrina alcança Nova Orleans, em Louisiana (EUA) e arrebenta diques de contenção do lago Pontchartrain e rio Mississippi. Com isso, cerca de 80% das casas vai por água abaixo, matando mais de 1,8 mil pessoas. Com isso, torna-se o desastre natural que mais prejuízo material trouxe aos EUA até a data, propiciando debates sobre efeitos das mudanças climáticas. (Novos Programas).

- No Brasil, avança na mesma época a maior seca em quatro décadas na região do Rio Negro, na Amazônia brasileira. Em 10 de outubro, o governo do Amazonas declara estado de calamidade pública, num momento em que 11 municípios do Pará já estão em estado de emergência. A mídia associa o problema às mudanças climáticas. (Novos Programas).

- Em setembro, o II Encontro da Juventude pelo Meio Ambiente, em Luiziania (GO), reúne 200 jovens de 15 a 19 anos de idade, de todo país. Na ocasião, acontece o primeiro módulo da formação presencial – previsto pelo recém lançado Pro-grama Juventude e Meio Ambiente e abordando os temas que são os do encontro: EA, educomunicação, fortalecimento organizacional, empreendedorismo e participação política. Criado em parceria com a Rede da Juventude pelo Meio Ambiente (Rejuma), o novo programa planeja o biênio 2005-2006 para consolidar a participação nos 27 Coletivos Jovens estaduais, incentivar a criação de CJs municipais, fortalecer a Rejuma, e formar 100 jovens. (Para onde Queremos ir?).

- Em 26 de setembro, o bispo Frei Luís Flávio Cappio, de Barra do Rio Grande (BA), anuncia jejum contra o projeto de transposição das águas do rio São Francisco, pelo potencial de degradação que ele embute. O jejum é interrompido em 06 de outubro, diante da promessa do governo federal de debater amplamente esse projeto. (Profusão de Eventos).

- Em outubro é Lançado Edital 005/2005 do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA/MMA) para formação de coletivos educadores para territórios sustentáveis. Ele deriva de parceria entre quatro ministérios: do Meio Ambiente, da Educação, da Integração Nacional, e do Desenvolvimento Agrário. São duas chamadas: uma para apoiar projetos para a formação e fortalecimento de CEs em todo o país, outra, circunscrita a municípios na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. (Irradiando a EA).

- Em 29 de setembro, a publicação da Portaria Ministerial 286 marca a instituição do Programa Nacional de Capacitação de Gestores Ambientais e Conselheiros do Sisnama (PNC), já apresentado ao público em 23 de agosto. Esse programa visa preparar agentes responsáveis pela elaboração e implementação da política municipal de meio ambiente, como parte da descentralização do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama). A operacionalização cabe a duas diretorias do MMA: de Articulação Institucional (DAI/MMA) e de Educação Ambiental (DEA/MMA) (Novos Programas).

- Entre 15 e 25 de outubro, o Furacão Wilma passa pelo Golfo do México. É o mais grave, entre os 13 furacões do ano no Oceano Atlântico, dos quais três da categoria 5 (escala máxima): atingiu 295 km por hora e teve o ponto máximo na província de Yucatan, México. Causou 63 mortes e muitos debates sobre as mudanças climáticas, que favorecem eventos climáticos extremos. (Novos Programas).

- Em outubro, o I Encontro Andino-Amazônico de Comunicação e EA, em Lima (Peru), reúne, numa sessão especial, ministros da educação e do meio ambiente e entidades de EA dos sete países da região andino-amazônica – Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela. O evento resulta na aprovação do Plano Andino-Amazônico de Comunicação e EA (Panacea). (Profusão de Eventos).

- Em 13 de novembro, morre o ambientalista Francisco Ancelmo de Barros, o Francelmo, em ato contra a instalação de usinas de álcool na Bacia do Alto Paraguai. Presidente da Fundação para Conservação da Natureza de Mato

Grosso do Sul (Fuconams), ele lançou fogo na véspera no próprio corpo, em protesto contra projeto do governo estadual. A divulgação das cartas deixadas por ele tem forte repercussão na mídia, e o projeto do governo é engavetado. (Profusão de Eventos).

- Entre 10 e 13 de dezembro, o MMA promove em Brasília a II Conferência Nacional do Meio Ambiente (II CNMA), com o tema Política Ambiental e o Uso Sustentável dos Recursos Naturais. Novamente, delegadas/os participantes foram escolhidas/os nas pré-conferências municipais, regionais e estaduais, nos meses anteriores. A novidade foi a distribuição, no início do evento nacional, de um balanço relacionando o que se fizera em dois anos para responder às demandas do II CNMA. No evento de 2005, são 20 as deliberações específicas para a EA.

- Em 14 e 15 de dezembro, Portanto logo após o encerramento da II CNMA, há um encontro entre representantes do Órgão Gestor da PNEA e membros de 33 redes de EA, em Brasília (DF). Em pauta, questões como financiamento, possibilidade de difusão de informações das Redes, a apresentação do Programa de Enraizamento da EA do OG PNEA e da reforma tecnológica do Sibeia, iniciada com recursos do convênio de cooperação técnica com a Unesco. (Para onde queremos ir?).

2006

- Em 22 de fevereiro, o II Encontro do Plano Andino-Amazônico de Comunicação e EA (Panacea), em Iquitos (Peru), reúne representantes dos sete países andino-amazônicos, da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), do GTZ-Peru e da Rede de Formação Ambiental do Programa de Meio Ambiente da ONU (Pnuma/Orpale). E as três linhas de ação do Panacea são aprovadas: 1- Políticas públicas e estratégias nacionais e regionais de EA; 2- Comunicação para a educação e a gestão ambiental; 3- Formação, capacitação e investigação em comunicação e EA. O detalhamento ocorrerá em reunião Lima (Peru), em outubro. (Profusão de Eventos).

- Entre 13 e 17 de março, a 3ª Reunião das Partes do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança (MOP3) em Curitiba (PR), promovido pela ONU, discute o andamento da implementação desse protocolo internacional que regulamenta a Convenção da Diversidade Biológica no quesito dos organismos geneticamente modificados. (Cresce a Mobilização).

- Entre 20 e 31 de março o movimento se amplia em Curitiba, com a realização da 8ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP8), também promovida pela ONU, que discute como “tirar do papel” esse, que é o principal tratado internacional para a conservação das espécies, definido durante a Rio 92, e subscrito por 188 países. Há 236 eventos paralelos, mais de 4 mil pessoas, e muitos temas polêmicos a discutir. (Cresce a Mobilização).

- De 05 a 08 de abril, Joinville (SC) abriga o V Congresso Ibero-americano de EA (V Ibero) que, pela primeira vez, tem o Brasil como país anfitrião e o português como um dos idiomas oficiais, ao lado do espanhol. São mais de cinco mil participantes, dos quais 300 de outros países, e um grande número de atividades: dezenas de palestras, mais de 1,5 mil trabalhos apresentados (pôsteres e comunicações orais), cursos, oficinas e mais de 20 grupos de trabalho, além dos eventos paralelos. A plenária final define pela atualidade do Tratado de EA para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Social, e pela importância de uma disciplina de EA em cursos superiores, para a formação de professores. (Cresce a Mobilização).

- Também em abril, como um dos eventos integrados ao V Ibero, há o primeiro Encontro Presencial da Redeluso. Tomam parte representantes do Brasil, Portugal, Guiné Bissau, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé Príncipe. (Cresce a Mobilização).

- Igualmente integrado ao V Ibero, ocorre a 2ª Reunião de Especialistas em Gestão Pública da Educação Ambiental da América Latina e Caribe, em que representantes de 14 países da América Latina e Caribe além de observadoras/es. O informe final contém o compromisso dos países participantes de adotarem o ‘Tratado de EA’ e o Manifesto pela Vida como referências para as políticas públicas de EA. (Cresce a Mobilização).

- No balanço do V Ibero, a organização contabiliza a formação de 15 novas Redes de EA. Entre elas, uma abrangendo a América Latina, a Rede dos Povos Indígenas; seis de âmbito ibero-americano (Redes EA e turismo, de centros e equipamentos de EA; de experiências locais; de pesquisa e pós-graduação em ambiente e sociedade, de programas de EA na universidade); além de novas redes atuantes só no Brasil, como a de Coletivos Educadores Ambientais; a de Educadores Ambientais da Bacia do Rio São Francisco; e a de EA nos manguezais. (Cresce a Mobilização).

- De 23 a 28 de abril, Luziânia (GO), é a vez da realização da II Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente (II CNIJMA). Em seu processo preparatório, as conferências prévias nas escolas, municipais e estaduais mobilizaram 11,5 mil escolas e comunidades, isto é, cerca de 3,8 milhões de pessoas. Na Nacional, em Luziânia, há 600 delegadas/os, 80 facilitadoras/es, 90 observadoras/es de estados e outros países. O documento final, denominado “Carta de Responsabilidades Vamos Cuidar do Brasil”, é entregue por jovens ao presidente Luís Inácio Lula da Silva. (Sonhos e Críticas).

- Entre 24 e 27 de maio, durante o XI Simpósio Brasileiro de Pesquisa e Intercâmbio Científico da Associação Nacional de Pós-graduação em Psicologia (Anpepp), em Florianópolis (SC), o professor Marcos Reigota, da Universidade de Sorocaba (Uniso), lança o Manifesto “A educação ambiental frente ao esfacelamento da cidadania no governo Lula (2002-2006)”. O documento, que contesta o andamento das políticas públicas de EA no âmbito federal, também é levado a outros eventos, e por fim é publicado como capítulo em livro. (Sonhos e Críticas).

- Em 06 de junho, ocorre a Criação da Rede Brasileira de Fundos Socioambientais, por meio da Portaria 59 do MMA. Decorrente de uma parceria do MMA e as associações Brasileira de Entidades Municipais de Meio Ambiente (Abema) e Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente (Anamma) a nova rede visa fortalecer fundos municipais e estaduais já existentes, bem estimular a criação de novos, pela capacitação das/os gestoras/es, e o suporte aos financiamentos. A intenção é facilitar os financiamentos de pequenos projetos, onde se enquadra muitas vezes a EA. (Sonhos e Críticas).

- Em 17 de julho, ocorre a VI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), em Bissau (Guiné-Bissau): representantes dos países presentes definem o Projeto Educação Ambiental na CPLP no Marco da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (Espalhando as Raízes).

- Em agosto, em Brasília (DF), acontece o Encontro Nacional do Programa Nacional de Capacitação de Gestores Ambientais (PNC). Em pauta, o andamento do programa estabelecido pelo MMA, já com 12 estados conveniados, nas cinco regiões do país, e o monitoramento feito pelo Grupo de Trabalho de Monitoramento e Avaliação do PNC, estabelecido cinco meses antes. (Novos Programas).

- Em 30 e 31 de agosto, o 1º Encontro de Especialistas em Educação Ambiental da Bacia do Prata, em Foz de Iguaçu (PR), resulta na aprovação de proposta de criar o Centro de Saberes e Cuidados Socioambientais da Bacia do Prata, abrangendo os cinco países banhados por essa bacia hidrográfica internacional: Argentina, Brasil, Bolívia, Paraguai, Uruguai. (Irradiando a EA).

- Em outubro, ocorre a primeira missão do Governo Brasileiro em Angola, para cooperar com a criação de uma política nacional de EA, composta por técnicos da DEA/MMA e uma representante da ong parceira, União Planetária. Uma das atividades é uma oficina de formação de técnicas/os angolanos, em Luanda, capital do país, de onde sai uma versão preliminar para o ProNEA-Angola. (Espalhando as Raízes).

- Em 30 de outubro, a divulgação do Relatório Stern produzido na Inglaterra sob coordenação do economista Nicholas Stern, desenha a iminência de um desastre climático global, se não houver investimentos de todos países, para evitá-lo. O documento repercute no mundo. (Ano Quente).

- De 31 de outubro a 02 de novembro, acontece em San José da Costa Rica o Encontro Latino-Americano: Construindo a Educação para o Desenvolvimento Sustentável na América Latina. Organizado pelo Centro da Carta da Terra para EDS da Universidade da Paz, com apoio de Unesco, Pnuma, Instituto Paulo Freire e outros, conta com 140 participantes de 20 países latino-americanos, além da Espanha e EUA. Na discussão de um documento final, polemiza-se a proposta de citar apenas a Carta da Terra como referência para a implementação Década da EDS na região. (Espalhando as Raízes).

- Entre 07 e 10 de novembro, a 8ª Assembléia da Rede de Fundos Ambientais da América Latina e Caribe (RedeLAC), no Rio de Janeiro (RJ), elege Pedro Leitão, diretor do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio) para presidente dessa rede internacional, para o período outubro/2007 – outubro/2009. Como evento associado, de 6 a 10 de novembro, acontece a 1ª Assembléia da Rede Brasileira de Fundos Socioambientais. (Sonhos e Críticas).

- Em novembro, estréia no Brasil o filme ‘Uma Verdade Inconveniente’. Apresentado por Al Gore, ex-vice-presidente dos EUA, é um apelo para a ação contra o aquecimento global. O filme ganhará o Oscar de melhor documentário em 2007 (Ano Quente).

- No mesmo mês, é inaugurada a sede do Centro de Saberes e Cuidados Sócio-Ambientais da Bacia do Prata, no Parque Tecnológico Itaipu (PTI), graças à parceria entre a empresa Itaipu Binacional e dois organismos internacionais, como Pnu-ma e o Comitê Intergovernamental Coordenador dos Países da Bacia do Prata. (Irradiando a EA).

- Crescem, em 2006, as pesquisas sobre a EA desenvolvidas no ensino superior. Uma delas é o “Mapeamento da EA em Instituições de Ensino Superior: Elementos para políticas públicas”, desenvolvida pela Rupea, com o GT Programas Universitários da Rebea e apoio da CGEA/MEC, avalia a prática de EA a partir de 22 instituições de ensino superior (IES), constatando uma grande diversidade. Na Fundação Santo André, o professor Luiz Afonso Vaz Figueiredo orienta um trabalho que localiza 521 dissertações e teses sobre EA desenvolvidas no país pelas IES. Com outra base de dados, Leonir Lorenzetti (UFSC) e Demétrio Delizoicov (UnC-Caçador/SC) encontram 736 dissertações e 74 doutorados, desenvolvidos entre 1981 e 2003. (EA avança nas Escolas).

- Também em 2006, são divulgados os resultados da pesquisa ‘O que fazem as Escolas que dizem que fazem EA?’, que busca complementar os dados dos Censos Escolares do INEP de 2001 a 2004. Realizada pela CGEA/MEC, INEP, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) e cinco universidades, ela demonstra, por exemplo, que cerca de dois terços das escolas (66%) ainda exerce a EA por meio de projetos, não necessariamente integrados às demais propostas didáticas (EA avança nas Escolas).

2007

- Em janeiro, dando continuidade à Cooperação Brasil Angola no campo da EA, chega uma missão angolana ao Brasil com o objetivo de conhecer as atividades de EA no país e concluir a primeira versão do texto do ProNEA-Angola. Vale saber que, daí a seis meses, em julho, o governo angolano solicitará a renovação desse acordo. É o momento em que o MMA começa a discutir cooperação nos mesmos moldes, para a criação de um programa de EA em Moçambique. (Espalhando as Raízes).

- Também em janeiro, a publicação de um edital para licitação das obras de transposição do rio São Francisco reacende polêmicas em torno da iniciativa,

que divide opiniões entre quem aposta em futuros negócios gerados pela transposição, e quem antevê os problemas econômicos, sociais e ambientais, historicamente afetado pela degradação socioambiental. Também começa a instalação de centros de referência para revitalização do rio, ligados ao Ibama. Depois, o Exército é chamado para iniciar as obras. No fim de novembro, com 14 ações correndo na justiça contra a transposição, Frei Luiz Cappio retoma o jejum pelo rio. Em 19 de dezembro, o Supremo Tribunal Federal nega o pedido de paralisação das obras. No dia seguinte, Dom Cappio é hospitalizado e volta a se alimentar por recomendação médica. (Clima em Destaque).

- Em fevereiro, a apresentação da primeira parte do quarto relatório do Painel Intergovernamental de Mudança Climática (IPCC), da ONU, sobre o estado da arte das mudanças climáticas, em Paris (França), conclui - com 90% de certeza - que as atividades do ser humano contribuem para o fenômeno do aquecimento global. A repercussão mundial é intensa. (Ano Quente).

- Entre março e junho, a rejeição, pelo Ibama, da licença ambiental prévia ao projeto de construção de duas usinas grandes hidrelétricas no rio Madeira, em Rondônia, alimenta as polêmicas em torno dos processos de licenciamentos ambientais. O debate desaguará na surpreendente notícia de reformulação da estrutura do órgão no final de abril. A saber que, em junho, o Ibama concederá as licenças prévias das duas hidrelétricas, com 33 condicionantes, abrindo caminho para a licitação das obras (Ano Quente).

- Em 26 de abril, em meio às polêmicas sobre o processo de licenciamentos ambientais, a Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, divulga a mudança institucional do MMA e Ibama. Por meio da Medida Provisória 366/07 (MP 366/07), o Ibama é desmembrado em duas autarquias, criando-se o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Além disso, três decretos impõem a reestruturação do MMA. A Diretoria de MMA converte-se em Departamento de EA, na nova Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental (SAIC). Multiplicam-se protestos contra o fato da MP 366 não ter incluído a EA no Ibama ou ICMBio. (Ano Quente).

- Em abril é relançado o Sistema Brasileiro de Informações sobre Educação Ambiental (Sibeia) Redesenhado pelo DE-A/MMA com o Instituto Stela, surge como ferramenta pública do OG-PNEA acoplada à plataforma Lattes, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que reúne currículos de especialistas e pesquisadoras/es de todo o país, e gera sinopses também sobre instituições do ramo e materiais didáticos. (Ano Quente).

- Em julho, ocorrem as reuniões de articulação para a III Conferência Nacional do Meio Ambiente (III CNMA). Define-se a data (2008) e o tema “Mudanças Climáticas”. Caberá às plenárias estaduais detalhar o formato, como por exemplo a definição de que a EA entrará no Eixo IV, “Educação e Cidadania Ambiental” (Clima em Destaque).

- Na mesma época, também ocorre a articulação da III Conferência Nacional Infanto-juvenil pelo Meio Ambiente. Escolhe-se um tema central associado – “Mudanças Ambientais Globais” – e os preparativos incluem a produção de material didático de apoio, para distribuição às 52 mil escolas de Ensino Fundamental no país. Nas escolas, o processo conferência começará em 2008. (Clima em Destaque).

- Em julho, é lançada a consulta pública para o Sistema Nacional de EA (Sisnea), idealizado como um sistema capaz de integrar e coordenar as relações de gestão e formação em EA, contribuindo para encadear as ações ambientais com as educacionais – tradicionalmente separadas – mas respeitando características de cada setor e cada região. A apresentação ocorre em Salvador (BA), durante dois eventos simultâneos: o Encontro Nacional de Gestores Estaduais de EA e a 8ª Reunião Ordinária do Comitê Assessor do Órgão Gestor da PNEA, quando também é apresentada a primeira versão da proposta. A previsão é de garantir dois eventos, como foros de debate da consulta pública: a III CNMA e o VI Fórum Brasileiro de EA (Sistematizando Laços).

- Em 28 de agosto, é sancionada a Lei 11.516/07, mais conhecida como lei de conversão da MP 366/07. Ela confirma o conteúdo da MP, mas prevê a realização de programas de EA, entre as funções do ICMBio. (Ano Quente).

- Em 21 de novembro é criado o Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (CIM), por meio do Decreto Federal 6.263/07. Composto por 16 ministérios, ele terá, entre suas metas, as de formatar uma política e um plano nacional de mudanças climáticas. (Clima em Destaque).

- Entre 24 e 27 de setembro, na mítica Santiago de Compostela (Espanha), acontece o I Congresso Internacional de EA dos Países Lusófonos e Galícia. Lá se reconhecem a necessidade de criar múltiplas estratégias para dar visibilidade às ações de EA nos Países de Língua Portuguesa e Galícia, e de criar um fórum permanente de difusão e atualização do “estado da arte” da EA nos Países Lusófonos. (Sistematizando Laços).

- Em novembro são anunciados dois ganhadores do Prêmio Nobel da Paz: o ex-vice-presidente dos EUA, Al Gore e o IPCC. Isso, mais uma vez, coloca em evidência o tema das mudanças climáticas. (Ano Quente).

- No final do mês, entre 24 e 28 de novembro, na cidade indiana de Ahmedabad, tem vez a IV Conferência Mundial de Educação Ambiental para um Futuro Sustentável, ou simplesmente Tbilisi+30. Organizada pelo governo da Índia, Unesco e Pnuma, ela reúne 1,5 mil pessoas de 97 países, segundo os organizadores, tendo, como principal foco, a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, como indica a “Declaração de Ahmedabad 2007: uma chamada para ação. Educação para a vida, a vida pela educação”. A delegação brasileira defende, no evento, a promoção de uma “2ª Jornada do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global” e da “Conferência Internacional Infanto-juvenil pelo Meio Ambiente: Vamos Cuidar do Planeta”, planejada para 2010, com o Brasil como país sede. (Sonhos e Críticas).

- Entre 03 e 15 de dezembro, em Bali, Indonésia, a 13ª. Conferência das Partes da Convenção do Clima (COP-13) marca o início oficial do debate das medidas práticas de redução dos gases do efeito estufa após 2012 (“Pós Quioto”), Em destaque, temas que não entraram no Protocolo de Quioto (a vencer em 2012), como o apoio à proteção das florestas “em pé”. O documento final, Plano de Ação de Bali, ganha o apelido de Mapa do Caminho de Bali. (Clima em Destaque).

- Durante o ano, três setores que lidam com EA no governo federal - DEA/MMA, CGEA/MEC e CGEAM/Ibama – lançam seus relatórios de atividades relativos ao período 2003-2006. Nesse ano, o OG-PNEA também publica sete novos documentos da série “Documentos Técnicos”, com relatos de programas e pesquisas, além de duas cartilhas: uma sobre Coletivos Educadores para Territórios Sustentáveis e outra para apresentar a proposta do Sisnea. (vários capítulos)

45 REDES DE EA



“O PROBLEMA NÃO É INVENTAR. É SER INVENTADO
HORA APÓS HORA E NUNCA FICAR PRONTA NOSSA
EDIÇÃO CONVINCENTE.”

CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE

Elas podem ser nacionais, estaduais, regionais, supraestaduais, supramunicipais, municipais, temáticas. Começaram a se multiplicar a partir o período de efervescência de 1992, quando a ONU promoveu Eco-92 no Rio de Janeiro, época em que floresceu uma forma de relacionamento nova, horizontalizada. São as Redes de EA. Típico de seu funcionamento dinâmico, podem arrefecer durante períodos e depois voltarem a crescer. Com o avanço tecnológico, meios eletrônicos tornaram-se, na maioria das vezes, a principal forma de comunicação. Mas encontros presenciais, quando possíveis, possibilitam seu fortalecimento. Muitas vezes, aliás, elas nascem durante encontros presenciais. Abaixo, apresentamos 45 redes de EA, formadas entre 1992 e 2006, sempre que possível com uma breve descrição e links para saber mais. O levantamento feito entre novembro de 2006 e março de 2007, com base em pesquisas na internet e consultas a facilitadoras/es das redes, foi e revisado em julho de 2007 pela Secretaria-Executiva da Rebea, a “rede das redes” de EA no país. Eis a lista das redes pesquisadas.¹⁷⁴

REDES NACIONAIS / TEMÁTICAS

- REBEA – Rede Brasileira de Educação Ambiental
- REBECA – Rede Brasileira de Educomunicação Ambiental
- REDE CEAS – Rede Brasileira de Centros de Educação Ambiental
- REJUMA – Rede de Juventude Pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade
- RUPEA – Rede Universitária de Programas em Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis

REGIÃO NORTE

- RAEA – Rede Acreana de Educação Ambiental
- REDE CARAJÁS – Rede Carajás de Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável Local
- REDE PAEA – Rede de Educação Ambiental do Pará

REGIÃO NORDESTE

- REA/PB – Rede de Educação Ambiental da Paraíba
- REABA – Rede Baiana de Educação Ambiental
- REAAL – Rede Alagoana de Educação Ambiental
- REAMA – Rede de Educação Ambiental do Maranhão
- REAPE – Rede de Educação Ambiental de Pernambuco
- REARN – Rede de Educação Ambiental do Rio Grande do Norte
- REASE – Rede de Educação Ambiental de Sergipe
- RENEA – Rede Nordestina de Educação Ambiental

REGIÃO CENTROESTE

- REDE AGUAPÉ – Rede Pantanal de Educação Ambiental
- REA CERRADO – Rede de Educação Ambiental do Cerrado
- REDE CONECTAR – Rede de Trabalho Conectar Pessoas com a Natureza
- Rede de Educação Ambiental do Distrito Federal
- REDESCOLA-MT – Rede Escola – Mato Grosso
- REIA-GO – Rede de Informação Ambiental de Goiás
- REMTEA – Rede Mato-Grossense de Educação Ambiental

O que são redes

Redes são comunidades constituídas de forma virtual ou presencial, que reúnem indivíduos e instituições em torno de objetivos e/ou temáticas comuns. Por exemplo, a EA. Têm o propósito de estender suas ações e idéias a um universo amplo de interlocutores, de modo democrático e participativo, o que exige desenvolverem fluxos de informação, além do gerenciamento organizacional e comunicação institucional.

O nome vem do latim *retis*. Significa entrelaçamento de fios com aberturas regulares que formam uma espécie de tecido. Mas a conceituação enquanto sistema de laços realimentados vem da biologia: nas décadas de 1920 e 1930, estudos das *teias* alimentares e ciclos da vida constataram a rede como padrão de organização comum aos sistemas vivos. Historicamente, redes representam um modelo de organização muito antigo. Exemplo clássico é a articulação solidária de judeus do mundo todo para salvar compatriotas condenados aos campos de concentração na Europa, durante a II Guerra Mundial.

Estruturas flexíveis, elas se estabelecem por relações horizontais, interconexas e em dinâmicas que supõem o trabalho colaborativo. E se sustentam pela afinidade de quem as integra. Redes são, neste sentido, um recurso organizacional, tanto para relações pessoais, quanto para a estruturação social. Fala-se da constituição em células, nós, conexões orgânicas, sistemas. Mas, na base, está a idéia de comunidade, isto é, uma estrutura social orgânica, que propõe dinâmicas coletivas e únicas que conferem uma identidade comunitária. Por trás da atuação em rede, há a definição de uma missão, dos valores comuns dos elos, a declaração da missão do coletivo e uma espécie de código de conduta, com nove características:

- Pactos e padrões de rede. Comunicação e interatividade estabelecidas em comunidade e geradas pela rede, a partir dos quais envolvidas/os irão conviver.
- Valores e objetivos compartilhados. Unem membros da rede, interconectando ações e projetos.
- Participação. A rede só existe quando em movimento, através da participação.
- Colaboração. premissa do trabalho, deve ser colaborativa.
- Multiliderança e horizontalidade. Sem hierarquia nem chefe, a liderança provém de muitas fontes e as decisões são compartilhadas.
- Conectividade. Costura dinâmica de muitos pontos, a rede promove a interação entre indivíduos e organizações.
- Realimentação e informação. A informação circula livremente, emitida de pontos diversos e encaminhada modo não linear aos outros pontos, também emissores de informação. É um fluxo de realimentação do sistema (retorno, *feedback*).
- Descentralização e capilarização. A rede não tem centro, fazendo com que cada ponto seja um centro em potencial. Pode desdobrar-se em múltiplos níveis ou segmentos autônomos (sub-redes), que operam independentemente.
- Dinamismo. Multifacetadas, as redes operam num movimento que pode ultrapassar fronteiras físicas ou geográficas.¹⁷⁵

REGIÃO SUDESTE

- IIDEA – Rede de Educação Ambiental Escolar
- REAJO – Rede de Educação Ambiental da Região da Bacia do Rio São João e Rio das Ostras
- REARJ – Rede de Educação Ambiental do Rio de Janeiro
- REA-SC – Rede de Educação Ambiental de São Carlos
- RECEA – Rede Capixaba de Educação Ambiental
- REDE EA – BAIXADA DE JACAREPAGUÁ – Rede de Educadores Ambientais da Baixada de Jacarepaguá
- REDE EA – BAIXADA FLUMINENSE – Rede de Educadores Ambientais da Baixada Fluminense
- REDE EA – NITERÓI – Rede de Educadores Ambientais de Niterói
- REDE EA – SÃO GONÇALO – Rede de Educadores Ambientais de São Gonçalo
- REDE EA – VOLTA REDONDA – Rede de Educadores Ambientais de Volta Redonda
- REDE NOVA FRIBURGO – Rede de Educação Ambiental de Nova Friburgo
- REDE PARQUE – Rede Parque Estrada Central do Brasil – Barbacena
- REPEA – Rede Paulista de Educação Ambiental
- RMEA – Rede Mineira de Educação Ambiental
- TEIA UNIVERSITÁRIA – Rede de Educação Ambiental do Ensino Superior do Espírito Santo

REGIÃO SUL

- REABRI – Rede de Educação Ambiental da Bacia do Itajaí
- REA-PR – Rede Paranaense de Educação Ambiental
- REASUL – Rede Sul Brasileira de Educação Ambiental

- REDE DE EA LINHA ECOLÓGICA – Rede de Educação Ambiental Linha Ecológica – Bacia Hidrográfica do Rio Paraná III
- REDE EA VALE DOS SINOS – Rede Regional de Educação Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos

REDES INTERNACIONAIS

(com participação do Brasil)

- REDE AMAZÔNICA – Rede Amazônica de Educação Ambiental
- REDELUSO – Rede Lusófona de Educação Ambiental

Notas

174 Anexo no CD, levantamento completo, que tem como base pesquisa realizada com apoio de Rosi Cheque. Os resultados foram revistos e atualizada pela secretaria-executiva da Rebea, então sob responsabilidade de Patrícia Mousinho, em julho de 2007. Em março de 2008, houve nova consulta à Rebea, que não indicou mudanças para as informações sobre as 45 redes levantadas. Em agosto de 2008, procedeu-se à atualização dos links quando do fechamento da publicação. Vale notar que se trata de uma área muito dinâmica, sendo freqüentes novas ações e iniciativas, mudanças de endereços eletrônicos, ou mesmo o surgimento de novas redes de EA.

175 Resumo produzido com base em artigo do *Jornal do Meio Ambiente*, Disponível em: http://www.jornaldomeioambiente.com.br/JMA-index_noticias.asp?id=3028.

CIEAS EM EVOLUÇÃO



“O MUNDO NÃO VAI SUPERAR SUA CRISE ATUAL USANDO O MESMO PENSAMENTO QUE CRIOU ESSA SITUAÇÃO.”

ALBERT EINSTEIN

Ao rever a evolução das Comissões Estaduais Interinstitucionais de EA (CIEAs) através de uma linha do tempo, ficam claras três etapas em pouco mais de uma década. Pensadas nos anos 1990, no contexto do Programa Nacional do Meio Ambiente (PNMA), as primeiras surgiram com a missão de inserir a dimensão ambiental no meio escolar. Estavam circunscritas aos estados da Amazônia Legal.

Em 1999, os bons resultados inspiraram a então recém-criada Diretoria do Programa Nacional de EA do MMA (DEA/MMA) a propor, como linha de ação, o fomento à formação de novas CIEAs e apoio à elaboração de programas estaduais de EA. Já presentes em 17 estados em 2000, em geral as CIEAs caracterizavam-se, nesta nova fase, pela composição majoritariamente governamental, apesar de haver participação da sociedade civil. Dados da época sugerem que, em 16 UFs, iniciara-se o processo para implantar o programa estadual de EA.

Em 2003 uma reunião de membros das 19 CIEAs existentes no país, em Brasília (DF), marcaria o início da terceira etapa. Pretendiam escolher quem as representaria no Comitê Assessor, cujos trabalhos começariam em novembro daquele ano. Em 14 estados, já havia programas estaduais de EA. Na reunião definiram-se também metas para a articulação entre OG-PNEA e CIEAs, entendidas como espaços democráticos e qualificados que propiciariam a participação e o controle social no âmbito estadual, sob a ótica do Sistema Nacional de EA (Sisnea).

Em decorrência, o Comitê Assessor do OG-PNEA construiu uma minuta de decreto para orientar a sua criação de CIEAs, ou reestruturação das existentes, para que, por exemplo, tivessem composição paritária, entre governo e sociedade civil. CIEAs tornaram peças-chave do Programa de Enraizamento da EA, da OG-PNEA. E atuaram em processos nacionais, como a consulta pública do ProNEA, além de terem seus encontros nacionais.

No final de 2006, a DEA/MMA preparou um balanço sobre o enraizamento da EA no país, onde se revela a existência de CIEAs estruturadas em 23 unidades federativas. No Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal havia pró-CIEAs, ou estruturas com funções semelhantes. A seguir, um resumo dessas informações, organizado por região brasileira, e – dentro de cada uma – em ordem alfabética. Além de apresentar as comissões interinstitucionais, ou equivalente, também revela-se a relação com as Redes de EA em cada UF ¹⁷⁶. Confira:

REGIÃO NORTE

1. Acre. Denominada Comissão Estadual de EA (Comeea), o colegiado interinstitucional de EA do Acre nasceu em 2000 (Decreto Estadual 2242/00), com caráter consultivo e normativo, vinculado ao gabinete do secretário de Meio Ambiente e Recursos Naturais. Com representantes de órgãos públicos estaduais, municipais e ongs, esta comissão debateu o programa de EA acreano, que existia desde 1996 e aprovou sua primeira revisão em 2002. Em 2003 e 2005, participou da organização das pré-conferências estaduais prévias à I e II Conferência Nacional do Meio Ambiente. Realizando reuniões bimensais a partir de 2005, criou alguns grupos de trabalho (GTs), como o para Consulta Pública do ProNEA e de Revisão do Regimento Interno. Em 2006, uma licitação pública levou à contratação de empresa de consultoria paranaense, para nova revisão do programa estadual de EA. Neste ano, a Rede Acreana de EA (Raea) – criada a partir do Edital FNMA 07/2001 e responsável pela produção de um diagnóstico da EA do Acre – passou a focar o enraizamento da EA no Estado que, até o final de 2006, não tinha política estadual de EA.

2. Amapá. Criada apenas em 2006 (Decreto Estadual 2196/06), a CIEA-AP nasceu já com a operacionalização financeira garantida pelo texto legal, e com participação dos diferentes segmentos relacionados à EA no Amapá. No final do mesmo ano, discutiu-se nesta comissão a construção de uma política estadual de EA. Sem rede de EA estadual, o Estado tinha participação na Rede Amazônica de EA (Ramea).

3. Amazonas. O CIEA-AM foi instituído em 2005 (Decreto Estadual 25043/05), após diálogo entre atores institucionais, sobretudo por meio do Fórum Permanente de EA do Amazonas (Fopea). Trata-se de um coletivo integrado por mais de 20 instituições de ensino e pesquisa, do governo

e sociedade civil organizada, também articulador da Rede Amazônica de EA (Ramea). Mas, apesar da formalização, não houve trabalhos da CIEA-AM até 2006, quando a Fopea buscou apoio da OG-PNEA, para debater o encaminhamento desta comissão mista, iniciando uma ação junto aos gestores do governo estadual para instituir a política e o programa de EA no Estado. Em dezembro de 2006, o Encontro de EA Bases para a Política e Programa de EA do Estado do Amazonas reuniu pesquisadoras/es, docentes e lideranças referências, resultando no compromisso em torno da consolidação de uma política estadual de EA e da ação da CIEA, a partir de 2007.

4. Pará. Na década de 1990, com a estruturação da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, criou-se uma Comissão Interinstitucional de EA (Cinea) no Pará. O Estado, que tinha sua política do meio ambiente desde 1995, ganhou o programa estadual de EA (Peam) em 2000. Portanto, o lançamento da CIEA-PA (Decreto Estadual 1.638/05) em 2005 firmou-se em uma década de trabalho neste campo. Até 2006, houve novas mudanças na estrutura e regimento interno, com vistas à descentralização e maior participação dos movimentos populares do interior. Foram formadas 22 CIEAs regionais – divididas por bacias hidrográficas – e a comissão estadual ganhou um instrumento legal para garantir o repasse de recursos financeiros provenientes de multas ambientais visando a implementação de projetos de EA. Naquele ano, o Estado já contava com três redes de EA: Rede Pará de EA (Redepaea), Rede Carajás e Rede Amazônica de EA (Ramea), fundada durante o Encontro Pan-Amazônico de EA, que teve a CIEA-PA na organização.

5. Rondônia. A CIEAro foi instituída em 1998 (Decreto Estadual 8349/98), com composição exclusiva de órgãos governamentais, mas nunca se instalou de fato. No processo de enraizamento da EA estimulado pelo Órgão Gestor, após 2003, criou-se uma comissão pró-rearticulação, resultando na recriação da comissão (Decreto Estadual 12.180/2006), com participação da sociedade civil e instituições de ensino e pesquisa. A partir disso, a CIEAro estruturou também grupos de trabalho, tais como 1- GT Regimento Interno (finalizou a proposta de regimento com a aprovação do mesmo); 2- GT para elaboração da política e programa estadual de EA (inexistente em Rondônia, até o final de 2006); 3- GT Encontro Estadual de EA de Rondônia, responsável pela organização desse encontro em 2007.

6. Roraima. Com base econômica no garimpo e depois também na pecuária e monocultura extensivas, Roraima convive com conflitos de interesses

em torno das questões indígena e ambiental. Tem poucas ongs – em sua maioria são indígenas e campestres. Este foi o cenário para a criação da CIEA-RR em 2005 (Decreto Estadual 6681/05), a partir de um processo de discussão com atores institucionais relacionados ou não à EA no Estado. Para tanto, houve reuniões com instituições estaduais, realizadas em parceria com a regional do Ibama e a Fundação Estadual de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia. No ano seguinte, foi a vez de instituir o Programa Estadual de EA. No período, estimulou-se a criação de Coletivos Educadores e a formação de educadoras/es ambientais. Até o final de 2006, não havia uma política estadual de EA. Roraima também não contava com uma rede de EA.

7. Tocantins. A CIEA-TO foi instituída em 1999 (Decreto Estadual 866/99) e a política de EA de Tocantins, quatro anos depois, em 2003 (Lei Estadual 1374/03). São duas as diretrizes para a implementação desta política: o Sistema Estadual de Informações de EA e o Programa Estadual de EA. Programa este, bem anterior à lei. Foi criado em 1990 (Decreto Estadual 1011/90) e revisto duas vezes, em 1996 e 2000. Implementado por duas secretarias estaduais (do Planejamento e Meio Ambiente, e de Educação e Cultura) e o Instituto Natureza do Tocantins, tem três linhas de ação: 1- EA em todos os níveis e modalidades do ensino formal; 2- EA não formal; e 3- EA junto aos meios de comunicação. Apenas em 2006 acontece uma proposta de reformulação na estrutura da CIEA-TO, encaminhado à Casa Civil do Estado, bem como a previsão do seu regimento interno.

REGIÃO NORDESTE

8. Alagoas. Com o nome de Ciedam, a comissão interinstitucional de EA de Alagoas foi criada em 2000, pelo Decreto Estadual 38396/00 e Portaria 1125/00 da Secretaria Estadual de Educação. No mesmo ano também se estabeleceu a primeira versão de um plano estadual de EA. O plano foi alterado em 2003 e, em 2005, o Ciedam teve sua composição revista, para garantir a participação paritária entre governo e sociedade civil. Para 2007, a comissão colocou-se o desafio da construção da Política Estadual de EA. Em Alagoas, o Coletivo Jovem de Meio Ambiente, inicialmente estruturado na capital, foi estendendo suas atividades para outros municípios. Realizou seu Encontro Estadual Juventude Pelo Meio Ambiente em outubro de 2006, em paralelo ao V Congresso Estadual de EA. Também em 2006 foi oficialmente lançada a Rede Alagoana de EA.

9. Bahia. A CIEA-BA foi instituída em 2004 pelo Decreto Estadual 9083/04, com caráter consultivo. Formada por representações dos órgãos públicos nas diferentes esferas, e organizações da sociedade civil, ganhou coordenação dupla – da secretaria estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Bahia (SEMARH) com a ong Garra. Em 2005, em parceria com o OG-PNEA e com a Rede de EA da Bahia (Reaba), foi responsável pela organização de dois encontros nacionais: das CIEAs e de Educomunicação Ambiental. No biênio 2006-2007 centrou debates na construção da minuta do projeto de lei para instituir a política de EA da Bahia. O próximo passo seria um programa estadual de EA na Bahia. No final de 2006, eram cinco suas câmaras técnicas permanentes em funcionamento (1- EA na Política Nacional de Recursos Hídricos, 2- EA em Unidades de Conservação, 3- EA no Ensino Não Formal, 4- EA no Estatuto da Cidade, 5- EA no Ensino Não Formal), além de duas especiais (1- EA no Licenciamento e 2- Diagnóstico em EA).

10. Ceará. A CIEA-CE existe desde 2001, instituída pelo Decreto Estadual 26465/01. Foi regulamentada dois anos mais tarde (Decreto Estadual 27028/03) e sofreu uma revisão em 2005 que lhe garantiu representação paritária de governo e sociedade. No final de 2006, Ceará ainda não tinha uma política estadual para a EA, mas se regia pelo artigo 263 do capítulo VIII da constituição estadual – que trata da promoção da EA em todos os níveis de ensino – e a Lei Estadual 12367/94, que regulamenta as atividades de EA nas escolas. Para 2007, programou-se a revisão do programa estadual de EA (Peace), estabelecido em 1997, com planejamento para dez anos. As ações da CIEA-CE também teriam reavivado questionamentos sobre a importância e a necessidade de implementar uma política estadual de EA.

11. Maranhão. A CIEA-MA, criada em 2003 pelo Decreto Estadual 19800/03, reunia-se esporadicamente até 2005, sob coordenação da secretaria estadual de meio ambiente. Após um curto período de desmobilização, rearticulou-se em agosto de 2006, quando o regimento interno foi atualizado, prevendo uma coordenação rotativa e compartilhada entre três representantes da comissão. Nesse mês também participou de um evento, inicialmente proposto pela ong H2Ong, com o objetivo de criar a Rede Maranhense de EA, que ganhou nova dimensão justamente com a presença da CIEA, e de representantes do MMA e Rebea. Com isso chegou-se à criação formal da rede, como primeiro passo para sua concretização. O programa estadual de EA – elaborado por uma equipe técnica proveniente de 17 instituições, em 2000 – encontrava resistência para implementação, motivando a decisão do CIEA de discutir sua atualização, também a partir de agosto de 2006.

12. Paraíba. Em 2005, a Lei Estadual 7718/05 instituiu a política e o programa de EA da Paraíba, bem como um Grupo Interdisciplinar de EA, com atribuições correspondentes às de uma CIEA, denominação que ganharia oficialmente em dezembro de 2006, com a publicação da Lei Estadual 8130/06. Elaborada participativamente por representantes do setor governamental e da sociedade civil – com apoio do OG-PNEA –, a minuta de regulamentação desta comissão foi finalizada em novembro de 2006 e encaminhada, como proposta de decreto, para a Casa Civil do Estado. Vale lembrar que a política estadual de EA resulta da mobilização do Fórum Paraibano de EA desde 1997, que por sua vez inspirou a formação da Rede de EA da Paraíba (Rea/PB) – responsável por dois Encontros Estaduais de EA, em 2000, 2004 e 2007, além da publicação do boletim REAção, com apoio de instituições parceiras.

13. Pernambuco. A CIEA-PE foi instituída em 2001 por meio do Decreto Estadual 23736/01. No mesmo ano, oficinas regionais deslançaram a construção participativa de um programa estadual de EA, sob coordenação da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente e Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, e com sistematização a cargo da Câmara Técnica de EA do Conselho Estadual do Meio Ambiente e da CIEA. Aprovado pelo conselho em 2005, seria publicado em 2006. Em Pernambuco, criou-se uma rede de EA (Reape) diretamente ligada à Secretaria Estadual de Educação.

14. Piauí. Datam de 2000 a criação da CIEA-PI (Decreto Estadual 2399/00) e seu regimento, com composição majoritariamente governamental (de 13 instituições, só duas da sociedade civil). O programa de EA do Piauí foi estabelecido no mesmo ano, com três linhas de ação: 1- capacitação de recursos humanos, 2- desenvolvimento de instrumentos e metodologias, 3- produção e difusão de conhecimentos. Foi referendado no Fórum de EA, que estabeleceu a CIEA como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades. Em 2005, um encontro estadual de EA organizado pela CIEA-PI discutiu a atualização do programa bem como a construção de uma política estadual para a EA.

15. Rio Grande do Norte. Em 2000, nasceu a CIEA-RN (Decreto Estadual no 14922/00), e também foi lançado o programa de EA do Estado. Em 2004, iniciou-se um processo de articulações com instituições participantes da CIEA, visando à revisão do Decreto Estadual de criação para rever sua composição. Em 2005, também se formou a Rede de EA do Rio Grande do Norte (Rearn), que no entanto entrou em refluxo após o I Encontro Nordestino de EA, realizado naquele ano.

16. Sergipe. instituída em 1999 (Decreto Estadual 18509/99), a CIEA-SE foi revista no ano seguinte (Decreto Estadual 18833/00), mas se manteve como instância basicamente governamental, caindo em inatividade posteriormente. Por outro lado, houve em Sergipe a construção participativa de uma política estadual de EA, que no entanto, até o final de 2006, não tinha “saído do papel”. A Rede de EA de Sergipe (Rease) existe desde 1996 e, dez anos mais tarde, em agosto de 2006, realizaria o Seminário de Reestruturação da Rease, com apoio da OG-PNEA, para rediscutir sua estrutura e planejamento.

REGIÃO CENTRO-OESTE

17. Distrito Federal. Em 2004 formou-se um Grupo de Trabalho de EA (Gtea-DF), para a discussão de uma política distrital de EA. Seria a primeira experiência interinstitucional focada na formação de educadoras/es comprometidas/os com a solução dos problemas ambientais e com o enraizamento da EA do DF. Houve um período de desmobilização mas, a partir de 2006, quando se instituiu a Política de EA do Distrito Federal (Lei 3833/06), a regulamentação tornou a mobilizar as instituições.

18. Goiás. Em 1999 foi criada a CIEA-GO, sob coordenação da secretaria estadual da Educação. Mas a oficialização só viria em 2006, quando assinado um decreto, que estava em discussão desde 2000. Nele, a CIEA mantém maioria governamental. No final do mesmo ano, Goiás ainda não tinha política ou programa estadual específicos de EA. Entre as organizações da sociedade civil, a Rede Cerrado abrangia número expressivo de ongs atuantes no Estado, havendo redes de EA e uma aproximação entre Coletivo Jovem e Rebea, com a proposta de tornar este coletivo uma referência de atuação da juventude.

19. Mato Grosso do Sul. A CIEA-MS, criada em 2000 pelo Decreto Estadual 9939/00, formou um grupo de trabalho que elaborou a minuta do decreto que estabeleceria a política estadual de EA. Até o final de 2006, o decreto ainda não havia sido publicado. A região conta com a Rede Aguapé, formada pela sociedade civil e governo, parceira em programas de EA para a região, bem como atuante na construção de programas nacionais na área da EA, como o de educação socioambiental.

20. Mato Grosso. O processo legal de criação da CIEA-MT iniciou-se em 1999, com o Decreto Estadual 561/99 modificado daí a dois anos, pelo Decreto Estadual 3449/01. Seu regimento interno é de março de 2003.

Calcado na Política Nacional de EA, o Estado lançara sua política estadual de EA um pouco antes, em dezembro de 2002. O primeiro encontro estadual aconteceria em novembro de 2005. Discutiu, entre outros, a criação de CIEAs regionais. Um ano mais tarde, novo encontro aprofundou o debate sobre diretrizes e implementação do Programa Mato-Grossense de EA (ProMEA), também sintonizado com o programa nacional. A Rede Mato-Grossense de EA (Remtea) é considerada instrumento de articulação da EA no Estado, com papel de controle social das ações voltadas à temática ambiental, junto com o Fórum Mato-Grossense de EA (Formad).

REGIÃO SUDESTE

21. Espírito Santo. Desde sua constituição em 2005 (Decreto Estadual 1582-R/05), a CIEA-ES definiu a realização de reuniões periódicas, para conhecer as ações de seus componentes e definir estratégias de ação para a EA no Estado. Por ter um programa estadual de EA, mesmo que com pouca visibilidade, definiu-se, para 2007, pelo processo de criação de uma política estadual de EA. Desde o final dos anos 1980 o Estado tem a Rede Capixaba de EA. Após período de refluxo, iniciado no final de 1997, voltou a crescer em 2003, fomentada como projeto de extensão universitária da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), e espaço de diálogo, participação e divulgação das ações de EA. Entre outros, conduziu um mapeamento das ações de EA no Estado em 2006.

22. Minas Gerais. O I Fórum Estadual de EA de Minas Gerais, em setembro de 1999, resultou na criação do Fórum Permanente de EA do Estado e sua Comissão Interinstitucional Coordenadora (Comfea), oficializada em maio de 2000. É desta comissão o projeto de pesquisa Mapeando a Realidade da EA, aplicado nos 853 municípios mineiros, cujos resultados, apresentados no II Fórum Estadual de EA, em 2002, ajudaram a definir o programa estadual de EA, lançado em outubro de 2004. Em 2006, haveria uma profunda reforma, através do projeto Participação Cidadã (com envolvimento de instituições da sociedade civil, empresariais e poder público). A reestruturação da CIEA-MG resultou em CIEAs descentralizadas. De composição paritária, teriam a função de interligar as atividades relacionadas à EA em sete mesorregiões: 1- Sul, 2- Alto Paranaíba/Triângulo, 3- Norte de Minas, 4- Oeste, 5- Vale do Rio Doce, 6- Zona da Mata e 7- Jequitinhonha/Mucuri. Formalizadas por meio de resoluções da secretaria estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad),

em outubro de 2006, em Belo Horizonte (MG), as CIEAs Regionais tiveram seu 1º Encontro. Evento paralelo, o Fórum Metropolitano de EA resultou na criação da CIEA Metropolitana. Até novembro, as sedes das regionais foram montadas, em parceria com instituições participantes, e equipadas pela Semad, que também ofereceu capacitação das/os participantes para o exercício de suas funções e consultoria para o planejamento de trabalho. Desde 1989, a Resolução 376/89 do Conselho Estadual de Educação, determinava a inclusão de EA nos programas de ensino das escolas de 1º e 2º graus. Mas o Estado não criou uma política estadual até 2006, quando um Fórum Técnico de EA, na Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais deu início às discussões. Desde 1997, existe a Rede Mineira de EA, que – após um período de refluxo – programou para 2007 um encontro para comemorar seus dez anos.

23. Rio de Janeiro. A Política e o Programa Estaduais de EA no Rio de Janeiro são de 1999 (Lei Estadual 3325/99). Um ano depois, o Grupo Interdisciplinar de EA do Estado (Giea) seria criado (Decreto Estadual 27599/00). Em 2004, com vistas a enraizar a EA no Estado e ajustar os mecanismos legais às diretrizes e princípios da PNEA, entraria em pauta a revisão desses marcos legais. Mas houve dificuldades na articulação da OG-PNEA com o Giea que, até o final de 2006, esteve praticamente desativado. O Estado possui uma rede estadual de EA, a Rede de EA do Rio de Janeiro (REARJ) criada em 1993, como reflexo das mobilizações da Rio 92, e que se tornou “ponte” em vários momentos com programas de EA. A partir de 2005, foram formadas outras sete redes regionais ou municipais, a partir de 2005: 1- da Bacia do Rio São João (Reajo), 2- da Região dos Lagos (Rea-Lagos), 3- de Educadores Ambientais da Baixada Fluminense, 4- de Educadores Ambientais da Baixada de Jacarepaguá, 5- de Educadores Ambientais de Niterói, 6- de Educadores Ambientais de São Gonçalo, 7- Rede de Educadores Ambientais de Volta Redonda e a Rede de EA Escolar (IIDEA).

24. São Paulo. Apesar de não possuir uma CIEA até o final de 2006, São Paulo criou um GT Intersecretarias em 2004 por Resolução das secretarias estaduais do Meio Ambiente e da Educação (SMA/SEE 02/2004). Estruturado como espelho do OG-PNEA, constitui-se por um/a representante de cada uma das duas secretarias e ganhou competência de propor e coordenar a CIEA. Mas as discussões sobre formato e competências desta comissão foram encabeçadas pela Rede Paulista de EA (Repea), também estimulada pela OG-PNEA a conduzir debates sobre uma Política Estadual de EA. Em 2006, havia um texto inicial para ser levado aos diversos atores e instituições em encontros

regionais, culminando com a discussão no III Encontro Estadual de EA do Estado de São Paulo, em 2007. Os mesmos encontros serviriam para mapear programas regionais de EA, com vistas a construir um de âmbito estadual. Criada nos anos 1990, a Repea produziu um diagnóstico estadual da EA em 2004 (Edital 07/2001) e, numa ação estreita com o OG-PNEA passou a atuar pela constituição dos Coletivos Educadores, e na construção do Programa de Educomunicação dos Coletivos.

REGIÃO SUL

25. Paraná. Em 1999, o Paraná iniciou uma discussão em torno de uma CIEA, com reuniões, por meio dos órgãos estaduais de Meio Ambiente e Educação, universidades e a Rede Paranaense de EA (Rea-PR). Do processo, também surgiram documentos-base para a política e programas estaduais de EA. Mas apenas em 2005 foi constituído o Grupo Gestor Pró-CIEA, resultantes de uma parceria entre a secretaria estadual de Meio Ambiente e a DEA/MMA. O Pró-CIEA promoveu onze encontros regionais, com a presença de 834 pessoas, representando 286 instituições. Como efeito colateral, o processo participativo para a constituição da CIEA-PR aproximaria mais educadoras/es ambientais e instituições no Estado. No final de 2006, a minuta de decreto para a constituição da CIEA-PR chegaria ao governador. A Rea-PR, que se engajou na mobilização, encontrou condições para instalar dois novos pólos da rede – Loanda e Londrina. Tanto Rea-PR, como Rede Sul Brasileira de EA (REASul) são consideradas parceiras e difusoras das informações do OG-PNEA no Estado.

26. Rio Grande do Sul. A CIEA-RS foi criada em 2000 (Decreto Estadual 40187/00), mas em 2006 houve alteração no texto para ampliar a representação do movimento ambientalista em sua composição. No mesmo ano, seu Programa Estadual de EA foi submetido à consulta pública. Quanto à política estadual de EA, ela é mais antiga: foi elaborada pela Câmara Técnica de EA do Conselho Estadual do Meio Ambiente e instituída em 2002 (Lei Estadual 11730/02). São duas redes de EA no Estado: a Rede Sul Brasileira de EA (REASul), estruturada com suporte do FNMA em 2002 (Edital FNMA 07/2001) para atuar nos três estados do Sul e a Rede Regional de EA da Bacia Sinos, criada pelo desdobramento dos trabalhos do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos, cujo trabalho se circunscreve ao âmbito da unidade hidrográfica.

27. Santa Catarina. Instituída em 2001 (Decreto Estadual 2489/01), a CIEA-SC sofreu duas alterações posteriores (Decretos 3214/01 e 1288/03). E começou a atuar mais efetivamente a partir de 2004, quando novas instituições foram incorporadas à sua composição e quatro GTs foram formados: 1- Análise de Projetos, 2- Eventos Coletivos, 3- Pólos, 4- Políticas Públicas. Em 2006, esse último conduziu a construção do Programa Estadual de EA (ProEEA). De forma geral, a CIEA passou a trabalhar pela sinergia entre as instituições e ações dentro do Estado, e unir movimentos pulverizados no território catarinense. A Rede Sul Brasileira de EA (REASul) – com cadeira na CIEA-SC e membro do seu GT Políticas Públicas – ajudou a articular, em 2006, a formação do Coletivo Educador do Vale do Itajaí, além de difundir informações do OG-PNEA no Estado.

Notas

176 *“Relatório de Gestão 2003-2006”, caderno 5: “Enraizamento da Educação Ambiental para um Brasil de Todos”.*

SIGLAS ÚTEIS



“A PALAVRA NÃO FOI FEITA PARA ENFEITAR,
BRILHAR COMO OURO FALSO;
A PALAVRA FOI FEITA PARA DIZER.”

GRACILIANO RAMOS

Órgãos governamentais e não governamentais – nacionais e internacionais – redes, programas, projetos, acordos internacionais, leis. Especialmente quando os nomes próprios são longos, tornou-se hábito identificá-los por siglas. Nesta lista, um conjunto de siglas utilizadas para a produção do livro, que também são comuns no linguajar de quem lida com Educação Ambiental, ou simplesmente EA. Confira.

A3P. Agenda Ambiental na Administração Pública

ABC/MRE. Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores

ABEMA. Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas

ABONG. Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais

ACT. Acordos de Cooperação Técnica

ANA. Agência Nacional de Águas

ANAMMA. Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente

ANPEd. Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação

APP. Área de Preservação Permanente

ASPEA. Associação Portuguesa de Educação Ambiental

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CDB. Convenção sobre Diversidade Biológica

CEA. Centro de Educação Ambiental

CEE. Conselho Estadual de Educação

CGEA/MEC. Coordenação Geral de EA do MEC.

CGEAM/Ibama. Coordenação Geral de EA do IBAMA (até 2007, quando mudou a estrutura do setor)

CID Ambiental. Centro de Informação e Documentação Ambiental do MMA

CIEA. Comissão Interinstitucional de EA

CISEA. Comissão Intersectorial de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente

Cjs. Coletivos Jovens de Meio Ambiente

CME. Conselho Municipal de Educação

CNE. Conselho Nacional de Educação.

CNIA. Centro Nacional de Informação Ambiental

CNIJMA. Conferência Nacional Infanto Juvenil pelo Meio Ambiente

CNMA. Conferência Nacional do Meio Ambiente

CNPq. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CNRH. Conselho Nacional de Recursos Hídricos

CODEVASF. Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

COLMEIAS. Comissões Locais de Meio Ambiente e Ação Socioambiental

COMDEMA. Conselho Municipal de Meio Ambiente

COM-VIDA. Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida / Comunidade de Aprendizagem e Qualidade de Vida

CONAMA. Conselho Nacional do Meio Ambiente

CONSEMA. Conselho Estadual de Meio Ambiente

COP. Conferência das Partes

CPLP. Comunidade de Países de Língua Portuguesa

CT-EA CONAMA. Câmara Técnica de EA do CONAMA

CTEM/CNRH. Câmara Técnica de Educação e Mobilização Social do CNRH

CUIDA. Centro Unificado de Informação e Documentação Ambiental

DEA/MMA. Departamento de EA do MMA. (até 2007, era Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente)

DT. Documento Técnico

EA. Educação Ambiental

EA.NET. Canal da Educação Ambiental na Internet

EaD. Ensino a Distância

EIA/RIMA. Estudo de Impacto Ambiental / Relatório de Impacto Ambiental.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

ENCEA. Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental no âmbito do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

FBMC. Fórum Brasileiro sobre Mudanças Climáticas

FBOMS. Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente

FEMA. Fundo Estadual de Meio Ambiente

FME. Fundo Municipal de Educação

FMMA. Fundo Municipal de Meio Ambiente

FNDE. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FNMA. Fundo Nacional do Meio Ambiente

FUNDEB. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica

GEF. Fundo para o Meio Ambiente Mundial

GTA. Grupo de Trabalho da Amazônia

IBAMA. Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBECC. Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBio. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IDEB. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDEC. Instituto de Defesa do Consumidor

IIDEA. Rede de Educação Ambiental Escolar

ILAC. Rede Regional da Iniciativa Latino-americana e Caribenha para o Desenvolvimento Sustentável

INCRA. Instituto Nacional Colonização e Reforma Agrária

LDB. Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MC. Ministério das Comunicações

MCT. Ministério da Ciência e Tecnologia

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário

MEC. Ministério da Educação

MES. Municípios Educadores Sustentáveis

MinC. Ministério da Cultura

MMA. Ministério do Meio Ambiente

MRE. Ministério das Relações Exteriores

MTE. Ministério do Trabalho e Emprego

NEA/Ibama. Núcleo de Educação Ambiental do Ibama

OEA. Organização dos Estados Americanos

OEMA. Organização Estadual de Meio Ambiente

OG-PNEA. Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental

ONU. Organização das Nações Unidas

ORPALC. Escritório Regional para América Latina e Caribe do PNUMA

OSCIPI. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público

PANACEA. Plano Andino-Amazônico de Comunicação e Educação Ambiental

PAN-BIO. Plano de Ação para a Implementação da Política Nacional da Biodiversidade

PAP. Pessoas que Aprendem Participando ou Pesquisa Ação Participante

PDE. Plano de Desenvolvimento da Educação

PEEA. Política Estadual de Educação Ambiental

PIEA. Programa Internacional de Educação Ambiental

PLACEA. Programa Latino Americano e Caribenho de Educação Ambiental

PNAD/IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, desenvolvido pelo IBGE

PNC. Programa Nacional de Capacitação de Gestores Ambientais

PNE. Plano Nacional de Educação

PNEA. Política Nacional de Educação Ambiental

PNMA. Política Nacional do Meio Ambiente

PNRH. Programa Nacional de Recursos Hídricos

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PNUMA. Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

PPA. Plano Plurianual

PPP. Projeto Político Pedagógico

PREEA. Programa Estadual de Educação Ambiental

PREVFOGO. Sistema Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais

PROECOTUR. Programa Nacional de Ecoturismo

ProFEA. Programa de Formação de Educadores Ambientais

ProNEA. Programa Nacional de Educação Ambiental

RAEA. Rede Acreana de Educação Ambiental

REA CERRADO. Rede de Educação Ambiental do Cerrado

REA/PB. Rede de Educação Ambiental da Paraíba

REA/PR. Rede Paranaense de Educação Ambiental

REAAL. Rede Alagoana de Educação Ambiental

REABA. Rede de Educação Ambiental da Bahia

REABRI. Rede de Educação Ambiental da Bacia do Itajaí

REAJO. Rede de Educação Ambiental da Região da Bacia do Rio São João e Rio das Ostras

REAMA. Rede de Educação Ambiental do Maranhão

REAPE. Rede de Educação Ambiental de Pernambuco

REARJ. Rede de Educação Ambiental do Rio de Janeiro

REARN. Rede de Educação Ambiental do Rio Grande do Norte

REA-SC. Rede de Educação Ambiental de São Carlos

REASE. Rede de Educação Ambiental de Sergipe

REASul. Rede Sul Brasileira de Educação Ambiental

REBEA. Rede Brasileira de Educação Ambiental

REBECA. Rede Brasileira de Educomunicação Ambiental

RECEA. Rede Capixaba de Educação Ambiental

REDE AGUAPÉ. Rede Pantanal de Educação Ambiental

REDE AMAZÔNICA. Rede Amazônica de Educação Ambiental

REDE CARAJÁS. Rede Carajás de Educação Ambiental

REDE CEAS. Rede Brasileira de Centros de Educação Ambiental

REDE CONECTAR. Rede de Trabalho Conectar Pessoas com a Natureza

REDE DE EA LINHA ECOLÓGICA. Rede de Educação Ambiental Linha Ecológica. Bacia Hidrográfica do Rio Paraná III

REDE EA - BAIXADA DE JACAREPAGUÁ. Rede de Educadores Ambientais da Baixada de Jacarepaguá

REDE EA - BAIXADA FLUMINENSE. Rede de Educadores Ambientais da Baixada Fluminense

REDE EA - NITERÓI. Rede de Educadores Ambientais de Niterói

REDE EA - SÃO GONÇALO. Rede de Educadores Ambientais de São Gonçalo

REDE EA - VOLTA REDONDA. Rede de Educadores Ambientais de Volta Redonda

REDE EA VALE DOS SINOS. Rede Regional de Educação Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos

REDE NOVA FRIBURGO. Rede de Educação Ambiental de Nova Friburgo

REDE PAEA. Rede de Educação Ambiental do Pará

REDE PARQUE. Rede Parque Estrada Central do Brasil - Barbacena

REDELUSO. Rede Lusófona de Educação Ambiental

REDESCOLA-MT. Rede Escola - Mato Grosso

REIA-GO. Rede de Informação Ambiental de Goiás

REJUMA. Rede de Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade

REMTEA. Rede Mato-Grossense de Educação Ambiental

RENEA. Rede Nordestina de Educação Ambiental

REPEA. Rede Paulista de Educação Ambiental

RIO-92 (ou CNUMAD). Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (realizada em 1992, também conhecida como Eco-92)

RMEA. Rede Mineira de Educação Ambiental

RUPEA. Rede Universitária de Programas de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis

SAIC/MMA –Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental do MMA

SBF/MMA. Secretaria de Biodiversidade e Florestas do MMA

SECAD/MEC. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do MEC

SECEX/MMA. Secretaria Executiva do MMA

SEDUC. Secretaria Estadual de Educação

SEDUC-EA. Área de EA da Secretaria Estadual de Educação (com representação nas CIEAs, também formula e executa a Política Estadual de EA na educação formal)

SEMA (ou SMA). Secretaria Estadual de Meio Ambiente

SEMED-EA. Área de EA da Secretaria Municipal de Educação

SFB. Serviço Florestal Brasileiro

SIBEA. Sistema Brasileiro de Informação sobre Educação Ambiental

SINIMA. Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente

SISNAMA. Sistema Nacional de Meio Ambiente

SISNEA. Sistema Nacional de Educação Ambiental

SMCQ/MMA. Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do MMA

SNUC. Sistema Nacional de Unidades de Conservação

SRHU/MMA – Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do MMA

TEIA UNIVERSITÁRIA. Rede de Educação Ambiental do Ensino Superior do Espírito Santo

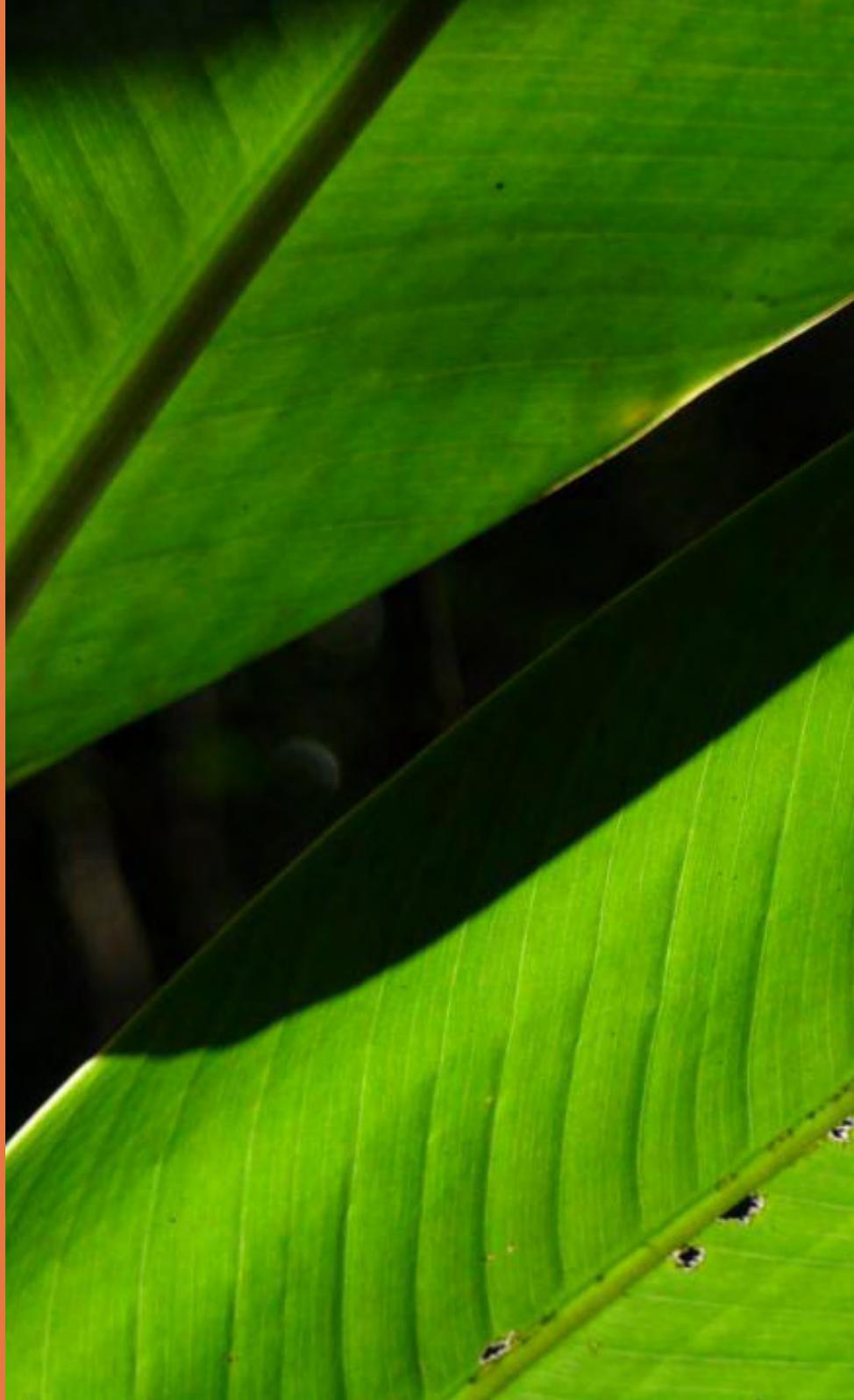
UC. Unidade de Conservação

UF. Unidade Federativa

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICEF. Fundo das Nações Unidas para a Infância

GLOSSÁRIO



“NÃO PERCA TEMPO TENTANDO ENTENDER.
A VIDA TRANSCENDE QUALQUER ENTENDIMENTO.”

CLARICE LISPECTOR

“**S**e faz o caminho ao andar”, escreveu o poeta espanhol Antonio Machado. Para explicar o caminho da EA, tropeça-se em vocábulos criados para melhor expressar o que se vivenciou e se quer expressar. Neste apêndice, em ordem alfabética, há um conjunto de termos que vêm sendo utilizados por educadoras/es, gestoras/es e especialistas no ramo. As definições foram buscadas em documentos lançados pelo Órgão Gestor da PNEA, editais do FNDE/MEC e do FNMA/MMA, no sítio da Rede Brasileira de EA, além de textos de especialistas sobre a EA¹⁷⁷:

1. *Ação Educativa Complementar.*

Todo e qualquer trabalho educativo complementar à escola, realizado em conformidade com o projeto político-pedagógico local, voltado ao desenvolvimento de potencialidades de crianças, adolescentes, jovens e suas famílias, que contribua para os processos de desenvolvimento pessoal, promoção social, fornecimento de auto-estima e transformando seus beneficiários em cidadãos/ãos conscientes e participantes do contexto social onde vivem. Sua implementação tem por objetivos: 1- garantir o ingresso, o regresso, a permanência e a motivação de alunas/os para o alcance do sucesso educacional, por meio da transformação da escola em espaço atrativo; 2- a redução da exposição de crianças, adolescentes e jovens a situações de risco, desigualdade, discriminação e outras vulnerabilidades sociais; 3- a redução dos índices de repetência, distorção idade/série e a melhoria de qualidade da educação. (Resolução FNDE nº 11/2005)

2. *Adaptação às mudanças climáticas.*

O que será preciso fazer (novas práticas, processos ou mudanças estruturais) para que nos ajustemos aos efeitos esperados da mudança do clima. Por exemplo, a construção de sistemas de proteção contra enchentes ou secas. (Livro “Mudanças ambientais globais. Pensar + agir na escola e na comunidade”)

3. *Aquecimento Global.*

Alteração climática planetária, causada, segundo cientistas do IPCC, pelo aumento do efeito estufa. Não será uniforme em todas as regiões da Terra. A saber: efeito-estufa é um fenômeno natural pelo qual alguns gases atmosféricos deixam passar a luz solar, mas aprisionam o calor; com isso garantiram a temperatura ideal para surgir a vida na Terra. O problema é o aumento desses gases na atmosfera, que “desregulou o sistema”, levando ao aquecimento global. (Vocabulário Básico de Recursos Naturais e Meio Ambiente e Sitio IPCC)

4. *Arquitetura de capilaridade.*

É a proposta de estruturação da capilarização ou ramificação da formação das/os educadoras/es ambientais com o intuito de garantir que a EA envolva toda a população do território. Essa capilarização/ramificação da formação dar-se-á pela constituição de três grupos que trabalham de forma integrada e articulada. 1- o próprio Coletivo Educador, composto por pessoas que participam a partir da adesão de suas instituições, que são aquelas com experiência em formação, educação, capacitação; 2- pessoas atuantes/militantes junto aos seus segmentos sociais no território e que assumirão a função de formar, junto a seus grupos de convívio/trabalho, 3- estes grupos de convívio/trabalho, educadoras/es ambientais populares, que constituirão o terceiro grupo. O desenho da arquitetura da capilaridade deve fundamentar-se em um número de educadoras/es ambientais populares que permita que cada bairro, comunidade rural, quarteirão, sindicato, escola possa vir a ser animado, instigado, envolvido pela atuação de um/a educador/a ambiental popular. (Edital FNMA nº 05/2005)

5. *Avaliação (projetos, programas ou políticas).*

É o julgamento contínuo e objetivo de um projeto, programa ou política em andamento ou finalizado, incluindo seu planejamento, implementação e resultados. O objetivo é determinar a relevância e cumprimento dos objetivos e da eficiência, efetividade, impacto e sustentabilidade da iniciativa. Uma avaliação deve prover informações confiáveis e úteis, permitindo que as lições aprendidas sejam incorporadas ao processo decisório de todas/os parceiras/os. Busca evidências sobre por que as metas e resultados estão ou não sendo alcançados, olhando relações de causalidade. (sítio PNC)

6. *Câmara Técnica de Educação Ambiental do Conselho Nacional do Meio Ambiente.*

Criada no âmbito do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), propõe indicadores de desempenho e de avaliação das ações de EA, decorrentes

das políticas, programas e projetos de governo; bem como diretrizes para elaborar e implementar as políticas e programas estaduais desta área; assessorar as demais Câmaras Técnicas, e propor ações de EA nas políticas em diferentes áreas: conservação da biodiversidade, zoneamento ambiental, licenciamento e revisão de atividades efetivas ou potencialmente poluidoras, gerenciamento de resíduos, gerenciamento costeiro, gestão de recursos hídricos, ordenamento de recursos pesqueiros, manejo sustentável de recursos ambientais, ecoturismo e melhoria de qualidade ambiental. Atuou, por exemplo, na redação do decreto que regulamentou a Lei da PNEA. (Release “Três eventos...”. V Fórum Brasileiro de EA, 2004)

7. *Câmara Técnica de Educação, Capacitação, Mobilização Social e Informação em Recursos Hídricos (CTEM-CNRH).*

Criada em 2004 no âmbito do Conselho Nacional dos Recursos Hídricos, tem entre as atribuições propor diretrizes e programas de educação e capacitação, avaliar mecanismos de articulação e cooperação entre o poder público, setores usuários e a sociedade civil na área de recursos hídricos. Compõe-se de representantes de sete ministérios (Fazenda, Educação, Saúde, Cidades, Integração Nacional, Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente), da Agência Nacional de Águas, de conselhos estaduais de recursos hídricos, de concessionárias e autorizadas de geração hidrelétrica, usuários de recursos hídricos, comitês, consórcios e associações intermunicipais de bacias hidrográficas, organizações técnicas, de ensino e pesquisa, e não-governamentais (sítio CNRH)

8. *Cardápio de Aprendizagem.*

É um conjunto de processos formativos na área da EA, promovidos, num primeiro momento, pelas instituições componentes do Coletivo Educador (ou mesmo por instituições parceiras e por especialistas de determinado saber popular), que podem ser escolhidos para compor o currículo de grupos de educandas/os, de acordo com as suas necessidades reais de enfrentamento das questões socioambientais. Exemplos de itens que podem compor o Cardápio de Aprendizagem são: oficinas, cursos, mini-cursos, vivências, visitas técnicas etc., a respeito dos mais variados temas e assuntos com relevância para o território, incorporando os diferentes saberes, desde o acadêmico até o popular. Com o tempo o cardápio de aprendizagem vai incorporando competências e saberes populares. (Chamada Pública MMA nº 01/2006)

9. *Centro de Educação Ambiental (CEA).*

Um espaço físico de referência em educação ambiental, representado por uma sede (fixa ou móvel), dotado de uma série de equipamentos, recursos e outros espaços, que conta com uma equipe (preferencialmente multidisciplinar) capaz de desenvolver múltiplas atividades destinadas a públicos diferenciados e orientadas por um Projeto Político-Pedagógico (PPP) bem estruturado. Um CEA pode ser dotado de considerável diversidade de equipamentos e de recursos, de diversas naturezas: audiovisuais, pedagógicos, de segurança, informáticos, culturais etc. Pode também dispor ou utilizar-se de outros espaços, além da sua sede física – que pode ser fixa ou ambulante – como por exemplo: matas, viveiros, criatório de animais, zoológicos, parques, jardins botânicos, bibliotecas etc. (Carta de Timóteo)

10. *Círculos de Aprendizagem Participativa.*

Também chamados de comunidades interpretativas e de aprendizagem, são grupos de pessoas com propósitos comuns, que se apóiam mutuamente ao realizar processos de formação. (Cartilha MES)

11. *Coletivo Educador (CE).*

Grupo de instituições que trabalham em processos de mobilização social e formação de educadoras/es ambientais populares, que atuarão na criação e no fortalecimento de Comunidades de Aprendizagem e Qualidade de Vida (Com-Vidas – estágio avançado dos Coletivos Educadores, divididas em duas frentes de trabalhos: nas escolas e na comunidade). Além disso, estimula a troca de experiências entre ongs, sindicatos, movimentos sociais, redes, universidades, prefeituras, pastorais, regionais de ensino, organizações populares, órgãos de assistência técnica e extensão rural, empresas e outras instituições. (DEA/MMA)

12. *Coletivos Jovens (CJs).*

Criados no âmbito das Comissões Organizadoras Estaduais (COEs) da Conferência Nacional In-fanto-Juvenil Pelo Meio Ambiente (CNIJMA), em 2003, compõem-se de lideranças entre 16 e 25 anos, membros de organizações de juventude com capacidade de multiplicação, equilíbrio de gênero, representação do meio rural e urbano e contemplando diferentes etnias (brancos, negros, indígenas). Nas COEs, estes conselhos atuam na seleção final dos delegadas/os estaduais da Conferências de Meio Ambiente nas Escolas e na mobilização de estudantes e jovens para a realização da CNJIMA, como conferência de jovens feita por jovens. (sítio Rebea)

13. *Comissão Intersecretorial de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (CISEA).*

Formada pelas secretarias e órgãos vinculados do MMA, objetiva promover o fortalecimento e a articulação das ações de EA desenvolvidas pelo próprio ministério, com competência para compartilhar, analisar, avaliar planejar nesta área. (*Release “Três eventos...”*. V Fórum Brasileiro de EA, 2004)

14. *Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (CIEA).*

Espaço colegiado instituído pelo poder público da Unidade Federativa, que se configura como a esfera pública da educação ambiental no âmbito estadual, devendo constituir-se como um amplo e democrático fórum de interlocução e articulação institucional. Destina-se a se constituir como instância de coordenação das atividades de EA no âmbito da unidade federativa. Para tanto, compõe-se de representantes de instituições governamentais e não-governamentais, das esferas federal, estadual e municipais, do setor ambiental e educacional, do empresarial e dos trabalhadores, podendo incluir ainda um grupo de trabalho composto por representantes das Comissões Organizadoras da Conferência Infanto-juvenil pelo Meio Ambiente e do Conselho Jovem. Deve se pautar pela Política e pelo Programa Nacional de Educação Ambiental (PNEA e ProNEA), para elaborar em seu respectivo estado, a política e o programa estadual de EA, de forma democrática e participativa. No final de 2006, apenas três unidades federativas ainda não possuíam esse colegiado, sendo que quatro dispunham de comissões Pró-CIEAs encarregadas de articular a formação desse espaço. A mesma estrutura também pode se aplicar no âmbito municipal. (“Construindo juntos a educação ambiental brasileira...”, DT 03)

15. *Comissões Técnicas Tripartites.*

Resultantes de uma deliberação da I Conferência Nacional do Meio Ambiente (CNMA), realizada em 2003, objetivam fortalecer o Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama). São 27 no total – uma para cada Estado e uma bipartite no DF – integradas por representantes dos três níveis de governo: União, Estado (ou DF) e municípios. Têm como principal objetivo serem espaços permanentes de diálogo e de articulação entre os órgãos responsáveis pela gestão ambiental. Cabe também aos componentes das tripartites buscarem sensibilizar, mobilizar e articular entidades e organizações da sociedade civil para instituírem os conselhos municipais de meio ambiente. (sítio PNC)

16. *Comitê Assessor do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental.*

Composto por representantes de 13 setores da sociedade e constituído em novembro de 2003, como o nome indica, faz o assessoramento do Órgão Gestor da PNEA. Se necessário busca o apoio logístico de órgãos, instituições e pessoas de notório saber na área de sua competência, em assuntos nos quais necessite de conhecimento específico. (Release “Três eventos...”. V Fórum Brasileiro de EA, 2004)

17. *Comitê de Bacia.*

Colegiados instituídos por lei, no âmbito do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e dos respectivos sistemas estaduais, tornou-se base da gestão participativa e integrada da água. Com papel deliberativo em sua área de atuação, compõe-se de representantes do poder público, sociedade civil e usuários da água. Pode ser federal ou estadual, dependendo da área de atuação, tendo, entre outras, as atribuições de: promover o debate das questões relacionadas aos recursos hídricos da bacia; articular a atuação das entidades que trabalham com este tema; arbitrar, em primeira instância, os conflitos relacionados a recursos hídricos; aprovar e acompanhar o Plano de Recursos Hídricos da Bacia; estabelecer os mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos; bem como critérios e o rateio de custo das obras de uso múltiplo de interesse comum e coletivo. (Cartilha “Coletivos Educadores para Territórios Sustentáveis”, 2007)

18. *Competência.*

É a capacidade de mobilizar múltiplos recursos numa mesma situação, entre os quais os conhecimentos adquiridos na reflexão sobre as questões pedagógicas e aqueles construídos na vida profissional e pessoal, para responder às diferentes demandas das situações de trabalho. Neste sentido, a construção das competências acontece a partir da articulação entre teoria e prática. (livro “Políticas de Melhoria da Qualidade na Educação – Um balanço institucional” 2002)

19. *Comunidade de Aprendizagem e Qualidade de Vida (Com-Vida).*

Estágio avançado dos Coletivos Educadores. As COM-Vidas são divididas em duas frentes: nas escolas e nas comunidades. Enquanto nas escolas constituem grupos que pensam e atuam para o desenvolvimento da EA, nas comunidades, mobilizarão a base, promovendo o debate de alternativas críticas e construtivas para a atuação, sem prejudicar o meio ambiente. (entrevista a Marcos Sorrentino)

20. *Comunidades de Aprendizagem.*

São grupos de pessoas que se identificam e se apóiam em processos de formação individual e coletiva, voltados para propósitos comuns e/ou convergentes. Cada pessoa contribui com o grupo vivenciando conjuntamente processos formativos, de forma participativa. O OG-PNEA propõe que tanto o Coletivo Educador como os demais grupos participantes da formação de educadoras/es ambientais constituam-se como comunidades de aprendizagem. (Edital FNMA nº 05/2005)

21. *Comunidades Interpretativas.*

São grupos de pessoas que se reúnem para partilhar suas visões e idéias, buscando construir a compreensão da realidade vivenciada no território ou micro-território, por meio da construção coletiva e participativa, superando a dificuldade das diferentes percepções. Nas comunidades interpretativas, as pessoas apóiam-se na interpretação das interpretações, buscando desmontar as formas hegemônicas de entender e desejar o mundo em que vivemos. O OG-PNEA propõe que tanto o Coletivo Educador, como os demais grupos participantes da formação de educadoras/es ambientais constituam-se como comunidades interpretativas. (Edital FNMA nº 05/2005)

22. *Conhecimento pertinente.*

Termo utilizado por Edgar Morin, seu livro *Os sete saberes necessários à Educação do Futuro*¹⁷⁸. Reconhecendo que, em meio à complexidade do real, não é possível nunca a compreensão total, possibilita apreender os problemas globais e fundamentais para neles inserir os conhecimentos parciais e locais. Tem implícita a busca de um conhecimento complexo, não fragmentário, porém incremental. Considera que a busca do conhecimento torna-se um esforço infinito, mas que pode se tornar um círculo virtuoso. (livro “Aprendizes da Sustentabilidade”, 2007)

23. *Conselho Municipal de Meio Ambiente (Comdema).*

Fórum de âmbito municipal, formado como espaço para administrar conflitos, propor acordos e construir uma gestão ambiental que esteja em consonância com os interesses sociais e econômicos locais. Entre suas possíveis atribuições estão: propor a política ambiental do município e fiscalizar o seu cumprimento; analisar e, dependendo da legislação municipal, conceder licenças ambientais para atividades potencialmente poluidoras em âmbito municipal; analisar recursos quanto à aplicação de multas; promover a educação

ambiental; aprovar ou referendar o uso de recursos destinados ao meio ambiente, fiscalizando sua alocação, bem como as ações do Fundo Municipal de Meio Ambiente; acompanhar a implementação de unidades de conservação municipais; opinar sobre aspectos ambientais das políticas estaduais ou federais que tenham impacto sobre o município; receber e apurar denúncias feitas pela população sobre degradação ambiental, sugerindo à prefeitura as providências cabíveis. Cada município pode estabelecer as competências do seu Conselho, que pode ser deliberativo ou consultivo, de acordo com a realidade local. (sítio PNC)

24. *Desenvolvimento Sustentável.*

Segundo o Relatório *Brundtland*, publicado pela Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU, em 1987, é aquele que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem suas próprias necessidades. Foram dois conceitos novos, dentro desse conceito: 1- reunir economia, meio ambiente e a questão social, e 2- reconhecer a responsabilidade de garantir o ambiente “inteiro” para as gerações futuras. (Site do IPCC e livro “Vocabulário Básico de Recursos Naturais e Meio Ambiente, IBGE”)

25. *Dialética.*

É a busca da verdade pelo diálogo-movimento entre contraditórios. O conceito de dialética pertence ao debate filosófico desde os gregos e foi apropriado pela teoria marxista subsidiando a reflexão sobre os processos históricos de transformação, como o diálogo entre opostos. Entende-se a concepção da dialética como um processo de encontro entre tese e antítese, que resulta numa síntese (nova tese e assim novo ponto para o processo dialético); ou a dialética como ação recíproca, por exemplo, a ação recíproca entre o Estado e a sociedade civil, a ação recíproca entre o Sujeito e seu grupo social, a ação recíproca entre a Subjetividade e a Objetividade, a ação recíproca entre Cultura e Natureza. (Edital FNMA nº 05/2005)

26. *Dialógico.*

Diz respeito aos processos que envolvem o diálogo entre pessoas, grupos, idéias etc. O diálogo pauta a formação de educadoras/es ambientais proposta, sendo a base para o trabalho dos grupos envolvidos na capilarização da educação ambiental. (Edital FNMA nº 05/2005)

27. *Educação ambiental formal (ou no ensino formal).*

EA desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas, como prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal. (Lei 9795/99 – artigo 9)

28. *Educação ambiental informal.*

Há educadoras/es que usam a expressão para definir a EA transmitida “informalmente”, por exemplo, por meio das notícias dos jornais, rádio, ou TV, de filmes ou vídeos, por um trabalho artístico, peça teatral, livro, ou ainda por campanhas publicitárias, educativas e fiscalizadoras. Neste sentido, todos os materiais de comunicação servem para a EA, desde que avaliados criticamente. É que, por trás de qualquer discurso existe uma visão sobre o meio ambiente que tende a ser parcial, correspondendo a interesses de um determinado grupo ou a visões muito pessoais. (livro “A Implantação da Educação Ambiental no Brasil”)

29. *Educação ambiental não-formal.*

Como define a Lei que instituiu a Política Nacional de EA, constitui-se de “ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente”. Nisso cabe, por exemplo, a ação de uma entidade ambientalista num bairro, ou o conjunto de atividades promovido por empresa ou sindicato junto a trabalhadores, ou ainda uma proposta educativa para visitantes ou moradoras/es de uma área de proteção ambiental. Entre os objetivos, estão melhorar a qualidade de vida da comunidade e fortalecer a cidadania. (Lei 9795/99 – artigo 13, livro “A Implantação da Educação Ambiental no Brasil”)

30. *Educador/a ambiental popular.*

Atores principais da educação ambiental na base da sociedade, do enraizamento de reflexões e práticas libertárias, emancipatórias e transformadoras. A formação e apoio permanente a esses sujeitos é objetivo e função de todo Coletivo Educador na busca pela sustentabilidade do território. A estas pessoas cabe mobilizar, animar e subsidiar grupos de ação-reflexão junto às suas bases, as Com-vidas. São educadoras/es e lideranças que muitas vezes já atuam, estão em formação, mobilizam grupos de base em suas escolas, universidades, bairros, fábricas, clubes, comunidades, sindicatos. A formação como educadoras/es ambientais populares exige a oferta de opções

de conteúdos da educação ambiental e popular, apoio no fortalecimento da metodologia, orientação para a ação e reflexão de seus grupos e na articulação de objetivos em uma estratégia educadora e ambiental para a sustentabilidade. (Boletim Coleciona _ 00 – Órgão Gestor da PNEA, s/d)

31. *Educanda/o.*

Pessoa proveniente de quaisquer segmentos sociais do território, que participam da formação de educado-ras/es ambientais promovida pelo Coletivo Educador. Entende-se, neste sentido que todos os grupos envolvidos na capilarização da formação, inclusive quem já participa do Coletivo Educador, são educadoras/es-aprendentes ou educandas/os-professoras/es. (Chamada Pública MMA nº 01/2006)

32. *Educare e educere.*

Duplo sentido etimológico da palavra latina para educação: 1- educare significa orientar, nutrir, decidir num sentido externo, levando o indivíduo de um ponto onde ele se encontra para outro que se deseja alcançar; 2- educere, se refere a conduzir, promover o surgimento de dentro para fora das potencialidades que o indivíduo possui. (livro “Aprendizes da Sustentabilidade”, 2007)

33. *Educomunicação.*

Refere-se à comunicação com intencionalidade educacional, que envolve a democratização do processo de produção e de gestão da informação em todos os veículos de comunicação. Essa democratização implica na autonomia do coletivo no processo comunicativo. Também definida como processos educativos que visem a apropriação das linguagens e a produção democrática de produtos de comunicação, pelo que participantes do projeto poderão exercer o direito que as pessoas têm de produzir informação e comunicação, e assim de divulgarem suas ações. (Edital FNMA nº 05/2005 /resolução 11/2005 – FNDE).

34. *Enraizamento.*

Termo proposto pela filósofa francesa Simone Weil para significar que os seres humanos só se constituem como sujeitos históricos quando constroem sua identidade por meio de sua própria história e de seu socioambiente, ou seja, quando ancoram sua identidade nos elementos espaço-temporais de sua biografia. Weil considerou o enraizamento como a necessidade natural, ao mesmo tempo, mais importante e mais desconhecida da alma humana. A noção

de enraizamento implica que o ser humano recebe quase que a totalidade de sua vida moral, intelectual e espiritual por intermédio dos meios de que faz parte naturalmente. Implica, além disso, que as influências exteriores devem ser sempre recebidas através dos meios dos quais os seres humanos fazem parte, e jamais como uma importação sem mediações. No Brasil, com base no ProNEA, o DEA/MMA iniciou uma ação de enraizamento da EA no país, que prevê, como condições estruturantes, a existência de marcos legais (políticas e programas de EA democraticamente acordados e monitorados); de instâncias gestoras (diretorias de EA nas secretarias de meio ambiente e educação, a composição de um órgão gestor estadual); de instâncias coletivas e colegiadas democráticas (CIEAs, Redes, Coletivos Jovens etc.), entre outros. Nesse sentido, passou a ser chamado de enraizador/a, a pessoa ligada ao Órgão Gestor que promove a viabilização do comprometimento de movimentos coletivos (sociais, setoriais e institucionais), com a permanência de ações, projetos e programas de EA nos territórios, tendo em vista fortalecer e qualificar ações voltadas à sustentabilidade socioambiental. A articulação é entendida como palavra chave dessa ação enraizadora. (Dicionário Socioambiental).

35. *Espaços Educadores.*

São aqueles capazes de demonstrar alternativas viáveis para a sustentabilidade, estimulando as pessoas a desejarem realizar ações conjuntas em prol da coletividade e reconhecerem a necessidade de se educarem nesta direção. Sustentabilidade esta, entendida como processo voltado à melhoria da qualidade de vida da população, usando os recursos disponíveis de forma que sejam conservados e otimizados para o usufruto desta e das gerações futuras. Termo utilizado no programa Municípios Educadores Sustentáveis (MES), para enfatizar construção dinâmica da dimensão educadora. (livro *Aqui é onde eu moro, aqui nós vivemos*, 2005)

36. *Estruturas Educadoras.*

São estruturas concebidas com intenção educacional ou que, por serem exemplares na função que desempenham, são utilizadas com intenção educacional. No Brasil, fruto de amplas lutas sociais, a escola é a principal estrutura educadora, mas há outros exemplos de espaços que podem ser pensados com finalidade educadora associada a suas finalidades, como estações de tratamento de água e de esgoto, viveiros, hortas comunitárias, unidades de conservação, sistema de transporte coletivo etc. (Edital FNMA nº 05/2005)

37. *Fórum Social Mundial.*

Criado em 2001 para se contrapor ao Fórum Econômico Mundial – encontro anual de representantes de governos e organizações alinhados às teorias neoliberais, realizado em Davos, Suíça, desde 1971 – reúne a cada ano representantes da sociedade civil, para debater alternativas à política de Davos. As três primeiras edições foram em Porto Alegre (RS), depois passou a ser realizado em diferentes partes do mundo (Índia, Venezuela e Quênia), ganhando ainda fóruns regionais. (Site do IPCC e livro *Vocabulário Básico de Recursos Naturais e Meio Ambiente*)

38. *Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA).*

Criado pela Lei Federal 7.797/89, em julho de 1989, com a missão de contribuir como agente financiador para a implantação da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), por meio da participação social. Tornou-se o maior fundo público do Brasil, apoiando ações em todas as regiões do país – projetos e iniciativas que contribuem para a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais e o apoio a comunidades. EA faz parte disso. Em 2006, contribuiu para a criação da Rede Brasileira de Fundos Socioambientais, que reúne fundos socioambientais públicos e privados atuantes no país. (Coletivos Educadores para Territórios Sustentáveis, Brasília, 2007)

39. *Gases de Efeito Estufa (GEE).*

O Protocolo de Quioto enumera seis: dióxido de carbono (CO₂), óxido nítrico (N₂O), metano (CH₄), hidrofluorcarbono (HFC), perfluorcarbono (PFC) e hexafluoreto de enxofre (SF₆). Cada um desses gases gera um grau diferente de aumento do efeito estufa. Por isso, cientistas criaram um denominador comum, o “carbono-equivalente”. Muitas notícias que citam a palavra “carbono” referem-se, na verdade, ao “carbono equivalente”. (Site do IPCC e livro “Vocabulário Básico de Recursos Naturais e Meio Ambiente”)

40. *Impacto ambiental.*

Segundo a Resolução 001/86, do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), é a alteração das propriedades físico-químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que afetam a saúde, segurança, bem-estar da população, atividades sociais e econômicas, biota, condições estéticas e sanitárias e qualidade dos recursos ambientais. Pode ser positivo, quando ajuda a regenerar áreas e/ou funções naturais, ou negativo, quando o efeito é a degradação. O

Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) deve relacionar todos os impactos previstos dos empreendimentos, anunciando as medidas a serem tomadas para minimizar os negativos. (Site do IPCC e livro *Vocabulário Básico de Recursos Naturais e Meio Ambiente*)

41. *Impactos climáticos.*

A expressão pode ser traduzida como o conjunto de conseqüências das mudanças climáticas nos sistemas naturais e humanos. Em grande parte, os cientistas já previram o que pode acontecer. Mas só uma parcela são conseqüências inevitáveis das mudanças já causadas pela industrialização. (Livro *Mudanças ambientais globais. Pensar + agir na escola e na comunidade*)

42. *Indicadores.*

Constituem uma forma de medir os resultados de acordo com o que foi planejado em termos de quantidade, qualidade e tempo. Baseia-se na identificação de uma variável, ou seja, algum aspecto que varia de estado ou situação, variação esta que consideramos capaz de expressar um fenômeno que nos interessa. (sítio PNC)

43. *Intervenção Educacional.*

Corresponde à prática das/os educadoras/es ambientais de todos os grupos envolvidos na capilarização da formação, desde o Coletivo Educador até as pessoas dos segmentos sociais (grupo, ou PAP 3). Deve ser planejada, executada e avaliada em conjunto com o público diretamente envolvido, considerando as questões relevantes do território ou micro-território, às expectativas e necessidades desse público. Considera-se que o processo de conhecer a realidade do território ou micro-território, articular com os segmentos sociais e planejar com eles a sua própria formação representa um processo de formação para todos os envolvidos. E que a interpretação da realidade e as atividades de enfrentamento das questões socioambientais complementam a formação integral de todos os grupos. (Edital FNMA nº 05/2005)

44. *IPCC.*

Sigla em inglês para Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas das Nações Unidas, órgão da ONU criado em 1988 para estudar e acompanhar a evolução do conhecimento sobre mudanças climáticas. Seu primeiro relatório, em 1990, subsidiou a elaboração da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (Convenção do Clima), assinada durante a Eco-

92. Tanto o segundo, em 1995, como o terceiro, em 2000, contribuíram na definição do Protocolo de Quioto. O quarto relatório, em 2007, ajudou nas primeiras discussões de um “Quioto 2”, a vigorar a partir de 2012. Foi a primeira vez em que se confirmou, com 90% de certeza, que a humanidade tem responsabilidade sobre o aquecimento global. (Site do IPCC e livro *Vocabulário Básico de Recursos Naturais e Meio Ambiente*)

45. *Marcos conceituais, situacionais e operacionais.*

São os itens que compõem os projetos político-pedagógicos (PPP). Podem ser organizados e decompostos de diferentes formas; mas, em linhas gerais, referem-se à concepção política do projeto (quem é o sujeito do projeto educacional, quais os princípios que orientam o projeto), à situação atual (da sociedade, da educação e de outros aspectos da realidade que sejam pertinentes para a proposta pedagógica) e a uma agenda de trabalho construída para diminuir a distância entre a situação desejada e a real. (Edital FNMA nº 05/2005)

46. *Micro-território.*

É qualquer subdivisão do território – pode ser um conjunto menor de municípios ou mesmo um único município, ou ainda uma região que corresponda a um número menor de habitantes do que a totalidade do território. O OG-PNEA sugere que subdivisão do território seja definida de modo a atender da melhor forma possível às suas especificidades para garantir a capilarização/ramificação da formação de educadoras/es ambientais. (Edital FNMA nº 05/2005)

47. *Mitigação (mudanças climáticas).*

Medidas que podem ser tomadas para minimizar problemas em andamento relativos ao aquecimento global do planeta Terra, como procedimentos que reduzam o desperdício, o consumismo, ou que economizem energia e, portanto, diminuam o uso do petróleo, importante causador do aquecimento global. (Livro *Mudanças ambientais globais. Pensar + agir na escola e na comunidade*)

48. *Modalidades de Ensino/Aprendizagem.*

Ressaltam-se três- 1- Educação Presencial. Modalidade mais usual da educação, propicia uma interação significativa, com múltiplos sentidos, múltiplas linguagens. O “olho no olho” possibilita o fortalecimento de laços, a pesquisa mais profunda das “utopias” e dos obstáculos a sua realização; 2- Educação a Distância (EaD). Uma das bases da sustentabilidade dos processos

de formação de educadoras/es ambientais, atende a necessidade prática, mas também proporciona uma ruptura com as perspectivas mais verticais de educação; 3- Educação Difusa. Reúne processos gerados por educadoras/es e educandas/os nos quais se perde o controle sobre quem a recebe ou sobre como a edita. Planejada e implementada em cada contexto tem natureza geral similar à educomunicação socioambiental, mas mais qualificada e apropriada localmente (município, bioma) para sensibilizar participantes, que se tornam mais receptivas/os à ação de educadoras/es na construção de conhecimentos e atitudes para além daquelas deflagradas pelas modalidades presenciais e a distância. (Edital FNMA nº 05/2005)

49. *Monitoramento.*

É uma função permanente que provê informação sobre onde um projeto ou programa está em relação às suas metas e resultados. A criação de um sistema de monitoramento começa pela etapa de planejamento do programa ou projeto, tendo como referências as metas e resultados esperados. Para tanto, usa indicadores previamente definidos e reunidos em uma linha de base sobre as condições atuais para continuamente verificar “o que está indo bem” e “o que não está progredindo” em comparação aos resultados pretendidos. A análise dos dados e relatórios, com a formulação de recomendações para melhoria, é um dos requerimentos básicos de um processo de monitoramento. (sítio PNC)

50. *Municípios Educadores Sustentáveis (MES).*

São municípios voltados à construção da sustentabilidade socioambiental por meio da educação, materializando a formação de seus munícipes/cidadãos para atuarem cotidianamente em direção à melhoria da qualidade de vida. Tida como decisão política e pedagógica em que a gestão pública municipal se mobiliza, incorporando e assumindo a dimensão educacional de maneira participativa, adota metodologias complementares às dos Coletivos Educadores, que fomentam a constituição e articulação de diversos grupos de educadores/es ambientais para atuarem nos mais diferentes contextos. (Relatório de Gestão 2003-2006, DEA/MMA)

51. *Oficina de Futuro.*

Composta pelo levantamento dos problemas e sonhos das/os participantes, com suas respectivas inter-pretações, e das potencialidades associadas a uma análise conjuntural, histórica e estrutural, Permite entender os problemas vividos, os sonhos e as possibilidades dos caminhos delineados. (Edital FNMA nº 05/2005)

52. *Orçamento Participativo.*

Instrumento que possibilita uma participação maior de cidadãos/ãos nas discussões anuais dos investimentos do município e o maior controle dos gastos, bem como o conhecimento das pessoas sobre o funcionamento, os limites e a realidade da máquina pública. Pela estrutura participativa, abre-se uma interface com a implementação dos Municípios Educadores Sustentáveis. (http://federativo.bndes.gov.br/dicas/indice_dicas.htm – acessado em 2006)

53. *Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental (OG-PNEA).*

Previsto na lei que instituiu a Política Nacional de EA (PNEA), e em seu decreto regulamentador, é composto pelo MEC e MMA. Tem atribuição de definir diretrizes para implementação dessa política em âmbito nacional, realizar a articulação, coordenação e supervisão de planos, programas e projetos na área de EA em âmbito nacional, e participar na negociação de financiamentos a planos, programas e projetos nesse campo. Atua com apoio do Comitê Assessor. (*Release* “Três eventos...”. V Fórum Brasileiro de EA, 2004)

54. *Pesquisa-Ação-Participante (PAP).*

Uma metodologia proposta para o planejamento, implementação e avaliação dos projetos. Refere-se ao procedimento de pesquisar, partilhar, construir visões, percepções, relações sobre questões relevantes do território, em conjunto com os vários atores sociais desse território, buscando soluções para tais questões. No meio escolar, trabalha-se com pesquisa-ação-participante a partir de oficinas, em que estudantes, famílias, docentes e comunidade pesquisam sua realidade, buscam entender o contexto em que vivem e, a partir daí, propõem ações que objetivem a melhoria da qualidade de vida. É deste processo que sai a ação de intervenção socioambiental. (Chamada Pública MMA nº 01/2006 / Edital FNMA nº 05/2005 / resolução 11/2005 – FNDE – Educação Chico Mendes)

55. *Pessoas que Aprendem Participando (PAP).*

Também chamados de grupos PAP, trabalham com a metodologia PAP (ver Pesquisa-Ação-Participante), em contextos socioambientais delimitados (territórios). Os PAP1 e 2 são formados por representantes de instituições que se colocam o desafio de atuarem na formação de pessoas educadoras (PAP3). Os PAP3, por sua vez, se colocam a missão de formar grupos de pessoas educadoras aglutinadas (PAP4) e assim por diante. Por exemplo, num coletivo educador, o primeiro espaço é denominado PAP 2, Dá-se o nome PAP 3 às/os suas/seus educandas/os, e PAP4, às/os educandas/os com quem trabalham.

56. *PPA, ou Plano Plurianual.*

Lei de periodicidade quadrienal. Foi instituída pela Constituição Federal de 1988, como instrumento normatizador do planejamento de médio prazo e de definição das macro-orientações do Governo Federal, para a ação nacional em cada período de quatro anos, sendo determinantes (mandatórias) para o setor público e indicativas para o setor privado. (art. 174 da Constituição Federal)

57. *Práxis Pedagógica.*

A filosofia da práxis pauta-se na unidade entre teoria e prática – uma não existe e não acontece sem a outra –, sem se determinar uma hierarquia ou antecedência de uma em relação à outra. Uma pedagogia pautada na práxis requer que o processo educacional aconteça em íntima relação com a ação social, com a intervenção sobre o mundo vivido. Esta intervenção, pensada a partir das concepções das/os educandas/os em diálogo com as/os educadoras/es, deve ser repensada e analisada continuamente, servindo de base para o processo dialético de construção do conhecimento. (Edital FNMA nº 05/2005)

58. *Programa Parâmetros em Ação (PCN em Ação).*

Política pública do Governo Federal (SEF/MEC) para o desenvolvimento profissional em serviço de professoras/es de todos os segmentos e modalidades do Ensino Fundamental, implementado a partir de 1999 em parceria com os sistemas de ensino. Parâmetros em Ação – Meio Ambiente na Escola (PAMA) foi a continuidade do PCN em Ação, das séries finais do Ensino Fundamental, aplicado em 2001 e 2002. A partir de 2003, a sistemática passou a servir como um dos pilares para o programa Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas. (“Políticas de Melhoria da Qualidade na Educação – Um balanço institucional”, 2002 / Entrevista Rachel Trajber)

59. *Projeto Político-Pedagógico (PPP).*

Consiste na formulação e enunciação de uma proposta educacional, de suas bases conceituais e políticas até a sua operacionalização. Pressupõe um projeto societário, um projeto de ser humano e de suas relações. É processo de gestão contínua orientada pelos princípios e objetivos educacionais de um grupo representativo, legitimado e sensível às demandas do contexto representado. É um documento identitário, no qual os sujeitos se vêem e atuam sobre as suas demandas e planos, que serão periodicamente revistos e sistematicamente reconstruídos. O percurso da formulação do PPP pode, em tese, ser centralizado em um indivíduo ou grupo (nesse caso há especialistas que o indicam como

“PPP autoritário, ainda que seu conteúdo se diga democrático”) ou construído de forma participativa. Um PPP, em linhas gerais, constitui-se de três marcos: 1- marco conceitual (elemento menos volátil e dinâmico, contém a idealização, o sonho de futuro, os princípios e valores, a ética, a concepção de sociedade e de ser humano partilhada pelo grupo). 2- marco situacional (conexão entre o conceitual e o operacional, parte da definição das características do contexto e um diagnóstico da realidade sócio-educacional local, para permitir a realização de planos de trabalho não apenas no sentido “curativo”, mas também “preventivo”); 3- marco operacional (planejamento objetivo das estratégias e ações a serem desenvolvidas, a partir da análise que contempla marco situacional e conceitual ao mesmo tempo. Deve ser detalhado no nível do cotidiano, e se possível, para cada indivíduo envolvido). (Edital FNMA nº 05/2005)

60. Projeto Político-Pedagógico (para CEAs).

Documento estratégico com diretrizes voltadas para a sensibilização individual e coletiva, visando a promoção e mudança de comportamentos para a interação sustentável entre ser humano e o ambiente. É destinado a comunidades de estudantes, docentes, agricultoras/es, visitantes de parques e reservas, funcionárias/os de empresas, dentre outros coletivos. Deve partir do pressuposto de que há considerável pluralidade metodológica, buscando alcançar contextualização pedagógica com adequação da linguagem. Portanto, deve ser um projeto flexível, para contemplar peculiaridades locais, almejando capacitar pessoas para participação. Reforça-se a necessidade de processos avaliativos continuados, a partir da práxis cotidiana. Visto tanto como uma dificuldade, quando solicitado obrigatoriamente pelo órgão ambiental (como no caso de Minas Gerais), quanto como uma facilidade, na medida em que organiza as ações da empresa, minimizando perda de energia em ações dispersas. (Carta de Timóteo)

61. Protocolo de Quioto.

Assinado em Quioto (Japão) em 1997, entrou em vigor só em 2005, após a ratificação de 50 países. Com o objetivo de estabilizar a concentração dos gases do efeito estufa (GEE), definiu compromissos de redução das emissões para os 37 países do mundo desenvolvido que o subscreveram. Até 2012, previu a redução de, em média, 5% das emissões em relação aos percentuais registrados em 1990. O Protocolo também propôs mecanismos flexíveis de cooperação entre os países (MDL). Com isso, empresas de países desenvolvidos, em vez de realizar a “despoluição” localmente, podem patrocinar projetos de redução

de emissões de empresas de nações em desenvolvimento. Brasil, China e Índia foram os países mais beneficiados por esses projetos. (Site do IPCC e livro “Vocabulário Básico de Recursos Naturais e Meio Ambiente”)

62. *Rede.*

A palavra vem do latim *retis* e significa entrelaçamento de fios com aberturas regulares que formam uma espécie de tecido. Rede é também uma prática de organização que possibilita processos capazes de responder às demandas de flexibilidade, conectividade e descentralização das esferas contemporâneas de atuação e articulação social. Neste sentido, rede social é um padrão de organização, ou seja, comunidades constituídas de maneira virtual ou presencial, mantidas via vontade e afinidade das/os integrantes. Estas se distinguem como um expressivo processo organizacional, quanto às relações pessoais e a estruturação social. Na rede, a ordem se faz e desfaz no movimento das relações. Organizações de muitos, os espaços de poder nas redes não se perpetuam, porque é uma ordem sem dono. O fluxo de informações e a expressão de multilideranças configuram uma estrutura dinâmica e mutante. Dentre as características de rede, destacam-se. 1- objetivos compartilhados e construídos coletivamente; 2- múltiplos níveis de organização e ação; 3- dinamismo e intencionalidade dos envolvidos; 4- coexistência de diferentes; 5- produção, reedição e troca de informação; 6- empoderamento dos participantes; 7- desconcentração do poder; 8- multi-iniciativas; 9- formação permanente; e 10- ambiente fértil para parcerias, oportunidade para relações multilaterais. (Sítio Rebea, acessado em 2006)

63. *Redes de educação ambiental (Redes de EA).*

São espaços coletivos dinâmicos e auto-organizados, inspirados no ideário da contracultura, que se constituem como uma ampla malha de comunicação, onde cada membro da rede possui a responsabilidade na circulação de informações a parceiras/os conectadas/os na rede e para fora dela. Qualquer educador/a ambiental pode integrar-se à rede (pessoa física ou jurídica), assumindo o compromisso da multiliderança e participação, uma vez que a rede tem por missão a criação de uma nova cultura organizacional, horizontal e autônoma, não hierárquica. Além da Rede Brasileira de EA (Rebea) existem várias outras redes de EA, com recorte geográfico estadual, temático ou institucional. (“Construindo juntos a educação ambiental brasileira...”, DT 03)

64. *Sala Verde.*

Espaço vinculado a uma instituição pública ou privada, que poderá se dedicar a projetos, ações e programas educacionais voltados à questão ambiental. Deve cumprir um papel dinamizador, numa perspectiva articuladora e integradora, no sentido de viabilizar iniciativas que propiciem a participação dos diversos segmentos da sociedade na gestão ambiental, e seguir uma pauta de atuação permeada por ações educacionais, voltadas à sustentabilidade. Têm, como pré-requisitos, Projeto Político-Pedagógico (PPP), equipe técnica (mínimo de duas pessoas), espaço físico e garantia de manutenção. Para as Salas Verdes, o MMA fornece kits de publicações por três anos, além de orientação e apoio logístico. Em 2006, havia 390 em atividade, nas cinco regiões do país. (“Programa Nacional de Formação de Educadoras(es) Ambientais...”, DT 08)

65. *SIBEA.*

Sistema Brasileiro de Informação em Educação Ambiental, um sistema público de informação que objetiva conhecer a realidade da EA no Brasil e apoiar ações e políticas públicas em gestão ambiental, reunindo referências e especialistas, instituições, redes sociais e experiências em EA. (Coletivos Educadores para Territórios Sustentáveis, Brasília, 2007)

66. *Sisnama.*

Sistema Nacional de Meio Ambiente, que arrola todos os órgãos e entidades da União, Distrito Federal, estados, municípios, além das fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental, descritas no Decreto 99.274/1990. Representa, portanto, a articulação dos órgãos ambientais de todas as esferas da administração pública, para que atuem de forma coordenada na gestão do meio ambiente. Este modelo se baseia nos princípios do compartilhamento de responsabilidades pela proteção ambiental entre os entes federados e com os diversos setores da sociedade. (Alexandre de Gusmão Pedrini, “As Políticas Públicas Nacionais com Educação Ambiental no Brasil: evolução e perspectivas”, *paper*, RJ; sítio PNC)

67. *Sisnea.*

Sistema Nacional de Educação Ambiental, um sistema político-administrativo e, ao mesmo tempo, formador, que se propõe a articular os entes de gestão governamental da Política Nacional de EA (PNEA), bem como organizações não institucionalizadas juridicamente, como os Coletivos Educadores e Com-Vidas, que promovem a formação, a comunicação em EA e participam na formulação de políticas públicas nas suas bases territoriais. Sua concepção tem como objetivo a estruturação sistêmica da gestão da PNEA,

com fortalecimento das bases (políticas, legais, formadoras, financeiras...) que garantam o empoderamento e a atuação qualificada e transformadora de grupos e instituições, consolidando bases para suas estruturas participativas. Entrou em consulta pública em 2007. (Coletivos Educadores para Territórios Sustentáveis, Brasília, 2007)

68. *Território.*

O conceito adotado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário define território como “um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições – e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial” (MDA, 2004). (Chamada Pública MMA nº 01/2006)

69. *Vulnerabilidade às mudanças climáticas.*

Grau de suscetibilidade ou incapacidade de um sistema para resistir (ou não) aos efeitos adversos da mudança do clima. Por exemplo, ao aumento da incidência de tempestades, ou à diminuição de chuvas. Influem para essa vulnerabilidade dois grupos de fatores: 1- o caráter, magnitude e ritmo com que a mudança do clima ocorre na região, e 2- a sensibilidade e capacidade de adaptação do sistema atingido. (Decreto 6263/07 e livro *Mudanças ambientais globais. Pensar + agir na escola e na comunidade*)

Notas

177 *Essas definições indicam o significado dos termos usados nesse livro, sem pretensão de normalizar terminologia ou esgotar o tema. Como fontes, foram utilizados tanto livros e documentos citados nos demais capítulos do livro (entre os quais chamadas públicas do MMA edital do FNMA/MMA, que trazem que trazem boas definições), como dicionários e glossários especializados. Um deles, o “Vocabulário Básico de Recursos Naturais e Meio Ambiente”, lançado pelo IBGE, está disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/vocabulario.pdf>. Entre parênteses, no final de cada expressão, estão as fontes, cuja referência mais completa será encontrada na bibliografia.*

178 4 ed. – trad. Catarina E. F. da Silva e Jeanne Sawaya – São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2001. 118p.

BIBLIOGRAFIA¹⁷⁹



“CATAR PALAVRAS CORTANTES
NO RIO DO ESCURO INSTANTE
E DESCOBRIR NESSAS PEDRAS
O BRILHO DO DIAMANTE.”

AFFONSO ROMANO SANT’ANNA

1 LIVROS¹⁸⁰

BRASIL, Anna Maria, SANTOS, Fátima. *O ser humano e o meio ambiente de A a Z: dicionário*. São Paulo: Faarte. 2007. 3 ed. revista e ampliada.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Aqui é onde eu moro, aqui nós vivemos: escritos para conhecer, pensar e praticar o município educador sustentável*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005. Série Desafios da Educação Ambiental. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/mes_livro.pdf

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Nosso Futuro Comum*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991, 2 ed.

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL ESTRATÉGICO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL. *Educação Ambiental: Vinte anos de políticas públicas*. São Paulo: Secretaria de Estado do Meio Ambiente de São Paulo, 2003. Disponível em: http://www.pick-upau.org.br/mundo/educacao_ambiental/educacao_ambiental.htm .

CZAPSKI, Silvia. *Implantação da educação ambiental no Brasil*. Brasília: Coordenação de Educação Ambiental do Ministério da Educação e do Desporto, 1998. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001647.pdf>.

_____. *Mudanças ambientais globais. Pensar + agir na escola e na comunidade*. Brasília: Ministério da Educação, Secad; Ministério do Meio Ambiente, Saic, 2008. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/conferenciainfanto2008>

DEBONI, Fábio. (org.). *Juventude, Cidadania e Meio Ambiente: subsídios para elaboração de políticas públicas*. Brasília, Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental, 2006. Série Desafios da Educação Ambiental. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/Juventude.pdf.

DIAS, Genebaldo Freire. *Educação ambiental: princípios e práticas*. São Paulo: Gaia, 1992.

EQUIPES TÉCNICAS DO MEC, MMA E IDEC. *Consumo Sustentável: Manual de Educação*. Brasília: Consumers Internatio-nal/ MMA/ MEC/ IDEC, 2005. Série Desafios da Educação Ambiental. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/consumo_sustentavel.pdf

FERRARO Jr., Luiz A. (org.). *Encontros e Caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores*. (Volume 1). Brasília, Ministério do Meio Ambiente, 2005. Série Desafios da Educação Ambiental. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/encontros.pdf .

_____. *Encontros e Caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores*. (Volume 2). Minis-tério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental, 2007. Série Desafios da Educação Ambiental. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/encontros_2.pdf .

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Vocabulário Básico de Recursos Naturais e Meio Ambiente*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: IBGE. 2004. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/vocabulario.pdf>

SOARES, Cláudia Cruz; Duarte, Mariana Ferraz; Dualibi, Miriam; Godoy, Christiane. *Agenda 21 do OBATI*. São Paulo, Via Imprensa, 2002.

LA ROVÈRE, A.L.; VIEIRA, L. (org) *Tratado das ONGs aprovados no Fórum Internacional de ONGs e Movimentos Sociais no âmbito do Fórum Global*. Rio de Janeiro: Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento. 1992.

LAYRARGUES, Philippe Pomier (org.). *Identidades da educação ambiental brasileira*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004, Série Desafios da Educação Ambiental, vol. 1. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/livro_ieab.pdf.

MARFAN, Marilda Almeida (org.). *Congresso Brasileiro de Qualidade na Educação: Formação de Professores - Educação Ambiental*. Brasília: Ministério da Educação, 2002, v. 3. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001974.pdf>.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Políticas de Melhoria da Qualidade da Educação: Um Balanço Institucional*. Brasília: MEC, 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/politicas.pdf>

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. DIRETORIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL. *Centros de Educação Ambiental no Brasil: manual de orientação*.

Brasília, Ministério do Meio Ambiente, 2004. Série Repertórios da Educação Ambiental. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/ceas_manor.pdf.

_____. Projeto Político Pedagógico aplicado a Centros de Educação Ambiental e a Salas Verdes. Brasília, Ministério do Meio Ambiente, 2005. Série Repertórios da Educação Ambiental. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/ceas_ppp.pdf.

_____. Cartilha Coletivos Educadores para Territórios Sustentáveis. Ministério do Meio Ambiente, Brasília, 2007. Série Repertórios da Educação Ambiental. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/cartilha_coleds.pdf.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, DIRETORIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, CO-ORDENAÇÃO GERAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL. *Coletivos Jovens de Meio Ambiente: manual de orientação*. Brasília, Ministério da Educação, Ministério do Meio Ambiente, 2005. Série Repertórios da Educação Ambiental. http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/cjs_manor.pdf.

_____. *Passo a Passo na Conferência do Meio Ambiente na Escola: Vivendo a diversidade na Escola*. Brasília, Ministério da Educação, Ministério do Meio Ambiente, 2005. Série Repertórios da Educação Ambiental. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/passoapasso.pdf.

_____. *Passo a Passo para a Conferência de Meio Ambiente na Escola*. Brasília: MMA/PRONEA, 2003. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/confnacional.pdf>

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Cartilha Formando Com-Vida: Construindo a Agenda 21 na Escola*. Brasília: MMA/MEC, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/comvida.pdf>

MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à Educação do Futuro*. Traduzido por Catarina E. F. da Silva e Jeanne Sawaya. São Paulo: Cortez; Brasília Unesco, 2001, 4 ed.

ÓRGÃO GESTOR DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL. *Cartilha Sistema Nacional de Educação Ambiental*. Brasília: MEC/MMA, 2007. Série Repertórios da Educação Ambiental. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/sisnea_cartilha.pdf.

PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL. *Cartilha Programa Municípios Educadores Sustentáveis*. Brasília: MMA, ProNEA, 2005. 2ª. Ed. Série Repertórios da Educação Ambiental Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/mes_cartilha.pdf.

QUINTAS, José da Silva; GUALDA, Maria José (org.). *A formação do educador para atuar no processo de gestão ambiental*. Brasília: Ibama, 1995, Coleção Meio Ambiente em Debate, vol. 1.

QUINTAS, José da Silva. *Introdução à gestão ambiental pública*. Brasília: Ibama, 2006. Coleção Meio Ambiente, Série Educação Ambiental. 2 ed.

_____ (org.). *Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente*. Brasília: Ibama, 2006. Coleção Meio Ambiente, Série Educação Ambiental. 3 ed.

SECRETARIA DE ENSINO FUNDAMENTAL. *Panorama da Educação Ambiental no Ensino Fundamental*. Brasília: Ministério da Educação e da Cultura/Secretaria de Ensino Fundamental, 2001.

TASSARA, E. T. O. (org); TASSARA, Helena; MLYNARZ, Ricardo Burg. *Dicionário Socioambiental: Idéias, Definições e Conceitos*. São Paulo: Faarte, 2008.

WHATELY, Marussia (org.). *Quem faz o que pela Mata Atlântica*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004. Disponível em: <http://www.mananciais.org.br/nsa/nsa/detalhe?id=1805>. Acessado em abril de 2007.

2. DOCUMENTOS

CARTA das Responsabilidades Humanas. Disponível em: <http://www.charteresponsabilites-humaines.net>.

CARTA de Timóteo. Encontro Nacional de Centros de Educação Ambiental, 2003. Disponível em: <http://www.redeceas.esalq.usp.br/canteiro.htm>.

CARTA dos 15 Princípios de Proteção à Vida. Brasília, 1999. Disponível em: http://www.protetoresdavid.org.br/index_carta.htm

CARTA Jovem Cuidando do Brasil. Conferência Nacional Infanto-juvenil do Meio Ambiente “Vamos cuidar do Brasil”. Disponível em: <http://www.redeceas.esalq.usp.br/canteiro.htm>

COMPROMISSO de Goiânia. Goiânia, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/cgoiania.pdf>.

DECLARAÇÃO de Ahmedabad: Uma chamada para a Ação. Educação para a vida, a vida pela educação. Ahmedabad, 2007. Disponível em: <http://www.tbilisiplus30.org>

DECLARAÇÃO de Joanesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/joanesburgo.doc.

DECLARAÇÃO de Thessaloniki. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/deds/pdfs/declthessaloniki.pdf>.

DUALIBI, Miriam; NAGAMU, João Carlos Seiki. Relatório Parcial: Tecendo Cidadania. São Paulo, 2003. Disponível em: http://www.rebea.org.br/acoes/tecendo/gestao_004.pdf.

FUNDO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. Edital nº. 05/2005 – Coletivos Educadores para Territórios Sustentáveis Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Fundo Nacional do Meio Ambiente, Outubro de 2005. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=1&idConteudo=3834>

FIGUEIREDO, Luiz Afonso Vaz de; MÔNICO JUNIOR, Roberto. “A produção do conhecimento e a temática ambiental na universidade: análise preliminar das contribuições da pesquisa acadêmica para a educação ambiental”. Apresentado na I Conferência Nacional de Educação Ambiental. Brasília: MEC/ MMA, 1997.

HIDIMBWA, Leonidio Altino. “Conotações étnicas, dimensão da identidade e o futuro de Angola como nação”. In: <http://www.caei.org/anexos/76.doc> .

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (IPCC). Climate Change 2007: The Physical Science Basis – Summary for Policymakers. IPCC, 2007. Disponível em: www.ipcc.ch/SPM2feb07.pdf

LORENZETTI, Leonir; DELIZOICOV, Demétrio. “A produção acadêmica brasileira em educação ambiental”. Apresentado durante o Simpósio Fundamentos da Educação Ambiental. Bruxelas: Universidade Livre de Bruxelas, 2007. Disponível em: <http://www.reseau-amerique-latine.fr/ceisal-bruxelles/CyT-MA/CyT-MA-2-Lorenzetti.pdf>.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. (et al, org e autoria). Educação Ambiental e gestão participativa em unidades de conservação. Rio de Janeiro: Ibama. 2005. 2 ed.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN): Temas Transversais. Brasília: MEC, 1997. Disponível em: ftp://ftp.fnde.gov.br/web/pcn/05_08_meio_ambiente.pdf.

_____. Parâmetros Curriculares Nacionais Ensino Fundamental. Brasília: MEC. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/home/index.jsp?arquivo=pcn.html>.

_____. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) Ensino Médio. Brasília: MEC. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/index.php?option=com_content&task=view&id=265&Itemid=255.

_____. Parâmetros em Ação - Meio Ambiente na Escola. Brasília: MEC. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/index.php?option=content&task=view&id=145&Itemid=285>

_____. Relatório Analítico Sintético, Programa de Educação Chico Mendes. Brasília: MEC, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/rctm.pdf>

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL. Educação Ambiental: Encontro Nacional das Secretarias Estaduais de Educação. Brasília: Ministério da Educação e da Cultura, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/relatorio1.pdf>.

_____. Educação Ambiental Legal. Brasília: Ministério da Educação e da Cultura, 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/ealegal.pdf>

_____. II Encontro Nacional de Representantes de Educação Ambiental das Secretarias de Educação. Brasília: Ministério da Educação e da Cultura, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/relatorio2.pdf> .

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE. Educação Ambiental: Aprendizizes da Sustentabilidade. Brasília: Ministério da Educação. 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental.pdf>

MINISTERIO DE CIENCIA, TECNOLOGÍA Y MEDIO AMBIENTE DE CUBA. Estrategia nacional de Educación Ambiental. Havana: Centro de Información, Divulgación y Educación Ambiental, 1997.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. III Conferência Nacional do Meio Ambiente – Mudanças Climáticas (Caderno de deba-te). Brasília: MMA, 2008. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/secex_cnma/_arquivos/tb.pdf.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – SECRETARIA EXECUTIVA, DIRETORIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL. Cha-mada Pública MMA nº 01/2006 – Mapeamento de Potenciais Coletivos Educadores para Territórios Sustentáveis, Brasília: MMA, 2006. Disponível em. http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/chamada.pdf

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, DIRETORIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL. Relatório de Gestão 2003-2006. Brasília: Diretoria de Educação Ambiental/MMA, 2007. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=20&idConteudo=5899>.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Relatório de Viagem Encontro Latino-americano: Construindo uma Educação para o Desenvolvimento Sustentável na América Latina (documento interno). Brasília: Diretoria de Educação Ambiental/MMA, 2007.

_____. Tese da I Conferência Nacional do Meio Ambiente. Brasília: MMA, 2003. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/secex_cnma/_arquivos/tese%20final.pdf.

_____. Texto-base da I Conferência Nacional do Meio Ambiente. Brasília: MMA, 2003. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/secex_cnma/_arquivos/textobase_icnma.pdf.

_____. Texto-Base da II Conferência Nacional do Meio Ambiente. Brasília: MMA, 2005. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/secex_cnma/_arquivos/textobase_iicnma.pdf.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Perfil dos Conselhos Jovens de Meio Ambiente. Bra-sília: MEC/MMA, 2005. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/resultados_pesquisa_cj_marco_2005.pdf.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. Plano Plurianual 2004-2007. Disponível em: www.planobrasil.gov.br.

OLIVATO, Débora; AMARAL, Vivianne. “Laboratório de Lideranças Coletivas: Análise do Perfil dos Membros da Rede Brasileira de Educação Ambiental”. Apresentado durante o Fórum Mundial de Educação São Paulo. São Paulo, 2004.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Report of the World Summit on Sustainable Development. Joanesburgo, 2002. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/deds/pdfs/confjohannesb.pdf>.

ÓRGÃO GESTOR DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL. Cieas - Comissões Interinstitucionais de Educação Ambiental. Brasília: Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, 2005. Série Documentos Técnicos nº 01. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/dt_01.pdf

_____. Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola - Com-vida. Brasília: Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, 2007, Série Documentos Técnicos nº 10. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/dt_10.pdf

_____. Coletivos Educadores para Territórios Sustentáveis (Boletim Coleciona 00). Brasília: MEC/MMA. 2006.

_____. Construindo juntos a Educação Ambiental Brasileira. Relatório da Consulta Pública do Programa Nacional de Educação Ambiental. Brasília: Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, 2005, Série Documentos Técnicos nº 03. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/dt_03.pdf.

_____. Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável: relatório da pesquisa aplicada junto ao público do V Fórum Brasileiro de Educação Ambiental. Brasília: Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, 2005, Série Documentos Técnicos nº 04. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/dt_04.pdf.

_____. Mapeamento da Educação Ambiental em instituições brasileiras de Educação Superior: elementos para discussão sobre políticas públicas. Brasília: Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, 2007, Série Documentos Técnicos nº 12. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/dt_12.pdf.

_____. Mapeamentos, Diagnósticos e Intervenções Participativos no Meio Ambiente. Brasília: Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, 2007, Série Documentos Técnicos nº 15. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/dt_15.pdf

_____. O passo a passo para a ação Municípios Educadores Sustentáveis. Brasília: Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, 2007, Série Documentos Técnicos nº 14. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/dt_14.pdf.

_____. Portfólio do Órgão Gestor da Política Nacional de EA. Brasília: Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, 2006, Série Documentos Técnicos nº 07. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/dt_07.pdf.

_____. Programa de Educomunicação Socioambiental. Brasília: Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, 2005, Série Documentos Técnicos nº 02. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/dt_02.pdf

_____. Programa Juventude e Meio Ambiente. Brasília: Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, 2007, Série Documentos Técnicos nº 09. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/dt9.pdf>

_____. Programa Latino-americano e Caribenho de EA. Brasília: Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, 2005, Série Documentos Técnicos nº 05. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/dt_05.pdf.

_____. Programa Nacional de Formação de Educadoras(es) Ambientais: por um Brasil educado e educando ambientalmente para a sustentabilidade. Brasília: Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, 2006, Série Documentos Técnicos nº 08. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/dt_08.pdf.

_____. II Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente. Brasília: Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, 2007, Série Documentos Técnicos nº 11. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/dt_11.pdf

QUINTAS, José da Silva. Educação Ambiental e Sustentabilidade Política: democracia e participação. Apresentado no V Congresso Ibero-americano de Educação Ambiental. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.viberoea.org.br/downloader.php?a=upload/arquivos/0017671001149511952.pdf&b=Jose+Quintas>

_____. Relatório de Atividades da Coordenação Geral de Educação Ambiental - CGEAM/DISAM 2003-2006. Brasília: Coordenação Geral de Educação Ambiental (Ibama), 2007. Disponível em: http://www.ibama.gov.br/cgeam/download.php?id_download=7.

STERN, NICHOLAS. Stern Review on the Economics of Climate Change. Inglaterra: Cambridge University Press. 2006. Disponível em: http://www.hm-treasury.gov.uk/independent_reviews/stern_review_economics_climate_change/sternreview_index.cfm.

RESULTADOS da pesquisa “O que os brasileiros pensam sobre a biodiversidade?”. Ministério do Meio Ambiente/ Instituto Vox Populi/ Instituto de Estudos da Religião, 2006. Disponível em: http://assets.wwf.org.br/downloads/wwf_brasil_pesquisa_ibope.zip.

RESUMO da pesquisa. “O que o brasileiro pensa do meio ambiente e do consumo sustentável?”, Ministério do Meio Ambiente, Instituto Superior de Estudos da Religião (Iser). 2002. Disponível em: <http://www.repams.org.br/downloads/uso%20sust.%20dos%20RN.pdf>

SORRENTINO, Marcos; MEDEIROS, Heitor; TAMAIO, Irineu; KADIEGI. Marisol. Fortalecimento da Educação Ambiental em Angola. Relatório da Missão dos ministérios de Relações Exteriores e do Meio Ambiente e da Agência Brasileira de Cooperação, 2006. (Paper).

V CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL. Perspectivas da Educação Ambiental na Região Ibero-americana. Rio de Janeiro: Associação Projeto Roda Viva. 2007.

VEIGA, Aline; AMORIM, Érica; BLANCO, Mauricio. Um Retrato da Presença da Educação Ambiental no Ensino Fundamental Brasileiro: o percurso de um processo acelerado de expansão. Brasília: INEP, 2005, Série Documental Textos para Discussão. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/pesquisa/bbe-nline/det.asp?cod=55647&type=M>

3. LEGISLAÇÃO

CONSTITUIÇÃO da República Federativa do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm.

Decreto Federal nº 6.263/07, de 21 de novembro de 2007. Institui o Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima orienta a elaboração do Plano Nacional de Mudanças Climáticas. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6263.htm

Decreto Federal nº 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/decreto/2002/D4281.htm>

LEI nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/L6938.htm> .

LEI nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/lei9394.pdf>.

LEI nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/lei9795.pdf>

LEI nº 11.516, de 28 de agosto de 2007. Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes; altera as Leis nos 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, 11.284, de 2 de março de 2006, 9.985, de 18 de julho de 2000, 10.410, de 11 de janeiro de 2002, 11.156, de 29 de julho de 2005, 11.357, de 19 de outubro de 2006, e 7.957, de 20 de dezembro de 1989; revoga dispositivos da Lei no 8.028, de 12 de abril de 1990, e da Medida Provisória no 2.216-37, de 31 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11516.htm

MEDIDA PROVISÓRIA nº 366, de 26 de abril de 2007. Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Mpv/366.htm .

4. ARTIGOS E CAPÍTULOS EM LIVROS

AMARAL, Viviane. “Rede Brasileira de Educação Ambiental: 10 anos construindo relações cidadãs para uma sociedade sustentável”. Revista Brasileira de Educação Ambiental, nº 03, 12.12.2002. Disponível em: <http://www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=75&class=02> .

_____. “Rebea: Apontamentos pessoais para uma história de ação coletiva”. Revista Brasileira de Educação Ambiental, nº zero, pp. 133-139. Disponível em: http://www.ufmt.br/remtea/revbea/pub/revbea_n_zero.pdf

BERTOLUCCI, Daniela; MACHADO, Júlia; SANTANA, Luiz Carlos. “Educação Ambiental ou Educações Ambientais? As adjetivações da educação

ambiental brasileira”. Revista Eletrônica Mestrado Educação Ambiental, n° 15, jul-dez 2005. Disponível em: <http://www.remea.furg.br/edicoes/vol15/art04.pdf>.

CAMPOS, Neide. “Retrospectiva 2007 - Mudanças climáticas: o mundo, enfim, acorda para o problema”. Ambiente Brasil, 3.1.2008. Disponível em: <http://www.ambientebrasil.com.br/noticias/index.php3?action=ler&id=35543>.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. “Uma leitura dos diagnósticos da EA em 5 estados e 1 bioma do Brasil”. São Paulo: Rebea, Projeto Tecendo Cidadania, 2004. Disponível em: http://www.rebea.org.br/acoes/tecendo/diagnostico_008.pdf.

CARVALHO, José Carlos. “Educação Ambiental”. Folha de São Paulo, 6.8.2002.

CZAPSKI, Silvia. “Vítimas de Guerra” (editorial). Jornal Urtiga, n° 155, mar-abr 2003 (Associação Ituana de Proteção Ambiental). Disponível em: <http://www.aipa.org.br> (seção Jornal Urtiga).

DEBONI SILVA, Fabio. “Uma proposta de rede temática em educação ambiental: a Rede Brasileira de Centros de Educação Ambiental”. Piracicaba: Oca Laboratório de Educação e Política Ambiental (ESALQ/USP), 2003. Disponível em: <http://www.redeceas.esalq.usp.br/canteiro.htm>.

FOLHA DE S.PAULO. “Guerra no Iraque custa cerca de US\$ 300 milhões/dia”. Folha Online, 20.3. 2007. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u105652.shtml>.

INSTITUTONACIONALDEESTUDOSEPESQUISASEDUCACIONAIS. “Mais de 70% dos alunos do ensino fundamental têm Educação Ambiental”. Brasília: INEP, 4.7.2002. Disponível em: http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/censo/escolar/news02_05.htm.

ISHI, Allison, “Três eventos paralelos no V Fórum Brasileiro de Educação Ambiental focalizam fortalecimento de políticas públicas” (Release). Goiânia: Assessoria de Imprensa do V Fórum Brasileiro de Educação Ambiental. 03 a 06.11.2004.

JORNAL DO MEIO AMBIENTE. O que são Redes?. 13.12.2003. Disponível em: http://www.jornaldomeioambiente.com.br/JMA-index_noticias.asp?id=3028 (acessado no início de 2007)

LAYRARGUES, Philippe Pomier. “Determinismo biológico: o desafio da Alfabetização Ecológica na concepção de Fritjof Ca-pra”. Horta Viva. S.d. Disponível em: http://www.hortaviva.com.br/midioteca/bg_polenizando/msg_ler.asp?ID_MSG=117.

_____. “Educação no processo da gestão ambiental: criando vontades política e promovendo a mudança”. In: ZAKRZEWSKI, S.B.B.; VALDUGA, A.T.; DEVILLA, I.A. (orgs.) Anais do I Simpósio Sul Brasileiro de Educação Ambiental. Erechim: EdiFAPES, 2002, pp. 127-144.

LEWINSON, Thomas Michael. “A evolução do conceito de biodiversidade”. Com Ciência: Revista Eletrônica de Jornalismo Científico, 1.6.2001. Disponível em: <http://www.comciencia.br/reportagens/biodiversidade/bio09.htm>.

MACEDO, Jorge. “Angola: Multiculturalismo, Diálogo de Culturas”. Disponível em: <http://www.usinadeletras.com.br/exibelotexto.php?cod=5202&cat=Ensaios&vinda=S>.

MEDINA, Naná Mininni. “Breve Histórico da Educação Ambiental”. Disponível em: http://paginas.terra.com.br/educacao/cepambiental/hist_ea1.html.

MIRANDA, Gustavo Senna. “Tabela dos Crimes Ambientais”. Disponível em: http://www.mpes.gov.br/anexos/centros_apoio/arquivos/10_2096169361982008_Crimes%20ambientais%20-%20-%20tabela%20comparativa.doc (acessado em janeiro de 2008)

PEDRINI, Alexandre. “As Políticas Públicas Nacionais com Educação Ambiental no Brasil: evolução e perspectivas”. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, s/ data. Disponível em: http://www.ufmt.br/gpea/pub/pedrini_pp_ea.pdf.

PROJETO JUVENTUDE. “Perfil da Juventude Brasileira”. Instituto Cidadania, 2004. Disponível em: http://www.projetojuventude.org.br/novo/html/pesquisa_int8803.html.

“Rede Brasileira de Fundos Socioambientais começa a operar oficialmente”. Conservação on-line, nº 60, nov. 2006. Disponível em: <http://www.fundacaoboticario.org.br>.

REIGOTA, Marcos Antonio dos Santos. “A educação ambiental frente ao esfacelamento da cidadania no governo Lula (2002-2006)”. In: RIBEIRO, Maria Auxiliadora Teixeira; BERNARDES, Jefferson de Souza; LANG, Charles Elias (Org.). A produção na diversidade: Compromissos éticos e políticos em Psicologia. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007, v. 1.

SAUVÈ, Lucie. Courants théoriques et pratiques en éducation relative à l'environnement: Essai de cartographie du domaine. Disponível em: <http://www.unites.uqam.ca/ERE-UQAM/ppt/2courantdintervention.pps>.

_____. “Uma cartografia das correntes em educação ambiental”. In: SATO, Michèle; CARVALHO, Isabel Cristina de Moura (org.). Educação ambiental: pesquisa e desafios. Porto Alegre: Artmed, 2005, pp. 17-43.

SORRENTINO, Marcos; MEDEIROS, Heitor; TAMAIO, Irineu; KADIEGI, Marisol. “Um convite aos educadores e educadoras ambientais do Brasil e de Angola”. Disponível em: <http://br.groups.yahoo.com/group/educacaoambientalangola/message/2>.

5. TRABALHOS ACADÊMICOS

COSTA, Alan Roberto. Banco de Dados sobre Temática Ambiental: Produção e Análise de Teses em Educação Ambiental. Projeto de Iniciação Científica desenvolvido no Centro Universitário Fundação Santo André, sob orientação de Luiz Afonso Vaz de Figueiredo, 2005.

KOBASHIGAWA, Mutsu-ko. Parâmetros curriculares nacionais de Matemática para o ensino fundamental: das prescrições ao currículo praticado pelos professores. São Paulo: Dissertação de mestrado apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006. Disponível em: http://www.pucsp.br/pos/edmat/mp/dissertacao_mutsu-ko_kobashigawa.pdf.

MENDONÇA, Patrícia Ramos. Educação Ambiental como Política Pública: Avaliação dos Parâmetros em Ação – Meio Ambiente na Escola. Brasília: Dissertação de mestrado apresentada à Universidade de Brasília, 2004. Disponível em: http://www.rebea.org.br/acoes/tecendo/ponto_007.pdf.

PIERSON, A. H. C. O cotidiano e a busca de sentido para o ensino de física. Tese de doutorado apresentada à Universidade de São Paulo. São Paulo, 1997.

SLONGO, I. I. P. A produção acadêmica em ensino de biologia: um estudo a partir de teses e dissertações. Tese de doutorado apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2004.

6. SÍTIOS DA INTERNET

Atlas Nordeste: Agência Nacional de Águas: http://parnaiba.ana.gov.br/atlas_nordeste/default.htm

Base de dados da Legislação Federal: <https://legislacao.planalto.gov.br>

Blog das Salas Verdes: <http://salasverdes.blogspot.com/>

Catálogo de Publicações do Órgão Gestor da PNEA: <http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/og/pog/index.htm>

Centro da ONU para a Convenção Quadro para Mudanças Climáticas da ONU: <http://unfccc.int/>

Comitê Assessor do Órgão Gestor da Política Nacional de EA: <http://www.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=20&idMenu=5503>

Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB): <http://www.cdb.gov.br/>

Conferência Nacional do Meio-Ambiente (CNMA): <http://www.mma.gov.br/conferencianacional>

Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente (CNIJMA): <http://www.mec.gov.br/conferenciainfanto>

Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH): http://www.interlegis.gov.br/cidadania/meio-ambiente_/meio-ambiente/conselho-nacional-de-recursos-hidricos-cnrh

Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama): http://www.mma.gov.br/port/conama/ctgt/ct.cfm?cod_ct=209#2

Cooperação em EA da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP): <http://www.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=20&idMenu=4766&idConteudo=5364>

Diretório para documentos da Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS): <http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/deds/index.html>

Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA): www.mma.gov.br/fnma

Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE): www.fnde.gov.br

Ibama – Coordenação Geral de Educação Ambiental: <http://www.ibama.gov.br/cgea> (acessado no início de 2007)

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): <http://www.ibge.gov.br>

Ministério da Educação – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad): www.mec.gov.br/secad

Ministério do Meio Ambiente – Departamento de Educação Ambiental (Dea/MMA): www.mma.gov.br/ea

Municípios Educadores Sustentáveis nas Unidades Federativas: http://www.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=20&idMenu=1139_

Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – Brasil (ODM): <http://www.odmbrasil.org.br>

Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC, em inglês): <http://www.ipcc.ch/>

Prêmio Nobel: <http://nobelprize.org/index.html>

Programa Agenda 21: <http://www.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=18>

Programa de Meio Ambiente da ONU (PNUMA, ou UNEP): <http://www.unep.org/>

Programa Latino-Americano de EA: <http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/placea/>

Programa Nacional de Capacitação de Gestores Ambientais (PNC): <http://www.mma.gov.br/pnc>

Programa Protetores da Vida: <http://www.protetoresdavid.org.br>

Rede Brasileira de Educação Ambiental (Rebea): <http://www.rebea.org.br> (acessado em 2006 e em 2008)¹⁸¹

Rede Brasileira de Fundos Socioambientais: <http://www.fundosambientais.org.br>

Revista Brasileira de Educação Ambiental (REVBEA): <http://www.ufmt.br/remtea/revbea>

Sistema Brasileiro de Educação Ambiental (SIBEA): <http://sibea.mma.gov.br/dcsibea/>

V Congresso Ibero-Americano de Educação Ambiental: <http://www.viberoea.org.br/>

Notas

- 179 *Duas observações importantes: 1- além das publicações impressas, gravadas e eletrônicas – relacionadas nesta bibliografia –, o livro também tem como base depoimentos de pessoas citadas no capítulo “Para o fim da conversa”. Algumas dessas conversas foram transcritas e resumidas, para compor o CD anexo. 2- quanto aos links para sítios eletrônicos – indicados tanto nesta bibliografia, como nos roda-pés deste livro –, eles foram acessados em maio de 2008, exceto nos raros casos em que a época da consulta é informada.*
- 180 *Neste item, também constam cartilhas.*
- 182 *Grande parte das redes de EA tem sítio na internet, ou/e mantém grupo de discussão. Os links fazem parte do levantamento dessas redes apresentado no CD anexo a este livro.*



Ministério da Educação Ministério do Meio Ambiente

